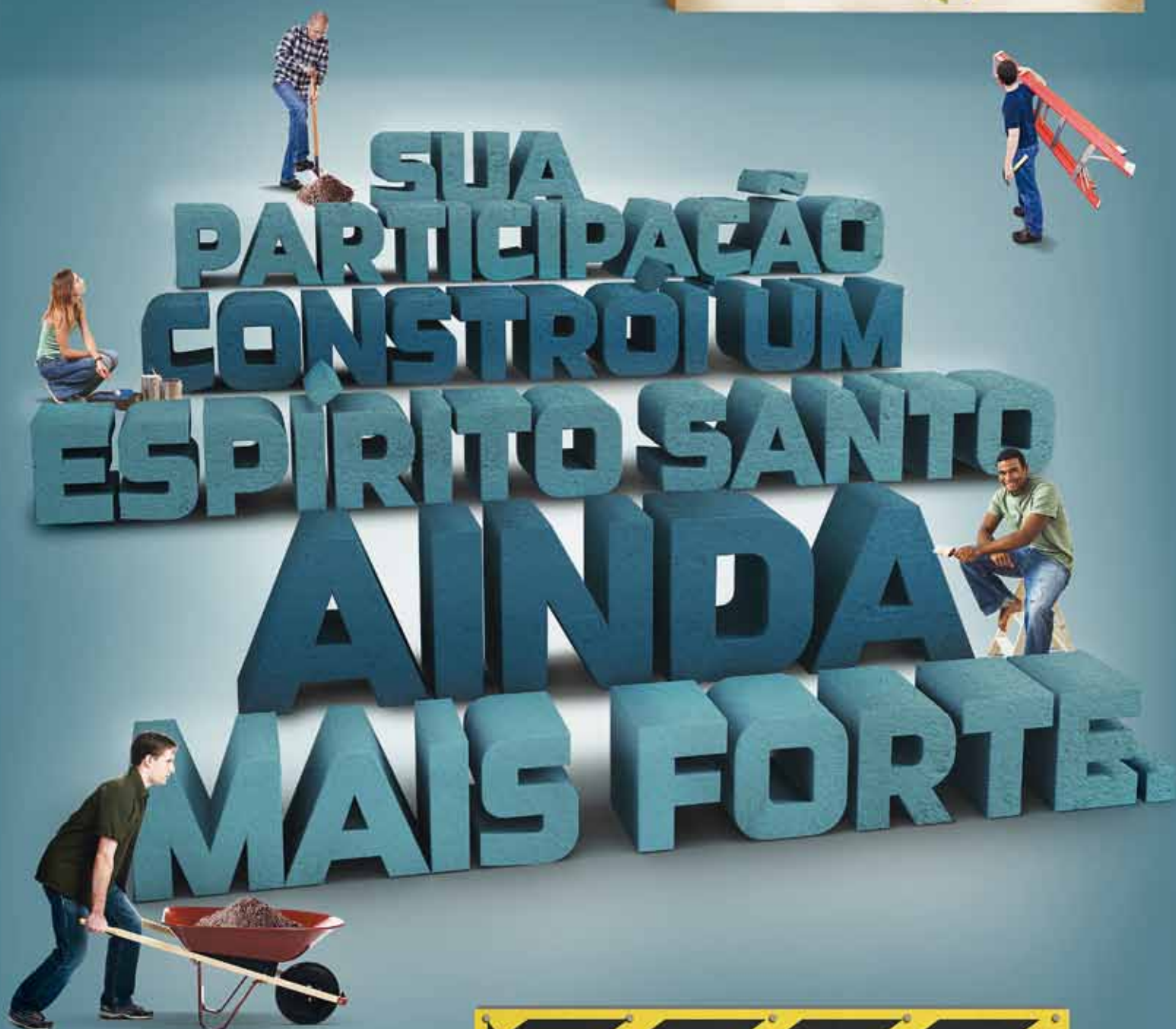




Finanças dos Municípios **Capixabas**

Ano 18 • 2012





A integração entre a administração e o cidadão torna a Governança Democrática uma realidade no Espírito Santo. Para isso, uma das medidas do Governo foi a criação dos **Conselhos de Planejamento e Articulação Regional**. Eles ouvem as demandas da população, cooperam com o planejamento e contribuem no acompanhamento para tornar realidade as ações necessárias. Assim, o desenvolvimento se torna equilibrado e sustentável por todo o Espírito Santo.

APRESENTAÇÃO



Acompanho os passos do anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** desde seu nascimento em 1995 e sei de sua imensa contribuição para o Espírito Santo. Hoje, a publicação também se faz presente em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, com o Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, essa experiência genuinamente capixaba se estendeu por todo o território nacional.

As informações fiscais dos anuários sobre finanças municipais editados pela Aequis Consultoria têm uma forte sinergia com a Lei Complementar nº 131, de 2009, a chamada Lei da Transparência, um grande avanço da democracia brasileira, que inovou em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao determinar amplo acesso, em tempo real, às informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As séries históricas sobre o desempenho das receitas e despesas municipais permitem uma compreensão sobre as finanças de cada uma das cidades capixabas, ao mesmo tempo em que fornecem uma visão do ambiente geral das finanças e da economia em sua evolução ao longo dos anos.

Por isso, o anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** tem sido utilizado cada vez mais por administradores públicos, acadêmicos, empresários, políticos e pesquisadores de diferentes áreas que aprofundam seus conhecimentos em finanças públicas.

Assino a 18ª edição com muita alegria e orgulho. Boa leitura!

Guilherme Lacerda

*Diretor da área de Infraestrutura Social, Meio Ambiente, Agropecuária e Inclusão Social do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*

Sumário



Rua Dr. Eurico Aguiar, 888, sl. 504
CEP 29056-200 - Vitória - ES
Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br

Diretor:
Alberto Jorge Mendes Borges

Editora técnica:
Tânia Mara Cursino Villela

Administrativo:
Marta Luiza Cursino Villela

Equipe técnica:
Juliano César Gomes
Luiz Eduardo de Souza Dalfior
Victor Batista Trindade
Taís Francisca Lopes (estagiária)

Assessoria de imprensa:
C2 Comunicação

Revisão:
Triade Comunicação

Projeto gráfico:
Comunicação Impressa

Editoração:
Comunicação Impressa

Capa:
Cristina Xavier

Foto da capa:
Edson Chagas / Usina de Imagens / Pedra do Camelo - Pancas - ES e Banco de Imagens Shutterstock

Ilustração:
José Paulo Ferrer (Zepa)

Impressão:
Gráfica e Editora GSA

Visite o site www.financasdosmunicipios.com.br

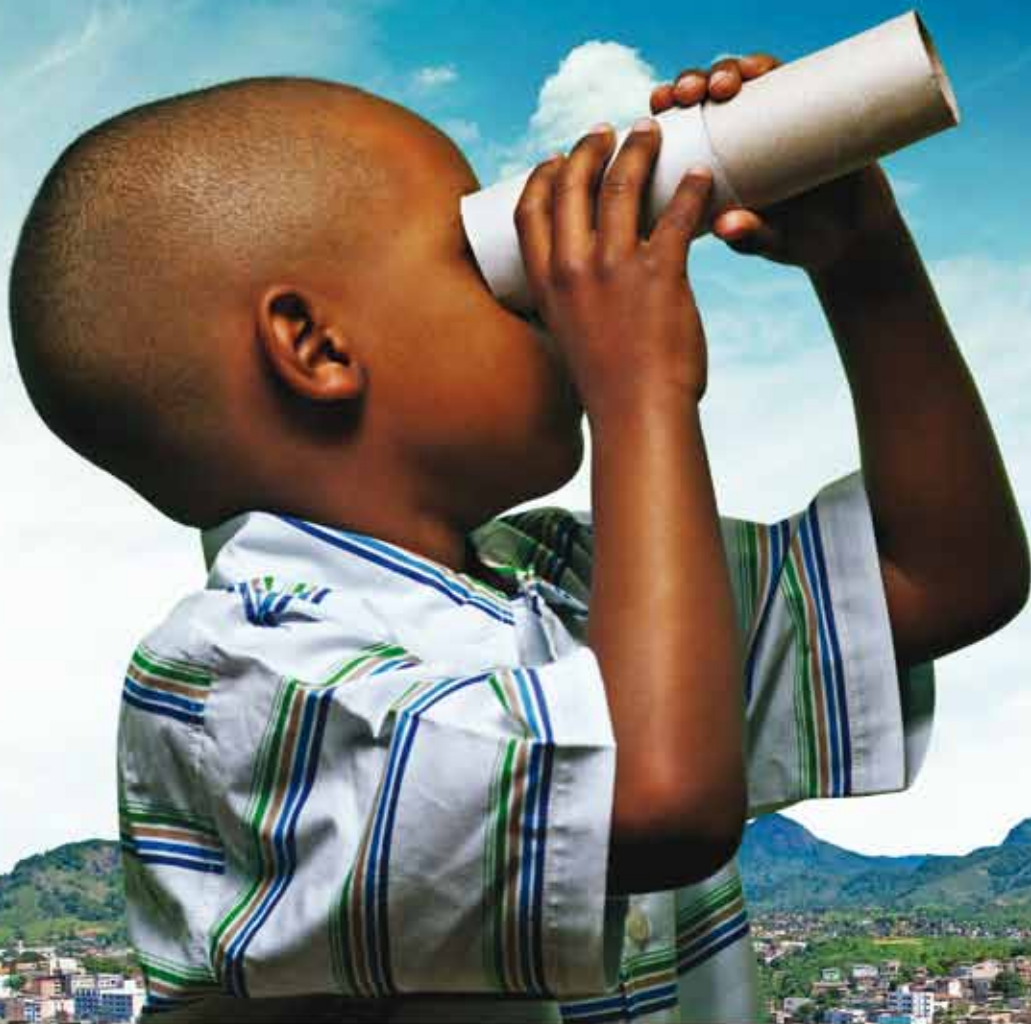
Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda
Proibida a reprodução total ou parcial da mesma
sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios Capixabas /
organização de Alberto J. M. Borges e
Tânia M. C. Villela, v18 (2012). Vitória,
ES: Aequus Consultoria, junho/2012

CDU: 336.1

Panorama	» Panorama das finanças dos municípios capixabas.....	8
	<i>Receitas</i>	<i>8</i>
	<i>Despesas</i>	<i>9</i>
	<i>Resultado orçamentário e suficiência financeira.....</i>	<i>10</i>
Receita	» ISS	24
	IPTU	28
	ITBI	32
	Taxas.....	36
	Transferências	40
	QPM-ICMS	42
	FPM	50
	Dívida ativa	56
	Saldo Fundeb	60
	Royalties do petróleo	64
Despesa	» Pessoal	70
	Custeio.....	74
	Investimentos	78
	Encargos e amortizações da dívida	84
Despesa por função	» Câmaras municipais	88
	Educação	94
	Saúde.....	98
Artigos	» O progresso e a transparência da Assembleia Legislativa	105
	<i>Informe Institucional</i>	
	Os novos desafios do federalismo e do desenvolvimento regional no Brasil..	106
	<i>Ricardo Ferraço</i>	
	O impacto da Resolução nº 13 do Senado sobre as finanças dos municípios capixabas	110
	<i>Elieser Rabello e Alberto Borges</i>	
	Royalties: para que e para quem?	114
	<i>Guerino Zanon</i>	
	A instituição Tesouro Estadual em tempo de ameaças às finanças capixabas	118
	<i>Marcos Antonio Bragatto</i>	
	Reinventando o Tribunal de Contas. Um pacto por resultados.....	122
	<i>Sebastião Carlos Ranna de Macedo</i>	
	Comércio exterior e o desenvolvimento do Espírito Santo	125
	<i>José Edil Benedito, Victor Nunes Toscano e Adriano do Carmo Santos</i>	

Cariacica é hoje uma terra de oportunidades



*Um município que
olha longe, para
enxergar perto.*

*Assim, Cariacica
cuida cada vez
melhor de sua gente.*

www.cariacica.es.gov.br



PREFEITURA
CARIACICA
A GENTE NÃO PARA DE CRESCER

NOTAS METODOLÓGICAS

Agrupamento por mesorregiões

O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** apresenta os municípios separados por mesorregiões nas tabelas sobre a evolução dos itens da receita e da despesa. A divisão regional adotada é uma adaptação daquela definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo a Região Metropolitana, composta por seis municípios retirados da Mesorregião Central: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tal adaptação foi necessária devido ao comportamento diferenciado desses municípios, o que acabava por influenciar fortemente o desempenho do total da Mesorregião Central. Em cada mesorregião os municípios estão ordenados por ordem alfabética.

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação entre diversos períodos. Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2011.

► **IPCA médio de 2011, utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos**

2006	2007	2008	2009	2010	2011
1,2868	1,2416	1,1748	1,1201	1,0664	1,0000

Fonte de dados

A principal fonte de dados utilizada são os balanços municipais consolidados coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Nos casos em que os dados não estavam consolidados, eles foram substituídos pelas informações que os municípios transmitiram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Sioppe).

Deduções do Fundef/Fundeb

A série de dados apresentada em **Finanças dos Municípios Capixabas - Ano 18 - 2012** abrange o período entre 2006 e 2011. Os dados sobre as receitas total e corrente dos municípios são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

Valorização do Magistério (Fundef) para o ano de 2006, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para os anos de 2007 a 2011.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-parte Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundef/Fundeb.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas** engloba toda a despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais (exceto as com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores) e inclui os gastos com aposentadorias e reformas, pensões, e salário-família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimento

Finanças dos Municípios Capixabas considera como despesa com investimento toda a despesa de capital, excluídas as amortizações da dívida.

Despesa com encargos e amortizações da dívida

Os gastos com encargos e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente com juros e encargos da dívida, e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Finanças dos Municípios Capixabas** abrange toda a despesa corrente, excluídos juros e encargos da dívida, e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizam-se os seguintes sinais convencionais:

- 0 ou 0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- ➡ dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. ➡ não se aplica dado numérico; e
- ... ➡ dado numérico não disponível.



**PODE SER
COMPRINHA.**



**PODE SER
COMPRÃO.**



**NÃO IMPORTA O TAMANHO OU VALOR DO PRODUTO,
PEÇA SEMPRE A NOTA FISCAL.**

Não esqueça. Pedir a nota é um gesto simples, mas que contribui muito com os investimentos na saúde, educação e infraestrutura do nosso Estado e dos municípios. Pode ser o cupom fiscal de uma TV, uma roupa ou, até mesmo, o pãozinho da padaria. **Peça sempre, leve a nota fiscal.**

SECRETARIA
DA FAZENDA



GOVERNO DO
**ESPÍRITO
SANTO**
CRESCER É COM A GENTE

VILA VELHA ESTÁ ENTRE AS 50 CIDADES BRASILEIRAS



A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro Firjan destaca Vila Velha como uma das 50 cidades com a melhor gestão financeira do país. Isso é fruto de um trabalho que começou há três anos, quando a prefeitura reuniu as secretarias na nova sede em Coqueiral de Itaparica. O servidor público passou a ser valorizado e o atendimento à população ficou mais eficiente e carinhoso. A administração de Vila Velha, integrada e mais organizada, alcançou o equilíbrio financeiro. Diminuiu as despesas e aumentou a arrecadação.



A cidade bateu todos os recordes de abertura de salas comerciais, apresenta seus melhores índices de emprego e renda e tornou-se o município com o maior potencial de consumo da região metropolitana. Com um moderno planejamento, Vila Velha despertou para um novo tempo de desenvolvimento.

COM A MELHOR ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.

danza



PREFEITURA DE
VILA VELHA
Tempo de construir

www.vilavelha.es.gov.br OUVIDORIA: 0800 283 9059

Panorama

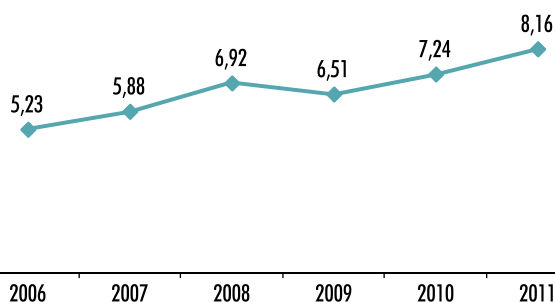
▶ Receitas

Após o colapso que se abateu sobre a economia mundial no segundo semestre de 2008, que derrubou o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e as finanças municipais no ano seguinte, os municípios assistiram a um aumento em suas receitas em 2010 e 2011. Entretanto, a recuperação está sendo lenta, pois a crise do mercado financeiro foi sucedida pela crise da dívida soberana dos países da Zona do Euro. Foram necessários três anos para que as receitas correntes dos municípios capixabas superassem em 12,6% a prevalente em 2008, desconsiderados os royalties de petróleo e as participações especiais, recursos concentrados em poucos municípios.

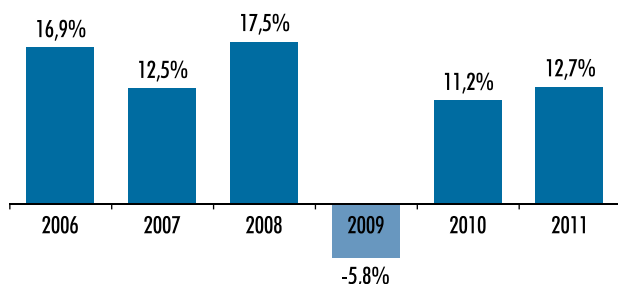
Em 2011, a receita total do conjunto dos municípios capixabas foi de R\$ 8,16 bilhões, valor 12,7% maior frente ao ano anterior, em valores já corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Se excluídos os royalties de petróleo e as participações especiais, a taxa de crescimento recua para 8,5%.

Evolução da receita total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



Os royalties do petróleo e gás e as participações especiais pagas pelas empresas exploradoras cresceram de forma espetacular em 2011, totalizando R\$ 721 milhões, valor 86,3% maior em relação ao ano anterior. Essa performance foi resultado da combinação da alta dos preços e do aumento da exploração do petróleo no Espírito Santo. O petróleo do tipo Brent, referência no setor, encerrou 2011 com o preço 38,7% maior que o do ano anterior. Com relação à exploração do petróleo, os novos campos na plataforma continental no litoral sul capixaba, inclusive na camada do pré-sal, fizeram com que a produção aumentasse 44,8% no mesmo período (veja mais sobre royalties na página 64).

A Quota-parte Municipal (QPM) correspondente a 25% da arrecadação estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu nos dois anos seguintes após o recuo de 2009, causado pela crise financeira global, com taxas de 3,9% e 10,2%, respectivamente. Porém, o valor repassado em 2011, de R\$ 2,12 bilhões, foi apenas 3,5% maior que o efetuado em 2008, ano inicial da crise financeira. Do total transferido em 2011, 71,9% foram provenientes do ICMS Normal e 28,1% do ICMS do sistema Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - Fundap (veja mais sobre ICMS na página 42).

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) encerrou 2011 com elevado crescimento. O montante de R\$ 1,14 bilhão transferido aos municípios capixabas foi 15,5% maior que o efetuado no ano anterior. Apesar de expressivo, o resultado deve ser visto com cautela, na medida em que o desempenho do FPM em 2010 foi bastante acanhado (veja mais sobre FPM na página 50).

A arrecadação do conjunto dos tributos cresceu no mesmo ritmo, pelo segundo ano consecutivo. O valor recolhido em 2011, de R\$ 1,32 bilhão, foi 9,3% maior que o do ano anterior. A arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), principal tributo municipal, totalizou R\$ 825,7 milhões, valor 6,8% maior que o de 2010. Líder estadual de arrecadação, Vitória apresentou um excelente desempenho em 2011, quando seu ISS cresceu 11,9% e atingiu R\$ 304,7 milhões. Desde 2004, o desempenho da capital não superava a média do conjunto dos municípios capixabas.

A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos municípios capixabas foi de R\$ 143,9 milhões, em 2011, valor 13% maior em relação ao ano anterior. Foi a segunda melhor taxa da década, menor

somente que a de 2007, que havia sido de 20,1%. A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) alcançou novo recorde em 2011, alcançando a marca de R\$ 116,3 milhões. O resultado foi 11,7% superior ao registrado em 2010. Mesmo com o crescimento na casa dos dois dígitos, houve, por outro lado, uma forte desaceleração no movimento de expansão da arrecadação do tributo, pois em 2010 ele havia crescido, excepcionalmente, 42,8%.

A arrecadação das taxas municipais no Espírito Santo totalizou R\$ 106,3 milhões, em 2011, o que representou um crescimento real de 12%, em relação a 2010. Essa arrecadação é altamente concentrada. Mais de 70% desse tributo é recolhido pelos municípios da Região Metropolitana, sendo que apenas Vila Velha concentra mais de um quarto da receita do conjunto dos municípios. Somando-se a arrecadação de Vitória e Serra, a participação acumulada chega a quase 60% (veja mais sobre os tributos nas páginas 24, 28, 32 e 36).

Em 2011, o conjunto dos municípios capixabas recebeu R\$ 1,25 bilhão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e repassou R\$ 691,3 milhões para a sua formação. A diferença entre os valores recebidos e enviados, ou seja, o saldo Fundeb, foi de R\$ 555,8 milhões, 9,6% a mais do que no ano anterior (veja mais sobre Saldo Fundeb na página 60).

Desempenho das cidades

A receita municipal é subdividida em dois grandes grupos: a receita corrente, que são os recursos que ingressam frequentemente nos cofres municipais, e as receitas de capital, que são fontes irregulares e provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias dos demais níveis de governo para serem aplicadas em investimentos.

Nenhum dos 78 municípios capixabas acusou queda em suas receitas correntes. Apenas em Conceição do Castelo a receita total caiu 3,3% devido à redução das transferências voluntárias, que são contabilizadas como receita de capital. Em 2010, o Município havia recebido R\$ 5,4 milhões da União, a título de transferências de capital. Em 2011, o valor auferido foi de R\$ 1,2 milhão.

Os municípios que apresentaram as taxas mais elevadas de crescimento de receita foram Itapemirim (100,6%), Presidente Kennedy (49,2%), Marataizes (47,8%) e Piúma (31,4%). Nos quatro casos foi decisivo o aumento dos royalties do petróleo e gás. Em Itapemirim, a receita total dobrou entre 2010 e 2011, saltando de R\$ 92,2 milhões para R\$ 184,9 milhões, respectivamente. Nesse mesmo período, os royalties de Ita-

pemirim saltaram de R\$ 24,0 milhões para R\$ 98,1 milhões.

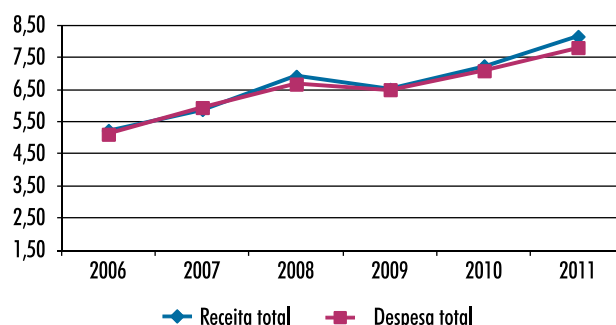
Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, os aumentos mais expressivos na receita foram verificados em São Mateus (17,6%), Linhares (17,3%), Viana (16,3%), Aracruz (15,8%) e Cariacica (10,3%). Em Vitória o aumento foi de 6,5%.

Despesas

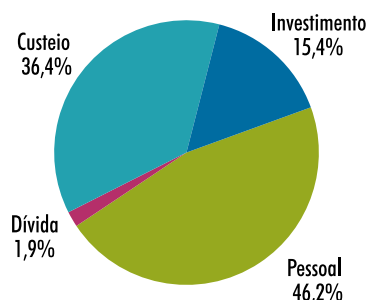
Em 2011, as despesas dos municípios capixabas somaram R\$ 7,81 bilhões, com alta de 10,8%, em relação ao ano anterior. Observando-se as categorias econômicas, desse total, 46,2% foram destinados para pessoal, 36,4% para os demais custeios, 15,4% foram aplicados em investimentos e 1,9% para o pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Evolução da receita total e da despesa total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2011



Composição da despesa por categoria econômica 2011



Com pessoal foram desembolsados R\$ 3,61 bilhões em 2011, 7,9% a mais comparado a 2010. No último triênio, houve uma redução nas taxas de crescimento dos gastos com pessoal sob influência do impacto da crise mundial nas receitas municipais. A queda da receita de 2009, sua lenta recuperação nos dois anos seguintes e o ambiente de incertezas sobre o seu comportamento futuro deixaram os

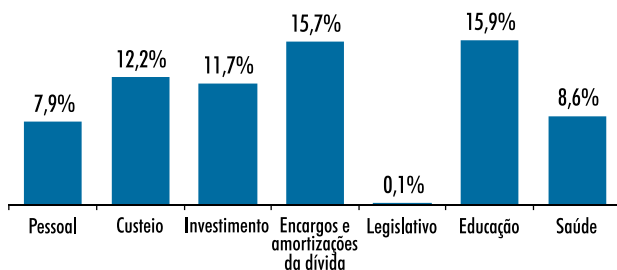
administradores mais cautelosos quanto aos gastos com o funcionalismo. Essa vigilância deveu-se também à preocupação dos administradores municipais em não ultrapassarem o teto máximo de 60% do comprometimento da despesa com pessoal na Receita Corrente Líquida (RCL), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (veja mais sobre pessoal na página 70).

As despesas com custeio tiveram crescimento de 12,2%, em 2011, totalizando R\$ 2,85 bilhões. Essa expansão foi motivada por dois fatores: primeiro, a retomada do ritmo de crescimento da receita que, em 2011, apresentou um aumento de 12,7%; e, segundo, a maturação dos investimentos efetuados em anos anteriores, que pressiona o aumento dos gastos correntes (veja mais sobre custeio na página 74).

Em 2011, o volume dos investimentos efetuados pelos municípios capixabas totalizou R\$ 1,21 bilhão, praticamente se igualando ao recorde de R\$ 1,24 bilhão aplicado em 2008. Foram R\$ 126 milhões adicionais se comparados ao ano anterior. Do total dos investimentos, 74,2% foram realizados com recursos próprios, 12,8% por meio de transferência do governo estadual, 8,6% da União, 3,4% através das operações de crédito e 1% com outras fontes de capital de menor relevância (veja mais sobre investimento na página 78).

Os municípios desembolsaram R\$ 149,8 milhões com encargos e amortizações da dívida, valor 15,7% maior frente ao ano anterior, o que representou recursos adicionais da ordem de R\$ 20,3 milhões. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo comportamento do Município de Serra, cuja despesa foi acrescida em R\$ 10,7 milhões (veja mais sobre encargos e amortizações da dívida na página 84).

Taxa de crescimento dos principais itens da despesa 2011/2010



Com relação à despesa segundo suas funções, verifica-se que educação e saúde são as duas áreas para as quais são destinados os maiores montantes da receita dos municípios capixabas. Em 2011, a educação consumiu 27,7% e a saúde, 17,7%, da despesa total. Juntas, essas duas funções sociais representaram 45,5% do total despendido.

Em 2011, os gastos com saúde apresentaram um crescimento de 8,6%, em relação a 2010, totalizando R\$ 1,39 bilhão. Já os gastos com educação apresentaram aumento de 8,6%, passando de R\$ 1,99 bilhão para R\$ 2,17 bilhões. Foi o segundo ano de aumento na aplicação de recursos na área, após o encolhimento de 2009, devido ao impacto da crise financeira internacional nas receitas municipais (veja mais sobre saúde na página 98 e educação na página 94).

A despesa das câmaras municipais totalizou R\$ 211,3 milhões em 2011, praticamente repetindo o valor do ano passado. Essa estabilidade, num cenário de aumento das receitas, deve-se ao fato de os recursos transferidos pelo Poder Executivo ao Legislativo estarem atrelados ao montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso. Ou seja, o desempenho dos gastos das câmaras, em 2011, esteve associado às receitas municipais de 2010 (veja mais sobre os gastos dos legislativos na página 88).

Resultado orçamentário e suficiência financeira

O resultado orçamentário e a suficiência (ou insuficiência) financeira são dois indicadores que permitem que se tenha uma ideia geral sobre a saúde financeira dos municípios.

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas e as despesas. Quando é positivo, é chamado de superávit orçamentário. Caso contrário, é chamado de déficit orçamentário.

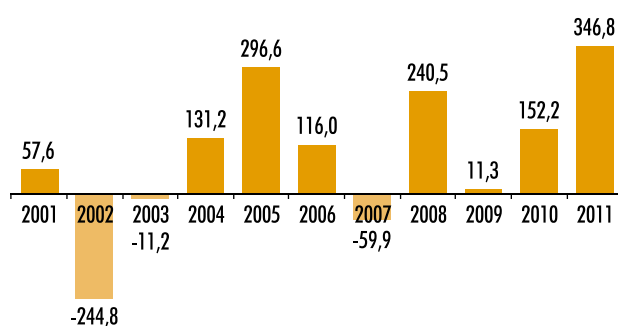
Superávit = receita > despesa
Déficit = receita < despesa

Da mesma forma que em 2010, em 2011 a grande maioria dos municípios (60 dos 78) obteve superávit orçamentário, que totalizou R\$ 346,8 milhões. Itapemirim e Presidente Kennedy registraram os maiores superávits, de R\$ 60,9 milhões e R\$ 54,3 milhões, respectivamente. Foram seguidos por Serra (R\$ 26,3 milhões), Linhares (R\$ 25,9 milhões), Aracruz (R\$ 25,9 milhões), Vitória (R\$ 25,5 milhões) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 15,9 milhões). Como proporção da receita, os maiores superávits também foram registrados por Itapemirim (32,9%) e Presidente Kennedy (24,2%). Na sequência, aparecem Dolores do Rio Preto (21,6%), Pedro Canário (16,5%) e Marataízes (16,2%).

Vila Velha registrou um déficit de R\$ 14 milhões, valor que correspondeu a apenas 2,1% de suas receitas. Déficits acima de R\$ 2 milhões foram observados em Afonso Cláudio (R\$ 5,5 milhões), Colatina (R\$ 3,2 milhões) e Nova Venécia (R\$ 2,4 milhões). Em termos percentuais, os maiores déficits foram observados em Alto Rio Novo (9,7%) e Afonso Cláudio (9,1%).

Evolução do resultado orçamentário

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



► Número de municípios com resultados orçamentários positivos e negativos - 2006-2011

Resultado orçamentário	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Superávit	57	51	56	52	62	60
Déficit	21	27	22	26	16	18
Total de municípios	78	78	78	78	78	78

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Em que pese o município apresentar déficit ou superávit num determinado exercício financeiro, é importante observar sua situação de caixa (suficiência ou insuficiência financeira), que é medida pela diferença entre os ativos e passivos financeiros de curto prazo. Os ativos financeiros são compostos, principalmente, pelos recursos depositados nos bancos em conta corrente ou em aplicações financeiras. Os passivos financeiros, por sua vez, são integrados basicamente pelos restos a pagar, que são dívidas não quitadas no ano anterior. O déficit orçamentário pode não significar nenhum prejuízo ao equilíbrio das contas públicas, caso haja cobertura financeira (suficiência financeira). Isso significa que a administração municipal gastou mais do que recebeu naquele ano, porém, possuía ativos financeiros suficientes para cobrir seus passivos (dívida de curto prazo) e também o déficit orçamentário.

Para efeito de análise foram considerados os ativos e passivos dos poderes Executivo e Legislativo, e das administrações direta e indireta. Não foram considerados os dados dos Institutos de Previdência, pois a inclusão de sua reserva financeira como ativo disponível de curto prazo distorce a análise, na medida em que esses recursos são destinados exclusivamente ao pagamento das futuras aposentadorias e pensões dos servidores públicos, não sendo assim lastro para cobrir os passivos de curto prazo do restante da administração.

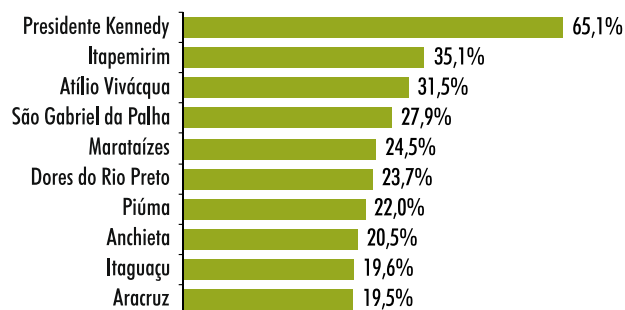
Ao final de 2011, em apenas quatro municípios os passivos financeiros eram superiores aos ativos financeiros, ou seja, apresentavam insuficiência financeira. Mesmo assim, apenas

Alto Rio Novo apresentava níveis elevados de endividamento de curto prazo. O balanço do Município registra que ele tinha ativos de R\$ 1,96 milhão contra um passivo de R\$ 5,22 milhões. O valor a descoberto, de R\$ 3,27 milhões, correspondeu a 19% de sua receita corrente. Em seguida, aparecem Guarapari (R\$ 3,7 milhões), Mimoso do Sul (R\$ 1,1 milhão) e Pedro Canário (R\$ 168,6 mil) cujos endividamentos corresponderam a 2%, 2,5% e 0,4% de suas receitas correntes, respectivamente.

Em 25 municípios capixabas o indicador de suficiência financeira em relação à receita corrente foi de até 5%. São municípios que administram uma situação de caixa bastante apertada. Em caso de uma queda imprevista de receita, podem sofrer sérios desequilíbrios fiscais. A situação é um pouco melhor para 19 municípios, cujos níveis de reserva estavam entre 5% e 10% da receita corrente. Outros 32 municípios contavam com reservas financeiras um pouco mais confortáveis, maiores que 10% da receita corrente, sendo que em dez delas superavam 20% da receita corrente.

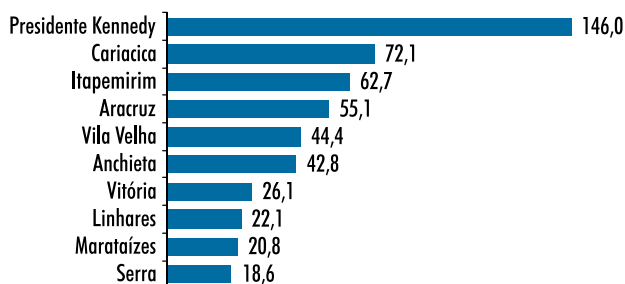
No topo da lista encontra-se Presidente Kennedy. O Município contava com R\$ 210,2 milhões em ativos financeiros e seus passivos eram de R\$ 64,2 milhões. Ou seja, detinha uma reserva de R\$ 146 milhões, valor que corresponde a 65,1% de sua receita corrente.

As dez maiores participações da suficiência financeira na receita corrente em 2011



As dez maiores suficiências financeiras em 2011

em R\$ milhões



► Receita total¹ - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Partic. rec. total ¹ 2011	Rec. total ¹ per capita 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %		em R\$
MS Noroeste	587.486,3	625.327,9	718.675,2	683.239,8	751.702,8	824.585,4	9,7	10,1	1.986,59
Água Doce do Norte	18.887,6	18.352,4	22.947,0	21.661,9	25.652,3	27.093,1	5,6	0,3	2.316,44
Águia Branca	17.682,7	17.258,9	21.816,1	19.585,4	23.849,9	27.658,4	16,0	0,3	2.907,44
Alto Rio Novo	12.604,7	13.600,7	16.522,8	14.540,5	16.168,2	18.169,4	12,4	0,2	2.473,70
Baixo Guandu	47.160,3	48.773,1	54.234,5	48.000,1	51.297,3	54.143,0	5,5	0,7	1.855,61
Barra de São Francisco	45.872,2	53.428,4	64.049,9	57.639,8	62.001,6	72.191,3	16,4	0,9	1.765,76
Boa Esperança	21.090,8	24.102,1	28.483,9	26.289,5	27.826,9	35.255,3	26,7	0,4	2.475,97
Colatina	151.190,3	168.309,1	174.250,1	176.808,8	190.815,4	205.012,3	7,4	2,5	1.823,43
Ecoporanga	33.801,9	35.437,2	40.804,9	39.266,8	44.896,8	45.782,3	2,0	0,6	1.977,30
Governador Lindenberg	18.237,4	19.655,6	22.628,5	21.291,5	24.843,3	26.230,8	5,6	0,3	2.386,79
Mantenópolis	19.385,3	21.506,4	23.072,8	22.366,4	26.646,0	29.607,6	11,1	0,4	2.157,83
Marilândia	19.168,4	17.936,3	20.488,4	21.269,7	22.157,7	25.791,3	16,4	0,3	2.303,20
Nova Venécia	60.706,9	63.282,5	76.913,4	72.968,5	75.239,3	83.905,3	11,5	1,0	1.813,66
Pancas	30.852,9	28.333,9	34.251,1	31.207,6	35.438,9	37.827,8	6,7	0,5	1.748,37
São Domingos do Norte	14.638,7	16.369,0	19.766,5	17.211,2	19.245,6	21.715,1	12,8	0,3	2.702,22
São Gabriel da Palha	36.026,9	38.016,4	49.239,9	47.707,7	55.996,5	61.344,4	9,6	0,8	1.901,33
Vila Pavão	18.397,1	17.159,3	19.776,8	18.701,4	19.962,3	21.481,2	7,6	0,3	2.469,38
Vila Valério	21.782,3	23.806,5	29.428,7	26.722,8	29.664,8	31.376,9	5,8	0,4	2.269,25
MS Litoral Norte	995.352,4	1.066.716,7	1.305.915,7	1.135.409,9	1.236.716,8	1.423.463,2	15,1	17,4	2.561,50
Aracruz	248.239,5	255.354,1	284.482,9	252.397,5	244.427,4	283.101,9	15,8	3,5	3.404,63
Conceição da Barra	44.947,1	53.894,8	59.075,2	51.482,9	69.127,6	75.017,8	8,5	0,9	2.623,00
Fundão	28.833,3	32.734,8	39.379,1	32.934,1	40.544,3	45.193,4	11,5	0,6	2.607,21
Ibiraçu	21.479,7	23.824,0	26.444,1	24.002,6	25.845,9	29.470,7	14,0	0,4	2.617,76
Jaguare	57.409,6	52.542,8	60.876,5	53.431,7	54.840,2	64.754,8	18,1	0,8	2.582,65
João Neiva	32.300,0	34.017,8	38.930,0	33.749,4	34.612,4	38.595,3	11,5	0,5	2.435,34
Linhares	229.928,0	256.925,5	359.406,7	302.155,6	351.961,2	412.791,3	17,3	5,1	2.876,41
Montanha	30.695,8	29.536,7	35.244,8	32.579,5	34.466,1	39.086,1	13,4	0,5	2.184,31
Mucurici	16.067,3	15.387,0	17.048,8	15.428,9	16.998,6	19.319,5	13,7	0,2	3.427,27
Pedro Canário	27.315,1	30.386,3	36.062,2	36.120,6	42.089,3	44.072,7	4,7	0,5	1.841,35
Pinheiros	35.682,7	46.654,5	52.031,1	40.037,3	45.198,1	50.848,3	12,5	0,6	2.110,50
Ponto Belo	14.787,3	15.313,0	17.655,0	16.449,7	17.603,9	19.142,3	8,7	0,2	2.721,40
Rio Bananal	28.968,0	33.520,2	39.285,9	39.789,3	42.378,5	49.789,6	17,5	0,6	2.825,26
São Mateus	146.739,5	153.748,0	201.636,3	169.512,4	177.481,6	208.683,2	17,6	2,6	1.889,32
Sooretama	31.959,2	32.877,1	38.357,3	35.338,4	39.141,7	43.596,1	11,4	0,5	1.796,22
MS Central	555.592,7	613.772,7	693.371,8	659.925,0	769.486,4	884.695,5	15,0	10,8	2.780,30
Afonso Cláudio	38.477,5	40.776,3	46.215,4	45.219,0	56.821,8	60.341,7	6,2	0,7	1.946,25
Alfredo Chaves	21.995,9	24.565,9	31.541,6	28.704,7	29.184,1	33.849,1	16,0	0,4	2.420,90
Anchieta	91.709,0	119.782,2	121.974,3	129.860,4	172.510,0	216.132,4	25,3	2,6	8.907,16
Brejetuba	19.162,6	22.909,6	25.321,2	23.617,6	28.600,0	28.749,9	0,5	0,4	2.409,27
Conceição do Castelo	24.025,3	24.583,7	29.188,4	24.822,7	30.251,1	29.256,1	-3,3	0,4	2.491,79
Domingos Martins	51.946,3	52.730,3	60.415,1	55.586,8	64.048,1	72.615,4	13,4	0,9	2.273,07
Iconha	24.805,9	26.847,6	29.190,7	25.826,5	28.124,8	34.599,0	23,0	0,4	2.745,30
Itaguaçu	24.594,3	26.007,7	29.807,1	25.787,4	29.805,8	32.538,1	9,2	0,4	2.306,52
Itarana	19.534,2	18.610,9	23.504,9	22.008,7	21.386,1	24.356,5	13,9	0,3	2.246,91
Laranja da Terra	17.648,9	19.188,6	22.033,6	20.454,8	21.749,9	26.311,9	21,0	0,3	2.432,24
Marechal Floriano	26.498,3	27.736,8	29.644,3	28.459,9	28.320,4	33.437,5	18,1	0,4	2.318,51
Piúma	26.287,2	28.898,6	30.168,5	32.672,8	39.604,7	52.038,4	31,4	0,6	2.833,72
Rio Novo do Sul	15.959,3	16.608,9	19.646,0	18.608,1	20.454,2	21.960,3	7,4	0,3	1.938,25
Santa Leopoldina	21.328,0	23.768,8	27.996,0	24.078,4	26.118,5	26.618,6	1,9	0,3	2.177,74
Santa Maria de Jetibá	43.245,5	50.592,2	62.272,2	57.584,0	62.193,8	71.435,5	14,9	0,9	2.065,15
Santa Teresa	39.336,8	38.360,6	44.765,0	39.681,9	44.676,9	49.913,1	11,7	0,6	2.277,47
São Roque do Canaã	15.997,6	16.297,8	20.280,8	20.360,4	22.809,5	25.175,0	10,4	0,3	2.219,83
Venda Nova do Imigrante	33.040,2	35.506,3	39.406,9	36.590,7	42.820,7	45.367,0	5,9	0,6	2.183,62
Região Metropolitana	2.340.223,5	2.730.001,9	3.128.142,3	3.029.564,1	3.344.423,7	3.606.371,1	7,8	44,2	2.134,59
Cariacica	238.645,6	284.951,3	325.425,5	346.319,0	365.211,4	403.006,7	10,3	4,9	1.149,43
Guarapari	115.967,2	128.527,4	148.328,0	151.846,2	175.591,6	192.883,5	9,8	2,4	1.809,70
Serra	576.211,5	637.933,7	748.191,6	719.817,0	800.930,4	848.307,7	5,9	10,4	2.039,06
Viana	87.576,4	84.907,4	96.080,4	98.195,7	100.535,0	116.886,2	16,3	1,4	1.774,01
Vila Velha	380.744,8	422.188,6	522.870,3	504.817,8	598.603,2	657.132,1	9,8	8,1	1.565,14
Vitória	941.078,0	1.171.493,5	1.287.246,5	1.208.568,5	1.303.552,2	1.388.154,8	6,5	17,0	4.199,84
MS Sul	752.322,4	848.408,3	1.070.554,2	1.004.445,9	1.138.997,5	1.419.288,2	24,6	17,4	2.496,25
Alegre	45.720,3	47.270,0	55.001,4	57.986,5	58.043,9	65.288,8	12,5	0,8	2.126,95
Apicá	12.794,9	15.479,0	16.654,8	15.109,1	16.193,1	18.402,7	13,6	0,2	2.452,05
Atílio Vivacqua	17.249,8	18.101,2	20.789,7	21.362,5	22.146,9	25.540,4	15,3	0,3	2.562,50
Bom Jesus do Norte	13.037,6	13.531,3	18.176,7	16.012,2	18.164,4	18.809,4	3,6	0,2	1.980,77
Cachoeiro de Itapemirim	182.607,5	224.111,3	260.895,4	245.590,1	261.944,8	287.670,1	9,8	3,5	1.505,80
Castelo	45.641,4	50.714,3	64.011,4	56.877,4	59.489,4	64.778,5	8,9	0,8	1.856,12
Divino de São Lourenço	10.646,7	10.887,4	12.497,6	10.456,4	11.802,4	13.404,3	13,6	0,2	2.983,37
Dores do Rio Preto	12.300,2	13.345,2	15.493,0	13.681,1	15.076,6	17.146,6	13,7	0,2	2.673,30
Guaçu	33.719,7	40.667,4	52.257,1	49.165,9	52.700,9	60.069,9	14,0	0,7	2.142,83
Ibatiba	27.791,9	27.841,4	32.740,5	31.287,2	38.748,8	39.125,6	1,0	0,5	1.730,53
Ibitirama	15.757,5	18.926,4	19.051,5	15.939,5	19.044,1	21.753,2	14,2	0,3	2.433,79
Irupí	16.435,8	17.626,4	20.624,7	19.109,2	23.027,3	25.837,5	12,2	0,3	2.184,25
Itapemirim	60.249,8	69.964,8	84.735,3	72.709,1	92.162,7	184.896,0	100,6	2,3	5.924,45
Júna	34.863,2	35.885,8	41.283,3	38.731,9	46.320,0	50.209,2	8,4	0,6	1.830,98
Jerônimo Monteiro	17.486,7	18.023,4	21.234,3	19.485,0	22.192,2	25.526,5	15,0	0,3	2.335,03
Marataizes	32.599,5	40.539,7	50.242,3	48.639,7	58.138,1	85.950,9	47,8	1,1	2.497,70
Mimoso do Sul	36.704,3	38.795,4	42.896,2	40.969,5	44.930,8	47.736,3	6,2	0,6	1.844,53
Muniz Freire	29.808,8	31.979,4	39.625,3	36.953,2	40.035,0	43.198,6	7,9	0,5	2.360,84
Muqui	19.522,9	21.440,9	25.399,0	21.161,3	23.108,7	28.929,7	25,2	0,4	2.001,78
Presidente Kennedy	31.808,9	41.033,9	112.945,5	110.342,5	150.367,1	224.396,3	49,2	2,8	2.163,73
São José do Calçado	23.375,2	20.447,7	23.428,3	22.724,7	23.843,9	26.425,1	10,8	0,3	2.540,14
Vargem Alta	32.199,7	31.796,2	40.571,0	40.152,1	41.516,5	44.192,5	6,4	0,5	2.293,93
TOTAL	5.230.977,3	5.884.227,6	6.916.659,2	6.512.584,6	7.241.327,1	8.158.403,3	12,7	100,0	2.300,05

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita total

Posição	Município	Receita total¹ em R\$	População 2011
1º	Vitória	1.388.154.782,21	330.526
2º	Serra	848.307.669,76	416.029
3º	Vila Velha	657.132.141,03	419.854
4º	Linhares	412.791.286,86	143.509
5º	Cariacica	403.006.697,05	350.615
6º	Cachoeiro de Itapemirim	287.670.136,16	191.042
7º	Aracruz	283.101.897,09	83.152
8º	Presidente Kennedy	224.396.283,35	10.373
9º	Anchieta	216.132.355,96	24.265
10º	São Mateus	208.683.191,54	110.454
11º	Colatina	205.012.325,80	112.432
12º	Guarapari	192.883.530,40	106.583
13º	Itapemirim	184.896.016,96	31.209
14º	Viana	116.886.241,56	65.888
15º	Marataizes	85.950.936,84	34.412
16º	Nova Venécia	83.905.297,15	46.263
17º	Conceição da Barra	75.017.835,96	28.600
18º	Domingos Martins	72.615.360,05	31.946
19º	Barra de São Francisco	72.191.263,56	40.884
20º	Santa Maria de Jetibá	71.435.493,50	34.591
21º	Alegre	65.288.759,66	30.696
22º	Castelo	64.778.521,76	34.900
23º	Jaguaré	64.754.811,89	25.073
24º	São Gabriel da Palha	61.344.410,57	32.264
25º	Afonso Cláudio	60.341.655,41	31.004
26º	Guaçuí	60.069.857,66	28.033
27º	Baixo Guandu	54.142.978,85	29.178
28º	Piúma	52.038.389,36	18.364
29º	Pinheiros	50.848.297,73	24.093
30º	Iúna	50.209.245,64	27.422
31º	Santa Teresa	49.913.117,11	21.916
32º	Rio Bananal	49.789.634,98	17.623
33º	Mimoso do Sul	47.736.336,79	25.880
34º	Ecoporanga	45.782.333,35	23.154
35º	Venda Nova do Imigrante	45.366.989,21	20.776
36º	Fundão	45.193.410,75	17.334
37º	Vargem Alta	44.192.500,61	19.265
38º	Pedro Canário	44.072.744,61	23.935
39º	Sooretama	43.596.108,61	24.271
40º	Muniz Freire	43.198.580,25	18.298
41º	Ibatiba	39.125.597,78	22.609
42º	Montanha	39.086.072,22	17.894
43º	João Neiva	38.595.275,13	15.848
44º	Pancas	37.827.763,64	21.636
45º	Boa Esperança	35.255.341,92	14.239
46º	Iconha	34.599.010,53	12.603
47º	Alfredo Chaves	33.849.086,00	13.982
48º	Marechal Floriano	33.437.543,74	14.422
49º	Itaguaçu	32.538.146,34	14.107
50º	Vila Valério	31.376.862,46	13.827
51º	Mantenópolis	29.607.586,36	13.721
52º	Ibiraçu	29.470.742,82	11.258
53º	Conceição do Castelo	29.256.121,13	11.741
54º	Muqui	28.929.691,38	14.452
55º	Brejetuba	28.749.852,25	11.933
56º	Água Branca	27.658.434,37	9.513
57º	Água Doce do Norte	27.093.108,47	11.696
58º	Santa Leopoldina	26.618.559,84	12.223
59º	São José do Calçado	26.425.122,98	10.403
60º	Laranja da Terra	26.311.936,74	10.818
61º	Governador Lindenberg	26.230.832,65	10.990
62º	Irupi	25.837.464,40	11.829
63º	Marilândia	25.791.280,56	11.198
64º	Atílio Vivácqua	25.540.413,08	9.967
65º	Jerônimo Monteiro	25.526.532,87	10.932
66º	São Roque do Canaã	25.175.037,65	11.341
67º	Itarana	24.356.498,61	10.840
68º	Rio Novo do Sul	21.960.335,08	11.330
69º	Ibitirama	21.753.233,19	8.938
70º	São Domingos do Norte	21.715.072,80	8.036
71º	Vila Pavão	21.481.169,99	8.699
72º	Mucurici	19.319.544,28	5.637
73º	Ponto Belo	19.142.331,45	7.034
74º	Bom Jesus do Norte	18.809.436,81	9.496
75º	Apicá	18.402.669,80	7.505
76º	Alto Rio Novo	18.169.351,28	7.345
77º	Dores do Rio Preto	17.146.562,76	6.414
78º	Divino de São Lourenço	13.404.259,42	4.493
TOTAL		8.158.403.310,37	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita total per capita

Posição	Município	A / B	Receita total¹ (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Presidente Kennedy	21.632,73	224.396.283,35	10.373
2º	Anchieta	8.907,16	216.132.355,96	24.265
3º	Itapemirim	5.924,45	184.896.016,96	31.209
4º	Vitória	4.199,84	1.388.154.782,21	330.526
5º	Mucurici	3.427,27	19.319.544,28	5.637
6º	Aracruz	3.404,63	283.101.897,09	83.152
7º	Divino de São Lourenço	2.983,37	13.404.259,42	4.493
8º	Água Branca	2.907,44	27.658.434,37	9.513
9º	Linhares	2.876,41	412.791.286,86	143.509
10º	Piúma	2.833,72	52.038.389,36	18.364
11º	Rio Bananal	2.825,26	49.789.634,98	17.623
12º	Iconha	2.745,30	34.599.010,53	12.603
13º	Ponto Belo	2.721,40	19.142.331,45	7.034
14º	São Domingos do Norte	2.702,22	21.715.072,80	8.036
15º	Dores do Rio Preto	2.673,30	17.146.562,76	6.414
16º	Conceição da Barra	2.623,00	75.017.835,96	28.600
17º	Ibiraçu	2.617,76	29.470.742,82	11.258
18º	Fundão	2.607,21	45.193.410,75	17.334
19º	Jaguaré	2.582,65	64.754.811,89	25.073
20º	Atílio Vivácqua	2.562,50	25.540.413,08	9.967
21º	São José do Calçado	2.540,14	26.425.122,98	10.403
22º	Marataizes	2.497,70	85.950.936,84	34.412
23º	Conceição do Castelo	2.491,79	29.256.121,13	11.741
24º	Boa Esperança	2.475,97	35.255.341,92	14.239
25º	Alto Rio Novo	2.473,70	18.169.351,28	7.345
26º	Vila Pavão	2.469,38	21.481.169,99	8.699
27º	Apicá	2.452,05	18.402.669,80	7.505
28º	João Neiva	2.435,34	38.595.275,13	15.848
29º	Ibitirama	2.433,79	21.753.233,19	8.938
30º	Laranja da Terra	2.432,24	26.311.936,74	10.818
31º	Alfredo Chaves	2.420,90	33.849.086,00	13.982
32º	Brejetuba	2.409,27	28.749.852,25	11.933
33º	Governador Lindenberg	2.386,79	26.230.832,65	10.990
34º	Muniz Freire	2.360,84	43.198.580,25	18.298
35º	Jerônimo Monteiro	2.335,03	25.526.532,87	10.932
36º	Marechal Floriano	2.318,51	33.437.543,74	14.422
37º	Água Doce do Norte	2.316,44	27.093.108,47	11.696
38º	Itaguaçu	2.306,52	32.538.146,34	14.107
39º	Marilândia	2.303,20	25.791.280,56	11.198
40º	Vargem Alta	2.293,93	44.192.500,61	19.265
41º	Santa Teresa	2.277,47	49.913.117,11	21.916
42º	Domingos Martins	2.273,07	72.615.360,05	31.946
43º	Vila Valério	2.269,25	31.376.862,46	13.827
44º	Itarana	2.246,91	24.356.498,61	10.840
45º	São Roque do Canaã	2.219,83	25.175.037,65	11.341
46º	Montanha	2.184,31	39.086.072,22	17.894
47º	Irupi	2.184,25	25.837.464,40	11.829
48º	Venda Nova do Imigrante	2.183,62	45.366.989,21	20.776
49º	Santa Leopoldina	2.177,74	26.618.559,84	12.223
50º	Mantenópolis	2.157,83	29.607.586,36	13.721
51º	Guaçuí	2.142,83	60.069.857,66	28.033
52º	Alegre	2.126,95	65.288.759,66	30.696
53º	Pinheiros	2.110,50	50.848.297,73	24.093
54º	Santa Maria de Jetibá	2.065,15	71.435.493,50	34.591
55º	Serra	2.039,06	848.307.669,76	416.029
56º	Muqui	2.001,78	28.929.691,38	14.452
57º	Bom Jesus do Norte	1.980,77	18.809.436,81	9.496
58º	Ecoporanga	1.977,30	45.782.333,35	23.154
59º	Afonso Cláudio	1.946,25	60.341.655,41	31.004
60º	Rio Novo do Sul	1.938,25	21.960.335,08	11.330
61º	São Gabriel da Palha	1.901,33	61.344.410,57	32.264
62º	São Mateus	1.889,32	208.683.191,54	110.454
63º	Castelo	1.856,12	64.778.521,76	34.900
64º	Baixo Guandu	1.855,61	54.142.978,85	29.178
65º	Mimoso do Sul	1.844,53	47.736.336,79	25.880
66º	Pedro Canário	1.841,35	44.072.744,61	23.935
67º	Iúna	1.830,98	50.209.245,64	27.422
68º	Colatina	1.823,43	205.012.325,80	112.432
69º	Nova Venécia	1.813,66	83.905.297,15	46.263
70º	Guarapari	1.809,70	192.883.530,40	106.583
71º	Sooretama	1.796,22	43.596.108,61	24.271
72º	Viana	1.774,01	116.886.241,56	65.888
73º	Barra de São Francisco	1.765,76	72.191.263,56	40.884
74º	Pancas	1.748,37	37.827.763,64	21.636
75º	Ibatiba	1.730,53	39.125.597,78	22.609
76º	Vila Velha	1.565,14	657.132.141,03	419.854
77º	Cachoeiro de Itapemirim	1.505,80	287.670.136,16	191.042
78º	Cariacica	1.149,43	403.006.697,05	350.615
TOTAL		2.300,05	8.158.403.310,37	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita corrente¹ - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Partic. na rec. total ¹ 2011	Rec. corrente per capita 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %		em R\$
MS Noroeste	543.470,5	586.319,3	674.647,8	639.344,4	690.911,2	768.717,1	11,3	93,2	1.852,00
Água Doce do Norte	16.834,6	17.275,6	20.681,1	19.382,1	21.732,2	23.405,0	7,7	86,4	2.001,11
Águia Branca	14.431,2	16.254,0	19.257,6	17.921,5	20.469,4	23.130,8	13,0	83,6	2.431,49
Alto Rio Novo	11.341,2	11.911,6	16.349,6	13.399,4	14.062,3	17.155,4	22,0	94,4	2.335,65
Baixo Guandu	43.458,0	44.374,2	49.033,0	45.319,2	47.291,6	51.613,6	9,1	95,3	1.768,92
Barra de São Francisco	43.853,4	52.888,4	63.158,6	56.172,5	57.790,3	67.108,8	16,1	93,0	1.641,44
Boa Esperança	20.672,2	22.768,9	25.486,1	24.320,4	24.684,4	30.030,5	21,7	85,2	2.109,03
Colatina	139.917,5	154.404,5	169.130,8	166.538,6	179.752,6	196.436,5	9,3	95,8	1.747,16
Ecoporanga	32.721,6	34.163,6	39.480,3	38.122,1	43.122,2	44.873,5	4,1	98,0	1.938,05
Governador Lindenberg	17.805,0	17.819,3	19.733,1	19.152,4	20.793,1	22.604,3	8,7	86,2	2.056,81
Mantenópolis	18.645,2	20.777,9	21.905,2	19.914,2	23.010,1	27.182,0	18,1	91,8	1.981,05
Marilândia	15.813,8	16.977,0	20.141,1	19.658,0	20.686,4	23.660,2	14,4	91,7	2.112,90
Nova Venécia	56.735,9	61.580,2	73.128,3	69.847,3	72.677,2	81.045,8	11,5	96,6	1.751,85
Pancas	28.465,5	27.319,8	33.308,8	29.645,9	31.859,5	35.336,2	10,9	93,4	1.633,21
São Domingos do Norte	13.103,9	14.464,2	16.772,0	16.213,5	17.777,9	20.293,3	14,1	93,5	2.525,30
São Gabriel da Palha	34.480,0	35.228,8	42.385,5	41.907,8	49.815,4	54.758,7	9,9	89,3	1.697,21
Vila Pavão	14.765,2	15.889,2	18.303,0	16.738,2	18.007,0	20.247,5	12,4	94,3	2.327,56
Vila Valério	20.426,3	22.222,3	26.393,5	25.091,3	27.379,5	29.835,0	9,0	95,1	2.157,73
MS Litoral Norte	941.286,8	1.011.986,3	1.216.144,7	1.083.798,2	1.187.293,1	1.366.128,6	15,1	96,0	2.458,33
Aracruz	245.489,3	247.464,6	267.779,0	242.669,4	240.685,7	282.162,6	17,2	99,7	3.393,34
Conceição da Barra	42.709,1	52.026,4	58.027,1	50.757,1	67.185,2	71.523,7	6,5	95,3	2.500,83
Fundão	27.308,1	31.159,5	38.084,8	31.796,4	39.170,7	44.168,9	12,8	97,7	2.548,11
Ibiraçu	18.585,7	19.973,1	22.955,6	21.209,3	22.392,5	26.428,4	18,0	89,7	2.347,52
Jaguare	57.315,7	52.165,4	60.054,1	52.455,7	54.071,6	63.769,2	17,9	98,5	2.543,34
João Neiva	27.515,2	30.584,1	34.104,8	29.915,1	31.627,0	35.553,4	12,4	92,1	2.243,40
Linhares	220.665,1	242.810,0	334.089,9	286.889,0	332.828,3	388.865,2	16,8	94,2	2.709,69
Montanha	23.786,2	27.214,8	33.000,0	30.076,9	33.436,7	37.058,2	10,8	94,8	2.070,99
Mucurici	13.244,8	14.578,7	16.160,2	14.353,8	16.325,8	18.974,5	16,2	98,2	3.366,07
Pedro Canário	25.424,8	30.282,6	32.969,2	33.515,2	37.870,7	40.882,9	8,0	92,8	1.708,08
Pinheiros	30.509,8	35.846,8	40.921,3	39.738,3	45.195,1	50.561,8	11,9	99,4	2.098,61
Ponto Belo	12.582,4	12.815,3	15.318,2	13.919,4	15.439,8	17.803,2	15,3	93,0	2.531,02
Rio Bananal	26.747,8	31.351,8	35.529,5	35.678,7	38.920,6	44.829,9	15,2	90,0	2.543,83
São Mateus	142.140,2	152.708,3	191.321,3	166.499,4	174.512,8	200.751,3	15,0	96,2	1.817,51
Sooretama	27.262,7	31.004,7	35.829,7	34.324,3	37.630,7	42.795,3	13,7	98,2	1.763,23
MS Central	515.785,0	572.260,5	645.036,9	618.270,7	707.724,8	829.352,0	17,2	93,7	2.606,37
Afonso Cláudio	36.191,3	37.760,2	44.232,2	42.618,8	48.861,9	53.809,8	10,1	89,2	1.735,58
Alfredo Chaves	20.704,6	24.096,6	28.106,7	24.668,3	26.924,3	31.721,6	17,8	93,7	2.268,75
Anchieta	90.366,6	112.022,4	118.169,6	125.489,7	168.385,0	208.938,0	24,1	96,7	8.610,67
Brejetuba	17.479,5	20.683,0	22.909,9	21.768,1	24.629,4	27.408,7	11,3	95,3	2.296,89
Conceição do Castelo	21.714,8	23.176,1	26.525,2	23.364,3	23.978,6	27.352,7	14,1	93,5	2.329,68
Domingos Martins	44.716,4	47.964,5	56.676,8	52.279,4	57.880,1	67.283,0	16,2	92,7	2.106,15
Iconha	21.743,0	23.108,2	26.246,1	24.457,7	25.224,0	29.024,1	15,1	83,9	2.302,95
Itaguaçu	22.684,3	23.504,9	26.601,3	24.310,6	26.552,9	30.132,8	13,5	92,6	2.136,02
Itarana	15.619,0	17.327,5	20.145,3	18.939,9	20.506,8	23.083,0	12,6	94,8	2.129,43
Laranja da Terra	15.905,9	17.321,0	19.832,6	18.017,4	19.655,6	22.479,3	14,4	85,4	2.077,95
Marechal Floriano	25.620,9	26.603,7	27.890,4	25.243,5	27.430,0	32.937,1	20,1	98,5	2.283,81
Piuma	25.418,6	27.181,7	30.069,7	31.974,6	38.775,8	51.504,5	32,8	99,0	2.804,64
Rio Novo do Sul	15.940,8	16.608,9	19.646,0	17.896,7	20.454,2	21.960,3	7,4	100,0	1.938,25
Santa Leopoldina	19.388,2	22.321,3	24.486,5	20.826,1	23.667,4	24.859,4	5,0	93,4	2.033,83
Santa Maria de Jetibá	41.690,9	48.594,8	56.763,5	56.051,4	57.174,6	65.766,2	15,0	92,1	1.901,25
Santa Teresa	35.766,8	34.678,7	40.419,4	37.679,6	41.207,0	46.840,7	13,7	93,8	2.137,29
São Roque do Canaã	13.996,7	15.553,5	18.496,1	17.126,9	18.843,5	22.178,1	17,7	88,1	1.955,57
Venda Nova do Imigrante	30.836,6	33.753,5	37.819,7	35.557,8	37.573,8	42.072,5	12,0	92,7	2.025,05
Região Metropolitana	2.306.184,1	2.709.257,2	2.949.330,2	2.795.166,2	3.040.257,5	3.334.553,6	9,7	92,5	1.973,70
Cariacica	228.781,7	289.154,9	304.263,4	315.840,1	352.044,9	398.501,2	13,2	98,9	1.136,58
Guarapari	120.705,2	125.259,2	145.150,7	143.696,3	160.939,1	184.572,0	14,7	95,7	1.731,92
Serra	549.797,1	611.328,7	725.492,6	691.263,8	754.591,6	788.297,7	4,5	92,9	1.894,81
Viana	77.332,3	79.658,9	88.331,8	88.474,8	92.143,4	109.368,9	18,7	93,6	1.659,92
Vila Velha	398.819,6	409.759,5	485.772,3	463.066,7	531.637,8	588.343,0	10,7	89,5	1.401,30
Vitória	930.748,1	1.194.096,1	1.200.319,5	1.092.824,5	1.148.900,7	1.265.470,8	10,1	91,2	3.828,66
MS Sul	673.220,2	802.271,5	1.017.660,8	943.673,7	1.070.151,1	1.346.635,0	25,8	94,9	2.368,47
Alegre	38.813,7	44.474,0	50.544,6	52.279,0	52.185,8	56.186,9	7,7	86,1	1.830,43
Apiaçá	11.542,7	14.278,6	16.087,9	14.470,0	15.598,7	17.766,9	13,9	96,5	2.367,34
Atílio Vivacqua	15.815,2	17.721,7	20.613,4	18.755,1	19.813,0	23.507,1	18,6	92,0	2.358,50
Bom Jesus do Norte	12.205,7	13.214,2	16.218,4	14.551,3	16.369,6	17.297,7	5,7	92,0	1.821,58
Cachoeiro de Itapemirim	181.509,4	209.662,3	244.148,8	228.953,4	244.125,9	267.702,3	9,7	93,1	1.401,27
Castelo	39.669,2	49.310,2	59.184,7	53.167,1	57.352,0	63.001,1	9,8	97,3	1.805,19
Divino de São Lourenço	9.578,4	10.148,3	11.440,9	9.903,2	11.163,9	13.085,7	17,2	97,6	2.912,47
Dores do Rio Preto	12.128,9	13.093,4	15.493,0	13.570,9	15.076,6	16.062,5	6,5	93,7	2.504,28
Guaçu	31.016,5	39.438,1	50.526,0	42.671,8	48.715,4	54.071,5	11,0	90,0	1.928,85
Ibatiba	27.612,9	27.841,4	32.740,5	28.542,7	32.648,5	36.384,6	11,4	93,0	1.609,30
Ibitirama	12.819,9	18.875,7	17.471,5	15.606,4	18.352,8	21.050,9	14,7	96,8	2.355,22
Irupí	13.366,4	17.345,9	19.960,7	18.977,8	21.650,6	24.623,8	13,7	95,3	2.081,65
Itapemirim	51.932,7	66.561,2	80.030,8	67.981,3	86.158,2	178.823,0	107,6	96,7	5.729,85
Júna	29.184,8	33.884,6	40.499,1	36.746,3	41.867,5	46.067,6	10,0	91,8	1.679,95
Jerônimo Monteiro	13.017,0	16.042,0	19.426,2	17.759,3	20.643,5	23.598,3	14,3	92,4	2.158,64
Marataizes	28.775,0	36.892,8	48.442,5	47.525,1	55.654,0	85.079,0	52,9	99,0	2.472,36
Mimoso do Sul	28.595,6	36.254,7	41.190,1	39.530,8	42.746,0	45.756,3	7,0	95,9	1.768,02
Muniz Freire	24.215,7	29.964,3	37.436,6	34.709,4	36.561,0	40.375,3	10,4	93,5	2.206,54
Muqui	14.828,0	17.917,4	22.077,7	20.257,8	22.334,3	26.382,4	18,1	91,2	1.825,52
Presidente Kennedy	29.874,5	40.633,9	112.611,1	110.208,6	150.186,2	224.196,3	49,3	99,9	21.613,45
São José do Calçado	17.325,2	18.846,4	22.257,8	20.850,3	21.378,8	23.451,9	9,7	88,7	2.254,34
Vargem Alta	29.392,7	29.870,1	39.258,6	36.656,0	39.573,8	42.163,9	6,5	95,4	2.188,63
TOTAL	4.979.946,6	5.682.094,8	6.502.820,4	6.080.253,1	6.696.337,6	7.645.386,3	14,2	93,7	2.155,42

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita corrente

Posição	Município	Receita corrente¹ em R\$	População 2011
1º	Vitória	1.265.470.761,02	330.526
2º	Serra	788.297.659,34	416.029
3º	Vila Velha	588.342.963,93	419.854
4º	Cariacica	398.501.247,49	350.615
5º	Linhares	388.865.160,80	143.509
6º	Aracruz	282.162.638,09	83.152
7º	Cachoeiro de Itapemirim	267.702.312,91	191.042
8º	Presidente Kennedy	224.196.283,35	10.373
9º	Anchieta	208.937.996,36	24.265
10º	São Mateus	200.751.287,48	110.454
11º	Colatina	196.436.516,05	112.432
12º	Guarapari	184.572.010,19	106.583
13º	Itapemirim	178.823.001,29	31.209
14º	Viana	109.368.914,09	65.888
15º	Marataizes	85.079.000,75	34.412
16º	Nova Venécia	81.045.783,49	46.263
17º	Conceição da Barra	71.523.729,84	28.600
18º	Domingos Martins	67.282.961,45	31.946
19º	Barra de São Francisco	67.108.833,62	40.884
20º	Santa Maria de Jetibá	65.766.246,25	34.591
21º	Jaguaré	63.769.177,27	25.073
22º	Castelo	63.001.066,10	34.900
23º	Alegre	56.186.894,02	30.696
24º	São Gabriel da Palha	54.758.738,75	32.264
25º	Guaçuí	54.071.516,80	28.033
26º	Afonso Cláudio	53.809.792,46	31.004
27º	Baixo Guandu	51.613.585,01	29.178
28º	Piúma	51.504.482,85	18.364
29º	Pinheiros	50.561.827,73	24.093
30º	Santa Teresa	46.840.747,24	21.916
31º	Lúna	46.067.646,94	27.422
32º	Mimoso do Sul	45.756.254,09	25.880
33º	Ecoporanga	44.873.505,99	23.154
34º	Rio Bananal	44.829.924,69	17.623
35º	Fundão	44.168.852,17	17.334
36º	Sooretama	42.795.304,04	24.271
37º	Vargem Alta	42.163.867,99	19.265
38º	Venda Nova do Imigrante	42.072.472,94	20.776
39º	Pedro Canário	40.882.872,37	23.935
40º	Muniz Freire	40.375.277,74	18.298
41º	Montanha	37.058.243,60	17.894
42º	Ibatiba	36.384.604,22	22.609
43º	João Neiva	35.553.425,85	15.848
44º	Pancas	35.336.223,44	21.636
45º	Marechal Floriano	32.937.107,06	14.422
46º	Alfredo Chaves	31.721.629,60	13.982
47º	Itaguaçu	30.132.833,59	14.107
48º	Boa Esperança	30.030.548,95	14.239
49º	Vila Valério	29.834.964,31	13.827
50º	Iconha	29.024.121,53	12.603
51º	Brejetuba	27.408.733,99	11.933
52º	Conceição do Castelo	27.352.747,92	11.741
53º	Mantenópolis	27.181.968,91	13.721
54º	Ibiraçu	26.428.400,29	11.258
55º	Muqui	26.382.447,02	14.452
56º	Santa Leopoldina	24.859.443,47	12.223
57º	Irupi	24.623.838,18	11.829
58º	Mariândia	23.660.201,90	11.198
59º	Jerônimo Monteiro	23.598.269,89	10.932
60º	Atílio Vivacqua	23.507.138,84	9.967
61º	São José do Calçado	23.451.875,72	10.403
62º	Água Doce do Norte	23.405.028,61	11.696
63º	Águia Branca	23.130.808,76	9.513
64º	Itarana	23.082.979,92	10.840
65º	Governador Lindenberg	22.604.293,06	10.990
66º	Laranja da Terra	22.479.278,24	10.818
67º	São Roque do Canaã	22.178.075,41	11.341
68º	Rio Novo do Sul	21.960.335,08	11.330
69º	Ibitirama	21.050.931,19	8.938
70º	São Domingos do Norte	20.293.290,73	8.036
71º	Vila Pavão	20.247.468,62	8.699
72º	Mucurici	18.974.527,73	5.637
73º	Ponto Belo	17.803.212,39	7.034
74º	Apiaçá	17.766.888,33	7.505
75º	Bom Jesus do Norte	17.297.679,23	9.496
76º	Alto Rio Novo	17.155.382,92	7.345
77º	Dores do Rio Preto	16.062.480,00	6.414
78º	Divino de São Lourenço	13.085.748,77	4.493
TOTAL		7.645.386.292,25	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver “Notas metodológicas”, na página 4).

► Receita corrente per capita

Posição	Município	A / B	Receita corrente¹ (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Presidente Kennedy	21.613,45	224.196.283,35	10.373
2º	Anchieta	8.610,67	208.937.996,36	24.265
3º	Itapemirim	5.729,85	178.823.001,29	31.209
4º	Vitória	3.828,66	1.265.470.761,02	330.526
5º	Aracruz	3.393,34	282.162.638,09	83.152
6º	Mucurici	3.366,07	18.974.527,73	5.637
7º	Divino de São Lourenço	2.912,47	13.085.748,77	4.493
8º	Piúma	2.804,64	51.504.482,85	18.364
9º	Linhares	2.709,69	388.865.160,80	143.509
10º	Fundão	2.548,11	44.168.852,17	17.334
11º	Rio Bananal	2.543,83	44.829.924,69	17.623
12º	Jaguaré	2.543,34	63.769.177,27	25.073
13º	Ponto Belo	2.531,02	17.803.212,39	7.034
14º	São Domingos do Norte	2.525,30	20.293.290,73	8.036
15º	Dores do Rio Preto	2.504,28	16.062.480,00	6.414
16º	Conceição da Barra	2.500,83	71.523.729,84	28.600
17º	Marataizes	2.472,36	85.079.000,75	34.412
18º	Águia Branca	2.431,49	23.130.808,76	9.513
19º	Apiaçá	2.367,34	17.766.888,33	7.505
20º	Atílio Vivacqua	2.358,50	23.507.138,84	9.967
21º	Ibitirama	2.355,22	21.050.931,19	8.938
22º	Castelo	2.347,52	26.428.400,29	11.258
23º	Alto Rio Novo	2.335,65	17.155.382,92	7.345
24º	Conceição do Castelo	2.329,68	27.352.747,92	11.741
25º	Vila Pavão	2.327,56	20.247.468,62	8.699
26º	Iconha	2.302,95	29.024.121,53	12.603
27º	Brejetuba	2.296,89	27.408.733,99	11.933
28º	Marechal Floriano	2.283,81	32.937.107,06	14.422
29º	Alfredo Chaves	2.268,75	31.721.629,60	13.982
30º	São José do Calçado	2.254,34	23.451.875,72	10.403
31º	João Neiva	2.243,40	35.553.425,85	15.848
32º	Muniz Freire	2.206,54	40.375.277,74	18.298
33º	Vargem Alta	2.188,63	42.163.867,99	19.265
34º	Jerônimo Monteiro	2.158,64	23.598.269,89	10.932
35º	Vila Valério	2.157,73	29.834.964,31	13.827
36º	Santa Teresa	2.137,29	46.840.747,24	21.916
37º	Itaguaçu	2.136,02	30.132.833,59	14.107
38º	Itarana	2.129,43	23.082.979,92	10.840
39º	Mariândia	2.112,90	23.660.201,90	11.198
40º	Boa Esperança	2.109,03	30.030.548,95	14.239
41º	Domingos Martins	2.106,15	67.282.961,45	31.946
42º	Pinheiros	2.098,61	50.561.827,73	24.093
43º	Irupi	2.081,65	24.623.838,18	11.829
44º	Laranja da Terra	2.077,95	22.479.278,24	10.818
45º	Montanha	2.070,99	37.058.243,60	17.894
46º	Governador Lindenberg	2.056,81	22.604.293,06	10.990
47º	Santa Leopoldina	2.033,83	24.859.443,47	12.223
48º	Venda Nova do Imigrante	2.025,05	42.072.472,94	20.776
49º	Água Doce do Norte	2.001,11	23.405.028,61	11.696
50º	Mantenópolis	1.981,05	27.181.968,91	13.721
51º	São Roque do Canaã	1.955,57	22.178.075,41	11.341
52º	Rio Novo do Sul	1.938,25	21.960.335,08	11.330
53º	Ecoporanga	1.938,05	44.873.505,99	23.154
54º	Guaçuí	1.928,85	54.071.516,80	28.033
55º	Santa Maria de Jetibá	1.901,25	65.766.246,25	34.591
56º	Serra	1.894,81	788.297.659,34	416.029
57º	Alegre	1.830,43	56.186.894,02	30.696
58º	Muqui	1.825,52	26.382.447,02	14.452
59º	Bom Jesus do Norte	1.821,58	17.297.679,23	9.496
60º	São Mateus	1.817,51	200.751.287,48	110.454
61º	Castelo	1.805,19	63.001.066,10	34.900
62º	Baixo Guandu	1.768,92	51.613.585,01	29.178
63º	Mimoso do Sul	1.768,02	45.756.254,09	25.880
64º	Sooretama	1.763,23	42.795.304,04	24.271
65º	Nova Venécia	1.751,85	81.045.783,49	46.263
66º	Colatina	1.747,16	196.436.516,05	112.432
67º	Afonso Cláudio	1.735,58	53.809.792,46	31.004
68º	Guarapari	1.731,72	184.572.010,19	106.583
69º	Pedro Canário	1.708,08	40.882.872,37	23.935
70º	São Gabriel da Palha	1.697,21	54.758.738,75	32.264
71º	Lúna	1.679,95	46.067.646,94	27.422
72º	Viana	1.659,92	109.368.914,09	65.888
73º	Barra de São Francisco	1.641,44	67.108.833,62	40.884
74º	Pancas	1.633,21	35.336.223,44	21.636
75º	Ibatiba	1.609,30	36.384.604,22	22.609
76º	Vila Velha	1.401,30	588.342.963,93	419.854
77º	Cachoeiro de Itapemirim	1.401,27	267.702.312,91	191.042
78º	Cariacica	1.136,58	398.501.247,49	350.615
TOTAL		2.155,42	7.645.386.292,25	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver “Notas metodológicas”, na página 4).

► Despesa total - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Partic. desp. total 2011	Desp. total per capita 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %		em R\$
MS Noroeste	594.986,7	610.811,5	704.930,7	680.510,9	752.173,6	815.542,5	8,4	10,4	1.964,81
Água Doce do Norte	18.886,9	19.330,0	21.918,2	21.610,2	24.795,5	25.798,0	4,0	0,3	2.205,71
Água Branca	15.668,6	17.045,1	21.691,7	18.155,8	23.018,9	24.145,6	4,9	0,3	2.538,16
Alto Rio Novo	12.604,1	13.599,6	16.248,5	16.971,1	16.209,6	19.931,4	23,0	0,3	2.713,60
Baixo Guandu	52.277,6	48.772,8	51.641,8	49.697,3	51.554,5	52.186,8	1,2	0,7	1.788,57
Barra de São Francisco	45.521,4	52.205,4	63.894,0	61.376,8	61.860,4	73.438,8	18,7	0,9	1.796,27
Boa Esperança	21.656,2	22.120,0	27.306,3	26.036,6	26.696,4	33.728,6	26,3	0,4	2.368,75
Colatina	150.375,0	166.694,2	170.025,7	172.712,7	190.704,4	208.222,8	9,2	2,7	1.851,99
Ecoporanga	34.975,7	33.066,9	41.562,6	40.546,7	44.013,6	44.805,4	1,8	0,6	1.935,10
Governador Lindenberg	19.934,8	19.490,3	24.349,3	20.953,8	23.421,1	26.051,9	11,2	0,3	2.370,51
Mantenópolis	18.312,5	19.881,9	23.742,7	21.037,9	24.891,4	27.100,5	8,9	0,3	1.975,11
Marilândia	20.157,5	18.081,5	20.478,0	20.090,2	23.119,4	23.800,7	2,9	0,3	2.125,44
Nova Venécia	60.768,1	59.355,1	72.913,5	75.751,6	81.352,1	86.291,6	6,1	1,1	1.865,24
Pancas	30.138,7	28.042,3	31.064,4	29.891,7	35.422,8	39.125,8	10,5	0,5	1.808,36
São Domingos do Norte	17.004,4	16.205,6	20.439,0	16.992,9	18.905,0	21.259,2	12,5	0,3	2.645,50
São Gabriel da Palha	37.290,5	34.750,7	47.283,3	43.680,7	57.931,8	56.206,0	-3,0	0,7	1.742,06
Vila Pavão	17.807,6	19.153,9	19.719,9	18.533,3	18.840,7	22.167,6	17,7	0,3	2.548,30
Vila Valério	21.607,1	23.016,2	30.651,7	26.471,5	29.435,9	31.282,0	6,3	0,4	2.262,38
MS Litoral Norte	973.379,7	1.060.289,1	1.218.464,1	1.130.409,7	1.195.916,0	1.338.519,4	11,9	17,1	2.408,64
Aracruz	243.246,1	256.912,3	262.842,8	245.412,1	229.777,0	257.231,8	11,9	3,3	3.093,51
Conceição da Barra	42.801,9	49.571,2	56.597,1	53.425,6	65.070,1	68.564,5	5,4	0,9	2.397,36
Fundão	28.235,3	34.411,4	39.192,8	36.598,4	37.608,7	40.318,0	7,2	0,5	2.325,95
Ibiraçu	20.150,2	22.733,2	24.019,4	22.984,4	25.078,5	27.368,0	9,1	0,4	2.430,98
Jaguare	53.588,8	55.145,5	59.342,8	52.490,7	54.237,2	63.481,7	17,0	0,8	2.531,87
João Neiva	31.930,4	32.403,1	37.662,1	32.413,9	33.283,7	36.500,7	9,7	0,5	2.303,17
Linhares	228.486,6	256.422,9	337.394,7	300.217,5	341.817,3	386.868,3	13,2	5,0	2.695,78
Montanha	28.696,2	31.239,5	36.689,3	32.016,6	35.017,6	39.169,9	11,9	0,5	2.189,00
Mucurici	14.221,5	16.680,0	16.465,3	14.660,5	18.889,7	19.305,2	2,2	0,2	3.424,73
Pedro Canário	24.709,5	33.512,5	33.059,3	34.717,0	39.104,4	36.779,3	-5,9	0,5	1.536,63
Pinheiros	33.845,7	45.001,4	53.351,3	40.293,3	45.189,4	50.839,0	12,5	0,7	2.110,11
Ponto Belo	14.678,4	13.814,1	17.976,7	15.823,3	17.877,2	19.724,8	10,3	0,3	2.804,21
Rio Bananal	26.758,6	28.487,8	37.071,2	35.607,5	38.464,0	43.512,4	13,1	0,6	2.469,07
São Mateus	147.534,9	152.631,4	168.545,3	177.064,1	176.398,2	208.156,4	18,0	2,7	1.884,55
Sooretama	34.495,6	31.323,0	38.254,1	36.684,6	38.103,0	40.699,4	6,8	0,5	1.676,88
MS Central	533.849,5	594.185,0	687.632,6	657.683,1	730.861,4	849.144,8	16,2	10,9	2.668,57
Afonso Cláudio	37.072,8	40.979,5	46.076,6	45.116,5	54.603,4	65.830,4	20,6	0,8	2.123,29
Alfredo Chaves	20.682,3	24.771,4	30.563,2	30.747,9	28.051,8	34.377,8	22,6	0,4	2.458,72
Anchieta	84.437,2	109.866,4	127.170,6	122.080,5	145.493,9	202.871,9	39,4	2,6	8.360,68
Brejetuba	19.146,5	22.406,3	25.784,5	24.302,9	29.284,0	28.814,2	-1,6	0,4	2.414,66
Conceição do Castelo	25.050,7	27.019,9	26.145,3	24.805,9	30.064,9	30.388,9	1,1	0,4	2.588,27
Domingos Martins	49.230,7	46.829,7	54.534,4	57.517,0	61.461,1	65.312,5	6,3	0,8	2.044,46
Iconha	22.014,6	24.559,3	30.763,4	25.025,1	27.582,7	30.831,5	11,8	0,4	2.446,36
Itaguaçu	23.287,9	25.849,1	28.435,2	25.612,5	31.747,7	30.326,5	-4,5	0,4	2.149,75
Itarana	19.881,0	18.696,0	25.141,3	20.557,6	20.958,0	23.030,0	9,9	0,3	2.124,54
Laranja da Terra	17.232,7	18.544,6	22.701,4	20.427,8	20.593,8	25.611,2	24,4	0,3	2.367,46
Marechal Floriano	26.003,1	27.719,6	30.268,3	29.332,6	28.089,2	32.857,7	17,0	0,4	2.278,31
Piuma	26.176,2	26.985,0	29.759,6	30.781,1	38.958,4	49.430,8	26,9	0,6	2.691,72
Rio Novo do Sul	16.655,9	16.367,8	19.336,1	18.275,1	20.621,4	21.985,4	6,6	0,3	1.940,46
Santa Leopoldina	21.297,5	23.026,2	29.430,4	26.514,1	24.977,9	24.977,2	-0,0	0,3	2.043,46
Santa Maria de Jetibá	43.187,4	48.736,8	56.993,0	55.102,4	59.266,7	63.807,8	7,7	0,8	1.844,64
Santa Teresa	35.468,7	38.496,4	44.592,1	45.093,3	44.265,2	49.686,3	12,2	0,6	2.267,12
São Roque do Canaã	15.619,8	16.222,8	20.092,6	19.806,7	22.189,6	24.867,4	12,1	0,3	2.192,69
Venda Nova do Imigrante	31.404,6	37.108,2	39.844,6	36.584,0	42.651,9	44.137,3	3,5	0,6	2.124,44
Região Metropolitana	2.270.181,3	2.845.961,4	3.049.586,2	3.093.422,6	3.320.816,8	3.551.819,9	7,0	45,5	2.102,30
Cariacica	205.432,9	287.908,0	288.406,5	299.742,3	346.204,8	400.853,3	15,8	5,1	1.143,29
Guarapari	112.652,3	115.936,7	112.695,3	146.546,7	175.390,5	180.250,5	2,8	2,3	1.691,18
Serra	560.870,4	647.447,6	733.849,1	758.828,8	769.183,3	822.012,9	6,9	10,5	1.975,85
Viana	87.559,6	84.189,0	94.824,8	96.428,0	100.025,1	115.001,3	15,0	1,5	1.745,41
Vila Velha	377.458,4	420.119,1	536.357,2	483.990,9	608.464,5	671.083,7	10,3	8,6	1.598,37
Vitória	926.207,8	1.290.360,9	1.283.453,3	1.307.886,0	1.321.548,6	1.362.618,2	3,1	17,4	4.122,57
MS Sul	742.557,7	832.906,9	1.015.581,3	939.292,0	1.089.395,5	1.256.561,9	15,3	16,1	2.210,05
Alegre	40.867,4	46.935,4	54.841,8	54.515,9	60.611,6	63.021,2	4,0	0,8	2.053,08
Apiaçá	13.112,2	14.716,5	17.248,5	15.108,8	14.167,8	18.634,6	31,5	0,2	2.482,96
Atílio Vivácqua	17.353,4	17.862,7	20.769,9	21.354,9	22.128,3	23.940,4	8,2	0,3	2.401,96
Bom Jesus do Norte	12.869,5	13.521,6	18.763,7	15.866,1	17.775,4	19.540,3	9,9	0,3	2.057,74
Cachoeiro de Itapemirim	181.243,7	216.495,2	263.530,4	225.337,5	246.213,8	271.758,5	10,4	3,5	1.422,51
Castelo	46.127,3	53.622,2	59.221,2	56.877,5	59.484,0	64.753,6	8,9	0,8	1.855,40
Divino de São Lourenço	10.253,2	11.129,8	12.388,5	10.821,3	11.622,0	12.981,7	11,7	0,2	2.889,32
Dores do Rio Preto	11.020,1	13.011,7	14.059,3	12.984,9	14.037,9	13.448,1	-4,2	0,2	2.096,69
Guaçu	35.240,5	41.254,4	50.996,4	50.631,1	56.643,8	60.903,5	7,5	0,8	2.172,57
Ibatiba	29.023,2	29.971,8	32.923,9	30.932,3	35.799,8	40.324,9	12,6	0,5	1.783,58
Ibitirama	15.196,4	17.213,6	20.503,1	16.169,3	18.083,0	21.570,1	19,3	0,3	2.413,30
Irupi	17.910,0	18.241,2	20.382,0	19.315,5	22.090,4	25.548,8	15,7	0,3	2.159,84
Itapemirim	58.372,8	60.698,9	81.389,7	72.306,4	81.296,2	124.043,7	52,6	1,6	3.974,61
Iúna	34.211,6	36.976,6	41.240,9	38.266,4	46.394,9	50.205,6	8,2	0,6	1.830,85
Jerônimo Monteiro	17.631,9	16.975,8	19.645,9	18.342,0	21.763,0	22.240,9	2,2	0,3	2.034,47
Marataizes	32.018,0	38.789,8	50.145,0	45.427,8	57.927,2	71.991,9	24,3	0,9	2.092,06
Mimoso do Sul	36.612,1	37.666,5	42.205,9	42.516,5	44.665,9	47.719,8	6,8	0,6	1.843,89
Muniz Freire	29.316,9	31.847,0	37.442,6	36.952,6	39.558,8	42.241,5	6,8	0,5	2.308,53
Muqui	19.076,1	21.966,7	25.112,2	23.754,6	21.186,9	26.094,5	23,2	0,3	1.805,60
Presidente Kennedy	33.765,0	41.878,9	73.017,4	67.045,8	132.985,2	170.077,8	27,9	2,2	16.396,20
São José do Calçado	21.626,7	20.223,3	23.251,2	22.535,9	23.489,1	24.583,0	4,7	0,3	2.363,07
Vargem Alta	29.709,6	31.907,2	36.501,8	42.228,8	41.470,4	40.937,3	-1,3	0,5	2.124,96
TOTAL	5.114.955,0	5.944.153,9	6.676.194,8	6.501.318,2	7.089.163,3	7.811.588,5	10,2	100,0	2.202,27

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

► Resultado orçamentário - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Res. orçam. 2011 / Rec. total¹ 2011 em %	2011			
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							Ativo Financei- ro² (A)	Passivo Financei- ro² (B)	Suficiên- cia financei- ra² (A - B)	Partic. da suf. financeira² sobre a rec. corr.³ em %
MS Noroeste	-7.500,4	14.516,4	13.744,5	2.728,9	-470,8	9.042,9	1,1	158.382,8	94.037,2	64.345,6	8,4
Água Doce do Norte	0,7	-977,6	1.028,8	51,7	856,8	1.295,2	4,8	6.580,5	3.334,3	3.246,2	13,9
Água Branca	2.014,1	213,8	124,5	1.429,6	831,0	3.512,9	12,7	3.817,0	1.748,8	2.068,2	8,9
Alto Rio Novo	0,6	1,2	274,4	-2.430,6	-41,4	-1.762,0	-9,7	1.955,4	5.220,7	-3.265,3	-19,0
Baixo Guandu	-5.117,3	0,3	2.592,7	-1.697,2	-257,2	1.956,2	3,6	9.418,6	4.630,1	4.788,5	9,3
Barra de São Francisco	350,8	1.223,1	155,9	-3.737,0	141,2	-1.247,5	-1,7	12.614,0	12.399,5	214,5	0,3
Boa Esperança	-565,4	1.982,1	1.177,6	253,0	1.130,4	1.526,7	4,3	8.593,5	5.431,5	3.161,9	10,5
Colatina	815,3	1.614,9	4.224,3	4.096,1	110,9	-3.210,5	-1,6	34.574,6	17.994,8	16.579,8	8,4
Ecoporanga	-1.173,9	2.370,3	-757,7	-1.279,9	883,2	977,0	2,1	10.758,2	5.238,2	5.520,0	12,3
Governador Lindenberg	-1.697,3	165,3	-1.720,8	337,7	1.422,2	178,9	0,7	5.066,6	3.721,2	1.345,4	6,0
Mantenópolis	1.072,7	1.624,6	-669,9	1.328,5	1.754,6	2.507,1	8,5	7.246,5	2.880,6	4.366,0	16,1
Marilândia	-989,1	-145,2	10,3	1.179,5	-961,6	1.990,6	7,7	3.719,9	870,2	2.849,6	12,0
Nova Venécia	-61,2	3.927,4	3.999,9	-2.783,1	-6.112,8	-2.386,3	-2,8	8.339,9	7.699,5	640,3	0,8
Pancas	714,2	291,6	3.186,7	1.315,9	16,2	-1.298,0	-3,4	7.388,6	3.644,2	3.744,4	10,6
São Domingos do Norte	-2.365,7	163,4	-672,5	218,4	340,6	455,8	2,1	3.723,0	2.026,1	1.696,9	8,4
São Gabriel da Palha	-1.263,6	3.265,7	1.956,5	4.026,9	-1.935,3	5.138,5	8,4	27.052,6	11.774,6	15.278,0	27,9
Vila Pavao	589,5	-1.994,6	56,9	168,1	1.121,6	-686,5	-3,2	4.198,1	3.027,3	1.170,8	5,8
Vila Valério	175,2	790,3	-1.223,0	251,3	228,9	94,9	0,3	3.336,0	2.395,7	940,3	3,2
MS Litoral Norte	21.972,7	6.427,6	87.451,6	5.000,2	40.800,8	84.943,8	6,0	264.814,8	137.420,5	127.394,4	9,3
Aracruz	4.993,4	-1.558,1	21.640,1	6.985,4	14.650,3	25.870,0	9,1	77.881,3	22.746,0	55.135,3	19,5
Conceição da Barra	2.145,2	4.323,6	2.478,1	-1.942,7	4.057,6	6.453,3	8,6	21.205,2	10.614,9	10.590,3	14,8
Fundão	598,0	-1.676,7	186,3	-3.664,3	2.935,5	4.875,4	10,8	9.063,6	5.911,3	3.152,3	7,1
Ibiraçu	1.329,5	1.090,9	2.424,6	1.018,1	767,4	2.102,8	7,1	5.386,8	1.971,4	3.415,4	12,9
Jaguare	3.820,7	-2.602,6	1.533,7	941,0	603,0	1.273,1	2,0	10.988,0	6.763,5	4.224,5	6,6
João Neiva	369,6	1.614,8	1.267,9	1.335,5	1.328,8	2.094,6	5,4	3.861,4	2.560,9	1.300,5	3,7
Linhares	1.441,4	502,6	22.012,0	1.938,1	10.143,9	25.923,0	6,3	61.943,2	39.880,4	22.062,8	5,7
Montanha	1.999,6	-1.702,8	-1.444,4	562,9	-551,5	-83,8	-0,2	3.921,5	1.567,4	2.354,1	6,4
Mucuri	1.845,8	-1.293,0	583,4	768,5	-1.891,2	14,3	0,1	4.832,7	2.959,3	1.873,4	9,9
Pedro Canário	2.605,6	-3.126,2	3.002,9	1.403,5	2.984,9	7.293,4	16,5	8.393,4	8.562,0	-168,6	-0,4
Pinheiros	1.837,0	1.653,1	-1.320,1	-256,1	8,7	9,3	0,0	2.534,7	1.025,6	1.509,1	3,0
Ponto Belo	108,9	1.498,9	-321,7	626,5	-273,4	-582,5	-3,0	1.311,9	539,4	772,5	4,3
Rio Bananal	2.209,5	5.032,4	2.214,7	4.181,8	3.914,5	6.277,2	12,6	7.906,4	3.550,1	4.356,3	9,7
São Mateus	-795,4	1.116,6	33.091,0	-7.551,7	1.083,3	526,8	0,3	35.970,3	26.147,8	9.822,5	4,9
Sooretama	-2.536,3	1.554,2	103,2	-1.346,2	1.038,7	2.896,7	6,6	9.614,5	2.620,6	6.993,9	16,3
MS Central	21.743,2	19.587,7	5.739,2	2.241,9	38.624,9	35.550,7	4,0	197.895,4	90.492,5	107.402,9	13,3
Afonso Cláudio	1.404,7	-203,2	138,9	102,5	2.218,4	-5.488,7	-9,1	11.338,3	10.175,2	1.163,0	2,2
Alfredo Chaves	1.313,6	-205,5	978,4	-2.043,2	1.132,3	-528,7	-1,6	7.145,7	5.055,4	2.090,2	6,6
Anchieta	7.271,8	9.915,8	-5.196,3	7.779,9	27.016,1	13.260,4	6,1	67.250,8	24.497,7	42.753,1	20,5
Brejetuba	16,1	503,3	-463,3	-685,3	-684,0	-64,3	-0,2	2.526,5	2.001,1	525,4	1,9
Conceição do Castelo	-1.025,4	-2.436,2	3.043,0	16,8	192,3	-1.132,8	-3,9	4.944,5	2.036,1	2.908,5	10,6
Domingos Martins	2.715,6	5.900,6	5.880,7	-1.930,2	2.587,0	7.302,9	10,1	18.903,9	6.021,8	12.882,1	19,1
Iconha	2.791,3	2.288,3	-1.572,6	801,4	542,1	3.767,5	10,9	5.376,9	4.698,7	678,2	2,3
Itaguaçu	1.306,4	158,7	1.371,9	175,0	-1.941,9	2.211,6	6,8	8.213,2	2.300,4	5.912,7	19,6
Itarana	-346,8	-85,1	-1.636,4	1.451,2	428,1	1.326,5	5,4	4.674,3	1.032,5	3.641,8	15,8
Laranja da Terra	416,1	643,9	-667,7	27,1	1.156,1	700,7	2,7	4.345,2	1.399,3	2.946,0	13,1
Marechal Floriano	495,2	17,2	-624,0	-872,6	231,2	579,8	1,7	5.103,0	3.500,1	1.602,9	4,9
Plúmia	111,0	1.913,6	408,9	1.891,7	646,3	2.607,6	5,0	23.162,7	11.813,9	11.348,8	22,0
Rio Novo do Sul	-696,6	241,1	309,8	333,0	-167,3	-25,0	-0,1	...	...	...	...
Santa Leopoldina	30,5	742,6	-1.434,4	-2.435,7	1.140,6	1.641,4	6,2	6.541,3	4.495,3	2.046,0	8,2
Santa Maria de Jetibá	58,1	1.855,4	5.279,2	2.481,6	2.927,0	7.627,7	10,7	7.432,6	2.544,1	4.888,4	7,4
Santa Teresa	3.868,2	-135,8	172,9	-5.411,4	411,7	226,8	0,5	7.427,3	2.973,2	4.454,1	9,5
São Roque do Canaã	377,8	75,0	188,1	553,7	619,9	307,7	1,2	5.213,8	2.029,4	3.184,4	14,4
Venda Nova do Imigrante	1.635,7	-1.601,9	-437,8	6,6	168,8	1.229,7	2,7	8.295,5	3.918,2	4.377,3	10,4
Região Metropolitana	70.042,2	-115.959,5	78.556,1	-63.858,5	23.606,9	54.551,2	1,5	541.419,8	88.108,3	453.311,5	13,6
Caraciaca	33.212,7	-2.956,7	37.019,0	46.576,8	19.006,5	2.153,4	0,5	108.682,7	36.594,1	72.088,6	18,1
Guarapari	3.315,0	12.590,7	35.632,7	5.299,5	201,1	12.633,0	6,5	25.801,3	29.514,1	-3.712,8	-2,0
Serra	15.341,1	-9.513,9	14.342,6	-39.011,8	31.747,1	26.294,8	3,1	83.975,2	65.340,1	18.635,1	2,4
Viana	16,8	718,4	1.255,6	1.767,7	509,9	1.885,0	1,6	20.342,0	10.853,4	9.488,6	8,7
Vila Velha	3.286,4	2.069,4	-13.486,9	20.826,9	-9.861,3	-13.951,6	-2,1	110.510,6	66.093,7	44.416,9	7,5
Vitória	14.870,2	-118.867,4	3.793,2	-99.317,6	-17.996,5	25.536,6	1,8	192.108,0	165.985,6	26.122,4	2,1
MS Sul	9.764,7	15.501,4	54.972,9	65.153,8	49.602,0	162.726,3	11,5	480.173,2	194.388,4	285.784,9	22,1
Alegre	4.852,8	334,5	159,6	3.470,6	-2.567,7	2.267,5	3,5	8.306,7	8.150,1	156,6	0,3
Apiaçá	-317,4	762,5	-593,7	0,3	2.025,3	-231,9	-1,3	4.439,6	1.832,7	2.606,9	14,7
Atílio Vivacqua	-103,6	238,5	19,7	7,6	18,6	1.600,0	6,3	10.112,0	2.702,8	7.409,2	31,5
Bom Jesus do Norte	168,1	9,7	-587,0	146,0	389,0	-730,9	-3,9	4.287,0	4.163,2	123,8	0,7
Cachoeiro de Itapemirim	1.363,8	7.616,1	-2.635,0	20.252,6	15.730,9	15.911,6	5,5	47.385,1	30.126,4	17.258,7	6,4
Castelo	-485,9	-2.907,9	4.790,3	0,0	5,4	24,9	0,0	10.790,3	3.699,8	7.090,5	11,3
Divino de São Lourenço	393,5	-242,4	109,1	-365,0	180,4	422,6	3,2	830,6	176,8	653,8	5,0
Dores do Rio Preto	1.280,1	333,4	1.433,7	696,2	1.038,6	3.698,4	21,6	6.505,0	2.693,1	3.811,9	23,7
Guaçu	-1.520,8	-587,0	1.260,7	-1.465,2	-3.942,9	-833,7	-1,4	...	...	...	...
Ibatiba	-1.231,3	-2.130,4	-183,5	354,9	2.948,9	-1.199,3	-3,1	5.213,6	4.046,8	1.166,7	3,2
Ibitirama	561,1	1.712,8	-1.451,7	-229,8	961,1	183,2	0,8	6.212,4	3.694,1	2.518,3	12,0
Irupi	-1.474,2	-614,8	242,7	-206,3	936,9	288,7	1,1	1.810,7	1.144,2	666,5	2,7
Itapemirim	1.876,9	9.265,9	3.345,6	402,6	10.866,4	60.852,3	32,9	89.336,2	26.607,6	62.728,6	35,1
Ituna	651,7	-1.090,8	42,5	465,5	-74,8	3,6	0,0	6.524,2	5.739,6	784,5	1,7
Jerônimo Monteiro	-145,2	1.047,7	1.588,4	1.143,0	429,2	3.285,7	12,9	4.426,1	1.433,5	2.992,6	12,7
Marataizes	581,5	1.749,9	97,3	3.211,9	210,9	13.959,0	16,2	35.684,2	14.858,1	20.826,1	24,5
Mimoso do Sul	92,2	1.129,									

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (Ver "Notas metodológicas", na página 4); ²excluído os valores do Instituto de Previdência do Município. ³receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef / Fundeb (Ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Quadro comparativo da receita e da despesa - 2011

em R\$ mil

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPUT	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2011
MS Noroeste	824.585,4	48.927,1	25.396,3	4.711,4	8.222,3	4.967,5	5.628,9	191.916,7	219.841,1	815.542,5	382.841,4	314.609,2	101.340,1	415.075
Água Doce do Norte	27.093,1	1.101,1	534,5	102,3	294,3	121,9	48,0	7.600,7	6.025,7	25.798,0	12.660,9	7.618,2	5.160,4	11.696
Água Branca	27.658,4	1.012,2	663,0	25,2	188,3	81,1	54,5	5.700,5	7.180,0	24.145,6	11.675,7	8.307,2	3.881,8	9.513
Alto Rio Novo	18.169,4	261,0	181,9	14,2	-	44,7	20,1	5.700,5	5.962,6	19.931,4	8.741,9	7.670,0	2.986,9	7.345
Baixo Guandu	54.143,0	3.096,1	1.387,8	336,1	525,6	361,1	485,5	13.301,2	15.050,5	52.186,8	26.159,2	20.803,6	3.756,3	29.178
Barra de São Francisco	72.191,3	6.166,3	2.729,8	560,1	1.502,9	363,0	1.010,6	17.101,5	17.243,3	73.438,8	38.105,9	29.816,9	5.406,5	40.884
Boa Esperança	35.255,3	1.330,3	564,6	79,8	394,4	172,9	118,5	9.500,8	7.102,4	33.728,6	14.601,6	11.635,9	6.882,9	14.239
Colatina	205.012,3	18.988,9	11.912,9	2.242,4	1.510,4	1.690,3	1.632,9	30.402,6	46.398,7	208.222,8	93.093,3	87.173,0	19.763,9	112.432
Ecoporanga	45.782,3	1.591,1	606,0	30,0	504,6	290,2	160,2	11.401,0	17.914,0	44.805,4	23.314,6	15.539,2	4.789,3	23.154
Governador Lindenberg	26.230,8	1.108,3	563,7	28,8	312,4	114,7	88,7	7.600,7	8.146,5	26.051,9	11.878,9	8.994,7	5.156,4	10.990
Mantenópolis	29.607,6	1.234,0	656,8	86,2	225,0	170,0	96,1	9.500,8	5.932,1	27.100,5	12.179,1	10.469,7	3.737,9	13.721
Marilândia	25.791,3	942,6	209,9	255,2	281,5	88,9	107,1	7.600,7	8.081,3	23.800,7	10.971,2	9.887,3	2.818,4	11.198
Nova Venécia	83.905,3	4.798,3	2.451,6	454,5	559,4	847,2	485,7	19.001,7	21.633,3	86.291,6	43.566,3	31.523,0	10.022,6	46.263
Pancas	37.827,8	1.471,3	532,5	125,7	497,0	128,3	187,9	11.401,0	9.760,8	39.125,8	17.347,7	13.438,7	7.867,2	21.636
São Domingos do Norte	21.715,1	646,9	355,1	26,7	112,1	83,3	69,1	5.700,5	8.616,6	21.259,2	9.497,7	7.845,0	3.837,4	8.036
São Gabriel da Palha	61.344,4	3.307,8	1.245,1	288,7	757,8	247,1	769,1	15.201,3	14.885,1	56.206,0	26.200,7	20.083,0	8.987,8	32.264
Vila Pavão	21.481,2	593,4	200,4	42,9	112,5	96,3	141,3	5.700,5	7.295,2	22.167,6	9.233,9	9.067,0	3.652,5	8.699
Vila Valério	31.376,9	1.277,3	600,6	12,8	443,9	66,4	153,6	9.500,8	12.612,8	31.282,0	13.612,7	14.736,7	2.631,9	13.827
MS Litoral Norte	1.423.463,2	173.557,7	131.684,4	6.935,2	18.767,2	7.885,5	7.894,0	220.419,2	344.010,5	1.338.519,4	636.030,7	519.541,4	160.846,6	555.715
Aracruz	283.101,9	74.812,5	65.934,0	1.821,9	4.566,6	760,8	1.729,0	26.602,3	81.472,9	257.231,8	126.329,7	104.279,6	19.105,8	83.152
Conceição da Barra	75.017,8	6.328,1	5.178,2	185,8	724,7	120,4	119,0	13.301,2	22.135,4	68.564,5	36.306,0	21.848,4	9.246,2	28.600
Fundão	45.193,4	5.232,5	2.752,9	533,5	742,9	267,8	935,4	11.401,0	6.140,1	40.318,0	24.945,0	12.894,7	1.139,9	17.334
Ibiraçu	29.470,7	1.852,5	1.151,0	122,2	282,4	137,6	159,3	7.600,7	6.739,2	27.368,0	13.325,2	10.582,7	2.884,2	11.258
Jaguarié	64.754,8	4.709,4	3.248,0	102,8	881,3	356,9	120,5	13.301,2	18.033,1	63.481,7	27.670,7	31.190,0	3.849,1	25.073
João Neiva	38.595,3	2.162,2	959,0	124,4	354,6	233,2	491,0	9.500,8	7.338,0	36.500,7	14.760,9	19.779,5	1.788,3	15.848
Linhares	412.791,3	44.946,1	31.501,6	2.932,2	5.726,9	2.347,1	2.438,4	34.203,0	92.169,4	386.868,3	169.898,3	151.581,6	60.053,3	143.509
Montanha	39.086,1	1.956,9	1.213,7	21,7	212,9	420,5	88,1	11.401,0	11.821,2	39.169,9	15.547,4	17.925,8	5.128,8	17.894
Mucuriç	19.319,5	799,4	514,5	48,5	173,9	23,0	39,4	5.700,5	6.779,7	19.305,2	7.589,9	6.754,2	4.754,8	5.637
Pedro Canário	44.072,7	1.481,2	955,3	15,9	385,7	72,5	51,9	13.301,2	7.404,5	36.779,3	20.180,5	10.729,0	5.110,8	23.935
Pinheiros	50.848,3	3.520,8	1.303,4	62,9	875,0	543,3	144,9	13.301,2	14.095,2	50.839,0	26.558,6	17.217,0	6.481,4	24.093
Ponto Belo	19.142,3	535,2	313,2	39,8	398,6	49,2	37,7	5.700,5	5.867,6	19.724,8	8.120,6	7.525,0	4.062,9	7.034
Rio Bananal	49.789,6	1.801,5	757,4	150,5	638,6	188,0	67,0	11.401,0	14.128,4	43.512,4	21.007,5	15.374,8	6.737,8	17.623
São Mateus	208.683,2	22.204,3	15.252,1	734,7	2.931,9	1.926,8	1.358,8	30.402,6	38.788,5	208.156,4	103.108,7	76.735,3	25.839,5	110.454
Sooretama	43.596,1	1.215,2	650,2	38,4	174,4	238,4	113,7	13.301,2	11.097,4	40.699,4	20.681,6	15.123,5	4.663,7	24.271
MS Central	884.695,5	69.856,8	45.426,1	6.542,6	7.313,2	4.315,3	5.176,8	182.415,9	284.788,2	849.144,8	361.007,5	318.052,5	157.790,8	318.202
Afonso Cláudio	60.341,7	2.371,7	1.189,1	336,2	479,1	241,6	125,6	15.201,3	14.731,8	65.830,4	27.329,5	23.007,9	15.127,8	31.004
Alfredo Chaves	33.849,1	2.297,6	1.597,5	189,3	159,9	164,6	186,3	9.500,8	9.783,9	34.377,8	13.028,4	15.287,4	5.121,6	13.982
Anchieta	216.132,4	33.174,6	26.998,9	2.328,3	1.795,2	785,9	1.266,3	13.301,2	97.246,8	202.871,9	74.559,4	67.451,3	57.189,5	24.265
Brejetuba	28.749,9	666,1	411,8	55,0	97,8	77,9	23,6	7.600,7	9.911,4	28.814,2	12.135,7	12.564,4	3.806,3	11.933
Conceição do Castelo	29.256,1	1.408,2	480,2	181,3	341,3	120,5	86,9	7.600,7	9.206,6	30.388,9	13.649,6	10.511,3	5.851,3	11.741
Domingos Martins	72.615,4	4.744,9	2.928,9	404,3	464,0	586,6	361,2	15.201,3	20.954,8	65.312,5	28.932,5	26.153,3	9.532,0	31.946
Iconha	34.599,0	1.636,8	732,2	235,3	157,8	146,3	365,4	7.600,7	7.418,5	30.831,5	14.132,3	11.144,1	4.884,8	12.603

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2011
Itaguaçu	32.538,1	1.604,4	622,4	175,8	266,8	298,5	240,9	9.500,8	8.397,6	30.326,5	14.968,6	12.394,9	2.575,3	14.107
Itarana	24.356,5	992,0	390,6	77,4	178,5	116,7	228,8	7.600,7	6.696,1	23.030,0	10.181,3	10.690,7	2.145,9	10.840
Laranja da Terra	26.311,9	1.257,9	671,4	42,0	399,1	64,6	80,7	7.600,7	6.867,6	25.611,2	10.975,9	8.071,8	6.288,5	10.818
Marechal Floriano	33.437,5	1.907,7	931,0	139,4	384,2	230,0	223,0	9.500,8	11.561,5	32.857,7	15.968,8	11.100,7	5.429,7	14.422
Plúmia	52.038,4	5.470,8	2.572,9	1.241,4	570,6	484,9	521,1	11.401,0	4.504,7	49.430,8	19.605,8	20.621,5	7.694,3	18.364
Rio Novo do Sul	21.960,3	1.202,8	485,0	149,6	28,0	36,0	162,8	7.600,7	4.725,5	21.985,4	12.872,9	5.918,2	2.982,2	11.330
Santa Leopoldina	26.618,6	1.018,9	512,7	25,0	356,2	80,8	44,3	7.600,7	8.568,1	24.977,2	12.744,3	8.983,3	2.648,9	12.223
Santa Maria de Jetibá	71.435,5	3.203,9	1.535,7	176,7	900,7	214,4	376,5	15.201,3	28.329,1	63.807,8	31.504,6	25.065,7	5.981,6	34.591
Santa Teresa	49.913,1	2.851,6	1.471,5	420,1	317,5	322,3	320,2	11.401,0	12.518,3	49.686,3	23.017,2	20.445,3	5.721,8	21.916
São Roque do Canaã	25.175,0	1.030,8	656,0	53,8	191,9	74,0	55,3	7.600,7	6.848,1	24.867,4	9.606,0	9.668,9	5.592,5	11.341
Venda Nova do Imigrante	45.367,0	3.016,3	1.238,3	311,7	224,7	269,9	508,0	11.401,0	16.517,8	44.137,3	15.793,7	18.969,9	9.216,8	20.776
Região Metropolitana	3.606.371,1	946.037,2	583.530,8	113.945,0	76.612,5	92.286,4	79.662,5	288.765,7	1.017.845,5	3.551.819,9	1.664.431,6	1.210.849,0	597.860,2	1.689.495
Cariacica	403.006,7	69.120,9	47.718,9	6.895,9	5.108,6	3.410,5	5.987,0	48.851,8	93.166,6	400.853,3	193.164,5	131.415,5	66.732,4	350.615
Guarapari	192.883,5	47.567,6	11.262,3	14.976,0	3.489,8	7.665,0	10.174,5	30.402,6	18.174,0	180.250,5	86.698,8	55.090,7	35.355,5	106.583
Serra	848.307,7	185.158,6	114.382,4	21.623,5	19.272,1	16.924,0	12.956,6	48.851,8	287.481,3	822.012,9	392.468,1	270.709,2	132.719,3	416.029
Viana	116.886,2	13.999,5	7.725,7	1.888,1	2.333,2	1.007,1	1.045,4	22.802,0	11.490,0	115.001,3	63.831,9	39.777,2	9.473,3	65.888
Vila Velha	657.132,1	188.508,7	97.759,5	24.557,5	12.284,3	25.889,3	28.018,1	48.851,8	141.168,6	671.083,7	288.541,4	249.047,4	115.848,0	419.854
Vitória	1.388.154,8	441.681,8	304.682,0	44.004,0	34.124,4	37.390,5	21.480,8	89.005,7	456.364,8	1.362.618,2	639.725,8	464.809,0	237.731,7	330.526
MS Sul	1.419.288,2	82.570,6	39.638,4	11.729,1	13.210,5	7.066,0	7.922,2	257.870,0	258.025,5	1.256.561,9	563.970,6	483.718,8	188.902,3	568.568
Alegre	65.288,8	6.412,6	3.259,7	339,3	610,2	232,8	753,3	15.201,3	10.840,8	63.021,2	32.198,8	20.936,0	8.511,3	30.696
Apiacá	18.402,7	558,3	240,8	67,8	131,2	38,7	77,3	5.700,5	4.250,0	18.634,6	8.760,3	8.559,3	1.062,2	7.505
Atílio Viváquea	25.540,4	906,1	477,1	47,8	245,6	31,3	104,3	5.700,5	7.842,7	23.940,4	11.908,1	7.892,7	3.728,5	9.967
Bom Jesus do Norte	18.809,4	625,5	263,6	80,2	101,7	-	180,0	5.700,5	3.617,2	19.540,3	9.040,9	6.790,2	3.482,1	9.496
Cachoeiro de Itapemirim	287.670,1	36.737,1	20.133,7	6.769,1	4.637,8	2.879,9	2.316,7	48.851,8	68.916,9	271.758,5	144.200,3	88.147,4	31.224,3	191.042
Castelo	64.778,5	5.336,9	1.584,0	600,7	489,3	665,5	727,5	15.201,3	19.228,0	64.753,6	33.926,0	22.701,3	7.617,8	34.900
Divino de São Lourenço	13.404,3	461,6	310,2	36,5	66,1	30,6	18,3	5.700,5	3.827,3	12.981,7	6.800,4	4.917,5	1.263,0	4.493
Dores do Rio Preto	17.146,6	482,1	388,3	34,5	0,5	12,5	46,3	5.700,5	4.252,0	13.448,1	6.162,4	5.804,1	1.163,3	6.414
Guaçu	60.069,9	3.211,5	1.597,2	346,1	439,7	317,5	510,9	13.301,2	8.471,0	60.903,5	30.616,5	20.173,2	9.513,8	28.033
Ibatiba	39.125,6	1.190,9	466,4	68,3	444,8	72,1	139,3	11.401,0	8.529,0	40.324,9	18.782,5	14.437,6	6.261,5	22.609
Ibitirama	21.753,2	717,0	314,2	57,6	177,6	73,9	93,7	5.700,5	5.760,1	21.570,1	9.959,1	8.089,6	3.357,0	8.938
Irupi	25.837,5	621,3	206,1	51,7	127,4	78,7	157,4	7.600,7	8.270,9	25.548,8	13.445,3	8.657,1	3.141,8	11.829
Itapemirim	184.896,0	4.569,2	1.492,5	521,4	985,9	1.264,9	304,4	15.201,3	28.724,8	124.043,7	46.501,1	40.540,7	35.383,8	31.209
Ituna	50.209,2	2.199,4	678,5	134,8	614,1	382,9	379,9	13.301,2	11.118,3	50.205,6	24.478,1	17.228,9	7.909,6	27.422
Jerônimo Monteiro	25.526,5	2.061,9	1.045,5	236,2	242,0	83,4	224,5	7.600,7	5.144,1	22.240,9	11.618,1	8.458,1	1.663,3	10.932
Maratazes	85.950,9	4.681,2	1.596,2	1.051,0	879,3	325,7	828,9	15.201,3	6.846,2	71.991,9	32.237,1	19.568,5	19.308,1	34.412
Mimoso do Sul	47.736,3	1.781,2	571,6	245,2	766,7	117,8	80,0	13.301,2	11.225,4	47.719,8	23.024,0	19.892,9	3.849,4	25.880
Muniz Freire	43.198,6	2.034,5	583,3	334,9	408,2	143,6	289,4	11.401,0	12.373,0	42.241,5	20.283,9	16.489,1	5.400,2	18.298
Muqui	28.929,7	988,1	587,6	102,9	96,3	104,2	97,2	9.500,8	5.908,8	26.094,5	11.878,0	11.039,5	2.486,0	14.452
Presidente Kennedy	224.396,3	4.476,5	2.320,1	324,7	1.470,0	69,9	291,8	7.600,7	7.208,0	170.077,8	35.653,6	107.688,0	26.515,3	10.373
São José do Calçado	26.425,1	908,8	501,7	151,6	125,6	33,5	96,2	7.600,7	5.592,7	24.583,0	12.361,8	10.094,1	1.823,0	10.403
Vargem Alta	44.192,5	1.608,9	1.020,2	126,7	150,5	106,6	204,9	11.401,0	10.078,5	40.937,3	20.134,2	15.613,1	4.236,9	19.265
TOTAL	8.158.403,3	1.320.949,3	825.675,9	143.863,3	124.125,6	116.320,8	106.284,4	1.141.387,6	2.124.510,8	7.811.588,5	3.608.281,8	2.846.770,8	1.206.740,1	3.547.055

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário, e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População estimada para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). ²inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. ³refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. ⁴inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

► Quadro comparativo da receita e da despesa per capita - 2011

em R\$

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2011
MS Noroeste	1.986,59	117,88	61,18	11,35	19,81	11,97	13,56	482,37	529,64	1.964,81	922,34	757,96	244,15	415.075
Água Doce do Norte	2.316,44	94,14	45,70	8,75	25,17	10,42	4,11	649,85	515,20	2.205,71	1.082,50	651,35	441,21	11.696
Águia Branca	2.907,44	106,40	69,70	2,65	19,80	8,53	5,73	599,23	754,76	2.538,16	1.227,34	873,24	408,05	9.513
Alto Rio Novo	2.473,70	35,54	24,77	1,94	-	6,09	2,74	776,11	811,78	2.713,60	1.190,19	1.044,24	406,66	7.345
Baixo Guandu	1.855,61	106,11	47,56	11,52	18,01	12,37	16,64	455,86	515,82	1.788,57	896,54	712,99	128,74	29.178
Barra de São Francisco	1.765,76	150,82	66,77	13,70	36,76	8,88	24,72	418,29	421,76	1.796,27	932,05	729,31	132,24	40.884
Boa Esperança	2.475,97	93,42	39,65	5,60	27,70	12,14	8,33	667,24	498,80	2.368,75	1.025,47	817,19	483,38	14.239
Colatina	1.823,43	168,89	105,96	19,94	13,43	15,03	14,52	270,41	412,68	1.851,99	828,00	775,34	175,79	112.432
Ecoporanga	1.977,30	68,72	26,17	1,29	21,79	12,53	6,92	492,40	773,69	1.935,10	1.006,94	671,13	206,84	23.154
Governador Lindenberg	2.385,79	100,85	51,29	2,62	28,43	10,44	8,07	691,60	741,26	2.370,51	1.080,88	818,45	469,19	10.990
Mantenópolis	2.157,83	89,94	47,87	6,28	16,40	12,39	7,00	692,43	432,34	1.975,11	887,62	763,04	272,43	13.721
Marilândia	2.303,20	84,18	18,75	22,79	25,14	7,94	9,56	678,75	721,67	2.125,44	979,75	882,95	251,69	11.198
Nova Venécia	1.813,66	103,72	52,99	9,82	12,09	18,31	10,50	410,73	467,62	1.865,24	941,71	681,39	216,64	46.263
Pancas	1.748,37	68,00	24,61	5,81	22,97	5,93	8,68	526,95	451,14	1.808,36	801,80	621,13	363,62	21.636
São Domingos do Norte	2.702,22	80,50	44,18	3,33	13,95	10,37	8,60	709,37	1.072,25	2.645,50	1.181,89	976,23	477,53	8.036
São Gabriel da Palha	1.901,33	102,52	38,59	8,95	23,49	7,66	23,84	471,15	461,35	1.742,06	812,07	622,46	278,57	32.264
Vila Pavão	2.469,38	68,22	23,04	4,93	12,93	11,07	16,25	695,30	838,62	2.548,30	1.061,49	1.042,31	419,88	8.699
Vila Valério	2.269,25	92,38	43,44	0,93	32,11	4,80	11,11	687,12	912,19	2.262,38	984,50	1.085,79	190,35	13.827
MS Litoral Norte	2.561,50	312,31	236,96	12,48	33,77	13,83	14,21	396,64	619,04	2.408,64	1.144,53	934,91	289,44	555.715
Aracruz	3.404,63	899,71	792,93	21,91	54,92	9,15	20,79	319,92	979,81	3.093,51	1.519,26	1.254,08	229,77	83.152
Conceição da Barra	2.623,00	221,26	181,06	6,50	25,34	4,21	4,16	465,08	773,96	2.397,36	1.269,44	763,93	323,29	28.600
Fundão	2.607,21	301,86	158,81	30,78	42,86	15,45	53,96	657,72	354,22	2.325,95	1.439,08	743,90	65,76	17.334
Ibiraçu	2.617,76	164,55	102,23	10,86	25,08	12,22	14,15	675,13	598,61	2.430,98	1.183,62	940,02	256,19	11.258
Jaguaré	2.582,65	187,83	129,54	4,10	35,15	14,23	4,80	530,50	719,22	2.531,87	1.103,61	1.243,97	153,52	25.073
João Neiva	2.435,34	136,43	60,51	7,85	22,38	14,71	30,98	599,50	463,02	2.303,17	931,40	1.248,07	112,84	15.848
Linhares	2.876,41	313,19	219,51	20,43	39,91	16,35	16,99	238,33	642,26	2.695,78	1.183,89	1.056,25	418,46	143.509
Montanha	2.184,31	109,36	67,83	1,21	11,90	23,50	4,92	637,14	660,62	2.189,00	868,86	1.001,78	286,62	17.894
Mucurici	3.427,27	141,81	91,27	8,61	30,85	4,09	6,99	1.011,26	1.202,72	3.424,73	1.346,44	1.198,19	843,50	5.637
Pedro Canário	1.841,35	61,88	39,91	0,66	16,12	3,03	2,17	555,72	309,36	1.536,63	843,14	448,26	213,53	23.935
Pinheiros	2.110,50	146,13	54,10	2,61	36,32	22,55	6,01	552,08	585,04	2.110,11	1.102,34	714,61	269,02	24.093
Porto Belo	2.721,40	76,09	44,52	5,65	13,55	6,99	5,37	810,42	834,17	2.804,21	1.154,47	1.089,81	577,61	7.034
Rio Bananal	2.825,26	102,22	42,98	8,54	36,24	10,67	3,80	646,94	801,70	2.469,07	1.192,05	872,43	382,33	17.623
São Mateus	1.889,32	201,03	138,09	6,65	26,54	17,44	12,30	575,25	351,17	1.884,55	933,50	694,73	233,94	110.454
Sooretama	1.796,22	50,07	26,79	1,58	7,19	9,82	4,69	548,03	457,23	1.676,88	852,11	623,11	192,15	24.271
MS Central	2.780,30	219,54	142,76	20,56	22,98	13,56	16,27	573,27	894,99	2.668,57	1.134,52	999,53	495,88	318.202
Afonso Cláudio	1.946,25	76,50	38,35	10,85	15,45	7,79	4,05	490,30	475,16	2.123,29	881,48	742,10	487,93	31.004
Alfredo Chaves	2.420,90	164,32	114,25	13,54	11,44	11,77	13,33	679,50	699,75	2.458,72	931,80	1.093,36	366,30	13.982
Anchieta	8.907,16	1.367,18	1.112,67	95,95	73,98	32,39	52,19	548,16	4.007,70	8.360,68	3.072,71	2.779,78	2.356,87	24.265
Brejo da	2.409,27	55,82	34,51	4,61	8,19	6,53	1,98	636,94	830,59	2.414,66	1.016,99	1.052,91	318,97	11.933
Conceição do Castelo	2.491,79	119,94	40,90	15,44	29,07	10,26	7,40	647,36	784,14	2.588,27	1.162,56	895,26	498,36	11.741
Domingos Martins	2.273,07	148,53	91,68	12,65	14,52	18,36	11,31	475,84	655,94	2.044,46	905,67	818,74	298,38	31.946
Iconha	2.745,30	129,87	58,09	18,67	12,52	11,60	28,99	603,08	588,63	2.446,36	1.121,35	884,24	387,59	12.603

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2011
Itaguçu	2.306,52	113,73	44,12	12,46	18,91	21,16	17,07	673,48	595,28	2.149,75	1.061,14	878,64	182,56	14.107
Itarana	2.246,91	91,51	36,03	7,14	16,46	10,76	21,11	701,17	617,72	2.124,54	939,23	986,22	197,96	10.840
Laranja da Terra	2.432,24	116,28	62,07	3,89	36,89	5,97	7,46	702,59	634,83	2.367,46	1.014,59	746,15	581,30	10.818
Marechal Floriano	2.318,51	132,28	64,56	9,66	26,64	15,95	15,46	658,77	801,66	2.278,31	1.107,25	769,71	376,49	14.422
Pluma	2.833,72	297,91	140,10	67,60	31,07	26,40	28,38	620,83	245,30	2.691,72	1.067,62	1.122,93	418,99	18.364
Rio Novo do Sul	1.938,25	106,16	42,81	13,21	2,47	3,18	14,37	670,84	417,08	1.940,46	1.136,18	522,35	263,21	11.330
Santa Leopoldina	2.177,74	83,36	41,94	2,04	29,14	6,61	3,62	621,83	700,98	2.043,46	1.042,65	734,95	216,71	12.223
Santa Maria de Jetibá	2.065,15	92,62	44,40	5,11	26,04	6,20	10,88	439,46	818,97	1.844,64	910,77	724,63	172,92	34.591
Santa Teresa	2.277,47	130,11	67,14	19,17	14,49	14,71	14,61	520,21	571,19	2.267,12	1.050,25	932,89	261,08	21.916
São Roque do Canaã	2.219,83	90,89	57,84	4,74	16,92	6,52	4,87	670,19	603,84	2.192,69	847,02	852,56	493,12	11.341
Venda Nova do Imigrante	2.183,62	145,18	59,60	15,00	10,81	12,99	24,45	548,76	795,04	2.124,44	760,19	913,07	443,63	20.776
Região Metropolitana	2.134,59	559,95	345,39	67,44	45,35	54,62	47,15	170,92	602,46	2.102,30	985,17	716,69	353,87	1.689,495
Cariacica	1.149,43	197,14	136,10	19,67	14,57	9,73	17,08	139,33	265,72	1.143,29	550,93	374,81	190,33	350.615
Guarapari	1.809,70	446,30	105,67	140,51	32,74	71,92	95,46	285,25	170,52	1.691,18	813,45	516,88	331,72	106.583
Serra	2.039,06	445,06	274,94	51,98	46,32	40,68	31,14	117,42	691,01	1.975,85	943,37	650,70	319,01	416.029
Viana	1.774,01	212,47	117,26	28,66	35,41	15,28	15,87	346,07	326,16	1.745,41	968,79	603,71	143,78	65.888
Vila Velha	1.565,14	448,99	232,84	58,49	29,26	61,66	66,73	116,35	336,23	1.598,37	687,24	593,18	275,92	419.854
Vitória	4.199,84	1.336,30	921,81	133,13	103,24	113,12	64,99	269,28	1.380,72	4.122,57	1.935,48	1.406,27	719,25	330.526
MS Sul	2.496,25	145,23	69,72	20,63	23,23	12,43	13,93	453,54	453,82	2.210,05	991,91	850,77	332,24	568,568
Alegre	2.126,95	208,91	106,19	11,05	19,88	7,58	24,54	495,22	353,16	2.053,08	1.048,96	682,04	277,28	30.696
Apiacá	2.452,05	74,40	32,08	9,04	17,49	5,15	10,29	759,56	566,28	2.482,96	1.167,26	1.140,48	141,53	7.505
Atílio Viçacúca	2.562,50	90,91	47,87	4,80	24,64	3,14	10,46	571,94	786,86	2.401,96	1.194,75	791,89	374,08	9.967
Bom Jesus do Norte	1.980,77	65,87	27,76	8,45	10,71	-	18,95	600,31	380,92	2.057,74	952,07	715,06	366,70	9.496
Cachoeiro de Itapemirim	1.505,80	192,30	105,39	35,43	24,28	15,07	12,13	255,71	360,74	1.422,51	754,81	461,40	163,44	191.042
Castelo	1.856,12	152,92	45,39	17,21	14,02	19,07	20,85	335,57	550,95	1.855,40	972,09	650,47	218,27	34.900
Divino de São Lourenço	2.983,37	102,74	69,04	8,12	14,70	6,80	4,08	1.268,75	851,83	2.889,32	1.513,56	1.094,48	281,10	4.493
Dores do Rio Preto	2.673,30	75,17	60,53	5,39	0,07	1,95	7,22	888,76	662,93	2.096,69	960,78	904,91	181,37	6.414
Guaçu	2.142,83	114,56	56,98	12,35	15,68	11,33	18,23	474,48	302,18	2.172,57	1.092,16	719,63	339,38	28.033
Ibatiba	1.730,53	52,67	20,63	3,02	19,67	3,19	6,16	504,27	377,24	1.783,58	830,75	638,58	276,95	22.609
Ibitirama	2.433,79	80,21	35,15	6,45	19,87	8,26	10,48	637,78	644,45	2.413,30	1.114,25	905,08	375,59	8.938
Irupi	2.184,25	52,52	17,42	4,37	10,77	6,65	13,31	642,54	699,20	2.159,84	1.136,64	731,85	265,60	11.829
Itapemirim	5.924,45	146,41	47,82	16,71	31,59	40,53	9,75	487,08	920,40	3.974,61	1.489,99	1.299,01	1.133,77	31.209
Ituna	1.830,98	80,20	24,74	4,92	22,39	13,96	13,85	485,05	405,45	1.830,85	892,64	628,29	288,44	27.422
Jerônimo Monteiro	2.335,03	188,61	95,64	21,61	22,13	7,63	20,54	695,27	470,55	2.034,47	1.062,76	773,70	152,15	10.932
Maratões	2.497,70	136,03	46,38	30,54	25,55	9,47	24,09	441,74	198,95	2.092,06	936,80	568,65	561,09	34.412
Mimoso do Sul	1.844,53	68,83	22,09	9,47	29,62	4,55	3,09	513,96	433,75	1.843,89	889,65	768,66	148,74	25.880
Muniz Freire	2.360,84	111,19	31,88	18,30	22,31	7,85	15,82	623,07	676,19	2.308,53	1.108,53	901,14	295,13	18.298
Muqui	2.001,78	68,37	40,66	7,12	6,66	7,21	6,72	667,41	408,86	1.805,60	821,89	763,87	172,02	14.452
Presidente Kennedy	21.632,73	431,56	223,67	31,30	141,71	6,74	28,13	732,74	694,88	16.396,20	3.437,15	10.381,57	2.556,19	10.373
São José do Calçado	2.540,14	87,36	48,23	14,58	12,08	3,22	9,25	730,62	537,61	2.363,07	1.188,29	970,30	175,24	10.403
Vargem Alta	2.293,93	83,52	52,96	6,58	7,81	5,53	10,64	591,80	523,15	2.124,96	1.045,12	810,44	219,93	19.265
TOTAL	2.300,05	372,41	232,78	40,56	34,99	32,79	29,96	321,78	598,95	2.202,27	1.017,26	802,57	340,21	3.547,055

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário, e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População estimada para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: -¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4). -²inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. -³refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. -⁴inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

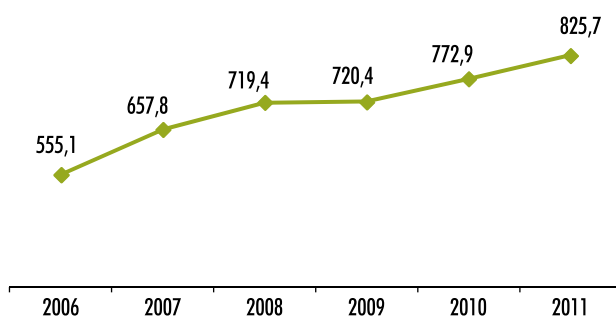
CAIXA e prefeituras. Para onde você olha, vê os resultados dessa parceria.

A CAIXA tem uma linha completa de produtos, serviços, programas e ações desenvolvidos especialmente para os municípios brasileiros. Apoio à gestão, reestruturação administrativa, habitação, saneamento, desenvolvimento, turismo, meio ambiente. Não importa o tamanho, não importa a região. A CAIXA é o banco do seu município.

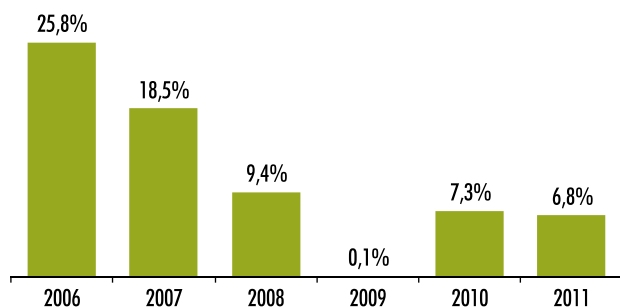
Em 2011, a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) dos municípios capixabas totalizou R\$ 825,7 milhões, valor 6,8% maior em relação ao ano anterior. O crescimento foi menos intenso que o registrado em 2010, que havia sido de 7,3%.

Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



Entre os municípios de maior nível de recolhimento, o melhor desempenho coube a Aracruz, cuja receita de ISS saltou de R\$ 44 milhões, em 2010, para R\$ 65,9 milhões, em 2011, uma alta de quase 50%. Líder estadual de arrecadação, Vitória também apresentou um excelente desempenho em 2011, crescendo 11,9% e atingindo R\$ 304,7 milhões. Desde 2004 o desempenho da capital não superava a média dos demais municípios capixabas. Com esse aumento, sua participação no total do ISS, que vinha caindo sistematicamente nos últimos anos, subiu de 35,2% para 36,9%, entre 2010 e 2011.

Cariacica voltou a apresentar ótima performance em 2011. Com expansão de 15,8%, sua arrecadação atingiu R\$ 47,7 milhões. Colatina e Guarapari também tiveram bons resultados, com acréscimo de 11,5% e 10,2%, respectivamente. Serra, segunda no ranking estadual, registrou um crescimento de 4,9% em 2011, com a arrecadação atingindo R\$ 114,4 milhões. Esse aumento moderado sucedeu o excelente desempenho de 2010, quando o recolhimento de ISS cresceu em 16,5%. Vila Velha também veio de um excelente desempenho em 2010, quando o recolhimento do ISS aumentou 30,1%. Já em 2011 a arrecadação foi de R\$ 97,8 milhões, praticamente o mesmo valor do ano anterior.

Em Linhares, o ISS voltou a encolher pelo terceiro ano consecutivo. O valor arrecadado de R\$ 31,5 milhões foi 23,2% menor que o do ano anterior. O pico de recolhimento ocorreu em 2008, de R\$ 57,4 milhões. Com os valores apurados em 2011, Anchieta, São Mateus e Viana presenciaram queda de ISS pelo segundo ano consecutivo. Cachoeiro de Itapemirim, por sua vez, após ter alavancado em 36% a arrecadação do ISS em 2010, acusou ligeira queda de 4,8% em 2011.

Desempenho do ISS nos municípios com mais de 50 mil habitantes

Município	2010	2011
Aracruz	↑ 3,3%	↑ 49,9%
Cariacica	↑ 12,3%	↑ 15,8%
Vitória	↑ 4,7%	↑ 11,9%
Colatina	↑ 10,6%	↑ 11,5%
Guarapari	↓ -6,3%	↑ 10,2%
Serra	↑ 16,5%	↑ 4,9%
Vila Velha	↑ 30,1%	↑ 0,6%
Cachoeiro de Itapemirim	↑ 36,0%	↓ -4,8%
São Mateus	↓ -16,8%	↓ -10,1%
Viana	↓ -29,3%	↓ -12,4%
Linhares	↓ -7,8%	↓ -23,2%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Nos demais municípios, o crescimento do ISS foi intenso em Dorés do Rio Preto (155,6%), Rio Bananal (150,4%), Laranja da Terra (131,9%), Águia Branca (114%), Alto Rio Novo (109,5%), Mantenópolis (109%) e Divino de São Lourenço (102,1%). Em todos esses casos, a arrecadação mais do que dobrou. Em Alto Rio Novo o forte aumento, de 109,5%, deveu-se à fraca arrecadação do ISS em 2010.

► As dez maiores receitas de ISS em 2011 e participação no total arrecadado

Posição	Municípios	Valor arrecadado em R\$ milhões	Participação no total	Participação acumulada
			em %	
1º	Vitória	304,7	36,9	36,9
2º	Serra	114,4	13,9	50,8
3º	Vila Velha	97,8	11,8	62,6
4º	Aracruz	65,9	8,0	70,6
5º	Cariacica	47,7	5,8	76,4
6º	Linhares	31,5	3,8	80,2
7º	Anchieta	27,0	3,3	83,4
8º	Cach. de Itapemirim	20,1	2,4	85,9
9º	São Mateus	15,3	1,8	87,7
10º	Colatina	11,9	1,4	89,2
Total		825,7	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

O ISS é mais importante nos orçamentos dos municípios de maior porte, especialmente naqueles que dispõem de uma forte estrutura de serviços ou que detêm importantes plantas industriais. As cidades em que o ISS registrou maior peso na receita corrente em 2011 foram: Vitória (24,1%), Aracruz (23,4%), Vila Velha (16,6%), Serra (15,3%), Anchieta (12,9%) e Cariacica (12%).

► As dez cidades com maior peso do ISS na receita corrente em 2010 e 2011

Posição	Município	2010	2011
		em %	
1º	Vitória	23,7	24,1
2º	Aracruz	18,3	23,4
3º	Vila Velha	18,3	16,6
4º	Serra	15,1	15,3
5º	Anchieta	20,4	12,9
6º	Cariacica	11,7	12,0
7º	Linhares	12,3	8,1
8º	São Mateus	9,7	7,6
9º	Cachoeiro de Itapemirim	7,9	7,5
10º	Conceição da Barra	13,2	7,2

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

► Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário especial, unificado e simplificado de arrecadação de tributos e contribuições,

criado pela Lei Complementar nº 123/2006, aplicável às micro e pequenas empresas. A adesão ao regime é facultativa e contempla os seguintes tributos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica.

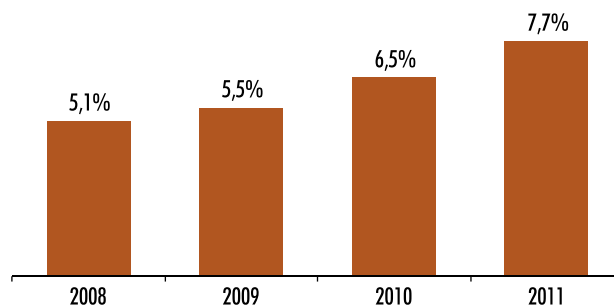
Envolve a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e sua administração é efetuada por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios.

Até o ano passado era considerada microempresa aquelas com faturamento até R\$ 240 mil e empresa de pequeno porte, até R\$ 2,4 milhões. A Lei Complementar nº 139/2011 elevou esses tetos para R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões, respectivamente.

A arrecadação municipal de ISS através do Simples Nacional dos municípios capixabas totalizou R\$ 63,8 milhões em 2011, com alta de 26,5% frente ao ano anterior. Essa modalidade de recolhimento tem crescido de forma mais intensa que as demais. Com isso sua participação na arrecadação total passou de 5,1%, em 2008, para 7,7%, em 2011.

Em sete cidades o recolhimento do Simples foi superior a um quarto do ISS: Venda Nova do Imigrante (35%), Mimoso do Sul (33,8%), Iconha (29,9%), Nova Venécia (27,6%), Vila Pavão (26,2%), Ibirapu (26%) e Ecoporanga (25,1%). Em Vitória, o Simples representou 5,3% do ISS total.

Participação média do Simples Nacional na arrecadação do ISS dos municípios capixabas



► Arrecadação do ISS - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		ISS per capita 2011 em R\$
								no total do ISS	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	12.866,2	16.577,0	17.888,2	17.822,6	21.493,5	25.396,3	18,2	3,1	3,3	61,18
Água Doce do Norte	216,8	173,5	183,2	142,8	391,5	534,5	36,5	0,1	2,3	45,70
Águia Branca	183,0	650,7	472,1	222,5	309,8	663,0	114,0	0,1	2,9	69,70
Alto Rio Novo	122,9	93,3	150,0	280,3	86,9	181,9	109,5	0,0	1,1	24,77
Baixo Guandu	570,6	812,8	951,3	665,9	1.048,1	1.387,8	32,4	0,2	2,7	47,56
Barra de São Francisco	1.078,8	1.263,2	1.352,7	1.375,2	2.027,3	2.729,8	34,6	0,3	4,1	66,77
Boa Esperança	195,0	165,1	355,0	234,2	351,4	564,6	60,7	0,1	1,9	39,65
Colatina	6.675,9	8.976,1	8.900,2	9.660,5	10.686,3	11.912,9	11,5	1,4	6,1	105,96
Ecoporanga	372,1	443,1	390,3	379,7	467,6	606,0	29,6	0,1	1,4	26,17
Governador Lindenberg	194,6	246,8	380,4	202,1	407,6	563,7	38,3	0,1	2,5	51,29
Mantenópolis	141,9	141,2	129,0	130,0	314,2	656,8	109,0	0,1	2,4	47,87
Marilândia	124,6	226,1	243,1	494,0	248,1	209,9	-15,4	0,0	0,9	18,75
Nova Venécia	1.077,7	1.362,4	1.830,9	1.774,3	2.387,8	2.451,6	2,7	0,3	3,0	52,99
Pancas	281,2	437,8	423,2	499,8	482,7	532,5	10,3	0,1	1,5	24,61
São Domingos do Norte	278,3	374,5	515,9	322,2	397,4	355,1	-10,7	0,0	1,7	44,18
São Gabriel da Palha	596,5	576,7	833,7	767,1	907,2	1.245,1	37,3	0,2	2,3	38,59
Vila Pavão	277,6	133,9	102,0	99,2	167,3	200,4	19,8	0,0	1,0	23,04
Vila Valério	478,8	499,8	675,1	572,8	812,4	600,6	-26,1	0,1	2,0	43,44
MS Litoral Norte	79.684,0	106.613,9	127.881,8	125.149,9	124.295,3	131.684,4	5,9	15,9	9,6	236,96
Aracruz	27.196,0	36.269,5	34.532,6	42.578,4	43.993,1	65.934,0	49,9	8,0	23,4	792,93
Conceição da Barra	2.566,5	2.641,7	4.663,5	3.969,5	8.852,2	5.178,2	-41,5	0,6	7,2	181,06
Fundão	4.395,8	4.247,7	4.091,5	3.650,0	3.376,4	2.752,9	-18,5	0,3	6,2	158,81
Ibiraçu	2.015,4	1.719,8	1.706,5	1.459,9	1.350,8	1.151,0	-14,8	0,1	4,4	102,23
Jaguaré	2.864,4	2.902,7	2.415,1	2.737,1	2.453,6	3.248,0	32,4	0,4	5,1	129,54
João Neiva	1.011,4	1.108,7	1.012,8	792,9	778,1	959,0	23,2	0,1	2,7	60,51
Linhares	25.775,0	38.253,4	57.367,0	44.515,4	41.022,2	31.501,6	-23,2	3,8	8,1	219,51
Montanha	564,8	938,2	887,6	800,3	1.340,6	1.213,7	-9,5	0,1	3,3	67,83
Mucurici	270,1	274,2	321,4	263,3	270,6	514,5	90,1	0,1	2,7	91,27
Pedro Canário	723,7	1.674,2	1.271,8	1.778,6	1.564,9	955,3	-39,0	0,1	2,3	39,91
Pinheiros	550,7	721,1	1.255,3	1.264,5	1.351,8	1.303,4	-3,6	0,2	2,6	54,10
Ponto Belo	394,6	157,9	168,0	206,0	241,7	313,2	29,6	0,0	1,8	44,52
Rio Bananal	193,8	385,7	291,9	322,0	302,5	757,4	150,4	0,1	1,7	42,98
São Mateus	10.722,4	14.946,4	17.411,6	20.381,8	16.963,7	15.252,1	-10,1	1,8	7,6	138,09
Sooretama	439,6	372,7	485,2	430,2	433,2	650,2	50,1	0,1	1,5	26,79
MS Central	23.195,9	43.830,8	46.516,6	55.489,2	50.695,9	45.426,1	-10,4	5,5	5,5	142,76
Afonso Cláudio	709,4	728,7	788,7	898,7	1.086,7	1.189,1	9,4	0,1	2,2	38,35
Alfredo Chaves	912,0	1.410,4	2.227,6	1.420,9	1.326,6	1.597,5	20,4	0,2	5,0	114,25
Anchieta	13.820,9	31.316,9	30.071,5	38.951,2	34.334,3	26.998,9	-21,4	3,3	12,9	1.112,67
Brejetuba	231,1	295,8	358,8	288,0	524,4	411,8	-21,5	0,0	1,5	34,51
Conceição do Castelo	276,2	387,8	321,5	319,8	387,5	480,2	23,9	0,1	1,8	40,90
Domingos Martins	1.471,5	2.000,9	4.302,9	3.240,0	2.417,7	2.928,9	21,1	0,4	4,4	91,68
Iconha	288,8	424,3	783,2	480,5	724,2	732,2	1,1	0,1	2,5	58,09
Itaguaçu	392,2	736,8	540,2	428,1	557,7	622,4	11,6	0,1	2,1	44,12
Itarana	391,7	233,3	275,3	307,0	284,3	390,6	37,4	0,0	1,7	36,03
Laranja da Terra	158,8	136,8	185,2	145,1	289,5	671,4	131,9	0,1	3,0	62,07
Marechal Floriano	852,9	838,9	1.100,9	985,5	1.064,2	931,0	-12,5	0,1	2,8	64,56
Piúma	742,0	1.189,7	1.338,9	3.979,5	2.741,1	2.572,9	-6,1	0,3	5,0	140,10
Rio Novo do Sul	308,5	390,6	202,7	428,3	478,8	485,0	1,3	0,1	2,2	42,81
Santa Leopoldina	391,8	894,0	894,3	718,8	708,0	512,7	-27,6	0,1	2,1	41,94
Santa Maria de Jetibá	684,5	1.095,1	1.079,7	829,7	1.356,7	1.535,7	13,2	0,2	2,3	44,40
Santa Teresa	744,3	823,4	843,9	743,5	966,2	1.471,5	52,3	0,2	3,1	67,14
São Roque do Canaã	242,8	227,8	270,3	261,0	349,4	656,0	87,7	0,1	3,0	57,84
Venda Nova do Imigrante	576,5	699,6	931,0	1.063,6	1.098,5	1.238,3	12,7	0,1	2,9	59,60
Região Metropolitana	413.616,4	459.314,3	493.865,8	488.421,4	538.735,4	583.530,8	8,3	70,7	17,5	345,39
Cariacica	24.604,7	31.300,7	37.083,7	36.697,1	41.199,8	47.718,9	15,8	5,8	12,0	136,10
Guarapari	6.576,1	10.185,7	6.564,8	10.911,0	10.221,2	11.262,3	10,2	1,4	6,1	105,67
Serra	92.610,3	92.488,1	100.615,8	93.623,6	109.042,8	114.382,4	4,9	13,9	14,5	274,94
Viana	6.223,4	7.069,9	7.393,4	12.474,2	8.823,3	7.725,7	-12,4	0,9	7,1	117,26
Vila Velha	62.071,0	67.518,9	77.945,5	74.703,6	97.183,7	97.759,5	0,6	11,8	16,6	232,84
Vitória	221.531,0	250.751,0	264.262,7	260.012,0	272.264,6	304.682,0	11,9	36,9	24,1	921,81
MS Sul	25.746,8	31.485,3	33.237,5	33.499,8	37.718,7	39.638,4	5,1	4,8	2,9	69,72
Alegre	1.510,2	2.513,1	3.648,0	4.255,9	2.933,0	3.259,7	11,1	0,4	5,8	106,19
Apiacá	235,3	174,3	190,7	156,0	174,4	240,8	38,1	0,0	1,4	32,08
Atilio Vivacqua	256,6	278,1	286,7	283,3	405,2	477,1	17,7	0,1	2,0	47,87
Bom Jesus do Norte	111,3	160,0	218,2	157,4	187,9	263,6	40,3	0,0	1,5	27,76
Cachoeiro de Itapemirim	14.100,4	16.526,1	17.210,2	15.550,7	21.146,7	20.133,7	-4,8	2,4	7,5	105,39
Castelo	1.829,8	1.478,7	1.439,9	1.361,4	1.490,2	1.584,0	6,3	0,2	2,5	45,39
Divino de São Lourenço	88,7	71,7	53,4	87,7	153,5	310,2	102,1	0,0	2,4	69,04
Dores do Rio Preto	379,8	376,3	211,3	103,3	151,9	388,3	155,6	0,0	2,4	60,53
Guaçu	363,2	476,0	455,3	712,4	1.149,1	1.597,2	39,0	0,2	3,0	56,98
Ibatiba	318,1	453,9	487,4	329,0	512,9	466,4	-9,1	0,1	1,3	20,63
Ibitirama	126,4	204,5	181,2	170,6	255,8	314,2	22,8	0,0	1,5	35,15
Irupi	141,7	158,4	133,7	172,9	225,5	206,1	-8,6	0,0	0,8	17,42
Itapemirim	1.308,8	2.961,1	2.087,0	1.675,8	1.397,9	1.492,5	6,8	0,2	0,8	47,82
Ituna	543,1	467,7	525,9	565,2	658,4	678,5	3,1	0,1	1,5	24,74
Jerônimo Monteiro	164,2	281,7	151,0	158,4	658,7	1.045,5	58,7	0,1	4,4	95,64
Marataizes	1.072,5	1.201,6	1.449,9	2.170,7	1.017,5	1.596,2	56,9	0,2	1,9	46,38
Mimoso do Sul	669,2	669,4	1.048,4	2.315,8	909,9	571,6	-37,2	0,1	1,2	22,09
Muniz Freire	493,0	342,7	421,8	525,5	566,5	583,3	3,0	0,1	1,4	31,88
Muqui	305,0	301,4	399,0	317,4	385,9	587,6	52,2	0,1	2,2	40,66
Presidente Kennedy	746,9	1.147,4	1.171,5	959,8	1.807,7	2.320,1	28,3	0,3	1,0	223,67
São José do Calçado	420,4	482,7	460,9	665,4	349,3	501,7	43,6	0,1	2,1	48,23
Vargem Alta	562,0	758,3	1.006,0	805,2	1.180,5	1.020,2	-13,6	0,1	2,4	52,96
TOTAL	555.109,2	657.821,3	719.390,0	720.382,9	772.938,7	825.675,9	6,8	100,0	10,8	232,78

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

ISS

Posição	Município	ISS em R\$	População 2011
1º	Vitória	304.682.022,45	330.526
2º	Serra	114.382.399,18	416.029
3º	Vila Velha	97.759.481,65	419.854
4º	Aracruz	65.934.032,50	83.152
5º	Cariacica	47.718.864,99	350.615
6º	Linhares	31.501.554,31	143.509
7º	Anchieta	26.998.852,85	24.265
8º	Cachoeiro de Itapemirim	20.133.683,04	191.042
9º	São Mateus	15.252.106,79	110.454
10º	Colatina	11.912.852,15	112.432
11º	Guarapari	11.262.277,22	106.583
12º	Viana	7.725.732,85	65.888
13º	Conceição da Barra	5.178.239,89	28.600
14º	Alegre	3.259.738,39	30.696
15º	Jaguaré	3.248.020,13	25.073
16º	Domingos Martins	2.928.867,58	31.946
17º	Fundão	2.752.876,10	17.334
18º	Barra de São Francisco	2.729.767,78	40.884
19º	Piúma	2.572.857,87	18.364
20º	Nova Venécia	2.451.588,00	46.263
21º	Presidente Kennedy	2.320.108,69	10.373
22º	Alfredo Chaves	1.597.486,32	13.982
23º	Guacuí	1.597.240,39	28.033
24º	Marataízes	1.596.163,85	34.412
25º	Castelo	1.584.045,65	34.900
26º	Santa Maria de Jetibá	1.535.671,79	34.591
27º	Itapemirim	1.492.522,73	31.209
28º	Santa Teresa	1.471.522,68	21.916
29º	Baixo Guandu	1.387.842,68	29.178
30º	Pinheiros	1.303.413,95	24.093
31º	São Gabriel da Palha	1.245.129,83	32.264
32º	Venda Nova do Imigrante	1.238.331,52	20.776
33º	Montanha	1.213.722,07	17.894
34º	Afonso Cláudio	1.189.104,28	31.004
35º	Ibiraçu	1.150.957,01	11.258
36º	Jerônimo Monteiro	1.045.483,50	10.932
37º	Vargem Alta	1.020.187,73	19.265
38º	João Neiva	958.955,64	15.848
39º	Pedro Canário	955.274,32	23.935
40º	Marechal Floriano	931.037,43	14.422
41º	Rio Bananal	757.356,49	17.623
42º	Iconha	732.150,27	12.603
43º	Lúna	678.537,32	27.422
44º	Laranja da Terra	671.442,72	10.818
45º	Água Branca	663.019,70	9.513
46º	Mantenópolis	656.814,06	13.721
47º	São Roque do Canaã	655.996,71	11.341
48º	Sooretama	650.203,30	24.271
49º	Itaguaçu	622.448,84	14.107
50º	Ecoporanga	606.043,77	23.154
51º	Vila Valério	600.591,29	13.827
52º	Muqui	587.570,88	14.452
53º	Muniz Freire	583.256,36	18.298
54º	Mimoso do Sul	571.582,35	25.880
55º	Boa Esperança	564.631,65	14.239
56º	Governador Lindenberg	563.665,36	10.990
57º	Água Doce do Norte	534.546,62	11.696
58º	Pancas	532.475,35	21.636
59º	Mucurici	514.505,83	5.637
60º	Santa Leopoldina	512.679,85	12.223
61º	São José do Calçado	501.707,66	10.403
62º	Rio Novo do Sul	485.046,74	11.330
63º	Conceição do Castelo	480.231,91	11.741
64º	Atílio Vivácqua	477.104,05	9.967
65º	Ibatiba	466.362,13	22.609
66º	Brejetuba	411.792,72	11.933
67º	Itarana	390.564,84	10.840
68º	Dores do Rio Preto	388.268,37	6.414
69º	São Domingos do Norte	355.067,82	8.036
70º	Ibitirama	314.151,14	8.938
71º	Ponto Belo	313.176,49	7.034
72º	Divino de São Lourenço	310.176,40	4.493
73º	Bom Jesus do Norte	263.600,83	9.496
74º	Apiacá	240.795,69	7.505
75º	Marilândia	209.947,98	11.198
76º	Irupi	206.064,61	11.829
77º	Vila Pavão	200.408,64	8.699
78º	Alto Rio Novo	181.945,11	7.345
TOTAL		825.675.949,63	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ISS per capita

Posição	Município	A / B	ISS (A)	População 2011 (B)
			em R\$	
1º	Anchieta	1.112,67	26.998.852,85	24.265
2º	Vitória	921,81	304.682.022,45	330.526
3º	Aracruz	792,93	65.934.032,50	83.152
4º	Serra	274,94	114.382.399,18	416.029
5º	Vila Velha	232,84	97.759.481,65	419.854
6º	Presidente Kennedy	223,67	2.320.108,69	10.373
7º	Linhares	219,51	31.501.554,31	143.509
8º	Conceição da Barra	181,06	5.178.239,89	28.600
9º	Fundão	158,81	2.752.876,10	17.334
10º	Piúma	140,10	2.572.857,87	18.364
11º	São Mateus	138,09	15.252.106,79	110.454
12º	Cariacica	136,10	47.718.864,99	350.615
13º	Jaguaré	129,54	3.248.020,13	25.073
14º	Viana	117,26	7.725.732,85	65.888
15º	Alfredo Chaves	114,25	1.597.486,32	13.982
16º	Alegre	106,19	3.259.738,39	30.696
17º	Colatina	105,96	11.912.852,15	112.432
18º	Guarapari	105,67	11.262.277,22	106.583
19º	Cachoeiro de Itapemirim	105,39	20.133.683,04	191.042
20º	Ibiraçu	102,23	1.150.957,01	11.258
21º	Jerônimo Monteiro	95,64	1.045.483,50	10.932
22º	Domingos Martins	91,68	2.928.867,58	31.946
23º	Mucurici	91,27	514.505,83	5.637
24º	Água Branca	69,70	663.019,70	9.513
25º	Divino de São Lourenço	69,04	310.176,40	4.493
26º	Montanha	67,83	1.213.722,07	17.894
27º	Santa Teresa	67,14	1.471.522,68	21.916
28º	Barra de São Francisco	66,77	2.729.767,78	40.884
29º	Marechal Floriano	64,56	931.037,43	14.422
30º	Laranja da Terra	62,07	671.442,72	10.818
31º	Dores do Rio Preto	60,53	388.268,37	6.414
32º	João Neiva	60,51	958.955,64	15.848
33º	Venda Nova do Imigrante	59,60	1.238.331,52	20.776
34º	Iconha	58,09	732.150,27	12.603
35º	São Roque do Canaã	57,84	655.996,71	11.341
36º	Guacuí	56,98	1.597.240,39	28.033
37º	Pinheiros	54,10	1.303.413,95	24.093
38º	Nova Venécia	52,99	2.451.588,00	46.263
39º	Vargem Alta	52,96	1.020.187,73	19.265
40º	Governador Lindenberg	51,29	563.665,36	10.990
41º	São José do Calçado	48,23	501.707,66	10.403
42º	Mantenópolis	47,87	656.814,06	13.721
43º	Atílio Vivácqua	47,87	477.104,05	9.967
44º	Itapemirim	47,82	1.492.522,73	31.209
45º	Baixo Guandu	47,56	1.387.842,68	29.178
46º	Marataízes	46,38	1.596.163,85	34.412
47º	Água Doce do Norte	45,70	534.546,62	11.696
48º	Castelo	45,39	1.584.045,65	34.900
49º	Ponto Belo	44,52	313.176,49	7.034
50º	Santa Maria de Jetibá	44,40	1.535.671,79	34.591
51º	São Domingos do Norte	44,18	355.067,82	8.036
52º	Itaguaçu	44,12	622.448,84	14.107
53º	Vila Valério	43,44	600.591,29	13.827
54º	Rio Bananal	42,98	757.356,49	17.623
55º	Rio Novo do Sul	42,81	485.046,74	11.330
56º	Santa Leopoldina	41,94	512.679,85	12.223
57º	Conceição do Castelo	40,90	480.231,91	11.741
58º	Muqui	40,66	587.570,88	14.452
59º	Pedro Canário	39,91	955.274,32	23.935
60º	Boa Esperança	39,65	564.631,65	14.239
61º	São Gabriel da Palha	38,59	1.245.129,83	32.264
62º	Afonso Cláudio	38,35	1.189.104,28	31.004
63º	Itarana	36,03	390.564,84	10.840
64º	Ibitirama	35,15	314.151,14	8.938
65º	Brejetuba	34,51	411.792,72	11.933
66º	Apiacá	32,08	240.795,69	7.505
67º	Muniz Freire	31,88	583.256,36	18.298
68º	Bom Jesus do Norte	27,76	263.600,83	9.496
69º	Sooretama	26,79	650.203,30	24.271
70º	Ecoporanga	26,17	606.043,77	23.154
71º	Alto Rio Novo	24,77	181.945,11	7.345
72º	Lúna	24,74	678.537,32	27.422
73º	Pancas	24,61	532.475,35	21.636
74º	Vila Pavão	23,04	200.408,64	8.699
75º	Mimoso do Sul	22,09	571.582,35	25.880
76º	Ibatiba	20,63	466.362,13	22.609
77º	Marilândia	18,75	209.947,98	11.198
78º	Irupi	17,42	206.064,61	11.829
TOTAL		232,78	825.675.949,63	3.547.055

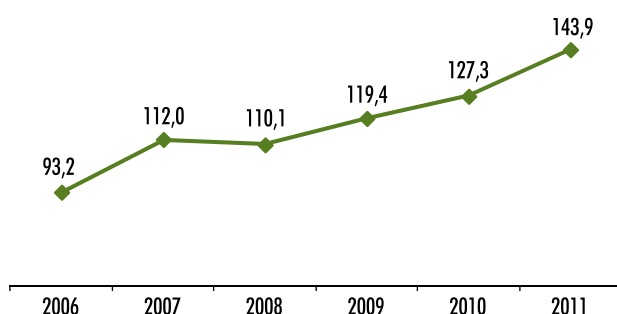
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desempenho

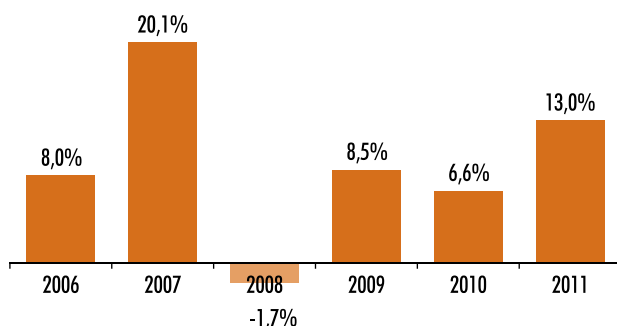
A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos municípios capixabas foi de R\$ 143,9 milhões em 2011, 13% maior em relação ao ano anterior, considerando os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Foi o segundo crescimento mais expressivo da década, menor somente que em 2007, quando a alta foi de 20,1%.

Evolução da arrecadação do IPTU

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



A evolução das receitas do IPTU é condicionada a uma série de fatores, como o dinamismo da construção civil, que vai determinar o número de novas construções a serem tributadas; as medidas administrativas, que reforçam a fiscalização; e a capacidade política dos governos municipais em alterar os dois importantes parâmetros do imposto: a alíquota e o valor venal dos imóveis.

Com alta de 54,1%, o Município de Serra foi o principal responsável pelo forte aumento do IPTU no conjunto das cidades capixabas em 2011. Em termos absolutos, foram adicionados R\$ 7,6 milhões no recolhimento do tributo (45,9% do total). O crescimento ocorreu devido à atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município, através da Lei Municipal nº 3.673/2010. A última revisão havia sido em 1991. Além disso, os diversos lançamentos imobiliários ocorridos na cidade também contribuíram para o crescimento da arrecadação.

Em Guarapari e Vila Velha o IPTU também expandiu de forma expressiva em 2011, respectivamente, 22% e 11,4%, representando acréscimos de R\$ 2,7 milhões e R\$ 2,5 milhões. Em Viana, a arrecadação mais do que dobrou, passando de R\$ 913,8 mil, em 2010, para R\$ 1,9 milhão em 2011. Em Aracruz a alta foi de 12,7%.

Nas demais cidades com mais de 50 mil habitantes, o IPTU aumentou de forma moderada, sendo que na capital o crescimento foi de 3%, o que representou o adicional de R\$ 1,3 milhão em 2011.

Considerando as 78 cidades capixabas, as que apresentaram as maiores taxas de crescimento, em 2011, foram Mucurici (140,9%), Viana (106,6%), Ibatiba (96,4%) e Fundão (82,6%). No sentido oposto, 22 municípios tiveram retração de IPTU em 2011, considerando os valores corrigidos pela inflação. As quedas de maior impacto foram registradas em Bom Jesus do Norte (-43,1%), Guaçuí (-44,9%) e São José do Calçado (-62,9%). Essas três cidades estão localizadas na mesma região do Estado, puxando para baixo o desempenho médio da mesorregião sul.

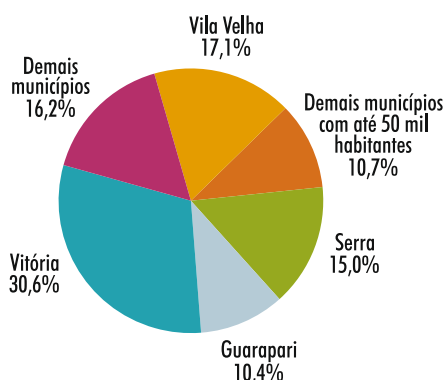
Chama a atenção o desempenho do imposto em Marilândia, na parte noroeste do Espírito Santo. Foram arrecadados R\$ 255,2 mil em 2011, sendo que a arrecadação média no período 2005/2009 ficou próxima de R\$ 60 mil e, em 2010, apenas R\$ 16 mil.

Concentração

A arrecadação de IPTU é fortemente concentrada em quatro municípios. Vitória lidera o ranking, com R\$ 44 milhões em 2011. Sozinha, a capital responde por 30,6% do total. Na sequência aparecem Vila Velha (R\$ 24,6 milhões

ou 17,1%), Serra (R\$ 21,6 milhões ou 15%) e Guarapari (R\$ 15 milhões ou 10,4%). Juntos com Vitória, representam quase 3/4 do total recolhido pelos municípios capixabas. Se acrescentadas a esse grupo as demais cidades com mais de 50 mil habitantes, o percentual chega a quase 85%.

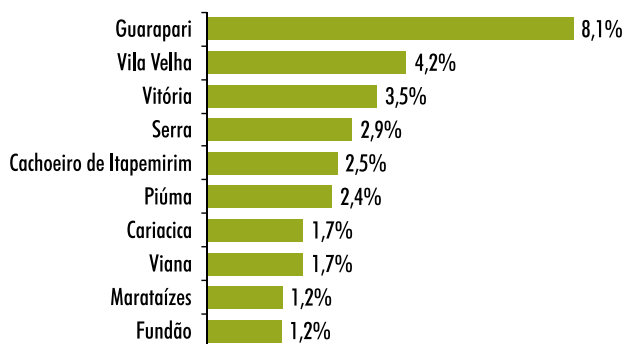
Distribuição da arrecadação do IPTU, por município



Peso orçamentário

A participação do IPTU na receita corrente dos municípios capixabas em 2011 foi de 1,9%, relação que tem se mantido estável nos três últimos anos. A crescente arrecadação em Guarapari fez com que aumentasse a importância do imposto na cidade. Em 2008, ele respondia por 5% da receita corrente municipal. Já em 2011 esse percentual subiu para 8,1%, o maior entre os municípios do Espírito Santo. Na sequência, as cidades onde o IPTU tem maior importância na receita corrente são Vila Velha (4,2%), Vitória (3,5%) e Serra (2,7%).

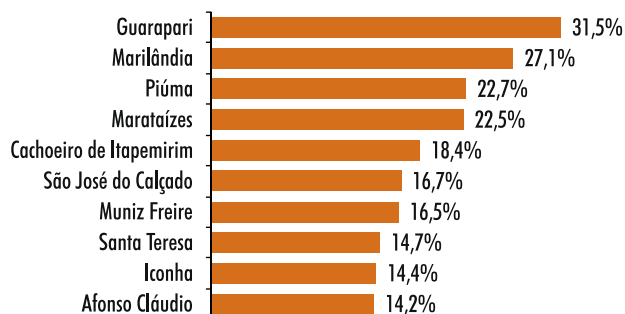
Municípios de maior importância do IPTU na receita corrente



Em relação às receitas tributárias, o peso médio desse imposto foi de 10,9%. A relação dos municípios não difere muito da participação na receita corrente. No entanto, cresce a importância do IPTU em algumas cidades com menor porte

populacional e que possuem uma base tributária menos consolidada, principalmente em relação ao ISS.

Municípios de maior importância do IPTU na receita tributária

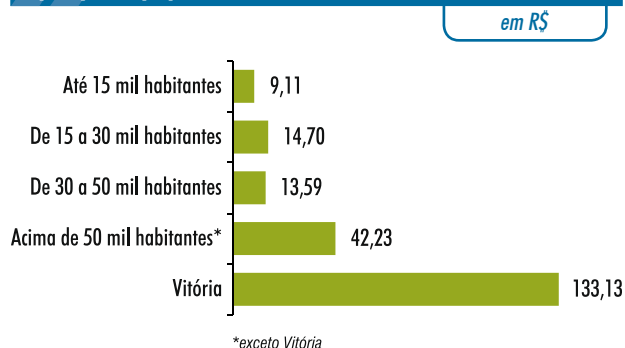


IPTU per capita

O recolhimento médio do IPTU dos municípios capixabas foi de R\$ 40,56 por habitante. Individualmente, Guarapari (R\$ 140,51), Vitória (R\$ 133,13), Anchieta (R\$ 95,95), Piúma (R\$ 67,60), Vila Velha (R\$ 58,49) e Serra (R\$ 51,98) possuem as maiores arrecadações per capita. Somente esses seis municípios possuem valores acima da média.

As cidades com população superior a 50 mil habitantes, exceto a capital, arrecadam, em média, R\$ 42,23 de IPTU por habitante. O município que mais cresceu em termos per capita foi Viana, que passou de R\$ 13,87, em 2010, para R\$ 28,66 em 2011. Ainda considerando esse agrupamento, o IPTU per capita de Viana ficou abaixo somente de Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 35,43), Serra e Vila Velha. Aracruz (R\$ 21,91), Linhares (R\$ 20,43), Colatina (R\$ 19,94) e Cariacica (R\$ 19,67) possuem resultados semelhantes. São Mateus fica bem abaixo da média (R\$ 6,65). Já nos municípios com menos de 50 mil moradores, os valores foram de R\$ 12,18. Em dez deles o IPTU per capita ficou abaixo de R\$ 3,00.

IPTU per capita dos municípios agrupados por porte populacional - 2011



► Arrecadação do IPTU - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		IPTU per capita 2011 em R\$
								no total do IPTU	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	4.105,0	4.191,6	4.218,7	4.136,2	4.295,1	4.711,4	9,7	3,3	0,6	11,35
Água Doce do Norte	28,5	26,4	24,6	52,1	96,0	102,3	6,5	0,1	0,4	8,75
Água Branca	47,7	33,0	134,0	29,6	26,1	25,2	-3,4	0,0	0,1	2,65
Alto Rio Novo	144,1	171,1	202,6	48,5	19,7	14,2	-27,6	0,0	0,1	1,94
Baixo Guandu	290,6	301,9	334,2	328,4	334,0	336,1	0,6	0,2	0,7	11,52
Barra de São Francisco	385,1	429,2	414,2	455,7	526,2	560,1	6,4	0,4	0,8	13,70
Boa Esperança	89,9	84,5	115,4	120,8	72,7	79,8	9,8	0,1	0,3	5,60
Colatina	1.957,7	2.116,5	1.959,6	2.045,4	2.190,5	2.242,4	2,4	1,6	1,1	19,94
Ecoporanga	65,5	17,6	31,5	28,7	22,6	30,0	32,6	0,0	0,1	1,29
Governador Lindenberg	46,2	32,7	29,5	26,3	26,2	28,8	9,9	0,0	0,1	2,62
Mantenópolis	169,6	79,8	82,9	97,8	93,7	86,2	-8,1	0,1	0,3	6,28
Marilândia	43,7	57,5	54,1	55,7	16,0	255,2	1.496,5	0,2	1,1	22,79
Nova Venécia	457,8	432,3	435,3	415,0	429,5	454,5	5,8	0,3	0,6	9,82
Pancas	115,7	94,3	123,8	118,2	117,6	125,7	6,8	0,1	0,4	5,81
São Domingos do Norte	24,0	24,4	23,6	26,4	31,2	26,7	-14,3	0,0	0,1	3,33
São Gabriel da Palha	193,8	229,1	207,3	226,2	241,3	288,7	19,6	0,2	0,5	8,95
Vila Pavão	37,3	37,2	33,5	40,5	40,6	42,9	5,5	0,0	0,2	4,93
Vila Valério	7,8	24,1	12,8	20,9	11,3	12,8	13,4	0,0	0,0	0,93
MS Litoral Norte	5.144,2	5.778,0	5.290,8	5.962,5	6.299,8	6.935,2	10,1	4,8	0,5	12,48
Aracruz	1.418,8	1.445,4	1.129,0	1.349,1	1.616,5	1.821,9	12,7	1,3	0,6	21,91
Conceição da Barra	122,4	158,4	164,2	189,6	211,0	185,8	-12,0	0,1	0,3	6,50
Fundão	306,2	404,7	308,0	369,8	292,2	533,5	82,6	0,4	1,2	30,78
Ibiraçu	121,0	119,3	117,4	132,8	123,5	122,2	-1,0	0,1	0,5	10,86
Jaguaré	75,9	99,5	103,3	107,4	107,2	102,8	-4,1	0,1	0,2	4,10
João Neiva	141,0	143,1	135,1	131,8	125,9	124,4	-1,2	0,1	0,4	7,85
Linhares	2.125,5	2.373,8	2.350,6	2.678,1	2.774,3	2.932,2	5,7	2,0	0,8	20,43
Montanha	30,7	100,1	21,9	60,9	22,1	21,7	-1,9	0,0	0,1	1,21
Mucurici	4,6	1,0	1,8	19,4	20,2	48,5	140,9	0,0	0,3	8,61
Pedro Canário	20,3	37,5	35,2	21,3	25,7	15,9	-38,3	0,0	0,0	0,66
Pinheiros	35,7	89,4	136,4	36,0	64,0	62,9	-1,7	0,0	0,1	2,61
Ponto Belo	19,9	21,2	26,5	21,6	34,1	39,8	16,5	0,0	0,2	5,65
Rio Bananal	89,2	102,8	108,9	130,5	143,8	150,5	4,6	0,1	0,3	8,54
São Mateus	605,5	647,0	622,2	685,7	704,9	734,7	4,2	0,5	0,4	6,65
Sooretama	27,4	34,7	30,3	28,5	34,4	38,4	11,7	0,0	0,1	1,58
MS Central	5.563,6	5.639,6	4.945,4	6.054,1	6.230,6	6.542,6	5,0	4,5	0,8	20,56
Afonso Cláudio	280,4	299,6	279,3	335,7	325,7	336,2	3,3	0,2	0,6	10,85
Alfredo Chaves	106,5	110,3	124,0	173,2	173,9	189,3	8,9	0,1	0,6	13,54
Anchieta	2.139,9	2.187,9	1.421,8	2.188,4	2.256,6	2.328,3	3,2	1,6	1,1	95,95
Brejetuba	42,6	28,7	10,2	12,3	62,2	55,0	-11,6	0,0	0,2	4,61
Conceição do Castelo	150,6	160,3	163,3	173,5	178,0	181,3	1,8	0,1	0,7	15,44
Domingos Martins	328,0	353,2	363,2	373,6	391,1	404,3	3,4	0,3	0,6	12,65
Iconha	112,3	148,4	246,8	204,0	232,6	235,3	1,1	0,2	0,8	18,67
Itaguaçu	157,0	159,6	159,8	170,4	163,8	175,8	7,3	0,1	0,6	12,46
Itarana	74,9	81,8	73,1	81,5	81,6	77,4	-5,2	0,1	0,3	7,14
Laranja da Terra	196,7	28,1	29,4	30,1	33,0	42,0	27,2	0,0	0,2	3,89
Marechal Floriano	140,1	153,2	152,5	148,5	145,6	139,4	-4,2	0,1	0,4	9,66
Piúma	1.056,2	1.046,1	1.103,3	1.134,7	1.089,9	1.241,4	13,9	0,9	2,4	67,60
Rio Novo do Sul	53,2	52,0	81,1	112,6	130,6	149,6	14,6	0,1	0,7	13,21
Santa Leopoldina	14,6	40,0	27,7	22,7	28,2	25,0	-11,6	0,0	0,1	2,04
Santa Maria de Jetibá	129,0	118,6	125,4	155,6	171,1	176,7	3,3	0,1	0,3	5,11
Santa Teresa	265,7	349,8	287,1	401,3	407,9	420,1	3,0	0,3	0,9	19,17
São Roque do Canaã	63,0	59,4	55,6	55,6	52,6	53,8	2,3	0,0	0,2	4,74
Venda Nova do Imigrante	252,9	262,5	241,7	280,4	306,2	311,7	1,8	0,2	0,7	15,00
Região Metropolitana	68.673,4	86.009,6	84.673,1	92.084,8	98.585,0	113.945,0	15,6	79,2	3,4	67,44
Cariacica	3.743,4	4.415,4	4.368,5	4.807,7	6.599,5	6.895,9	4,5	4,8	1,7	19,67
Guarapari	9.573,8	9.209,9	7.258,2	11.247,7	12.274,7	14.976,0	22,0	10,4	8,1	140,51
Serra	10.670,3	11.649,7	13.310,2	13.480,8	14.029,8	21.623,5	54,1	15,0	2,7	51,98
Viana	609,9	683,1	775,6	898,4	913,8	1.888,1	106,6	1,3	1,7	28,66
Vila Velha	13.215,1	16.329,7	16.956,2	19.987,6	22.035,9	24.557,5	11,4	17,1	4,2	58,49
Vitória	30.860,9	43.721,8	42.004,4	41.662,7	42.731,4	44.004,0	3,0	30,6	3,5	133,13
MS Sul	9.761,6	10.353,9	10.947,2	11.205,7	11.912,4	11.729,1	-1,5	8,2	0,9	20,63
Alegre	273,2	272,0	288,3	308,1	320,3	339,3	5,9	0,2	0,6	11,05
Apiacá	58,0	49,5	56,3	59,4	65,1	67,8	4,2	0,0	0,4	9,04
Atilio Vivacqua	48,4	49,8	41,3	57,4	50,8	47,8	-5,9	0,0	0,2	4,80
Bom Jesus do Norte	104,0	133,6	119,3	136,7	140,9	80,2	-43,1	0,1	0,5	8,45
Cachoeiro de Itapemirim	5.447,0	5.854,9	6.485,0	6.342,8	6.564,6	6.769,1	3,1	4,7	2,5	35,43
Castelo	527,9	583,9	554,9	559,3	582,2	600,7	3,2	0,4	1,0	17,21
Divino de São Lourenço	21,0	33,2	30,6	33,8	34,4	36,5	6,1	0,0	0,3	8,12
Dores do Rio Preto	52,6	73,4	52,4	26,7	42,9	34,5	-19,5	0,0	0,2	5,39
Guaçuí	276,9	281,8	352,7	391,7	628,7	346,1	-44,9	0,2	0,6	12,35
Ibatiba	13,5	63,4	44,2	28,4	34,8	68,3	96,4	0,0	0,2	3,02
Ibitirama	78,4	41,0	32,4	39,2	41,1	57,6	40,3	0,0	0,3	6,45
Irupi	53,7	75,1	61,4	59,9	47,7	51,7	8,5	0,0	0,2	4,37
Itapemirim	438,0	444,0	447,4	462,3	497,3	521,4	4,8	0,4	0,3	16,71
Ituna	106,9	112,2	116,6	124,0	135,0	134,8	-0,1	0,1	0,3	4,92
Jerônimo Monteiro	215,3	236,2	245,6	246,7	219,8	236,2	7,5	0,2	1,0	21,61
Marataizes	949,7	985,6	886,5	919,1	980,9	1.051,0	7,1	0,7	1,2	30,54
Mimoso do Sul	190,9	218,1	254,1	253,5	249,0	245,2	-1,6	0,2	0,5	9,47
Muniz Freire	252,0	233,5	255,8	318,2	330,3	334,9	1,4	0,2	0,8	18,30
Muqui	79,0	86,4	85,6	95,6	101,9	102,9	1,0	0,1	0,4	7,12
Presidente Kennedy	210,8	192,2	188,1	254,3	309,8	324,7	4,8	0,2	0,1	31,30
São José do Calçado	232,7	192,2	213,7	368,8	408,4	151,6	-62,9	0,1	0,6	14,58
Vargem Alta	131,4	142,0	134,9	120,0	126,6	126,7	0,1	0,1	0,3	6,58
TOTAL	93.247,8	111.972,7	110.075,2	119.443,3	127.323,1	143.863,3	13,0	100,0	1,9	40,56

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► IPTU

Posição	Município	IPTU em R\$	População 2011
1º	Vitória	44.003.996,12	330.526
2º	Vila Velha	24.557.539,99	419.854
3º	Serra	21.623.518,76	416.029
4º	Guarapari	14.976.022,36	106.583
5º	Cariacica	6.895.914,17	350.615
6º	Cachoeiro de Itapemirim	6.769.091,49	191.042
7º	Linhares	2.932.247,61	143.509
8º	Anchieta	2.328.323,88	24.265
9º	Colatina	2.242.421,63	112.432
10º	Viana	1.888.052,21	65.888
11º	Aracruz	1.821.929,41	83.152
12º	Piúma	1.241.405,52	18.364
13º	Marataízes	1.050.974,10	34.412
14º	São Mateus	734.673,56	110.454
15º	Castelo	600.678,11	34.900
16º	Barra de São Francisco	560.059,68	40.884
17º	Fundão	533.542,32	17.334
18º	Itapemirim	521.426,27	31.209
19º	Nova Venécia	454.476,69	46.263
20º	Santa Teresa	420.139,17	21.916
21º	Domingos Martins	404.266,59	31.946
22º	Guaçuí	346.136,61	28.033
23º	Alegre	339.275,15	30.696
24º	Afonso Cláudio	336.246,32	31.004
25º	Baixo Guandu	336.060,48	29.178
26º	Muniz Freire	334.881,91	18.298
27º	Presidente Kennedy	324.665,97	10.373
28º	Venda Nova do Imigrante	311.694,47	20.776
29º	São Gabriel da Palha	288.681,06	32.264
30º	Marilândia	255.193,88	11.198
31º	Mimoso do Sul	245.173,28	25.880
32º	Jerônimo Monteiro	236.217,23	10.932
33º	Iconha	235.271,60	12.603
34º	Alfredo Chaves	189.259,48	13.982
35º	Conceição da Barra	185.793,02	28.600
36º	Conceição do Castelo	181.312,15	11.741
37º	Santa Maria de Jetibá	176.673,57	34.591
38º	Itaguaçu	175.773,08	14.107
39º	São José do Calçado	151.626,12	10.403
40º	Rio Bananal	150.463,57	17.623
41º	Rio Novo do Sul	149.644,23	11.330
42º	Marechal Floriano	139.385,73	14.422
43º	Lúna	134.795,80	27.422
44º	Vargem Alta	126.704,50	19.265
45º	Pancas	125.672,71	21.636
46º	João Neiva	124.441,99	15.848
47º	Ibiraçu	122.238,40	11.258
48º	Muqui	102.868,31	14.452
49º	Jaguaré	102.791,83	25.073
50º	Água Doce do Norte	102.284,25	11.696
51º	Mantenópolis	86.150,41	13.721
52º	Bom Jesus do Norte	80.202,25	9.496
53º	Boa Esperança	79.768,22	14.239
54º	Itarana	77.415,53	10.840
55º	Ibatiba	68.315,21	22.609
56º	Apiaçá	67.824,75	7.034
57º	Pinheiros	62.856,41	24.093
58º	Ibitirama	57.633,82	8.938
59º	Brejetuba	55.045,25	11.933
60º	São Roque do Canaã	53.752,15	11.341
61º	Irupi	51.725,33	11.829
62º	Mucurici	48.545,50	5.637
63º	Atílio Vivácqua	47.839,40	9.967
64º	Vila Pavão	42.851,72	8.699
65º	Laranja da Terra	42.036,88	10.818
66º	Ponto Belo	39.775,66	7.034
67º	Sooretama	38.387,06	24.271
68º	Divino de São Lourenço	36.462,85	4.493
69º	Dores do Rio Preto	34.545,34	6.414
70º	Ecoporanga	29.965,98	23.154
71º	Governador Lindenberg	28.796,09	10.990
72º	São Domingos do Norte	26.741,30	8.036
73º	Água Branca	25.186,86	9.513
74º	Santa Leopoldina	24.954,42	12.223
75º	Montanha	21.699,81	17.894
76º	Pedro Canário	15.863,67	23.935
77º	Alto Rio Novo	14.246,75	7.345
78º	Vila Valério	12.799,04	13.827
TOTAL		143.863.314,00	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► IPTU per capita

Posição	Município	A / B	IPTU (A)	População 2011 (B)
			em R\$	
1º	Guarapari	140,51	14.976.022,36	106.583
2º	Vitória	133,13	44.003.996,12	330.526
3º	Anchieta	95,95	2.328.323,88	24.265
4º	Piúma	67,60	1.241.405,52	18.364
5º	Vila Velha	58,49	24.557.539,99	419.854
6º	Serra	51,98	21.623.518,76	416.029
7º	Cachoeiro de Itapemirim	35,43	6.769.091,49	191.042
8º	Presidente Kennedy	31,30	324.665,97	10.373
9º	Fundão	30,78	533.542,32	17.334
10º	Marataízes	30,54	1.050.974,10	34.412
11º	Viana	28,66	1.888.052,21	65.888
12º	Marilândia	22,79	255.193,88	11.198
13º	Aracruz	21,91	1.821.929,41	83.152
14º	Jerônimo Monteiro	21,61	236.217,23	10.932
15º	Linhares	20,43	2.932.247,61	143.509
16º	Colatina	19,94	2.242.421,63	112.432
17º	Cariacica	19,67	6.895.914,17	350.615
18º	Santa Teresa	19,17	420.139,17	21.916
19º	Iconha	18,67	235.271,60	12.603
20º	Muniz Freire	18,30	334.881,91	18.298
21º	Castelo	17,21	600.678,11	34.900
22º	Itapemirim	16,71	521.426,27	31.209
23º	Conceição do Castelo	15,44	181.312,15	11.741
24º	Venda Nova do Imigrante	15,00	311.694,47	20.776
25º	São José do Calçado	14,58	151.626,12	10.403
26º	Barra de São Francisco	13,70	560.059,68	40.884
27º	Alfredo Chaves	13,54	189.259,48	13.982
28º	Rio Novo do Sul	13,21	149.644,23	11.330
29º	Domingos Martins	12,65	404.266,59	31.946
30º	Itaguaçu	12,46	175.773,08	14.107
31º	Guaçuí	12,35	346.136,61	28.033
32º	Baixo Guandu	11,52	336.060,48	29.178
33º	Alegre	11,05	339.275,15	30.696
34º	Ibiraçu	10,86	122.238,40	11.258
35º	Afonso Cláudio	10,85	336.246,32	31.004
36º	Nova Venécia	9,82	454.476,69	46.263
37º	Marechal Floriano	9,66	139.385,73	14.422
38º	Mimoso do Sul	9,47	245.173,28	25.880
39º	Apiaçá	9,04	67.824,75	7.034
40º	São Gabriel da Palha	8,95	288.681,06	32.264
41º	Água Doce do Norte	8,75	102.284,25	11.696
42º	Mucurici	8,61	48.545,50	5.637
43º	Rio Bananal	8,54	150.463,57	17.623
44º	Bom Jesus do Norte	8,45	80.202,25	9.496
45º	Divino de São Lourenço	8,12	36.462,85	4.493
46º	João Neiva	7,85	124.441,99	15.848
47º	Itarana	7,14	77.415,53	10.840
48º	Muqui	7,12	102.868,31	14.452
49º	São Mateus	6,65	734.673,56	110.454
50º	Vargem Alta	6,58	126.704,50	19.265
51º	Conceição da Barra	6,50	185.793,02	28.600
52º	Ibitirama	6,45	57.633,82	8.938
53º	Mantenópolis	6,28	86.150,41	13.721
54º	Pancas	5,81	125.672,71	21.636
55º	Ponto Belo	5,65	39.775,66	7.034
56º	Boa Esperança	5,60	79.768,22	14.239
57º	Dores do Rio Preto	5,39	34.545,34	6.414
58º	Santa Maria de Jetibá	5,11	176.673,57	34.591
59º	Vila Pavão	4,93	42.851,72	8.699
60º	Lúna	4,92	134.795,80	27.422
61º	Atílio Vivácqua	4,80	47.839,40	9.967
62º	São Roque do Canaã	4,74	53.752,15	11.341
63º	Brejetuba	4,61	55.045,25	11.933
64º	Irupi	4,37	51.725,33	11.829
65º	Jaguaré	4,10	102.791,83	25.073
66º	Laranja da Terra	3,89	42.036,88	10.818
67º	São Domingos do Norte	3,33	26.741,30	8.036
68º	Ibatiba	3,02	68.315,21	22.609
69º	Água Branca	2,65	25.186,86	9.513
70º	Governador Lindenberg	2,62	28.796,09	10.990
71º	Pinheiros	2,61	62.856,41	24.093
72º	Santa Leopoldina	2,04	24.954,42	12.223
73º	Alto Rio Novo	1,94	14.246,75	7.345
74º	Sooretama	1,58	38.387,06	24.271
75º	Ecoporanga	1,29	29.965,98	23.154
76º	Montanha	1,21	21.699,81	17.894
77º	Vila Valério	0,93	12.799,04	13.827
78º	Pedro Canário	0,66	15.863,67	23.935
TOTAL		40,56	143.863.314,00	3.547.055

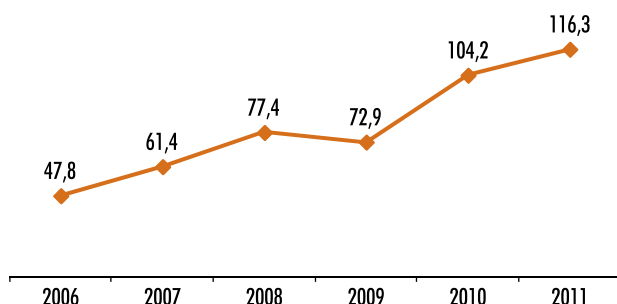
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desempenho

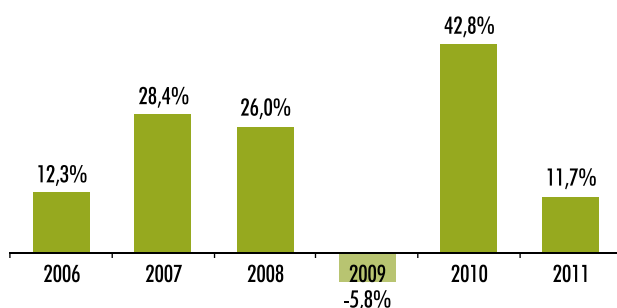
A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) alcançou novo recorde em 2011, alcançando a marca de R\$ 116 milhões. O resultado foi R\$ 12,2 milhões superior ao registrado em 2010, configurando um aumento real de 11,7%, de um exercício para o outro.

Evolução da arrecadação do ITBI

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior



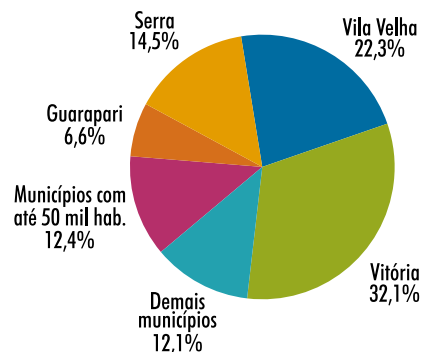
Mesmo com o crescimento na casa dos dois dígitos, houve, por outro lado, uma forte desaceleração no movimento de expansão da arrecadação do tributo, pois em 2010 ela havia crescido excepcionalmente 42,8%. O desempenho do ITBI de modo geral tem sido bastante influenciado pelo crescimento da construção civil e do mercado imobiliário, já que seu fato gerador é a compra e venda ou a cessão de imóveis. Nos últimos anos esse mercado esteve bastante aquecido, o que favoreceu o recolhimento do ITBI. Nota-se que sua

arrecadação sofreu apenas uma queda nesse período, em 2009, quando o mercado imobiliário foi afetado negativamente pela crise financeira mundial. A forte expansão do ITBI em 2010 tem relação com a recuperação econômica ocorrida naquele ano e a fraca base de comparação que foi o ano anterior.

Concentração e desempenho individual

A arrecadação do ITBI depende do nível de concentração urbana, do grau de desenvolvimento da estrutura produtiva, do nível de renda das pessoas e da fiscalização exercida pelas administrações fazendárias municipais. Esses fatores explicam o fato de os municípios na Região Metropolitana de Vitória terem sido responsáveis por 79,3% do total arrecadado de ITBI no Estado em 2011.

Participação dos municípios na receita do ITBI - 2011



Entre os três municípios de maior nível de arrecadação, o melhor desempenho coube a Vitória, cuja arrecadação cresceu 27,7%, passando de R\$ 29,3 milhões, em 2010, para R\$ 37,4 milhões, em 2011. Vila Velha, normalmente a segunda do ranking, acusou queda de 6,2% no mesmo período, com o recolhimento do ITBI recuando de R\$ 27,6 milhões para R\$ 25,9 milhões. Na Serra houve aumento de 8,5% e Guarapari, na quarta posição, registrou ligeira queda de 1,4%.

No rol dos municípios com mais de 50 mil habitantes, vale destacar o excelente desempenho de Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Viana, cujas receitas de ITBI cresceram 43,2%, 35,1% e 25,7%, respectivamente.

Cabe mencionar também o resultado de Itapemirim. O município localizado no litoral sul capixaba entrou na rota dos investimentos privados, como o da mineradora Vale S.A., que planeja construir lá uma siderúrgica e, para isso, começou a adquirir grandes terrenos, fazendo com que a arrecadação de ITBI saltasse de R\$ 178,6 mil em 2009, para R\$ 626,9 mil em 2010, culminando, em 2011, em R\$ 1,3 milhão, um aumento de sete vezes em dois anos.

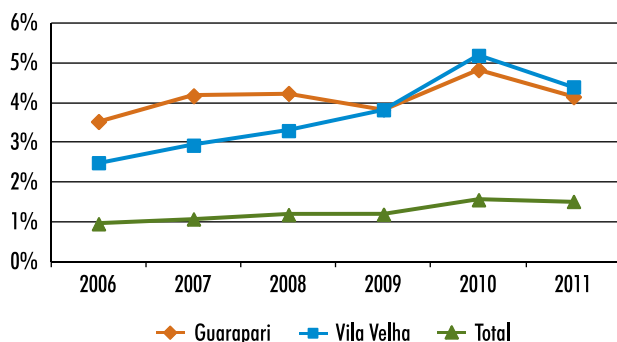
Em 28 cidades houve retração do recolhimento. Vila Velha foi onde a redução mais se fez sentir, com uma perda de R\$ 1,7 milhão. Em Dolores do Rio Preto, Santa Leopoldina, Presidente Kennedy e Conceição da Barra, o ITBI foi reduzido para menos da metade do constatado em 2010.

Peso nos orçamentos

O ITBI tem um pequeno peso no orçamento municipal. Em 2011 respondeu, em média, por apenas 1,5% da receita corrente das cidades. Sua importância tende a aumentar conforme o porte populacional. Nas cidades pequenas do Estado, com até 15 mil habitantes, a participação do ITBI na receita corrente foi irrisória, 0,3%.

À medida que o porte das cidades aumenta, cresce junto a base de tributação, seja ela de IPTU, ISS ou mesmo do ITBI. Por isso, nas duas faixas subsequentes, que englobam os municípios de 15 mil até 50 mil habitantes, o indicador é crescente, embora não chegue a 1% da receita corrente. Nas localidades com mais de 50 mil habitantes a participação chega a 1,9%, com destaque para Vila Velha e Guarapari, onde o percentual atinge, respectivamente, 4,4% e 4,2%. Na capital, a participação do ITBI cai um pouco, representando 3% de toda a receita corrente.

Participação do ITBI na receita corrente



ITBI per capita

Em média, os capixabas recolheram, em 2011, o equivalente a R\$ 32,79 por pessoa. Devido a sua concentração em localidades com grande porte populacional e vocação turística, que apresentam grande volume de imóveis para abrigar a população flutuante no período de alta temporada, em apenas cinco municípios a média estadual foi superada.

Em Vitória, a receita per capita foi de R\$ 113,12, enquanto que em Guarapari, a principal referência turística do Espírito Santo, foi de R\$ 71,92. Na terceira e quarta posições, aparecem, respectivamente, Vila Velha e Serra, não por acaso, as duas maiores cidades do Estado em termos populacionais. Itapemirim está em quinto lugar, com uma arrecadação de R\$ 40,53 por habitante.

As dez maiores receitas do ITBI per capita - 2011

Posição	Municípios	ITBI per capita em R\$
1º	Vitória	113,12
2º	Guarapari	71,92
3º	Vila Velha	61,66
4º	Serra	40,68
5º	Itapemirim	40,53
6º	Anchieta	32,39
7º	Piúma	26,40
8º	Montanha	23,50
9º	Pinheiros	22,55
10º	Itaguaçu	21,16

Saiba mais sobre o ITBI

Na primeira Constituição da República Federativa do Brasil, em 1891, o ITBI era de competência dos estados. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, distinguiu-se o imposto em ITBI causa mortis (herança ou sucessão) e ITBI inter vivos (transações imobiliárias), destinando-se a competência do primeiro aos estados e a do segundo aos municípios. Essa determinação foi sendo alterada ao longo das sucessivas constituições e emendas, até que na Constituição Federal de 1988 passou a vigorar o mesmo estabelecido em 1961.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de plena competência municipal, não existindo limite para sua fixação.

► Arrecadação do ITBI - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2000	Participação 2011		ITBI per capita 2011 em R\$
								no total do ITBI	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	2.927,8	3.134,1	3.203,7	3.187,5	4.503,9	4.967,5	10,3	4,3	0,6	11,97
Água Doce do Norte	41,2	53,6	55,9	84,2	136,9	121,9	-10,9	0,1	0,5	10,42
Água Branca	101,9	60,8	63,6	58,0	43,2	81,1	87,8	0,1	0,4	8,53
Alto Rio Novo	6,3	0,1	-	28,0	42,7	44,7	4,7	0,0	0,3	6,09
Baixo Guandu	219,2	172,3	108,9	216,4	259,0	361,1	39,4	0,3	0,7	12,37
Barra de São Francisco	468,1	453,4	415,2	401,2	401,6	363,0	-9,6	0,3	0,5	8,88
Boa Esperança	97,3	188,0	120,4	103,2	153,6	172,9	12,6	0,1	0,6	12,14
Colatina	862,1	937,6	1.056,5	1.089,5	1.586,2	1.690,3	6,6	1,5	0,9	15,03
Ecoporanga	155,2	154,9	182,0	233,5	342,0	290,2	-15,1	0,2	0,6	12,53
Governador Lindenberg	37,6	69,4	40,3	36,9	74,1	114,7	54,7	0,1	0,5	10,44
Mantenópolis	152,2	128,1	131,6	112,3	112,0	170,0	51,8	0,1	0,6	12,39
Marilândia	63,5	76,8	76,3	63,5	88,1	88,9	0,9	0,1	0,4	7,94
Nova Venécia	320,6	302,2	374,0	295,4	732,7	847,2	15,6	0,7	1,0	18,31
Pancas	108,9	157,9	150,0	122,4	127,9	128,3	0,3	0,1	0,4	5,93
São Domingos do Norte	35,8	150,1	95,2	71,7	72,4	83,3	15,0	0,1	0,4	10,37
São Gabriel da Palha	172,9	150,7	198,8	193,7	251,5	247,1	-1,8	0,2	0,5	7,66
Vila Pavão	15,6	33,9	30,1	26,7	36,7	96,3	162,2	0,1	0,5	11,07
Vila Valério	69,7	44,2	104,7	51,0	43,2	66,4	53,9	0,1	0,2	4,80
MS Litoral Norte	3.807,4	6.287,9	5.333,7	4.521,3	6.700,6	7.685,5	14,7	6,6	0,6	13,83
Aracruz	724,9	912,7	411,8	364,7	159,3	760,8	377,5	0,7	0,3	9,15
Conceição da Barra	57,9	282,7	177,3	115,6	242,2	120,4	-50,3	0,1	0,2	4,21
Fundão	124,0	127,8	170,5	201,5	301,3	267,8	-11,1	0,2	0,6	15,45
Ibiraçu	43,4	67,1	84,8	55,5	120,1	137,6	14,6	0,1	0,5	12,22
Jaguaré	92,2	167,4	151,3	141,2	183,1	356,9	94,9	0,3	0,6	14,23
João Neiva	120,2	89,7	132,6	146,9	131,1	233,2	77,8	0,2	0,7	14,71
Linhares	987,1	1.596,2	1.635,5	1.562,7	2.689,0	2.347,1	-12,7	2,0	0,6	16,35
Montanha	197,6	210,9	241,5	131,1	192,7	420,5	118,2	0,4	1,1	23,50
Mucurici	194,2	34,0	102,4	24,2	17,7	23,0	30,4	0,0	0,1	4,09
Pedro Canário	51,1	465,1	97,2	38,7	1,2	72,5	6.051,0	0,1	0,2	3,03
Pinheiros	330,4	390,7	585,4	255,0	440,0	543,3	23,5	0,5	1,1	22,55
Ponto Belo	31,1	60,0	56,6	48,6	52,0	49,2	-5,5	0,0	0,3	6,99
Rio Bananal	96,3	212,9	197,4	145,5	120,5	188,0	56,0	0,2	0,4	10,67
São Mateus	690,7	1.227,9	1.171,4	1.199,5	1.998,9	1.926,8	-3,6	1,7	1,0	17,44
Sooretama	66,5	442,7	118,1	90,5	51,3	238,4	364,4	0,2	0,6	9,82
MS Central	2.576,5	3.245,6	4.089,8	3.944,3	4.197,6	4.315,3	2,8	3,7	0,5	13,56
Afonso Cláudio	144,1	158,8	220,3	159,1	234,3	241,6	3,1	0,2	0,4	7,79
Alfredo Chaves	106,4	141,9	95,4	160,6	172,8	164,6	-4,8	0,1	0,5	11,77
Anchieta	410,4	465,7	838,4	1.166,5	790,9	785,9	-0,6	0,7	0,4	32,39
Brejetuba	62,8	27,3	30,6	25,9	47,2	77,9	65,2	0,1	0,3	6,53
Conceição do Castelo	92,8	69,4	113,8	81,7	109,9	120,5	9,7	0,1	0,4	10,26
Domingos Martins	505,8	665,3	654,8	543,3	517,5	586,6	13,3	0,5	0,9	18,36
Iconha	43,1	157,5	116,8	55,2	96,6	146,3	51,4	0,1	0,5	11,60
Itaguaçu	105,5	158,0	192,7	196,0	280,4	298,5	6,4	0,3	1,0	21,16
Itarana	70,8	97,2	69,9	93,1	65,0	116,7	79,4	0,1	0,5	10,76
Laranja da Terra	5,4	34,3	82,4	79,7	120,5	64,6	-46,4	0,1	0,3	5,97
Marechal Floriano	167,6	247,8	327,3	187,9	230,4	230,0	-0,2	0,2	0,7	15,95
Pinuma	335,8	238,7	383,8	304,4	325,9	484,9	48,8	0,4	0,9	26,40
Rio Novo do Sul	30,4	40,2	29,0	66,1	62,1	36,0	-42,0	0,0	0,2	3,18
Santa Leopoldina	63,5	110,7	118,7	112,7	201,2	80,8	-59,9	0,1	0,3	6,61
Santa Maria de Jetibá	111,2	138,5	215,4	187,1	237,7	214,4	-9,8	0,2	0,3	6,20
Santa Teresa	208,3	266,8	350,2	304,0	348,2	322,3	-7,4	0,3	0,7	14,71
São Roque do Canaã	27,3	62,7	62,6	35,2	58,1	74,0	27,2	0,1	0,3	6,52
Venda Nova do Imigrante	85,3	164,9	187,9	185,9	298,8	269,9	-9,7	0,2	0,6	12,99
Região Metropolitana	35.275,5	44.785,9	57.227,6	56.541,3	83.439,0	92.286,4	10,6	79,3	2,8	54,62
Cariacica	1.174,7	2.205,3	2.189,6	1.839,4	2.381,6	3.410,5	43,2	2,9	0,9	9,73
Guarapari	4.261,5	5.230,2	6.150,2	5.491,6	7.777,2	7.665,0	-1,4	6,6	4,2	71,92
Serra	5.103,3	7.290,1	10.615,8	8.647,0	15.598,2	16.924,0	8,5	14,5	2,1	40,68
Viana	237,7	170,7	352,7	285,3	801,5	1.007,1	25,7	0,9	0,9	15,28
Vila Velha	9.950,3	12.029,6	16.040,5	17.717,2	27.603,4	25.889,3	-6,2	22,3	4,4	61,66
Vitória	14.548,2	17.860,0	21.878,8	22.560,8	29.277,0	37.390,5	27,7	32,1	3,0	113,12
MS Sul	3.262,6	3.976,9	7.565,4	4.732,3	5.325,3	7.066,0	32,7	6,1	0,5	12,43
Alegre	220,6	207,4	193,0	193,7	181,2	232,8	28,5	0,2	0,4	7,58
Apiacá	53,6	28,4	33,7	22,1	35,6	38,7	8,8	0,0	0,2	5,15
Atilio Vivacqua	36,0	58,1	79,0	75,1	47,0	31,3	-33,4	0,0	0,1	3,14
Bom Jesus do Norte	14,3	29,5	28,0	31,7	5,2	-	-100,0	0,0	0,0	-
Cachoeiro de Itapemirim	1.437,7	1.717,5	1.807,1	2.071,6	2.131,0	2.879,9	35,1	2,5	1,1	15,07
Castelo	262,0	437,6	506,5	503,3	622,1	665,5	7,0	0,6	1,1	19,07
Divino de São Lourenço	11,7	15,8	30,8	34,2	51,4	30,6	-40,6	0,0	0,2	6,80
Dores do Rio Preto	31,1	37,5	31,6	41,1	34,3	12,5	-63,4	0,0	0,1	1,95
Guaçu	149,2	131,0	132,1	185,3	321,2	317,5	-1,1	0,3	0,6	11,33
Ibatiba	34,6	41,3	61,6	72,1	57,5	72,1	25,4	0,1	0,2	3,19
Ibitirama	30,3	30,2	70,8	76,3	7,5	73,9	891,1	0,1	0,4	8,26
Irupi	54,3	55,4	77,4	54,1	36,3	78,7	117,1	0,1	0,3	6,65
Itapemirim	89,9	172,8	254,3	178,6	626,9	1.264,9	101,8	1,1	0,7	40,53
Ituna	146,4	214,5	184,4	173,0	280,9	382,9	36,3	0,3	0,8	13,96
Jerônimo Monteiro	42,6	51,0	77,8	39,4	71,3	83,4	17,0	0,1	0,4	7,63
Marataizes	182,5	235,0	234,9	249,6	296,9	325,7	9,7	0,3	0,4	9,47
Mimoso do Sul	133,9	101,2	146,0	113,4	135,0	117,8	-12,7	0,1	0,3	4,55
Muniz Freire	90,9	71,5	122,2	97,6	42,3	143,6	239,4	0,1	0,4	7,85
Muqui	66,9	48,5	58,2	57,9	66,6	104,2	56,5	0,1	0,4	7,21
Presidente Kennedy	91,1	125,9	3.293,0	126,6	167,0	69,9	-58,1	0,1	0,0	6,74
São José do Calçado	50,8	83,3	63,7	50,1	60,2	33,5	-44,3	0,0	0,1	3,22
Vargem Alta	32,0	83,4	79,0	285,4	48,1	106,6	121,6	0,1	0,3	5,53
TOTAL	47.849,8	61.430,3	77.420,2	72.926,8	104.166,3	116.320,8	11,7	100,0	1,5	32,79

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

ITBI

Posição	Município	ITBI em R\$	População 2011
1º	Vitória	37.390.547,28	330.526
2º	Vila Velha	25.889.257,33	419.854
3º	Serra	16.924.047,84	416.029
4º	Guarapari	7.665.039,87	106.583
5º	Cariacica	3.410.470,27	350.615
6º	Cachoeiro de Itapemirim	2.879.866,52	191.042
7º	Linhares	2.347.053,61	143.509
8º	São Mateus	1.926.815,59	110.454
9º	Colatina	1.690.347,28	112.432
10º	Itapemirim	1.264.943,76	31.209
11º	Viana	1.007.056,78	65.888
12º	Nova Venécia	847.194,83	46.263
13º	Anchieta	785.898,34	24.265
14º	Aracruz	760.839,99	83.152
15º	Castelo	665.472,21	34.900
16º	Domingos Martins	586.598,58	31.946
17º	Pinheiros	543.310,94	24.093
18º	Piúma	484.863,54	18.364
19º	Montanha	420.500,36	17.894
20º	Lúna	382.930,89	27.422
21º	Barra de São Francisco	362.987,90	40.884
22º	Baixo Guandu	361.077,15	29.178
23º	Jaguaré	356.883,45	25.073
24º	Marataizes	325.749,47	34.412
25º	Santa Teresa	322.291,52	21.916
26º	Guaçuí	317.532,69	28.033
27º	Itaguaçu	298.466,65	14.107
28º	Ecoporanga	290.220,57	23.154
29º	Venda Nova do Imigrante	269.871,13	20.776
30º	Fundão	267.780,19	17.334
31º	São Gabriel da Palha	247.052,71	32.264
32º	Afonso Cláudio	241.614,98	31.004
33º	Sooretama	238.374,07	24.271
34º	João Neiva	233.194,02	15.848
35º	Alegre	232.756,44	30.696
36º	Marechal Floriano	230.042,27	14.422
37º	Santa Maria de Jetibá	214.394,14	34.591
38º	Rio Bananal	188.026,13	17.623
39º	Boa Esperança	172.907,56	14.239
40º	Mantenópolis	170.026,58	13.721
41º	Alfredo Chaves	164.550,58	13.982
42º	Iconha	146.257,53	12.603
43º	Muniz Freire	143.606,50	18.298
44º	Ibiraçu	137.609,53	11.258
45º	Pancas	128.264,73	21.636
46º	Água Doce do Norte	121.894,69	11.696
47º	Conceição do Castelo	120.496,31	11.741
48º	Conceição da Barra	120.424,44	28.600
49º	Mimoso do Sul	117.830,70	25.880
50º	Itarana	116.677,39	10.840
51º	Governador Lindenberg	114.728,04	10.990
52º	Vargem Alta	106.593,06	19.265
53º	Muqui	104.191,50	14.452
54º	Vila Pavão	96.321,87	8.699
55º	Mariândia	88.929,86	11.198
56º	Jerônimo Monteiro	83.398,56	10.932
57º	São Domingos do Norte	83.305,31	8.036
58º	Água Branca	81.130,58	9.513
59º	Santa Leopoldina	80.762,11	12.223
60º	Irupi	78.689,30	11.829
61º	Brejetuba	77.934,76	11.933
62º	São Roque do Canaã	73.951,42	11.341
63º	Ibitirama	73.851,55	8.938
64º	Pedro Canário	72.476,35	23.935
65º	Ibatiba	72.095,27	22.609
66º	Presidente Kennedy	69.936,79	10.373
67º	Vila Valério	66.414,46	13.827
68º	Laranja da Terra	64.615,14	10.818
69º	Ponto Belo	49.182,50	7.034
70º	Alto Rio Novo	44.714,76	7.345
71º	Apiacá	38.684,30	7.505
72º	Rio Novo do Sul	36.043,64	11.330
73º	São José do Calçado	33.549,48	10.403
74º	Atílio Vivacqua	31.278,82	9.967
75º	Divino de São Lourenço	30.550,14	4.493
76º	Mucurici	23.032,33	5.637
77º	Dores do Rio Preto	12.530,73	6.414
78º	Bom Jesus do Norte	-	9.496
TOTAL		116.320.810,46	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ITBI per capita

Posição	Município	A / B	ITBI (A)	População 2011 (B)
			em R\$	
1º	Vitória	113,12	37.390.547,28	330.526
2º	Guarapari	71,92	7.665.039,87	106.583
3º	Vila Velha	61,66	25.889.257,33	419.854
4º	Serra	40,68	16.924.047,84	416.029
5º	Itapemirim	40,53	1.264.943,76	31.209
6º	Anchieta	32,39	785.898,34	24.265
7º	Piúma	26,40	484.863,54	18.364
8º	Montanha	23,50	420.500,36	17.894
9º	Pinheiros	22,55	543.310,94	24.093
10º	Itaguaçu	21,16	298.466,65	14.107
11º	Castelo	19,07	665.472,21	34.900
12º	Domingos Martins	18,36	586.598,58	31.946
13º	Nova Venécia	18,31	847.194,83	46.263
14º	São Mateus	17,44	1.926.815,59	110.454
15º	Linhares	16,35	2.347.053,61	143.509
16º	Marechal Floriano	15,95	230.042,27	14.422
17º	Fundão	15,45	267.780,19	17.334
18º	Viana	15,28	1.007.056,78	65.888
19º	Cachoeiro de Itapemirim	15,07	2.879.866,52	191.042
20º	Colatina	15,03	1.690.347,28	112.432
21º	João Neiva	14,71	233.194,02	15.848
22º	Santa Teresa	14,71	322.291,52	21.916
23º	Jaguaré	14,23	356.883,45	25.073
24º	Lúna	13,96	382.930,89	27.422
25º	Venda Nova do Imigrante	12,99	269.871,13	20.776
26º	Ecoporanga	12,53	290.220,57	23.154
27º	Mantenópolis	12,39	170.026,58	13.721
28º	Baixo Guandu	12,37	361.077,15	29.178
29º	Ibiraçu	12,22	137.609,53	11.258
30º	Boa Esperança	12,14	172.907,56	14.239
31º	Alfredo Chaves	11,77	164.550,58	13.982
32º	Iconha	11,60	146.257,53	12.603
33º	Guaçuí	11,33	317.532,69	28.033
34º	Vila Pavão	11,07	96.321,87	8.699
35º	Itarana	10,76	116.677,39	10.840
36º	Rio Bananal	10,67	188.026,13	17.623
37º	Governador Lindenberg	10,44	114.728,04	10.990
38º	Água Doce do Norte	10,42	121.894,69	11.696
39º	São Domingos do Norte	10,37	83.305,31	8.036
40º	Conceição do Castelo	10,26	120.496,31	11.741
41º	Sooretama	9,82	238.374,07	24.271
42º	Cariacica	9,73	3.410.470,27	350.615
43º	Marataizes	9,47	325.749,47	34.412
44º	Aracruz	9,15	760.839,99	83.152
45º	Barra de São Francisco	8,88	362.987,90	40.884
46º	Água Branca	8,53	81.130,58	9.513
47º	Ibitirama	8,26	73.851,55	8.938
48º	Mariândia	7,94	88.929,86	11.198
49º	Muniz Freire	7,85	143.606,50	18.298
50º	Afonso Cláudio	7,79	241.614,98	31.004
51º	São Gabriel da Palha	7,66	247.052,71	32.264
52º	Jerônimo Monteiro	7,63	83.398,56	10.932
53º	Alegre	7,58	232.756,44	30.696
54º	Muqui	7,21	104.191,50	14.452
55º	Ponto Belo	6,99	49.182,50	7.034
56º	Divino de São Lourenço	6,80	30.550,14	4.493
57º	Presidente Kennedy	6,74	69.936,79	10.373
58º	Irupi	6,65	78.689,30	11.829
59º	Santa Leopoldina	6,61	80.762,11	12.223
60º	Brejetuba	6,53	77.934,76	11.933
61º	São Roque do Canaã	6,52	73.951,42	11.341
62º	Santa Maria de Jetibá	6,20	214.394,14	34.591
63º	Alto Rio Novo	6,09	44.714,76	7.345
64º	Laranja da Terra	5,97	64.615,14	10.818
65º	Pancas	5,93	128.264,73	21.636
66º	Vargem Alta	5,53	106.593,06	19.265
67º	Apiacá	5,15	38.684,30	7.505
68º	Vila Valério	4,80	66.414,46	13.827
69º	Mimoso do Sul	4,55	117.830,70	25.880
70º	Conceição da Barra	4,21	120.424,44	28.600
71º	Mucurici	4,09	23.032,33	5.637
72º	São José do Calçado	3,22	33.549,48	10.403
73º	Ibatiba	3,19	72.095,27	22.609
74º	Rio Novo do Sul	3,18	36.043,64	11.330
75º	Atílio Vivacqua	3,14	31.278,82	9.967
76º	Pedro Canário	3,03	72.476,35	23.935
77º	Dores do Rio Preto	1,95	12.530,73	6.414
78º	Bom Jesus do Norte	-	-	9.496
TOTAL		32,79	116.320.810,46	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

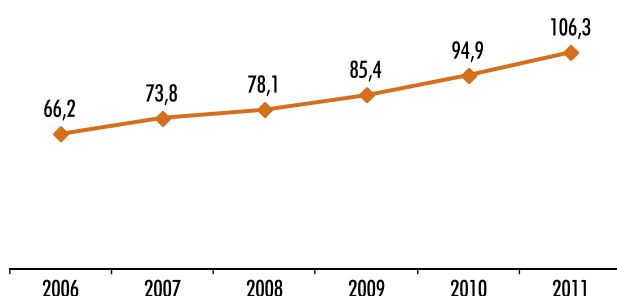
Taxas

Desempenho e concentração

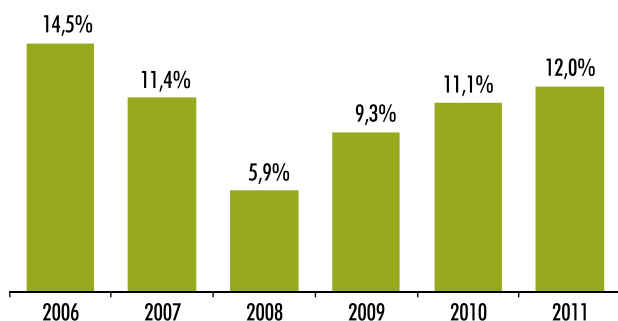
A arrecadação das taxas municipais no Espírito Santo totalizou, em 2011, R\$ 106,3 milhões, o que representou um crescimento real de 12%, em relação a 2010. Com esse crescimento as prefeituras contabilizaram R\$ 11,4 milhões a mais nos cofres públicos.

Evolução da arrecadação das taxas

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento da receita de taxas em relação ao ano anterior



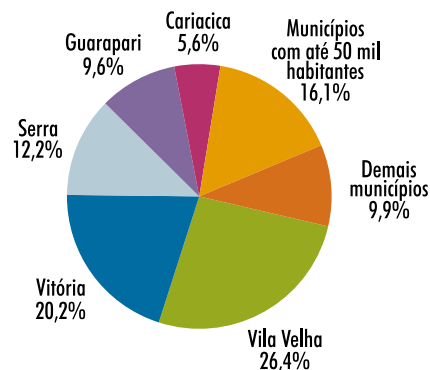
Ao todo, 51 cidades capixabas apresentaram crescimento na arrecadação das taxas. Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, os maiores incrementos em termos absolutos ocorreram em Vila Velha (R\$ 4,1 milhões), Guarapari (R\$ 2 milhões), Serra (R\$ 1,8 milhão) e Vitória (R\$ 1,1 milhão), as quatro cidades com a maior receita de taxas do Estado.

Dentre essas, apenas Vila Velha e Serra encontram-se em um processo ininterrupto de expansão da arrecadação desde 2004, com uma taxa média de crescimento anual de 13,4% e 15,5%, respectivamente. Aracruz e Linhares apresentaram altas taxas de crescimento, de 33%, entre 2010 e 2011. Em Vitória, as taxas municipais aumentaram 5,6% em relação a 2010, totalizando R\$ 21,5 milhões. Em sentido inverso, São Mateus viu sua arrecadação de taxas despencar de R\$ 2,4 milhões para R\$ 1,4 milhão, recuo de 43%.

No grupo dos municípios menores, com menos de 50 mil habitantes, houve um crescimento médio de 12,2%. O aumento mais expressivo, de 276,4%, ocorreu em Mucurici, cuja receita de taxas passou de R\$ 10,5 mil para R\$ 39,4 mil. Outros municípios, como Marilândia (185,8%), Guacuí (170,1%), Jerônimo Monteiro (137,8%), Presidente Kennedy (110,6%) e Anchieta (105,8%), também tiveram aumentos expressivos, mais que o dobro de suas arrecadações em 2010. Em contrapartida, Pedro Canário (-50,0%), Pinheiros (-49,2%) e Ibitirama (-42,9%) tiveram as maiores quedas.

O recolhimento das taxas municipais no Espírito Santo é altamente concentrado. Mais de 70% desse tributo é recolhido pelos municípios da Região Metropolitana, sendo que apenas Vila Velha concentra mais de um quarto da receita do conjunto dos municípios. Somando-se a arrecadação de Vitória e Serra, a participação acumulada chega a quase 60%.

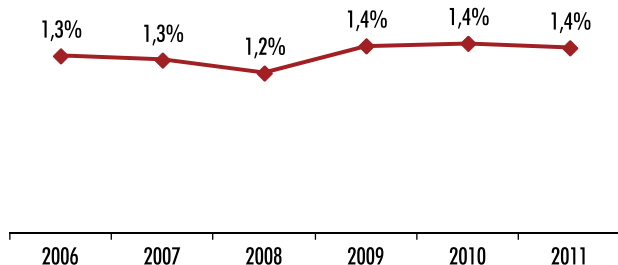
Participação dos municípios capixabas no total da receita de taxas - 2011



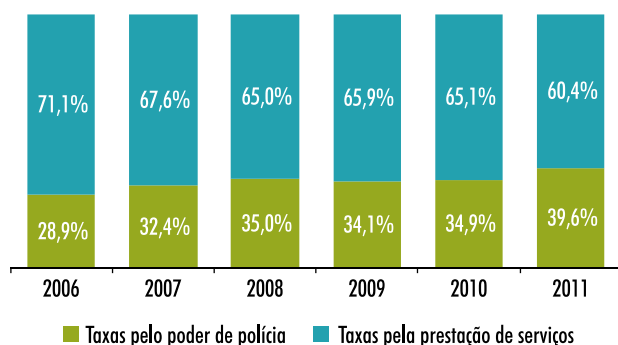
Participação orçamentária e composição

Em geral, as taxas possuem pouca representatividade na composição da receita corrente municipal. Em 2011, sua participação na receita corrente foi de 1,4%, percentual que tem se mantido por três anos seguidos. No conjunto dos municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, essa importância é um pouco maior, de 2%, e diminui nos demais grupos de cidades até alcançar 0,4% entre aquelas com até 15 mil habitantes. Os municípios com as maiores participações das taxas na receita corrente são Guarapari (5,5%), Vila Velha (4,8%) e Fundão (2,1%).

Participação média das taxas na receita corrente dos municípios



Composição média da receita de taxas



A maior parte (60,4%) da arrecadação dos municípios capixabas originou-se das taxas pela prestação de serviços públicos, que chegou a R\$ 64,2 milhões. Entretanto, nota-se que o volume arrecadado com as taxas pelo poder de polícia, de R\$ 42,1 milhões, tem aumentado ao longo dos últimos anos, representando 39,6% do total das taxas municipais, em 2011, a maior participação desde 2004.

Saiba mais sobre taxas

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma de suas principais características é a vinculação da cobrança ao custeio de determinadas atividades estatais, diferentemente do imposto, cuja arrecadação independe de vinculação à prestação de serviços específicos. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência entre o custo do serviço prestado pela administração pública e a receita prevista pela cobrança das taxas.

A base de cálculo da taxa deve estar vinculada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Cada município possui plena autonomia para instituir os critérios para a sua arrecadação, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidos pelo artigo 145, inciso II, da Constituição Federal.

Esse tributo foi instituído na Constituição Federal de 1934 (artigo 13, § 2º, V). Com a Emenda Constitucional nº 18/1965, ele foi subdividido em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas de prestação de serviços, cuja receita se destina ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, tais como limpeza pública, utilização de cemitérios, coleta de lixo, entre outras. O segundo grupo compreende as taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia, a fim de cobrir os custos inerentes às atividades regulatórias e disciplinadoras ligadas à segurança, higiene, ordem social e urbana, autorização para o funcionamento de atividades econômicas, etc.

► Arrecadação das taxas - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		Taxas per capita 2011 em R\$
								no total das taxas	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	4.246,1	4.642,2	4.812,7	4.753,5	4.988,5	5.628,9	12,8	5,3	0,7	13,56
Água Doce do Norte	41,4	42,4	30,9	44,1	42,1	48,0	13,9	0,0	0,2	4,11
Água Branca	44,1	46,7	45,2	45,3	53,2	54,5	2,6	0,1	0,2	5,73
Alto Rio Novo	14,8	-	0,2	32,4	27,7	20,1	-27,3	0,0	0,1	2,74
Baixo Guandu	533,0	444,8	536,1	505,2	435,3	485,5	11,5	0,5	0,9	16,64
Barra de São Francisco	496,8	523,4	546,9	649,8	695,4	1.010,6	45,3	1,0	1,5	24,72
Boa Esperança	85,5	175,4	131,7	77,8	105,2	118,5	12,6	0,1	0,4	8,33
Colatina	1.230,2	1.539,2	1.636,0	1.470,2	1.597,1	1.632,9	2,2	1,5	0,8	14,52
Ecoporanga	127,8	89,8	104,6	129,2	103,9	160,2	54,3	0,2	0,4	6,92
Governador Lindenberg	86,7	175,2	162,6	60,4	90,8	88,7	-2,3	0,1	0,4	8,07
Mantenópolis	49,2	86,4	84,4	98,4	93,6	96,1	2,6	0,1	0,4	7,00
Marilândia	20,0	30,8	24,6	32,8	37,5	107,1	185,8	0,1	0,5	9,56
Nova Venécia	456,0	488,6	442,3	479,9	486,7	485,7	-0,2	0,5	0,6	10,50
Pancas	294,8	212,2	230,4	182,6	188,8	187,9	-0,5	0,2	0,5	8,68
São Domingos do Norte	40,6	57,2	52,6	55,9	52,6	69,1	31,4	0,1	0,3	8,60
São Gabriel da Palha	537,9	549,7	611,0	691,0	730,5	769,1	5,3	0,7	1,4	23,84
Vila Pavão	104,6	102,6	89,1	55,7	91,6	141,3	54,3	0,1	0,7	16,25
Vila Valério	82,9	77,8	84,2	142,9	156,6	153,6	-1,9	0,1	0,5	11,11
MS Litoral Norte	5.872,7	5.991,4	6.684,5	6.029,3	8.093,8	7.894,0	-2,5	7,4	0,6	14,21
Aracruz	713,0	928,1	1.224,6	1.111,9	1.299,5	1.729,0	33,0	1,6	0,6	20,79
Conceição da Barra	116,8	148,1	170,5	145,0	128,3	119,0	-7,2	0,1	0,2	4,16
Fundão	843,6	71,4	75,0	114,5	986,5	935,4	-5,2	0,9	2,1	53,96
Ibiraçu	166,3	181,4	143,8	135,9	153,9	159,3	3,5	0,1	0,6	14,15
Jaguarié	87,3	355,1	308,1	134,3	133,5	120,5	-9,7	0,1	0,2	4,80
João Neiva	428,6	446,8	458,2	477,6	454,7	491,0	8,0	0,5	1,4	30,98
Linhares	1.294,7	1.737,7	1.570,5	1.618,1	1.836,8	2.438,4	32,8	2,3	0,6	16,99
Montanha	64,3	72,8	71,6	89,8	83,5	88,1	5,6	0,1	0,2	4,92
Mucurici	25,2	20,7	11,2	27,3	10,5	39,4	276,4	0,0	0,2	6,99
Pedro Canário	80,5	57,2	91,2	115,3	103,7	51,9	-50,0	0,0	0,1	2,17
Pinheiros	111,6	85,3	171,6	120,2	285,1	144,9	-49,2	0,1	0,3	6,01
Ponto Belo	45,3	44,6	32,9	36,0	34,0	37,7	10,8	0,0	0,2	5,37
Rio Bananal	12,3	49,3	52,8	56,4	70,8	67,0	-5,4	0,1	0,1	3,80
São Mateus	1.812,3	1.726,9	2.187,8	1.777,6	2.383,3	1.358,8	-43,0	1,3	0,7	12,30
Sooretama	70,8	66,1	114,5	69,2	129,7	113,7	-12,3	0,1	0,3	4,69
MS Central	3.436,6	4.050,3	4.072,9	4.280,0	4.452,3	5.176,8	16,3	4,9	0,6	16,27
Afonso Cláudio	33,7	69,8	40,0	67,2	116,5	125,6	7,8	0,1	0,2	4,05
Alfredo Chaves	373,6	522,2	130,4	283,4	198,7	186,3	-6,2	0,2	0,6	13,33
Anchieta	350,3	468,8	631,3	516,0	615,4	1.266,3	105,8	1,2	0,6	52,19
Brejetuba	21,4	15,1	18,2	20,1	21,7	23,6	8,9	0,0	0,1	1,98
Conceição do Castelo	67,1	69,7	83,8	79,9	95,0	86,9	-8,5	0,1	0,3	7,40
Domingos Martins	315,8	346,1	505,7	373,6	363,2	361,2	-0,5	0,3	0,5	11,31
Iconha	166,9	243,9	321,3	261,1	349,3	365,4	4,6	0,3	1,3	28,99
Itaguaçu	186,0	200,6	208,4	221,4	227,7	240,9	5,8	0,2	0,8	17,07
Itarana	198,6	226,9	136,3	156,6	235,8	228,8	-3,0	0,2	1,0	21,11
Laranja da Terra	14,7	73,7	69,2	78,1	75,3	80,7	7,3	0,1	0,4	7,46
Marechal Floriano	183,9	224,4	232,3	218,4	219,9	223,0	1,4	0,2	0,7	15,46
Piúma	483,0	441,0	476,8	537,4	509,8	521,1	2,2	0,5	1,0	28,38
Rio Novo do Sul	113,0	128,9	176,0	285,4	159,6	162,8	2,0	0,2	0,7	14,37
Santa Leopoldina	71,8	75,0	53,8	52,0	36,3	44,3	22,0	0,0	0,2	3,62
Santa Maria de Jetibá	231,0	247,6	260,7	303,5	331,0	376,5	13,7	0,4	0,6	10,88
Santa Teresa	227,9	277,5	308,3	345,1	352,3	320,2	-9,1	0,3	0,7	14,61
São Roque do Canaã	42,5	47,9	46,8	49,9	54,7	55,3	1,0	0,1	0,2	4,87
Venda Nova do Imigrante	355,4	371,2	373,7	430,8	490,3	508,0	3,6	0,5	1,2	24,45
Região Metropolitana	47.375,1	52.065,8	55.489,7	63.358,9	70.076,9	79.662,5	13,7	75,0	2,4	47,15
Cariacica	2.984,0	3.905,0	4.175,6	4.665,9	5.400,2	5.987,0	10,9	5,6	1,5	17,08
Guarapari	4.114,4	4.649,7	2.942,3	5.834,9	8.211,8	10.174,5	23,9	9,6	5,5	95,46
Serra	6.164,9	7.545,1	9.323,9	10.173,5	11.190,7	12.956,6	15,8	12,2	1,6	31,14
Viana	718,7	1.080,3	994,9	910,4	990,1	1.045,4	5,6	1,0	1,0	15,87
Vila Velha	14.938,5	16.328,2	19.656,3	21.688,7	23.951,4	28.018,1	17,0	26,4	4,8	66,73
Vitória	18.454,6	18.557,5	18.396,7	20.085,5	20.332,7	21.480,8	5,6	20,2	1,7	64,99
MS Sul	5.304,5	7.024,1	7.085,5	6.996,3	7.249,7	7.922,2	9,3	7,5	0,6	13,93
Alegre	464,3	582,8	771,5	707,8	726,2	753,3	3,7	0,7	1,3	24,54
Apiacá	67,0	64,3	75,6	75,7	86,3	77,3	-10,5	0,1	0,4	10,29
Atilio Vivacqua	64,6	76,7	50,4	135,2	95,9	104,3	8,8	0,1	0,4	10,46
Bom Jesus do Norte	80,3	123,8	127,7	72,2	142,2	180,0	26,6	0,2	1,0	18,95
Cachoeiro de Itapemirim	1.192,8	2.380,8	2.277,0	2.376,5	2.384,5	2.316,7	-2,8	2,2	0,9	12,13
Castelo	605,4	639,1	663,6	692,4	722,4	727,5	0,7	0,7	1,2	20,85
Divino de São Lourenço	3,8	9,9	10,8	22,0	16,3	18,3	12,6	0,0	0,1	4,08
Dores do Rio Preto	21,6	18,0	12,9	40,7	59,2	46,3	-21,8	0,0	0,3	7,22
Guaçu	760,6	863,9	725,0	354,0	189,1	510,9	170,1	0,5	0,9	18,23
Ibatiba	41,7	54,6	37,8	113,5	149,5	139,3	-6,9	0,1	0,4	6,16
Ibitirama	99,8	186,5	115,1	89,2	164,1	93,7	-42,9	0,1	0,4	10,48
Irupi	30,1	55,1	67,2	55,5	98,2	157,4	60,3	0,1	0,6	13,31
Itapemirim	255,4	316,4	284,6	274,3	282,7	304,4	7,7	0,3	0,2	9,75
Ituna	351,1	387,0	345,7	356,7	389,9	379,9	-2,6	0,4	0,8	13,85
Jerônimo Monteiro	50,3	77,4	50,0	74,5	94,4	224,5	137,8	0,2	1,0	20,54
Marataizes	654,7	698,3	657,4	660,0	736,7	828,9	12,5	0,8	1,0	24,09
Mimoso do Sul	140,6	104,4	100,9	107,2	107,3	80,0	-25,5	0,1	0,2	3,09
Muniz Freire	125,7	130,2	172,7	246,0	233,4	289,4	24,0	0,3	0,7	15,82
Muqui	67,2	86,7	91,4	93,8	92,6	97,2	4,9	0,1	0,4	6,72
Presidente Kennedy	62,6	67,4	321,9	218,8	138,6	291,8	110,6	0,3	0,1	28,13
São José do Calçado	57,8	60,9	49,2	32,0	127,5	96,2	-24,5	0,1	0,4	9,25
Vargem Alta	107,1	39,9	77,0	198,4	212,6	204,9	-3,6	0,2	0,5	10,64
TOTAL	66.235,0	73.773,8	78.145,4	85.417,9	94.861,3	106.284,4	12,0	100,0	1,4	29,96

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Taxas

Posição	Município	Taxas em R\$	População 2011
1º	Vila Velha	28.018.128,74	419.854
2º	Vitória	21.480.829,11	330.526
3º	Serra	12.956.582,34	416.029
4º	Guarapari	10.174.533,82	106.583
5º	Cariacica	5.987.047,15	350.615
6º	Linhares	2.438.413,83	143.509
7º	Cachoeiro de Itapemirim	2.316.691,60	191.042
8º	Aracruz	1.729.015,82	83.152
9º	Colatina	1.632.869,66	112.432
10º	São Mateus	1.358.801,93	110.454
11º	Anchieta	1.266.288,98	24.265
12º	Viana	1.045.379,59	65.888
13º	Barra de São Francisco	1.010.630,41	40.884
14º	Fundão	935.376,49	17.334
15º	Marataízes	828.935,76	34.412
16º	São Gabriel da Palha	769.139,30	32.264
17º	Alegre	753.252,73	30.696
18º	Castelo	727.506,06	34.900
19º	Piúma	521.105,17	18.364
20º	Guaçuí	510.906,50	28.033
21º	Venda Nova do Imigrante	507.978,41	20.776
22º	João Neiva	490.964,29	15.848
23º	Nova Venécia	485.660,19	46.263
24º	Baixo Guandu	485.493,52	29.178
25º	Lúna	379.916,53	27.422
26º	Santa Maria de Jetibá	376.453,03	34.591
27º	Iconha	365.359,69	12.603
28º	Domingos Martins	361.176,64	31.946
29º	Santa Teresa	320.175,86	21.916
30º	Itapemirim	304.389,01	31.209
31º	Presidente Kennedy	291.842,34	10.373
32º	Muniz Freire	289.391,62	18.298
33º	Itaguaçu	240.851,04	14.107
34º	Itarana	228.843,70	10.840
35º	Jerônimo Monteiro	224.519,55	10.932
36º	Marechal Floriano	222.997,32	14.422
37º	Vargem Alta	204.906,27	19.265
38º	Pancas	187.878,75	21.636
39º	Alfredo Chaves	186.343,39	13.982
40º	Bom Jesus do Norte	179.988,54	9.496
41º	Rio Novo do Sul	162.825,11	11.330
42º	Ecoporanga	160.214,09	23.154
43º	Ibiraçu	159.263,33	11.258
44º	Irupi	157.395,35	11.829
45º	Vila Valério	153.564,21	13.827
46º	Pinheiros	144.866,01	24.093
47º	Vila Pavão	141.323,69	8.699
48º	Ibatiba	139.296,97	22.609
49º	Afonso Cláudio	125.607,66	31.004
50º	Jaguaré	120.465,67	25.073
51º	Conceição da Barra	118.988,11	28.600
52º	Boa Esperança	118.548,40	14.239
53º	Sooretama	113.727,72	24.271
54º	Mariilândia	107.055,64	11.198
55º	Atílio Vivácqua	104.280,63	9.967
56º	Muqui	97.175,38	14.452
57º	São José do Calçado	96.244,54	10.403
58º	Mantenópolis	96.052,09	13.721
59º	Ibitirama	93.696,90	8.938
60º	Governador Lindenberg	88.680,93	10.990
61º	Montanha	88.118,73	17.894
62º	Conceição do Castelo	86.901,18	11.741
63º	Laranja da Terra	80.741,20	10.818
64º	Mimoso do Sul	79.956,62	25.880
65º	Apiacá	77.262,11	7.505
66º	São Domingos do Norte	69.145,12	8.036
67º	Rio Bananal	66.991,10	17.623
68º	São Roque do Canaã	55.268,67	11.341
69º	Água Branca	54.525,90	9.513
70º	Pedro Canário	51.852,09	23.935
71º	Água Doce do Norte	48.015,68	11.696
72º	Dores do Rio Preto	46.337,84	6.414
73º	Santa Leopoldina	44.251,63	12.223
74º	Mucurici	39.395,58	5.637
75º	Ponto Belo	37.739,57	7.034
76º	Brejetuba	23.586,42	11.933
77º	Alto Rio Novo	20.141,79	7.345
78º	Divino de São Lourenço	18.346,06	4.493
TOTAL		106.284.414,40	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Taxas per capita

Posição	Município	A / B	Taxas (A)	População 2011 (B)
			em R\$	
1º	Guarapari	95,46	10.174.533,82	106.583
2º	Vila Velha	66,73	28.018.128,74	419.854
3º	Vitória	64,99	21.480.829,11	330.526
4º	Fundão	53,96	935.376,49	17.334
5º	Anchieta	52,19	1.266.288,98	24.265
6º	Serra	31,14	12.956.582,34	416.029
7º	João Neiva	30,98	490.964,29	15.848
8º	Iconha	28,99	365.359,69	12.603
9º	Piúma	28,38	521.105,17	18.364
10º	Presidente Kennedy	28,13	291.842,34	10.373
11º	Barra de São Francisco	24,72	1.010.630,41	40.884
12º	Alegre	24,54	753.252,73	30.696
13º	Venda Nova do Imigrante	24,45	507.978,41	20.776
14º	Marataízes	24,09	828.935,76	34.412
15º	São Gabriel da Palha	23,84	769.139,30	32.264
16º	Itarana	21,11	228.843,70	10.840
17º	Castelo	20,85	727.506,06	34.900
18º	Aracruz	20,79	1.729.015,82	83.152
19º	Jerônimo Monteiro	20,54	224.519,55	10.932
20º	Bom Jesus do Norte	18,95	179.988,54	9.496
21º	Guaçuí	18,23	510.906,50	28.033
22º	Cariacica	17,08	5.987.047,15	350.615
23º	Itaguaçu	17,07	240.851,04	14.107
24º	Linhares	16,99	2.438.413,83	143.509
25º	Baixo Guandu	16,64	485.493,52	29.178
26º	Vila Pavão	16,25	141.323,69	8.699
27º	Viana	15,87	1.045.379,59	65.888
28º	Muniz Freire	15,82	289.391,62	18.298
29º	Marechal Floriano	15,46	222.997,32	14.422
30º	Santa Teresa	14,61	320.175,86	21.916
31º	Colatina	14,52	1.632.869,66	112.432
32º	Rio Novo do Sul	14,37	162.825,11	11.330
33º	Ibiraçu	14,15	159.263,33	11.258
34º	Lúna	13,85	379.916,53	27.422
35º	Alfredo Chaves	13,33	186.343,39	13.982
36º	Irupi	13,31	157.395,35	11.829
37º	São Mateus	12,30	1.358.801,93	110.454
38º	Cachoeiro de Itapemirim	12,13	2.316.691,60	191.042
39º	Domingos Martins	11,31	361.176,64	31.946
40º	Vila Valério	11,11	153.564,21	13.827
41º	Santa Maria de Jetibá	10,88	376.453,03	34.591
42º	Vargem Alta	10,64	204.906,27	19.265
43º	Nova Venécia	10,50	485.660,19	46.263
44º	Ibitirama	10,48	93.696,90	8.938
45º	Atílio Vivácqua	10,46	104.280,63	9.967
46º	Apiacá	10,29	77.262,11	7.505
47º	Itapemirim	9,75	304.389,01	31.209
48º	Mariilândia	9,56	107.055,64	11.198
49º	São José do Calçado	9,25	96.244,54	10.403
50º	Pancas	8,68	187.878,75	21.636
51º	São Domingos do Norte	8,60	69.145,12	8.036
52º	Boa Esperança	8,33	118.548,40	14.239
53º	Governador Lindenberg	8,07	88.680,93	10.990
54º	Laranja da Terra	7,46	80.741,20	10.818
55º	Conceição do Castelo	7,40	86.901,18	11.741
56º	Dores do Rio Preto	7,22	46.337,84	6.414
57º	Mantenópolis	7,00	96.052,09	13.721
58º	Mucurici	6,99	39.395,58	5.637
59º	Ecoporanga	6,92	160.214,09	23.154
60º	Muqui	6,72	97.175,38	14.452
61º	Ibatiba	6,16	139.296,97	22.609
62º	Pinheiros	6,01	144.866,01	24.093
63º	Água Branca	5,73	54.525,90	9.513
64º	Ponto Belo	5,37	37.739,57	7.034
65º	Montanha	4,92	88.118,73	17.894
66º	São Roque do Canaã	4,87	55.268,67	11.341
67º	Jaguaré	4,80	120.465,67	25.073
68º	Sooretama	4,69	113.727,72	24.271
69º	Conceição da Barra	4,16	118.988,11	28.600
70º	Água Doce do Norte	4,11	48.015,68	11.696
71º	Divino de São Lourenço	4,08	18.346,06	4.493
72º	Afonso Cláudio	4,05	125.607,66	31.004
73º	Rio Bananal	3,80	66.991,10	17.623
74º	Santa Leopoldina	3,62	44.251,63	12.223
75º	Mimoso do Sul	3,09	79.956,62	25.880
76º	Alto Rio Novo	2,74	20.141,79	7.345
77º	Pedro Canário	2,17	51.852,09	23.935
78º	Brejetuba	1,98	23.586,42	11.933
TOTAL		29,96	106.284.414,40	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Transferências

As transferências têm o objetivo de redistribuir recursos entre as três esferas de governo e as regiões que apresentam diferentes níveis de renda e desenvolvimento. Elas são repassadas da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios.

Há dois tipos de transferências: as constitucionais e legais (conforme descrito no quadro abaixo), que são estabelecidas pela Constituição Federal e por leis federais ou estaduais; e as voluntárias, que, como o próprio nome sugere, são recursos financeiros repassados às esferas subnacionais em função de acordos e convênios entre

a União, os estados e os municípios.

Em 2011, os municípios capixabas receberam R\$ 4,80 bilhões em transferências das esferas supranacionais, respondendo por 58,8% da composição da receita total das cidades do Estado. As mais significativas foram a Quota-parte Municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que juntas equivaleram a 67,8% do volume total de recursos transferidos aos municípios (veja mais sobre ICMS na página 42 e sobre o FPM na página 50).

► Quadro das transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	União	22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Distribuído de acordo com a Lei nº 5.172, de 25/10/1966, Lei nº 62, de 28/12/1989 e Decreto-lei nº 1.881, de 27/08/1981.
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) exportação ou Fundo de exportação	União Estado	A União transfere 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS ¹ . Constituição Federal, artigo 159, II.
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	União	Arrecadação do ITR dos imóveis rurais situados no município.	50% do valor arrecadado. Constituição Federal, artigo 158, II.
Compensação pela desoneração das exportações	União	O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com coeficientes definidos no anexo da Lei Complementar nº 115, de 26/12/2002. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS ¹ (Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996).
Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro)	União	Da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro), quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.	70% ao município onde foi extraído o ouro. Constituição Federal, artigo 153, § 5º, inciso I e II.
Quota-Parte Municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS)	Estado	25% da arrecadação líquida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).	75%, no mínimo, de acordo com o valor adicionado do município e 25% de acordo com o que dispuser a legislação estadual. Constituição Federal, artigo 157.
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Estado	50% da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados no município.	50% ao município onde o veículo foi licenciado. Constituição Federal, artigo 157.
Fundo para Redução das Desigualdades Regionais	Estado	30% da arrecadação estadual proveniente dos royalties, que incidem sobre a produção de petróleo e gás à alíquota de 5%.	Proporcionalmente à população e inversamente proporcional ao índice de participação do município na distribuição do ICMS, excluídos aqueles com índice acima de 10 e os que receberem mais de 2% do total dos royalties repassados aos municípios. Lei Estadual nº 8.308, de 12/06/2006.

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ²	Estado municípios	Recursos que já compunham o Fundef FPM, Fundo de Participação dos Estados (FPE), ICMS do Estado, QPM-ICMS, IPI exportação e compensação pela desoneração das exportações. Percentual progressivo ➡ 2007: 16,66%; 2008: 18,33%; a partir de 2009: 20%. Recursos novos Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Quota-Parte do Imposto Territorial Rural devida aos municípios (ITR) e receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas. Percentual progressivo ➡ 2007: 6,66%; 2008: 13,33%; a partir de 2009: 20%.	De acordo com a participação do número de alunos matriculados na rede municipal de ensino básico em relação ao total de alunos da rede municipal de cada Estado. Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007.
Quota-parte do Salário-Educação	Empresas ↓ INSS ou FNDE	2,5% do total das remunerações pagas pelas empresas vinculadas à Seguridade Social. Desse valor, descontado 1% de taxa de administração do INSS e as despesas do Sistema de Manutenção do Ensino (SME), 90% são distribuídos da seguinte forma: 1/3 é a cota federal e 2/3 é a cota estadual e municipal. A destinação dos 10% restantes será decidida por um comitê constituído no âmbito do Ministério da Educação.	As cotas estadual e municipal são distribuídas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, Lei Federal nº 9.766/1998 e Lei Federal nº 10.832/2003.
Repasse para o Sistema Único de Saúde (SUS)	União Estado	O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.	Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

Notas: ¹veja sobre os critérios para a formação do índice de participação para os municípios do Espírito Santo na página 44. ²veja sobre o Fundeb no item Saldo Fundeb, página 60.

► Compensações financeiras

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Compensação financeira pela extração de minerais	Empresas mineradoras ↓ União	Do valor correspondente a 3% do faturamento líquido da venda do produto mineral, 23% são distribuídos aos estados, 65% aos municípios, 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% ao Ministério das Minas e Energia.	65% aos municípios.
Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos	Concessionárias distribuidoras de energia elétrica ↓ União	Da quantia correspondente a 6% do valor da energia elétrica produzida, 45% são repassados aos estados, 45% aos municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério das Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	45% aos municípios onde se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.
Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural	Empresas concessionárias da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural ↓ União	De 5% a 10% do valor da produção de óleo bruto, xisto betuminoso e gás extraídos dos territórios ou da plataforma continental onde se fixa a lavra ou se localizam instalações de embarque ou desembarque.	Veja na seção sobre royalties, na página 64.

Fonte: Constituição Federal e Lei Federal nº 9.478/1997.

QPM-ICMS

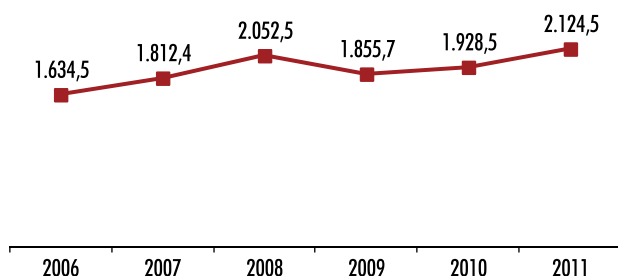
Desempenho

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um tributo de competência estadual. Segundo a Constituição Federal, os estados devem repassar 25% da arrecadação do ICMS aos municípios (inciso IV do artigo 158), parcela que pode ser chamada de Quota-Parte Municipal de ICMS (QPM-ICMS).

Após o recuo de 2009, causado pela crise financeira global, a QPM-ICMS cresceu nos dois anos seguintes, com taxas de 3,9% e 10,2%, respectivamente. Porém, o valor repassado em 2011, de R\$ 2,12 bilhões, foi apenas 3,5% maior que o efetuado em 2008, ano que precedeu a crise financeira. Do total transferido em 2011, 71,9% foram provenientes do ICMS Normal e 28,1% do sistema Fundap.

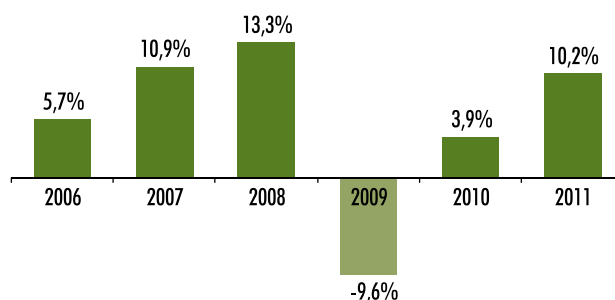
Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



O fraco desempenho da QPM-ICMS em 2010 foi consequência do ICMS Fundap, que registrou queda de 4%, ao passo que o ICMS Normal havia crescido de 7,8%. Dois fatores impactaram o ICMS Fundap em 2010: a crise financeira internacional que eclodiu no final de 2008, travando os mercados de crédito e impactando o comércio exterior; e o protocolo firmado entre Espírito Santo e São Paulo, em junho de 2009, quando o ICMS incidente sobre importações passou a ser tributado no Estado de destino nas categorias "Por conta e ordem de terceiros" e "Importação por encomenda."

Taxa de crescimento da QPM-ICMS em relação ao ano anterior

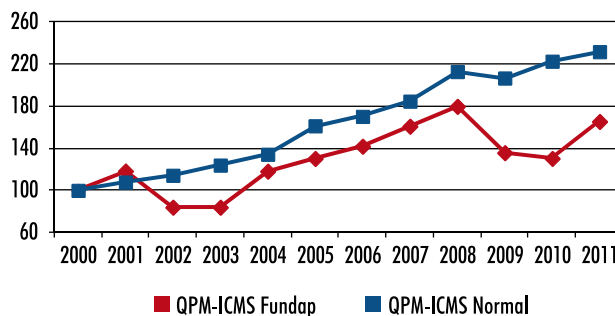


Já em 2011 o ICMS Fundap apresentou excelente desempenho. Foram transferidos R\$ 597,3 milhões aos municípios capixabas, valor 26,9% maior do que o do ano anterior e inferior apenas ao realizado em 2008. O ICMS Normal, por sua vez, cresceu 4,4%.

Em abril de 2012, as comissões de Justiça e Assuntos Econômicos do Senado aprovaram a Resolução nº 13, que unifica em 4% a alíquota interestadual do ICMS incidente sobre produtos importados e com destinação a outros estados. Assim, o ICMS cobrado no Estado onde ocorreu o despacho aduaneiro vai sofrer uma queda de 12% para 4%, sendo o diferencial de alíquota cobrado no Estado de destino da mercadoria. Essa medida provocará o fim do sistema Fundap a partir de 2013 e causará impactos negativos na distribuição do ICMS aos municípios capixabas. Sobre o impacto nos municípios, veja artigo na página 110.

Evolução das transferências do ICMS Normal e Fundap, 2000-2011

Ano base 2000 = 100



► **Evolução da QPM-ICMS Total, Normal e Fundap - 2000-2011**
em R\$ mil - IPCA médio de 2011

ANO	QPM-ICMS Total		QPM-ICMS Normal		Participação total (%)	QPM-ICMS Fundap		Participação total (%)
	em R\$ mil	Variação (%)	em R\$ mil	Variação (%)		em R\$ mil	Variação (%)	
2000	1.020.320,7	20,2	659.346,9	20,8	64,6	360.973,9	19,1	35,4
2001	1.138.383,5	11,6	711.040,6	7,8	62,5	427.342,9	18,4	37,5
2002	1.057.070,3	-7,1	753.874,9	6,0	71,3	303.195,4	-29,1	28,7
2003	1.120.914,1	6,0	817.703,7	8,5	72,9	303.210,4	0,0	27,1
2004	1.312.476,5	17,1	885.678,6	8,3	67,5	426.797,8	40,8	32,5
2005	1.534.179,8	16,9	1.063.767,8	20,1	69,3	470.412,0	10,2	30,7
2006	1.635.143,3	6,6	1.122.726,2	5,5	68,7	512.417,1	8,9	31,3
2007	1.799.477,0	10,1	1.218.526,7	8,5	67,7	580.950,3	13,4	32,3
2008	2.052.732,9	14,1	1.403.582,9	15,2	68,4	649.150,1	11,7	31,6
2009	1.853.456,1	-9,7	1.363.222,5	-2,9	73,6	490.233,6	-24,5	26,4
2010	1.939.496,1	4,6	1.468.872,8	7,8	75,7	470.623,3	-4,0	24,3
2011	2.125.869,3	9,6	1.528.538,8	4,1	71,9	597.330,6	26,9	28,1

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo / relatórios do Banestes e Siafem.

Desempenho nos municípios

A distribuição da QPM-ICMS aos municípios é feita com base no Índice de Participação dos Municípios (IPM), que é calculado anualmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) para cada município. A soma de todos os IPMs é igual a 100 (sobre os critérios utilizados para a definição do IPM, ver página 44).

O comportamento dos índices de participação dos municípios e o da arrecadação estadual de ICMS determinam o desempenho da QPM-ICMS de cada cidade. Com o crescimento na receita estadual do ICMS, a maior parte das cidades registrou aumento na QPM-ICMS em 2011.

O Município de Itapemirim, no entanto, beneficiou-se também do vigoroso aumento de seu IPM, que cresceu 51,7% de 2010 para 2011, passando de 0,892 para 1,353. Em 2012 deu novo salto e alcançou 1,616, em função da ampliação das atividades no setor de petróleo. Dessa forma, sua QPM-ICMS passou de R\$ 17,2 milhões, em 2010, para R\$ 28,7 milhões, no ano seguinte, um crescimento de 67,2%.

Em outras 11 cidades também foram registradas variações elevadas, acima de 20% em 2011. Entre elas destacam-se Conceição da Barra, Cariacica e Piúma, que cresceram 36,1%, 29,4% e 28,3%, respectivamente, desempenho bastante influenciado pelo aumento de seus IPMs.

Dos 78 municípios capixabas, 11 registraram queda na QPM-ICMS, ainda que pequenas. Presidente Kennedy teve o decréscimo mais acentuado, de 19,3%, em 2011, sendo

que seu IPM caiu 26,1%, a maior queda. Rio Novo do Sul foi outra cidade que sofreu forte declínio, com perda de R\$ 1,7 milhão, ou 14,5%, em sua QPM-ICMS, comparado a 2010.

Entre as cidades com mais de 50 mil habitantes, apenas Serra apresentou queda na QPM-ICMS, de 2,1%. O recuo de 11,2% no seu IPM provocou o repasse menor em R\$ 6,7 milhões em relação ao ano anterior.

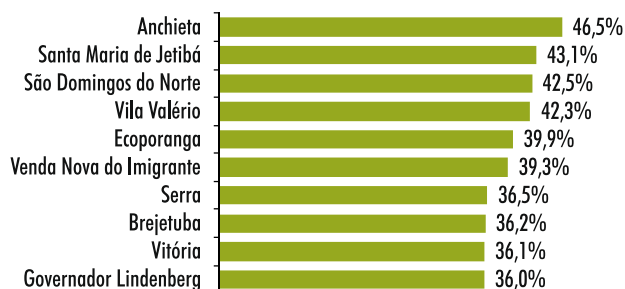
Além de Cariacica, destacaram-se pelo forte crescimento Vila Velha (17,5%) e São Mateus (17,1%). Na capital capixaba, a QPM-ICMS cresceu 9,2%, em função do pequeno decréscimo de 0,9% no coeficiente de participação.

Concentração e importância orçamentária

Vitória e Serra concentram a maior parte da QPM-ICMS repassada aos municípios capixabas. Juntos recebem 35% do total. Em 2011, a QPM-ICMS da capital foi de R\$ 456,4 milhões, enquanto que Serra recebeu R\$ 287,5 milhões. Na sequência aparecem Vila Velha (R\$ 141,2 milhões), Anchieta (R\$ 97,2 milhões) e Cariacica (R\$ 93,2 milhões). Somadas as dez primeiras colocações, elas respondem por 2/3 da QPM-ICMS do conjunto dos municípios capixabas.

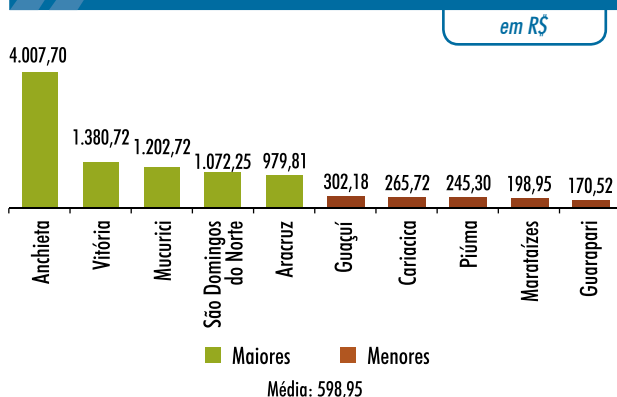
Em 2011, o peso da QPM-ICMS na receita corrente foi de 27,8%. Se excluídos os recebíveis de royalties do petróleo e do gás natural da receita corrente, considerando que são recursos elevados e altamente concentrados em poucas cidades, a participação sobe para 30,7%. A cidade com maior importância do ICMS na receita corrente foi Anchieta (46,5%).

Os dez municípios de maior participação da QPM-ICMS na receita corrente dos municípios capixabas - 2011



O valor médio de QPM-ICMS foi de R\$ 598,95 por habitante. O topo da lista foi ocupado por Anchieta (R\$ 4.007,70), Vitória (R\$ 1.380,72), Mucurici (R\$ 1.202,72) e São Domingos do Norte (R\$ 1.072,25), as únicas cidades com valores per capita acima de R\$ 1 mil.

As cinco maiores e menores QPM-ICMS per capita em 2011



Existe uma forte discrepância dos valores transferidos de ICMS por habitante. Em 40 cidades o indicador ficou abaixo da média geral. Nas últimas posições encontram-se Cariacica (R\$ 265,72), Piúma (R\$ 245,30), Marataízes (R\$ 198,95) e Guarapari (R\$ 170,52).

IPM e seus critérios de distribuição

A Constituição Federal, no artigo 158, parágrafo único, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% da QPM-ICMS de acordo com a média do Valor Adicionado (VA) do município nos últimos dois anos antes da apuração. Ou seja, o IPM a ser apurado em 2012 foi calculado em 2011 pela Secretaria de Estado da Fazenda com base no VA de 2009 e 2010.

Os demais 25% são distribuídos de acordo com critérios adotados por cada Estado. O índice é calculado anualmente, sendo publicado primeiramente o provisório e, posteriormente, após o prazo de 30 dias para o questionamento dos municípios, o definitivo, a ser aplicado no ano seguinte ao da apuração.

No Espírito Santo, os demais critérios de distribuição adotados são: área territorial, número de propriedades rurais, produção agrícola e alguns indicadores da área da saúde. Nos municípios onde o VA é relativamente baixo, os demais critérios podem desempenhar um papel importante na definição do índice final. É importante verificar quais desses critérios são significativos no município e qual o grau de manobra existente para elevá-los. Os critérios adotados no Espírito Santo estão relacionados no quadro a seguir:

Critérios para a distribuição da QPM-ICMS no Estado do Espírito Santo		Peso
1. Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado.	75%
2. Área territorial	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado.	5%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado.	7%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado.	6%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS).	0,5%
	Para os demais municípios:	
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS.	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado.	3%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde.	1%

Fonte: Lei Estadual nº 5.344/1996.



BANDES. O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E DOS SONHOS CAPIXABAS.

Você sonha, o Bandes acredita e a nossa agricultura se desenvolve. Porque o Bandes é o banco que valoriza o produtor rural. Que oferece apoio e crédito, com taxas acessíveis. Que investe no aumento da produção e na qualidade do nosso produto. Que ajuda a manter o homem do campo onde ele mais quer estar: na terra dele.

Bandes. O banco que há 45 anos realiza os micro, pequenos e grandes sonhos.

bandes
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

**ESPIRITO
SANTO**
CRESCER E COM A GENTE

► QPM-ICMS - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Partic. na rec. corr. ¹ 2011	QPM-ICMS per capita 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %		em R\$
MS Noroeste	165.686,6	185.208,5	212.270,1	201.747,8	207.635,5	219.841,1	5,9	28,6	529,64
Água Doce do Norte	4.761,7	5.455,9	6.525,2	6.030,6	6.001,0	6.025,7	0,4	25,7	515,20
Água Branca	5.103,9	5.734,3	7.141,7	6.927,5	7.251,6	7.180,0	-1,0	31,0	754,76
Alto Rio Novo	3.578,7	3.737,9	4.373,3	4.128,0	5.144,8	5.962,6	15,9	34,8	811,78
Baixo Guandu	18.515,0	17.227,9	15.583,7	12.623,1	13.441,2	15.050,5	12,0	29,2	515,82
Barra de São Francisco	11.874,2	15.214,7	17.433,4	16.403,2	16.110,2	17.243,3	7,0	25,7	421,76
Boa Esperança	5.841,4	6.684,3	7.377,8	7.087,4	6.849,4	7.102,4	3,7	23,7	498,80
Colatina	30.884,3	36.038,0	43.581,7	42.282,4	43.954,9	46.398,7	5,6	23,6	412,68
Ecoporanga	13.183,2	14.494,8	16.346,3	15.345,7	16.008,6	17.914,0	11,9	39,9	773,69
Governador Lindenberg	8.813,2	9.959,3	10.036,0	8.945,3	8.893,8	8.146,5	-8,4	36,0	741,26
Mantenópolis	4.582,9	6.743,1	5.792,8	5.326,4	5.458,8	5.932,1	8,7	21,8	432,34
Marilândia	5.449,5	5.968,8	7.246,6	7.605,5	7.811,5	8.081,3	3,5	34,2	721,67
Nova Venécia	15.731,0	18.175,9	21.360,4	19.988,8	20.066,1	21.633,3	7,8	26,7	467,62
Pancas	8.117,2	8.130,1	9.569,3	8.796,0	9.315,4	9.760,8	4,8	27,6	451,14
São Domingos do Norte	5.329,9	5.790,6	7.633,9	7.700,0	7.858,2	8.616,6	9,7	42,5	1.072,25
São Gabriel da Palha	9.419,4	10.213,3	13.565,1	14.005,0	14.177,9	14.885,1	5,0	27,2	461,35
Vila Pavao	5.836,0	6.404,2	7.371,6	6.810,3	7.174,6	7.295,2	1,7	36,0	838,62
Vila Valério	8.665,2	9.235,3	11.331,3	11.742,5	12.117,6	12.612,8	4,1	42,3	912,19
MS Litoral Norte	300.503,2	282.100,4	319.993,7	296.037,6	311.380,4	344.010,5	10,5	25,2	619,04
Aracruz	116.238,2	88.025,1	92.703,7	84.820,8	80.311,5	81.472,9	1,4	28,9	979,81
Conceição da Barra	13.167,6	15.995,5	17.907,2	13.495,6	16.266,1	22.135,4	36,1	30,9	773,96
Fundão	3.534,5	4.396,3	4.949,6	5.468,1	6.293,4	6.140,1	-2,4	13,9	354,22
Ibiraçu	4.935,3	5.695,9	6.366,3	5.919,5	6.095,2	6.739,2	10,6	25,5	598,61
Jaguari	18.346,4	17.693,8	20.552,5	18.575,5	17.233,7	18.033,1	4,6	28,3	719,22
João Neiva	7.326,5	8.432,7	9.631,6	7.759,7	7.487,8	7.338,0	-2,0	20,6	463,02
Linhares	54.545,4	55.113,3	65.306,3	63.628,5	81.140,0	92.169,4	13,6	23,7	642,26
Montanha	8.910,6	9.869,2	11.396,0	10.244,1	10.378,2	11.821,2	13,9	31,9	660,62
Mucurici	5.327,1	5.588,6	6.159,7	5.289,9	5.593,0	6.779,7	21,2	35,7	1.202,72
Pedro Canário	7.784,4	8.382,2	7.974,9	7.163,5	7.982,4	7.404,5	-7,2	18,1	309,36
Pinheiros	10.297,6	10.925,2	12.409,6	11.369,2	11.938,6	14.095,2	18,1	27,9	585,04
Ponto Belo	4.232,7	4.337,0	5.153,2	4.584,1	4.736,4	5.867,6	23,9	33,0	834,17
Rio Bananal	8.521,3	9.560,4	12.457,1	12.578,2	12.721,0	14.128,4	11,1	31,5	801,70
São Mateus	29.884,0	30.320,0	37.460,6	35.013,4	33.112,9	38.788,5	17,1	19,3	351,17
Sooretama	7.451,6	7.765,4	9.565,4	10.127,5	10.090,0	11.097,4	10,0	25,9	457,23
MS Central	184.013,2	206.108,5	223.877,0	209.021,3	242.764,7	284.788,2	17,3	34,3	894,99
Afonso Cláudio	9.553,8	10.739,5	12.667,8	11.561,3	12.898,7	14.731,8	14,2	27,4	475,16
Alfredo Chaves	6.338,6	7.075,2	8.146,6	7.337,2	8.155,9	9.783,9	20,0	30,8	699,75
Anchieta	40.149,9	47.594,8	45.893,6	50.265,0	78.399,2	97.246,8	24,0	46,5	4.007,70
Brejetuba	7.366,3	9.574,7	10.924,4	9.613,8	9.837,6	9.911,4	0,8	36,2	830,59
Conceição do Castelo	9.318,4	10.141,8	11.847,1	9.727,4	8.447,1	9.206,6	9,0	33,7	784,14
Domingos Martins	15.196,7	15.551,3	17.230,8	15.644,1	17.118,3	20.954,8	22,4	31,1	655,94
Iconha	5.424,5	6.366,7	7.599,2	6.514,6	6.520,2	7.418,5	13,8	25,6	588,63
Itaguaçu	6.373,6	7.294,7	8.295,9	7.478,9	7.523,5	8.397,6	11,6	27,9	595,28
Itarana	5.358,2	5.642,4	6.427,1	5.900,8	5.960,5	6.696,1	12,3	29,0	617,72
Laranja da Terra	5.685,8	6.149,9	6.961,2	6.420,3	6.443,0	6.867,6	6,6	30,6	634,83
Marechal Floriano	11.557,2	11.499,1	10.198,9	9.260,3	9.490,3	11.561,5	21,8	35,1	801,66
Pinuma	2.897,1	3.102,9	3.572,7	3.321,6	3.510,1	4.504,7	28,3	8,7	245,30
Rio Novo do Sul	4.567,4	4.971,2	6.069,1	5.252,7	5.525,0	4.725,5	-14,5	21,5	417,08
Santa Leopoldina	8.043,6	8.323,6	9.194,6	7.667,1	7.755,8	8.568,1	10,5	34,5	700,98
Santa Maria de Jetibá	18.180,8	20.553,5	23.567,1	21.544,4	23.562,6	28.329,1	20,2	43,1	818,97
Santa Teresa	9.139,3	10.592,2	12.094,4	10.708,0	10.609,6	12.518,3	18,0	26,7	571,19
São Roque do Canaã	5.147,3	5.515,1	6.508,2	6.160,0	6.441,6	6.848,1	6,3	30,9	603,84
Venda Nova do Imigrante	13.714,8	15.419,9	16.678,4	14.643,6	14.565,7	16.517,8	13,4	39,3	795,04
Região Metropolitana	785.795,7	929.379,8	1.056.796,5	930.280,3	938.567,2	1.017.845,5	8,4	30,5	602,46
Cariacica	57.140,8	64.363,4	69.708,3	64.203,2	72.009,4	93.166,6	29,4	23,4	265,72
Guarapari	11.897,4	12.819,0	15.463,9	15.120,4	15.910,7	18.174,0	14,2	9,8	170,52
Serra	258.034,5	304.283,8	334.413,6	302.939,6	293.751,0	287.481,3	-2,1	36,5	691,01
Viana	18.034,2	16.644,0	18.707,6	17.497,3	18.820,7	21.490,0	14,2	19,6	326,16
Vila Velha	91.936,8	98.633,6	118.758,8	115.732,2	120.177,7	141.168,6	17,5	24,0	336,23
Vitória	348.752,1	432.636,0	499.744,3	414.787,6	417.897,6	456.364,8	9,2	36,1	1.380,72
MS Sul	198.524,4	209.585,2	239.585,9	218.632,1	228.127,8	258.025,5	13,1	19,2	453,82
Alegre	7.721,6	8.924,7	10.287,3	9.071,0	9.306,1	10.840,8	16,5	19,3	353,16
Apiaçá	3.092,8	4.003,0	4.045,9	3.526,2	3.429,5	4.250,0	23,9	23,9	566,28
Atílio Vivacqua	5.286,0	6.148,7	7.063,6	6.235,9	6.653,4	7.842,7	17,9	33,4	786,86
Bom Jesus do Norte	2.896,6	3.066,4	3.885,6	3.840,9	3.915,8	3.617,2	-7,6	20,9	380,92
Cachoeiro de Itapemirim	57.040,0	60.303,2	68.462,2	61.700,4	61.365,4	68.916,9	12,3	25,7	360,74
Castelo	16.320,1	17.544,7	20.961,2	19.132,7	19.271,7	19.228,0	-0,2	30,5	550,95
Divino de São Lourenço	3.087,7	3.501,6	3.942,9	3.360,2	3.548,7	3.827,3	7,9	29,2	851,83
Dores do Rio Preto	3.107,0	3.434,9	4.392,2	3.860,4	3.812,1	4.252,0	11,5	26,5	662,93
Guaçuí	6.520,8	7.308,0	8.249,2	7.265,3	7.657,8	8.471,0	10,6	15,7	302,18
Ibatiba	6.692,1	6.764,5	7.782,2	6.959,5	7.682,2	8.529,0	11,0	23,4	377,24
Ibitirama	4.821,9	5.315,6	5.219,8	4.399,2	4.859,0	5.760,1	18,5	27,4	644,45
Irupi	4.723,7	5.441,9	6.364,9	6.567,0	7.496,3	8.270,9	10,3	33,6	699,20
Itapemirim	19.888,6	16.019,0	15.270,8	12.029,9	17.179,9	28.724,8	67,2	16,1	920,40
Iúna	8.546,4	9.233,9	10.677,5	9.673,3	9.971,7	11.118,3	11,5	24,1	405,45
Jerônimo Monteiro	3.678,0	4.081,9	4.599,8	4.193,7	4.531,5	5.144,1	13,5	21,8	470,55
Marataizes	5.554,6	5.571,0	6.467,8	6.326,8	6.250,3	6.846,2	9,5	8,0	198,95
Mimoso do Sul	9.326,5	9.888,6	10.844,3	9.687,6	10.106,6	11.225,4	11,1	24,5	433,75
Muniz Freire	7.989,3	9.235,3	13.640,3	12.913,9	12.541,0	12.373,0	-1,3	30,6	676,19
Muqui	4.500,8	4.735,7	5.359,7	4.862,1	4.976,7	5.908,8	18,7	22,4	408,86
Presidente Kennedy	4.970,9	5.442,2	5.996,9	8.415,6	8.929,0	7.208,0	-19,3	3,2	694,88
São José do Calçado	4.743,0	5.260,5	5.709,8	5.331,4	5.325,4	5.592,7	5,0	23,8	537,61
Vargem Alta	8.015,9	8.359,8	10.362,1	9.279,2	9.317,7	10.078,5	8,2	23,9	523,15
TOTAL	1.634.523,2	1.812.382,4	2.052.523,2	1.855.719,1	1.928.475,5	2.124.510,8	10,2	27,8	598,95

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► QPM-ICMS

Posição	Município	QPM-ICMS em R\$	População 2011
1º	Vitória	456.364.821,86	330.526
2º	Serra	287.481.301,71	416.029
3º	Vila Velha	141.168.618,33	419.854
4º	Anchieta	97.246.835,33	24.265
5º	Cariacica	93.166.637,26	350.615
6º	Linhares	92.169.410,68	143.509
7º	Aracruz	81.472.920,81	83.152
8º	Cachoeiro de Itapemirim	68.916.911,15	191.042
9º	Colatina	46.398.731,30	112.432
10º	São Mateus	38.788.455,79	110.454
11º	Itapemirim	28.724.819,50	31.209
12º	Santa Maria de Jetibá	28.329.104,11	34.591
13º	Conceição da Barra	22.135.371,84	28.600
14º	Nova Venécia	21.633.280,57	46.263
15º	Viana	21.490.047,95	65.888
16º	Domingos Martins	20.954.763,88	31.946
17º	Castelo	19.228.049,44	34.900
18º	Guarapari	18.174.047,47	106.583
19º	Jaguaré	18.033.050,13	25.073
20º	Ecoporanga	17.913.975,13	23.154
21º	Barra de São Francisco	17.243.322,16	40.884
22º	Venda Nova do Imigrante	16.517.847,67	20.776
23º	Baixo Guandu	15.050.513,24	29.178
24º	São Gabriel da Palha	14.885.130,53	32.264
25º	Afonso Cláudio	14.731.757,85	31.004
26º	Rio Bananal	14.128.401,89	17.623
27º	Pinheiros	14.095.248,42	24.093
28º	Vila Valério	12.612.832,61	13.827
29º	Santa Teresa	12.518.275,03	21.916
30º	Muniz Freire	12.372.959,82	18.298
31º	Montanha	11.821.185,24	17.894
32º	Marechal Floriano	11.561.489,23	14.422
33º	Mimoso do Sul	11.225.428,94	25.880
34º	Lúna	11.118.253,88	27.422
35º	Sooretama	11.097.374,85	24.271
36º	Alegre	10.840.750,08	30.696
37º	Vargem Alta	10.078.453,47	19.265
38º	Brejetuba	9.911.376,54	11.933
39º	Alfredo Chaves	9.783.858,34	13.982
40º	Pancas	9.760.833,14	21.636
41º	Conceição do Castelo	9.206.599,68	11.741
42º	São Domingos do Norte	8.616.609,95	8.036
43º	Santa Leopoldina	8.568.067,36	12.223
44º	Ibatiba	8.529.019,65	22.609
45º	Guaçuí	8.470.995,18	28.033
46º	Itaguaçu	8.397.636,00	14.107
47º	Irupi	8.270.862,05	11.829
48º	Governador Lindenberg	8.146.500,69	10.990
49º	Mariandia	8.081.305,41	11.198
50º	Atílio Vivacqua	7.842.671,56	9.967
51º	Iconha	7.418.505,73	12.603
52º	Pedro Canário	7.404.482,42	23.935
53º	João Neiva	7.338.006,46	15.848
54º	Vila Pavão	7.295.159,68	8.699
55º	Presidente Kennedy	7.207.961,61	10.373
56º	Água Branca	7.179.994,04	9.513
57º	Boa Esperança	7.102.441,73	14.239
58º	Laranja da Terra	6.867.624,13	10.818
59º	São Roque do Canaã	6.848.104,10	11.341
60º	Marataizes	6.846.192,82	34.412
61º	Mucurici	6.779.743,07	5.637
62º	Ibiraçu	6.739.205,41	11.258
63º	Itarana	6.696.118,93	10.840
64º	Fundão	6.140.115,69	17.334
65º	Água Doce do Norte	6.025.729,77	11.696
66º	Alto Rio Novo	5.962.556,75	7.345
67º	Mantenópolis	5.932.142,67	13.721
68º	Muqui	5.908.819,10	14.452
69º	Ponto Belo	5.867.566,37	7.034
70º	Ibitirama	5.760.078,41	8.938
71º	São José do Calçado	5.592.744,02	10.403
72º	Jerônimo Monteiro	5.144.073,80	10.932
73º	Rio Novo do Sul	4.725.547,60	11.330
74º	Piúma	4.504.723,38	18.364
75º	Dores do Rio Preto	4.252.013,27	6.414
76º	Apiacá	4.249.965,62	7.505
77º	Divino de São Lourenço	3.827.257,40	4.493
78º	Bom Jesus do Norte	3.617.197,63	9.496
TOTAL		2.124.510.786,31	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► QPM-ICMS per capita

Posição	Município	A / B	QPM-ICMS (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Anchieta	4.007,70	97.246.835,33	24.265
2º	Vitória	1.380,72	456.364.821,86	330.526
3º	Mucurici	1.202,72	6.779.743,07	5.637
4º	São Domingos do Norte	1.072,25	8.616.609,95	8.036
5º	Aracruz	979,81	81.472.920,81	83.152
6º	Itapemirim	920,40	28.724.819,50	31.209
7º	Vila Valério	912,19	12.612.832,61	13.827
8º	Divino de São Lourenço	851,83	3.827.257,40	4.493
9º	Vila Pavão	838,62	7.295.159,68	8.699
10º	Ponto Belo	834,17	5.867.566,37	7.034
11º	Brejetuba	830,59	9.911.376,54	11.933
12º	Santa Maria de Jetibá	818,97	28.329.104,11	34.591
13º	Alto Rio Novo	811,78	5.962.556,75	7.345
14º	Rio Bananal	801,70	14.128.401,89	17.623
15º	Marechal Floriano	801,66	11.561.489,23	14.422
16º	Venda Nova do Imigrante	795,04	16.517.847,67	20.776
17º	Atílio Vivacqua	786,86	7.842.671,56	9.967
18º	Conceição do Castelo	784,14	9.206.599,68	11.741
19º	Conceição da Barra	773,96	22.135.371,84	28.600
20º	Ecoporanga	773,69	17.913.975,13	23.154
21º	Água Branca	754,76	7.179.994,04	9.513
22º	Governador Lindenberg	741,26	8.146.500,69	10.990
23º	Mariandia	721,67	8.081.305,41	11.198
24º	Jaguaré	719,22	18.033.050,13	25.073
25º	Santa Leopoldina	700,98	8.568.067,36	12.223
26º	Alfredo Chaves	699,75	9.783.858,34	13.982
27º	Irupi	699,20	8.270.862,05	11.829
28º	Presidente Kennedy	694,88	7.207.961,61	10.373
29º	Serra	691,01	287.481.301,71	416.029
30º	Muniz Freire	676,19	12.372.959,82	18.298
31º	Dores do Rio Preto	662,93	4.252.013,27	6.414
32º	Montanha	660,62	11.821.185,24	17.894
33º	Domingos Martins	655,94	20.954.763,88	31.946
34º	Ibitirama	644,45	5.760.078,41	8.938
35º	Linhares	642,26	92.169.410,68	143.509
36º	Laranja da Terra	634,83	6.867.624,13	10.818
37º	Itarana	617,72	6.696.118,93	10.840
38º	São Roque do Canaã	603,84	6.848.104,10	11.341
39º	Ibiraçu	598,61	6.739.205,41	11.258
40º	Itaguaçu	595,28	8.397.636,00	14.107
41º	Iconha	588,63	7.418.505,73	12.603
42º	Pinheiros	585,04	14.095.248,42	24.093
43º	Santa Teresa	571,19	12.518.275,03	21.916
44º	Apiacá	566,28	4.249.965,62	7.505
45º	Castelo	550,95	19.228.049,44	34.900
46º	São José do Calçado	537,61	5.592.744,02	10.403
47º	Vargem Alta	523,15	10.078.453,47	19.265
48º	Baixo Guandu	515,82	15.050.513,24	29.178
49º	Água Doce do Norte	515,20	6.025.729,77	11.696
50º	Boa Esperança	498,80	7.102.441,73	14.239
51º	Afonso Cláudio	475,16	14.731.757,85	31.004
52º	Jerônimo Monteiro	470,55	5.144.073,80	10.932
53º	Nova Venécia	467,62	21.633.280,57	46.263
54º	João Neiva	463,02	7.338.006,46	15.848
55º	São Gabriel da Palha	461,35	14.885.130,53	32.264
56º	Sooretama	457,23	11.097.374,85	24.271
57º	Pancas	451,14	9.760.833,14	21.636
58º	Mimoso do Sul	433,75	11.225.428,94	25.880
59º	Mantenópolis	432,34	5.932.142,67	13.721
60º	Barra de São Francisco	421,76	17.243.322,16	40.884
61º	Rio Novo do Sul	417,08	4.725.547,60	11.330
62º	Colatina	412,68	46.398.731,30	112.432
63º	Muqui	408,86	5.908.819,10	14.452
64º	Lúna	405,45	11.118.253,88	27.422
65º	Bom Jesus do Norte	380,92	3.617.197,63	9.496
66º	Ibatiba	377,24	8.529.019,65	22.609
67º	Cachoeiro de Itapemirim	360,74	68.916.911,15	191.042
68º	Fundão	354,22	6.140.115,69	17.334
69º	Alegre	353,16	10.840.750,08	30.696
70º	São Mateus	351,17	38.788.455,79	110.454
71º	Vila Velha	336,23	141.168.618,33	419.854
72º	Viana	326,16	21.490.047,95	65.888
73º	Pedro Canário	309,36	7.404.482,42	23.935
74º	Guaçuí	302,18	8.470.995,18	28.033
75º	Cariacica	265,72	93.166.637,26	350.615
76º	Piúma	245,30	4.504.723,38	18.364
77º	Marataizes	198,95	6.846.192,82	34.412
78º	Guarapari	170,52	18.174.047,47	106.583
TOTAL		598,95	2.124.510.786,31	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Evolução dos índices de participação dos municípios na QPM-ICMS de 2002 a 2012

Mesorregiões e municípios	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
MS Noroeste	10,9390	10,8460	11,1430	10,8120	10,1320	10,1980	10,3400	10,8690	10,7650	10,3900	10,0220
Água Doce do Norte	0,3240	0,3330	0,3360	0,3330	0,2910	0,2900	0,3180	0,3250	0,3120	0,2830	0,2880
Águia Branca	0,3780	0,3650	0,3660	0,3750	0,3120	0,3170	0,3480	0,3730	0,3760	0,3460	0,3510
Alto Rio Novo	0,1970	0,1960	0,1820	0,1840	0,2190	0,2060	0,2130	0,2190	0,2670	0,2780	0,2290
Baixo Guandu	1,3700	1,3040	1,2300	1,1820	1,1320	0,9480	0,7580	0,6800	0,6970	0,7080	0,6470
Barra de São Francisco	0,7550	0,7270	0,7480	0,7550	0,7260	0,8390	0,8490	0,8840	0,8350	0,8100	0,8380
Boa Esperança	0,4610	0,4540	0,4450	0,4170	0,3580	0,3680	0,3590	0,3820	0,3550	0,3340	0,3460
Colatina	2,3630	2,4130	2,1840	2,0180	1,8890	1,9870	2,1230	2,2790	2,2790	2,2270	2,0920
Ecoporanga	0,7430	0,7460	0,8200	0,8560	0,8060	0,7990	0,7960	0,8270	0,8300	0,8430	0,8230
Governador Lindenberg	0,3200	0,3200	0,5650	0,5260	0,5390	0,5490	0,4890	0,4820	0,4610	0,3850	0,3660
Mantenópolis	0,3440	0,3520	0,3430	0,3360	0,2800	0,3720	0,2820	0,2870	0,2830	0,2790	0,2730
Marilândia	0,4110	0,3830	0,4060	0,3880	0,3330	0,3290	0,3530	0,4100	0,4050	0,3800	0,3560
Nova Venécia	1,1290	1,1340	1,1450	1,0680	0,9620	1,0020	1,0420	1,0770	1,0400	1,0170	1,0440
Pancas	0,6220	0,5310	0,5470	0,5810	0,4960	0,4480	0,4660	0,4740	0,4830	0,4590	0,4420
São Domingos do Norte	0,2340	0,2500	0,2840	0,3110	0,3260	0,3190	0,3720	0,4150	0,4080	0,4050	0,3710
São Gabriel da Palha	0,5120	0,5390	0,6440	0,6460	0,5760	0,5630	0,6610	0,7550	0,7350	0,7000	0,6580
Vila Pavão	0,2560	0,2650	0,3090	0,3300	0,3570	0,3530	0,3590	0,3670	0,3720	0,3430	0,3240
Vila Valério	0,5200	0,5340	0,5890	0,5060	0,5300	0,5090	0,5520	0,6330	0,6270	0,5930	0,5740
MS Litoral Norte	18,8500	18,6410	18,7950	19,9850	18,3760	15,6000	15,6060	15,9510	16,1650	16,1820	15,6370
Aracruz	7,9650	7,3110	6,8810	7,9510	7,1080	4,8460	4,5240	4,5710	4,1620	3,8310	4,0740
Conceição da Barra	0,7840	0,8020	0,8930	0,8960	0,8050	0,8820	0,8720	0,7270	0,8440	1,0420	0,9490
Fundão	0,3590	0,3330	0,3070	0,2700	0,2160	0,2490	0,2410	0,2950	0,3370	0,2890	0,2220
Ibiraçu	0,2720	0,2380	0,2600	0,2570	0,3020	0,3140	0,3100	0,3190	0,3160	0,3170	0,3050
Jaguari	0,9120	1,1390	1,3790	1,4740	1,1210	0,9750	1,0010	1,0010	0,8930	0,8480	0,8400
João Neiva	0,4910	0,5100	0,5150	0,5070	0,4480	0,4780	0,4690	0,4180	0,3880	0,3450	0,3180
Linhares	3,2350	3,5950	3,8030	3,6800	3,3340	3,0370	3,1810	3,4260	4,2110	4,3360	3,5880
Montanha	0,4090	0,5330	0,5340	0,5180	0,5450	0,5440	0,5550	0,5520	0,5380	0,5560	0,6170
Mucurici	0,2860	0,2810	0,2890	0,2730	0,3260	0,3080	0,3000	0,2850	0,2900	0,3190	0,3450
Pedro Canário	0,4080	0,4270	0,4630	0,4820	0,4760	0,4620	0,3880	0,3860	0,4140	0,3480	0,3380
Pinheiros	0,4960	0,5260	0,5620	0,5660	0,6300	0,6400	0,6160	0,6130	0,6190	0,6630	0,6930
Ponto Belo	0,2070	0,1870	0,2010	0,2370	0,2600	0,2390	0,2510	0,2470	0,2450	0,2760	0,2740
Rio Bananal	0,6870	0,6160	0,5580	0,5430	0,5210	0,5270	0,6070	0,6780	0,6600	0,6650	0,6580
São Mateus	1,8730	1,7100	1,7310	1,9020	1,8280	1,6710	1,8250	1,8870	1,7160	1,8250	1,8530
Sooretama	0,4660	0,4330	0,4190	0,4290	0,4560	0,4280	0,4660	0,5460	0,5230	0,5220	0,5630
MS Central	11,0720	10,7440	10,4730	10,6510	11,2570	11,3990	10,9130	11,2630	12,5940	13,3980	15,3940
Afonso Cláudio	0,7760	0,7190	0,6760	0,6360	0,5840	0,5920	0,6170	0,6230	0,6690	0,6930	0,7030
Alfredo Chaves	0,3520	0,3480	0,3360	0,3020	0,3880	0,3900	0,3970	0,3940	0,4230	0,4600	0,4720
Anchieta	2,2290	2,1920	2,0540	2,2840	2,4560	2,6240	2,2330	2,7100	4,0720	4,5760	6,3200
Brejetuba	0,5340	0,4490	0,3620	0,3300	0,4510	0,5280	0,5320	0,5180	0,5100	0,4660	0,3850
Conceição do Castelo	0,3820	0,3910	0,4410	0,5330	0,5700	0,5590	0,5770	0,5240	0,4380	0,4330	0,4460
Domingos Martins	1,0650	0,9810	0,9870	0,9970	0,9290	0,8570	0,8390	0,8430	0,8870	0,9860	1,0620
Iconha	0,3050	0,2970	0,2830	0,2690	0,3320	0,3510	0,3700	0,3510	0,3380	0,3490	0,3540
Itaguaçu	0,3970	0,3430	0,3290	0,3350	0,3900	0,4010	0,4040	0,4030	0,3900	0,3950	0,3930
Itarana	0,3530	0,2950	0,2560	0,2820	0,3280	0,3110	0,3130	0,3180	0,3090	0,3150	0,3120
Laranja da Terra	0,3560	0,3390	0,3170	0,3130	0,3480	0,3390	0,3390	0,3460	0,3340	0,3230	0,3340
Marechal Floriano	0,6230	0,7060	0,7370	0,6490	0,7070	0,6330	0,4960	0,4990	0,4920	0,5440	0,5630
Piúma	0,2480	0,2450	0,2370	0,2140	0,1770	0,1710	0,1740	0,1790	0,1820	0,2120	0,3300
Rio Novo do Sul	0,2360	0,2410	0,2560	0,2550	0,2800	0,2740	0,2970	0,2830	0,2870	0,2220	0,2180
Santa Leopoldina	0,5260	0,4780	0,4990	0,4650	0,4920	0,4980	0,4590	0,4130	0,4020	0,4030	0,4040
Santa Maria de Jetibá	1,0290	1,1320	1,0910	1,1310	1,1120	1,1330	1,1480	1,1610	1,2220	1,3330	1,3900
Santa Teresa	0,7290	0,6580	0,6420	0,5950	0,5590	0,5840	0,5890	0,5770	0,5500	0,5890	0,6050
São Roque do Canaã	0,3200	0,2900	0,2770	0,2930	0,3150	0,3040	0,3170	0,3320	0,3340	0,3220	0,3300
Venda Nova do Imigrante	0,6120	0,6400	0,6930	0,7680	0,8390	0,8500	0,8120	0,7890	0,7550	0,7770	0,7730
Região Metropolitana	46,3210	47,4970	47,6760	46,3500	48,0830	51,2280	51,4650	50,1270	48,6560	47,8750	46,6720
Cariacica	3,2680	3,2730	3,3410	3,3230	3,5000	3,5330	3,3940	3,4600	3,7350	4,3850	4,9300
Guarapari	0,7000	0,7010	0,7210	0,7000	0,7280	0,7060	0,7530	0,8150	0,8250	0,8550	0,8800
Serra	13,4530	13,5110	12,9010	13,7200	15,7950	16,7770	16,2830	16,3250	15,2250	13,5160	12,4070
Viana	1,0450	0,9130	1,0230	1,1830	1,1030	0,9170	0,9110	0,9430	0,9760	1,0110	1,0980
Vila Velha	6,1580	6,4910	6,1920	5,7810	5,6240	5,4370	5,7850	6,2380	6,2310	6,6420	6,7840
Vitória	21,6970	22,6080	23,4980	21,6430	21,3330	23,8580	24,3390	22,3460	21,6640	21,4660	20,5730
MS Sul	12,8180	12,2720	11,9130	12,2020	12,1520	11,5750	11,6760	11,7900	11,8290	12,1550	12,2750
Alegre	0,6080	0,5940	0,5570	0,5150	0,4720	0,4920	0,5010	0,4900	0,4830	0,5100	0,5630
Apiaçá	0,2760	0,2390	0,2430	0,2430	0,1890	0,2220	0,1970	0,1900	0,1780	0,2000	0,1830
Atílio Vivácqua	0,3700	0,3570	0,3790	0,3740	0,3230	0,3390	0,3440	0,3360	0,3450	0,3690	0,3660
Bom Jesus do Norte	0,2600	0,2330	0,2270	0,2070	0,1770	0,1690	0,1960	0,2070	0,2030	0,1700	0,1660
Cachoeiro de Itapemirim	3,8550	3,7280	3,5170	3,5080	3,4910	3,3330	3,3370	3,3230	3,1810	3,2420	3,4210
Castelo	0,9460	0,8380	0,8650	0,9980	0,9980	0,9670	1,0210	1,0310	0,9990	0,9040	0,7610
Divino de São Lourenço	0,1450	0,1630	0,2000	0,1950	0,1980	0,1930	0,1920	0,1810	0,1840	0,1800	0,1620
Dores do Rio Preto	0,1760	0,1760	0,1470	0,1550	0,1900	0,1900	0,2140	0,2080	0,1980	0,2000	0,2170
Guaçuí	0,3840	0,4690	0,4790	0,4160	0,3980	0,4030	0,4010	0,4020	0,3970	0,3980	0,3980
Ibatiba	0,5720	0,5280	0,5190	0,4620	0,4090	0,3720	0,3790	0,3750	0,3980	0,4010	0,3710
Ibitirama	0,3460	0,2860	0,2650	0,2650	0,2950	0,2930	0,2540	0,2370	0,2520	0,2710	0,2650
Irupi	0,3690	0,3400	0,2820	0,2580	0,2890	0,3000	0,3100	0,3540	0,3890	0,3890	0,3560
Itapemirim	0,5360	0,5160	0,5710	1,0290	1,2170	0,8820	0,7430	0,6480	0,8920	1,3530	1,6160
Iúna	0,6690	0,6090	0,5090	0,4920	0,5230	0,5090	0,5200	0,5200	0,5170	0,5360	0,5310
Jerônimo Monteiro	0,1770	0,1840	0,1940	0,2060	0,2250	0,2250	0,2240	0,2260	0,2350	0,2420	0,2340
Marataizes	0,3160	0,3140	0,3130	0,2980	0,3400	0,3070	0,3150	0,3410	0,3240	0,3220	0,3030
Mimoso do Sul	0,7610	0,7020	0,6680	0,6450	0,5700	0,5450	0,5280	0,5220	0,5240	0,5280	0,5340
Muniz Freire	0,5170	0,4970	0,4600	0,4370	0,4890	0,5090	0,6650	0,6960	0,6500	0,5830	0,4570
Muqui	0,3230	0,3160	0,3240	0,3270	0,2750	0,2610	0,2610	0,2620	0,2580	0,2780	0,2840
Presidente Kennedy	0,2740	0,2700	0,3060	0,3060	0,3040	0,3000	0,2920	0,4540	0,4630	0,3420	0,3280
São José do Calçado	0,3340	0,3470	0,3650	0,3340	0,2900	0,2900	0,2780	0,2870	0,2760	0,2630	0,2790
Vargem Alta	0,6040	0,5660	0,5230	0,5320	0,4900	0,4740	0,5040	0,5000	0,4830	0,4740	0,4800
TOTAL	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo/CODEF.

Nós construímos com Qualidade



Dragagem e Enrocamento da Prysmian,
Vila Velha-ES



Rua Amélia da Cunha Ornelas 89, Bento Ferreira, Vitória-ES
Cep. 29050-620 Telefax (27) 2124-0800 (27) 9943 1581
estrutural@estruturalconstrutora.com.br

Certificação: **Nível A**
SIAC/PBQP-H



Fórum de Venda Nova do Imigrante-ES



Urbanização da Orla de Guarapari-ES (Praias do Centro)



Barragem, Venda Nova do Imigrante-ES



Terminal Urbano de Jacaraípe, Serra-ES



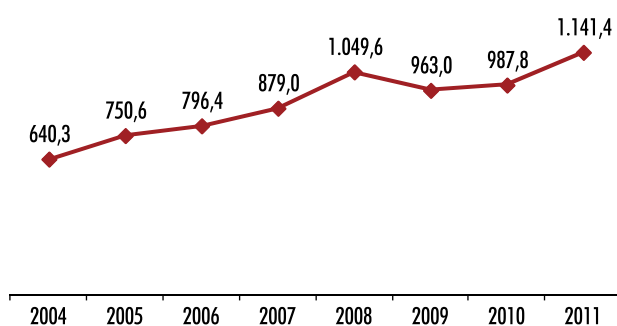
Desempenho

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) encerrou 2011 com elevado crescimento. O montante de R\$ 1,14 bilhão transferido aos municípios capixabas foi 15,5% maior que o efetuado no ano anterior. Apesar de expressivo, o resultado deve ser visto com cautela, considerando-se que o desempenho de 2011 teve uma base de comparação enfraquecida pelo baixo crescimento de 2010.

Desde 2004, os repasses do FPM seguem uma trajetória ascendente, interrompida em dezembro de 2008 com o agravamento da crise financeira internacional. Em 2009, seu resultado ficou muito aquém do transferido no ano anterior, com retração de 8,2%. No ano seguinte o fundo voltou a apresentar números positivos, porém o aumento real de apenas 2,6% não foi suficiente para que a receita voltasse aos patamares de 2008. Somente em 2011 o FPM superou a arrecadação de 2008 com aumento real de 8,7%.

Evolução do FPM no Espírito Santo

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011

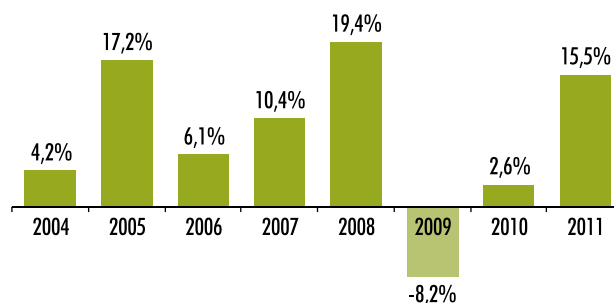


O desempenho do FPM está atrelado à arrecadação federal, pois é formado por 23,5% do recolhimento líquido do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em 2011, a arrecadação bruta do IR foi de R\$ 257,65 bilhões, com aumento real de 12,7% comparado a 2010, e de 10,9% em relação a 2008.

Já o IPI arrecadou R\$ 48,33 bilhões, com alta de 10,1% em relação a 2010 e 1,2% na comparação com 2008. O desempenho mais fraco do IPI em relação ao IR decorre de

ele estar mais condicionado ao desempenho da economia brasileira. Além disso, com certa frequência ele sofre cortes de alíquotas ou até mesmo isenções em determinados setores como medidas governamentais para impulsionar o mercado doméstico e o consumo.

Taxa de crescimento do FPM no Espírito Santo em relação ao ano anterior



Devido aos critérios de distribuição que norteiam os repasses do FPM, o desempenho dos municípios capixabas foi praticamente o mesmo do FPM nacional, uma vez que o conjunto das cidades de cada Estado tem uma participação fixa no total, conforme a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989. Aos municípios capixabas cabe a parcela de 1,7595% do total do FPM a ser distribuído aos municípios do interior do país. Já Vitória recebeu 1,3496% do FPM-Capital. Veja sobre a distribuição do FPM na página 52.

Assim, quase todos os municípios capixabas apresentaram o mesmo aumento percentual nos valores recebidos de FPM em 2011, de 13,7%. As exceções aconteceram em Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Serra e Vila Velha, que integram também o FPM-Reserva, com alta de 13,3%. Na capital, o crescimento foi de 16,7%, deveu-se a sua participação no FPM-Capital.

Outros 11 tiveram comportamento distinto, pois mudaram de faixa populacional em razão da expansão ou redução do número de habitantes. Entre eles, Ecoporanga foi o único que apresentou queda nos repasses do FPM, de 2,6%, em função da mudança no seu coeficiente de participação, que foi reduzido de 1,4, em 2010, para 1,2, em 2011. A população do município contada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recuou de 23.891 para 23.223.

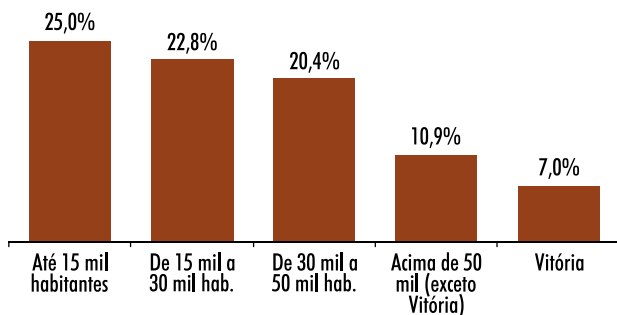
No outro extremo, Boa Esperança, Mantenópolis e Marechal Floriano registraram alta de 42,1% em 2011, em virtude da mudança nos coeficiente, de 0,8 para 1. Os demais municípios que se beneficiaram com a mudança de categoria foram Fundão (de 1 para 1,2), Jaguaré, Sooretama e Anchieta (de 1,2 para 1,4), Viana (de 2,2 para 2,4), Aracruz (de 2,6 para 2,8) e São Mateus (de 3 para 3,2). A alta do FPM nessas localidades ficou entre 21,2% e 36,2%.

Importância orçamentária e FPM per capita

O peso do FPM para os orçamentos municipais está relacionado ao porte populacional das cidades. Como pode ser conferido no gráfico abaixo, ele tem maior importância nos orçamentos das pequenas cidades. Isso decorre de suas regras de distribuição e também do fato dos pequenos municípios terem menor capacidade de arrecadação de tributos próprios.

Em 2011, a média da participação do FPM na receita corrente, excluídos os royalties do petróleo, dos municípios capixabas foi de 16,5%, variando entre 32,3%, nos municípios com até 15 mil habitantes, e 11,6%, naqueles com mais de 50 mil moradores excluído Vitória. Na capital sua importância foi de 7,1%.

Participação média do FPM na receita corrente sem royalties dos municípios por faixa populacional - 2011



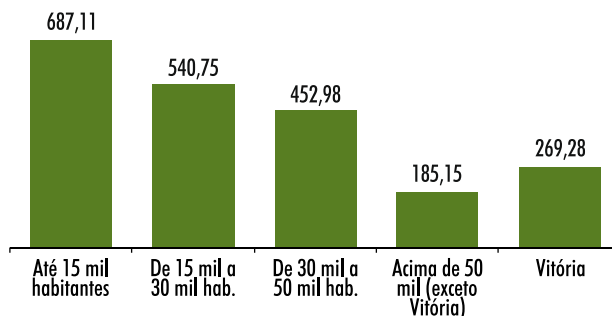
Considerando-se a receita corrente, incluídos os royalties, o FPM alcançou as maiores participações em Divino de São Lourenço (43,6%), Muqui (36%), Dorés do Rio Preto (35,5%) e Mantenópolis (35%).

As menores participações na receita corrente foram observadas em Presidente Kennedy (3,4%), Serra (6,2%), Anchieta (6,4%), Vitória (7%), Vila Velha (8,3%), Itapemirim (8,5%), Linhares (8,5%) e Aracruz (9,4%). A baixa importância do FPM em Presidente Kennedy, Itapemirim e Linhares deve-se,

sobretudo, ao grande peso dos royalties em seus orçamentos. Em Anchieta os royalties também são importantes, mas a participação da QPM-ICMS ainda é maior. Em Aracruz, destaca-se a sua arrecadação de ISS. Já em Vila Velha, Serra e Vitória, além de serem o primeiro, segundo e quarto municípios mais populosos do Estado, respectivamente, também possuem outras fontes de recursos de maior peso, como a QPM-ICMS e suas receitas tributárias próprias.

Quando se observa o valor do FPM dividido pelo número de habitantes de cada município, também é nítida a maior importância que essa fonte de receita tem para as menores cidades. No ranking do FPM per capita de 2011, o maior valor pertence a Divino de São Lourenço (R\$ 1.268,75), o menor município do Estado, com 4.493 habitantes. Em segundo lugar vem Mucurici (R\$ 1.011,26), seguido de Dorés do Rio Preto (R\$ 888,76) e Ponto Belo (R\$ 810,42). Nas últimas três posições encontram-se Cariacica (R\$ 139,33), Serra (R\$ 117,42) e Vila Velha (R\$ 116,35), mesmo possuindo participação no FPM-Reserva.

FPM médio per capita por faixa populacional - 2011



Saiba mais sobre o FPM

O FPM é uma transferência de recursos da União aos municípios brasileiros, garantida pela Constituição Federal, no artigo 159, inciso I, alínea b. Esse fundo é composto, efetivamente, por 23,5% da arrecadação federal líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo 22,5% da arrecadação repassados a cada dez dias, e 1% distribuído em uma única parcela, no primeiro decêndio do mês de dezembro.

O FPM divide-se em três grupos: FPM-Interior, FPM-Reserva e FPM-Capital, e cada grupo possui critérios específicos de repartição dos recursos, como mostra o quadro a seguir.

► Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM		Crítérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2010, participaram desse fundo 156 municípios brasileiros. Desses, quatro são capixabas.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei Federal nº 5.172/1966; Decreto-Lei nº 1.881/1981; e Decisão Normativa nº 101/2009 - Tribunal de Contas da União.

Com exceção das capitais, todos os demais municípios recebem recursos do FPM-Interior. Cada cidade recebe um coeficiente de participação de acordo com sua população, que varia de 0,6 a 4,0 (veja tabela ao lado). A participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pela soma dos coeficientes dos municípios de seu respectivo Estado. Cada Estado possui uma participação fixa na repartição dos recursos do FPM-Interior (veja tabela abaixo).

Todos os municípios com mais de 142.633 habitantes, além do FPM-Interior, recebem recursos do FPM-Reserva. O objetivo desse fundo é proporcionar um adicional de recursos às cidades com maior número de habitantes, beneficiando, principalmente, aquelas localizadas em estados mais pobres, uma vez que sua distribuição também leva em consideração o inverso da renda per capita dos seus respectivos estados.

► Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total em %	Número de municípios 2010 ¹	População 2010
Acre	0,2630	21	396.997
Alagoas	2,0883	101	2.188.314
Amapá	0,1392	15	270.776
Amazonas	1,2452	61	1.678.412
Bahia	9,2695	416	11.344.826
Ceará	4,5864	183	6.000.646
Espírito Santo	1,7595	77	3.187.219
Goias	3,7318	245	4.702.153
Maranhão	3,9715	216	5.557.740
Mato Grosso	1,8949	140	2.482.641
Mato Grosso do Sul	1,5004	77	1.662.137
Minas Gerais	14,1846	852	17.219.865
Pará	3,2948	142	6.211.208
Paraíba	3,1942	222	3.043.320
Paraná	7,2857	398	8.692.705
Pernambuco	4,7952	183	7.262.317
Piauí	2,4015	223	2.304.576
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.670.546
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.364.322
Rio Grande do Sul	7,3011	495	9.285.593
Rondônia	0,7464	51	1.133.943
Roraima	0,0851	14	166.969
Santa Catarina	4,1997	292	5.828.479
São Paulo	14,2620	644	30.007.791
Sergipe	1,3342	74	1.497.094
Tocantins	1,2955	138	1.155.156
Total	100,0000	5.537	145.315.745

Fonte: Decisão Normativa nº 101/2009 - Tribunal de Contas da União.

Nota: ¹exceto as capitais.

► Coeficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes		Coeficiente
Até	10.188	0,6
De	10.189 a 13.584	0,8
De	13.585 a 16.980	1,0
De	16.981 a 23.772	1,2
De	23.773 a 30.564	1,4
De	30.565 a 37.356	1,6
De	37.357 a 44.148	1,8
De	44.149 a 50.940	2,0
De	50.941 a 61.128	2,2
De	61.129 a 71.316	2,4
De	71.317 a 81.504	2,6
De	81.505 a 91.692	2,8
De	91.693 a 101.880	3,0
De	101.881 a 115.464	3,2
De	115.465 a 129.048	3,4
De	129.049 a 142.632	3,6
De	142.633 a 156.216	3,8
Além de	156.216	4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/1981.

O FPM-Capital é distribuído exclusivamente às 27 capitais e seus critérios de distribuição são os mesmos do FPM-Reserva, ou seja, população e inverso da renda per capita estadual.

► Coeficiente, participação no FPM-capital e população das capitais

Capital	UF	Coeficiente de 2011	Part. no total 2011 em %	População 2010
Aracaju	SE	3,2	2,6993	570.937
Belém	PA	7,0	5,9047	1.392.031
Belo Horizonte	MG	6,0	5,0612	2.375.444
Boa Vista	RR	2,8	2,3619	284.258
Brasília	DF	2,0	1,6871	2.562.963
Campo Grande	MS	2,4	2,0245	787.204
Cuiabá	MT	1,8	1,5183	551.350
Curitiba	PR	3,6	3,0367	1.746.896
Florianópolis	SC	1,6	1,3496	421.203
Fortaleza	CE	12,5	10,5441	2.447.409
Goiânia	GO	3,6	3,0367	1.301.892
João Pessoa	PB	5,0	4,2176	723.514
Macapá	AP	2,8	2,3619	397.913
Maceió	AL	6,3	5,2720	932.608
Manaus	AM	4,8	4,0489	1.802.525
Natal	RN	4,0	3,3741	803.811
Palmas	TO	3,2	2,6993	228.297
Porto Alegre	RS	3,2	2,6571	1.409.939
Porto Velho	RO	2,8	2,3619	426.558
Recife	PE	7,0	5,9047	1.539.563
Rio Branco	AC	3,2	2,6993	335.796
Rio de Janeiro	RJ	3,5	2,9523	6.323.037
Salvador	BA	10,0	8,4353	2.676.606
São Luís	MA	6,3	5,2720	1.011.943
São Paulo	SP	3,5	2,9523	11.244.369
Teresina	PI	5,0	4,2176	814.439
Vitória	ES	1,6	1,3496	325.453
Total		118,55	100,0000	45.437.958

Fonte: Decisão Normativa nº 101/2009 - Tribunal de Contas da União.

A Prefeitura da Serra realiza o maior investimento da sua história

De 2009 a 2012, investirá mais de R\$ 600 milhões em obras e ações que transformam a vida das pessoas e da cidade.

Mesmo com a crise mundial de 2009, que representou acentuada perdas de receita, a Prefeitura conseguiu manter um alto índice de investimento, o maior da sua história.

Os números mostram o trabalho eficiente da Prefeitura e ajudam a atender porque a Serra é a quarta cidade que mais cresce no Brasil.

São tantas obras que é melhor você sentar-se pra conferir todas elas.

Construiu 13 novas escolas

Reformou e ampliou outras 38 escolas

Construiu 8 novas unidades de saúde

Pavimentou e drenou mais de 700 vias

Construiu mais de 60 áreas de lazer

Está revitalizando a região de Laranjeiras

Está construindo mais duas UPAs - 24h

Está construindo Arena Esportiva de Jacaraípe

Está triplicando o número de leitos da Maternidade

Criou a Central de Ambulância e serviço de Motolância

Criou o Ambulatório de Especialidades Médicas

Vai iniciar este ano a construção do Hospital Materno Infantil

Vai entregar dezenas de obras até o final do ano

Realiza obras de saneamento básico em várias regiões da Serra

PREFEITURA DA

SERRA

CIDADE DA GENTE

► FPM - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Partic. na rec. corr. ¹ 2011	FPM per capita 2011 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %		
MS Noroeste	127.102,1	140.978,4	175.259,2	162.095,6	167.190,8	191.916,7	14,8	25,0	462,37
Água Doce do Norte	5.382,7	5.795,2	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	32,5	649,85
Águia Branca	4.159,8	4.415,4	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	24,6	599,23
Alto Rio Novo	3.914,3	4.277,4	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	33,2	776,11
Baixo Guandu	8.806,0	9.796,5	12.647,6	11.461,3	11.703,4	13.301,2	13,7	25,8	455,86
Barra de São Francisco	11.251,9	12.556,0	16.261,2	14.736,0	15.047,2	17.101,5	13,7	25,5	418,29
Boa Esperança	6.678,0	7.581,0	7.227,2	6.549,3	6.687,6	9.500,8	42,1	31,6	667,24
Colatina	19.812,4	22.214,5	28.908,7	26.197,3	26.750,5	30.402,6	13,7	15,5	270,41
Ecoporanga	8.321,5	8.830,8	10.840,8	11.461,3	11.703,4	11.401,0	-2,6	25,4	492,40
Governador Lindenberg	4.006,8	4.548,6	5.420,4	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	33,6	691,60
Mantenópolis	5.382,7	5.795,2	7.227,2	6.549,3	6.687,6	9.500,8	42,1	35,0	692,43
Marilândia	5.341,3	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	32,1	678,75
Nova Venécia	12.472,9	13.935,8	18.068,0	16.373,3	16.719,1	19.001,7	13,7	23,4	410,73
Pancas	7.583,1	8.416,7	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	32,3	526,95
São Domingos do Norte	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	28,1	709,37
São Gabriel da Palha	9.297,0	10.072,5	12.647,6	11.461,3	13.375,3	15.201,3	13,7	27,8	471,15
Vila Pavão	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	28,2	655,30
Vila Valério	6.678,0	7.581,0	9.034,0	8.186,6	8.359,5	9.500,8	13,7	31,8	687,12
MS Litoral Norte	140.835,8	160.714,9	193.327,1	180.106,2	185.581,8	220.419,2	18,8	16,1	396,64
Aracruz	17.358,5	19.710,6	23.488,3	21.285,3	21.734,8	26.602,3	22,4	9,4	319,92
Conceição da Barra	9.349,3	10.613,4	12.647,6	11.461,3	11.703,4	13.301,2	13,7	18,6	465,08
Fundão	6.678,0	7.581,0	9.034,0	8.186,6	8.359,5	11.401,0	36,4	25,8	657,72
Ibiraçu	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	28,8	675,13
Jaguaré	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	13.301,2	32,6	20,9	530,50
João Neiva	6.360,2	7.036,9	9.034,0	8.186,6	8.359,5	9.500,8	13,7	26,7	599,50
Linhares	23.199,0	24.643,9	30.715,5	29.471,9	30.094,3	34.203,0	13,7	8,8	238,33
Montanha	6.363,4	7.036,9	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	30,8	637,14
Mucurici	4.159,8	4.415,4	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	30,0	1.011,26
Pedro Canário	8.013,6	9.097,2	10.840,8	11.461,3	11.703,4	13.301,2	13,7	32,5	555,72
Pinheiros	7.583,1	8.416,7	10.840,8	9.824,0	11.703,4	13.301,2	13,7	26,3	552,08
Ponto Belo	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	32,0	810,42
Rio Bananal	6.360,2	9.096,6	9.034,0	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	25,4	646,94
São Mateus	20.034,1	24.258,7	27.101,9	24.559,9	25.078,6	30.402,6	21,2	15,1	275,25
Sooretama	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	13.301,2	32,6	31,1	548,03
MS Central	125.784,5	142.405,0	168.032,0	153.909,0	157.159,4	182.415,9	16,1	22,0	573,27
Afonso Cláudio	10.028,9	11.176,3	14.454,4	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	28,3	490,30
Alfredo Chaves	6.678,0	7.581,0	9.034,0	8.186,6	8.359,5	9.500,8	13,7	30,0	679,50
Anchieta	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	13.301,2	32,6	6,4	548,16
Brejetuba	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	27,7	636,94
Conceição do Castelo	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	27,8	647,36
Domingos Martins	10.684,9	12.129,6	14.454,4	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	22,6	475,84
Iconha	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	26,2	603,08
Itaguaçu	6.678,0	7.581,0	9.034,0	8.186,6	8.359,5	9.500,8	13,7	31,5	673,48
Itarana	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	32,9	701,17
Laranja da Terra	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	33,8	702,59
Marechal Floriano	6.673,7	7.581,0	7.227,2	6.549,3	6.687,6	9.500,8	42,1	28,8	658,77
Piúma	8.010,0	9.097,2	9.034,0	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	22,1	620,83
Rio Novo do Sul	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	34,6	670,84
Santa Leopoldina	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	30,6	621,83
Santa Maria de Jetibá	10.681,2	12.129,6	14.454,4	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	23,1	439,46
Santa Teresa	7.583,1	8.416,7	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	24,3	520,21
São Roque do Canaã	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	34,3	670,19
Venda Nova do Imigrante	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	27,1	548,76
Região Metropolitana	221.377,8	231.287,3	268.910,9	244.435,4	250.842,1	288.765,7	15,1	8,7	170,92
Cariacica	37.271,3	39.537,9	47.115,4	42.354,9	43.135,1	48.851,8	13,3	12,3	139,33
Guarapari	21.366,0	24.259,2	27.101,9	26.197,3	26.750,5	30.402,6	13,7	16,5	285,25
Serra	37.271,3	39.537,9	47.115,4	42.354,9	43.135,1	48.851,8	13,3	6,2	117,42
Viana	14.691,7	16.678,2	19.874,8	18.010,6	18.391,0	22.802,0	24,0	20,8	346,07
Vila Velha	37.271,3	39.537,9	47.115,4	42.354,9	43.135,1	48.851,8	13,3	8,3	116,35
Vitória	73.506,3	71.736,1	80.587,9	73.162,9	76.295,3	89.005,7	16,7	7,0	269,28
MS Sul	181.269,7	203.566,2	244.056,2	222.461,1	227.045,0	257.870,0	13,6	19,1	453,54
Alegre	10.028,9	11.176,3	12.647,6	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	27,1	495,22
Apiaçá	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	32,1	759,56
Atílio Vivacqua	3.914,3	4.277,4	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	24,3	571,94
Bom Jesus do Norte	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	33,0	600,31
Cachoeiro de Itapemirim	37.271,6	40.450,5	47.115,4	42.354,9	43.135,1	48.851,8	13,3	18,2	255,71
Castelo	10.684,9	12.129,6	14.454,4	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	24,1	435,57
Divino de São Lourenço	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	43,6	1.268,75
Dores do Rio Preto	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	35,5	888,76
Guaçuí	9.349,3	10.613,4	12.647,6	11.461,3	11.703,4	13.301,2	13,7	24,6	474,48
Ibatiba	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	31,3	504,27
Ibitirama	4.006,8	4.548,6	5.420,4	4.912,0	5.015,7	5.700,5	13,7	27,1	637,78
Irupi	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	30,9	642,54
Itapemirim	10.518,0	11.452,3	14.454,4	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	8,5	487,08
Iúna	9.051,5	9.934,5	12.647,6	11.461,3	11.703,4	13.301,2	13,7	28,9	485,05
Jerônimo Monteiro	5.137,2	5.657,1	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	32,2	695,27
Marataizes	10.684,9	12.129,6	14.454,4	13.098,6	13.375,3	15.201,3	13,7	17,9	441,74
Mimoso do Sul	9.349,3	10.613,4	12.647,6	11.461,3	11.703,4	13.301,2	13,7	29,1	513,96
Muniz Freire	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	28,2	623,07
Muqui	6.360,2	7.036,9	9.034,0	8.186,6	8.359,5	9.500,8	13,7	36,0	657,41
Presidente Kennedy	4.159,8	4.415,4	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	3,4	732,74
São José do Calçado	5.342,4	6.064,8	7.227,2	6.549,3	6.687,6	7.600,7	13,7	32,4	730,62
Vargem Alta	8.013,6	9.097,2	10.840,8	9.824,0	10.031,4	11.401,0	13,7	27,0	591,80
TOTAL	796.370,0	878.951,8	1.049.585,4	963.007,4	987.819,1	1.141.387,6	15,5	14,9	321,78

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ¹ receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► FPM

Posição	Município	FPM em R\$	População 2011
1º	Vitória	89.005.651,05	330.526
2º	Cachoeiro de Itapemirim	48.851.808,15	191.042
3º	Cariacica	48.851.808,15	350.615
4º	Serra	48.851.808,15	416.029
5º	Vila Velha	48.851.808,15	419.854
6º	Linhares	34.202.980,60	143.509
7º	Colatina	30.402.649,44	112.432
8º	Guarapari	30.402.649,44	106.583
9º	São Mateus	30.402.649,44	110.454
10º	Aracruz	26.602.318,31	83.152
11º	Viana	22.801.987,24	65.888
12º	Nova Venécia	19.001.656,01	46.263
13º	Barra de São Francisco	17.101.490,53	40.884
14º	Afonso Cláudio	15.201.324,93	31.004
15º	Alegre	15.201.324,93	30.696
16º	Castelo	15.201.324,93	34.900
17º	Domingos Martins	15.201.324,93	31.946
18º	Itapemirim	15.201.324,93	31.209
19º	Marataizes	15.201.324,93	34.412
20º	Santa Maria de Jetibá	15.201.324,93	34.591
21º	São Gabriel da Palha	15.201.324,93	32.264
22º	Baixo Guandu	13.301.159,33	29.178
23º	Conceição da Barra	13.301.159,33	28.600
24º	Guaçuí	13.301.159,33	28.033
25º	Íluna	13.301.159,33	27.422
26º	Mimoso do Sul	13.301.159,33	25.880
27º	Pedro Canário	13.301.159,33	23.935
28º	Pinheiros	13.301.159,33	24.093
29º	Anchieta	13.301.159,33	24.265
30º	Jaguaré	13.301.159,33	25.073
31º	Sooretama	13.301.159,33	24.271
32º	Ecoporanga	11.400.993,80	23.154
33º	Ibatiba	11.400.993,80	22.609
34º	Montanha	11.400.993,80	17.894
35º	Muniz Freire	11.400.993,80	18.298
36º	Pancas	11.400.993,80	21.636
37º	Piúma	11.400.993,80	18.364
38º	Rio Bananal	11.400.993,80	17.623
39º	Santa Teresa	11.400.993,80	21.916
40º	Vargem Alta	11.400.993,80	19.265
41º	Venda Nova do Imigrante	11.400.993,80	20.776
42º	Fundão	11.400.993,80	17.334
43º	Alfredo Chaves	9.500.828,16	13.982
44º	Itaguaçu	9.500.828,16	14.107
45º	João Neiva	9.500.828,16	15.848
46º	Muqui	9.500.828,16	14.452
47º	Vila Valério	9.500.828,16	13.827
48º	Boa Esperança	9.500.828,16	14.239
49º	Mantenópolis	9.500.828,16	13.721
50º	Marechal Floriano	9.500.828,16	14.422
51º	Governador Lindenberg	7.600.662,71	10.990
52º	Água Doce do Norte	7.600.662,71	11.696
53º	Brejetuba	7.600.662,71	11.933
54º	Conceição do Castelo	7.600.662,71	11.741
55º	Ibiraçu	7.600.662,71	11.258
56º	Iconha	7.600.662,71	12.603
57º	Irupi	7.600.662,71	11.829
58º	Itarana	7.600.662,71	10.840
59º	Jerônimo Monteiro	7.600.662,71	10.932
60º	Laranja da Terra	7.600.662,71	10.818
61º	Mariândia	7.600.662,71	11.198
62º	Presidente Kennedy	7.600.662,71	10.373
63º	Rio Novo do Sul	7.600.662,71	11.330
64º	Santa Leopoldina	7.600.662,71	12.223
65º	São José do Calçado	7.600.662,71	10.403
66º	São Roque do Canaã	7.600.662,71	11.341
67º	Água Branca	5.700.497,13	9.513
68º	Alto Rio Novo	5.700.497,13	7.345
69º	Apiacá	5.700.497,13	7.505
70º	Atílio Vivácqua	5.700.497,13	9.967
71º	Bom Jesus do Norte	5.700.497,13	9.496
72º	Divino de São Lourenço	5.700.497,13	4.493
73º	Dores do Rio Preto	5.700.497,13	6.414
74º	Ibitirama	5.700.497,13	8.938
75º	Mucurici	5.700.497,13	5.637
76º	Ponto Belo	5.700.497,13	7.034
77º	São Domingos do Norte	5.700.497,13	8.036
78º	Vila Pavão	5.700.497,13	8.699
TOTAL		1.141.387.584,15	3.547.055

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► FPM per capita

Posição	Município	A / B	FPM (A)	População 2011 (B)
		em R\$		
1º	Divino de São Lourenço	1.268,75	5.700.497,13	4.493
2º	Mucurici	1.011,26	5.700.497,13	5.637
3º	Dores do Rio Preto	888,76	5.700.497,13	6.414
4º	Ponto Belo	810,42	5.700.497,13	7.034
5º	Alto Rio Novo	776,11	5.700.497,13	7.345
6º	Apiacá	759,56	5.700.497,13	7.505
7º	Presidente Kennedy	732,74	7.600.662,71	10.373
8º	São José do Calçado	730,62	7.600.662,71	10.403
9º	São Domingos do Norte	709,37	5.700.497,13	8.036
10º	Laranja da Terra	702,59	7.600.662,71	10.818
11º	Itarana	701,17	7.600.662,71	10.840
12º	Jerônimo Monteiro	695,27	7.600.662,71	10.932
13º	Mantenópolis	692,43	9.500.828,16	13.721
14º	Governador Lindenberg	691,60	7.600.663,56	10.990
15º	Vila Valério	687,12	9.500.828,16	13.827
16º	Alfredo Chaves	679,50	9.500.828,16	13.982
17º	Mariândia	678,75	7.600.662,71	11.198
18º	Ibiraçu	675,13	7.600.662,71	11.258
19º	Itaguaçu	673,48	9.500.828,16	14.107
20º	Rio Novo do Sul	670,84	7.600.662,71	11.330
21º	São Roque do Canaã	670,19	7.600.662,71	11.341
22º	Boa Esperança	667,24	9.500.828,16	14.239
23º	Marechal Floriano	658,77	9.500.828,16	14.422
24º	Fundão	657,72	11.400.993,80	17.334
25º	Muqui	657,41	9.500.828,16	14.452
26º	Vila Pavão	655,30	5.700.497,13	8.699
27º	Água Doce do Norte	649,85	7.600.662,71	11.696
28º	Conceição do Castelo	647,36	7.600.662,71	11.741
29º	Rio Bananal	646,94	11.400.993,80	17.623
30º	Irupi	642,54	7.600.662,71	11.829
31º	Ibitirama	637,78	5.700.497,13	8.938
32º	Montanha	637,14	11.400.993,80	17.894
33º	Brejetuba	636,94	7.600.662,71	11.933
34º	Muniz Freire	623,07	11.400.993,80	18.298
35º	Santa Leopoldina	621,83	7.600.662,71	12.223
36º	Piúma	620,83	11.400.993,80	18.364
37º	Iconha	603,08	7.600.662,71	12.603
38º	Bom Jesus do Norte	600,31	5.700.497,13	9.496
39º	João Neiva	599,50	9.500.828,16	15.848
40º	Água Branca	599,23	5.700.497,13	9.513
41º	Vargem Alta	591,80	11.400.993,80	19.265
42º	Atílio Vivácqua	571,94	5.700.497,13	9.967
43º	Pedro Canário	555,72	13.301.159,33	23.935
44º	Pinheiros	552,08	13.301.159,33	24.093
45º	Venda Nova do Imigrante	548,76	11.400.993,80	20.776
46º	Anchieta	548,16	13.301.159,33	24.265
47º	Sooretama	548,03	13.301.159,33	24.271
48º	Jaguaré	530,50	13.301.159,33	25.073
49º	Pancas	526,95	11.400.993,80	21.636
50º	Santa Teresa	520,21	11.400.993,80	21.916
51º	Mimoso do Sul	513,96	13.301.159,33	25.880
52º	Ibatiba	504,27	11.400.993,80	22.609
53º	Alegre	495,22	15.201.324,93	30.696
54º	Ecoporanga	492,40	11.400.993,80	23.154
55º	Afonso Cláudio	490,30	15.201.324,93	31.004
56º	Itapemirim	487,08	15.201.324,93	31.209
57º	Íluna	485,05	13.301.159,33	27.422
58º	Domingos Martins	475,84	15.201.324,93	31.946
59º	Guaçuí	474,48	13.301.159,33	28.033
60º	São Gabriel da Palha	471,15	15.201.324,93	32.264
61º	Conceição da Barra	465,08	13.301.159,33	28.600
62º	Baixo Guandu	455,86	13.301.159,33	29.178
63º	Marataizes	441,74	15.201.324,93	34.412
64º	Santa Maria de Jetibá	439,46	15.201.324,93	34.591
65º	Castelo	435,57	15.201.324,93	34.900
66º	Barra de São Francisco	418,29	17.101.490,53	40.884
67º	Nova Venécia	410,73	19.001.656,01	46.263
68º	Viana	346,07	22.801.987,24	65.888
69º	Aracruz	319,92	26.602.318,31	83.152
70º	Guarapari	285,25	30.402.649,44	106.583
71º	São Mateus	275,25	30.402.649,44	110.454
72º	Colatina	270,41	30.402.649,44	112.432
73º	Vitória	269,28	89.005.651,05	330.526
74º	Cachoeiro de Itapemirim	255,71	48.851.808,15	191.042
75º	Linhares	238,33	34.202.980,60	143.509
76º	Cariacica	139,33	48.851.808,15	350.615
77º	Serra	117,42	48.851.808,15	416.029
78º	Vila Velha	116,35	48.851.808,15	419.854
TOTAL		321,78	1.141.387.584,15	3.547.055

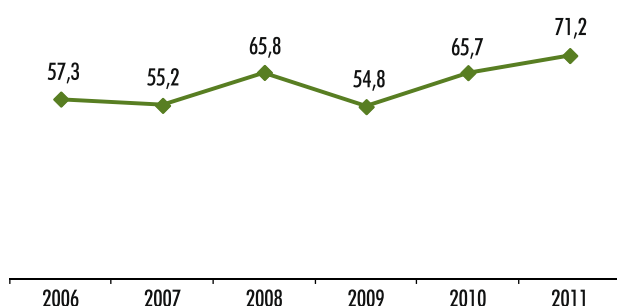
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dívida ativa

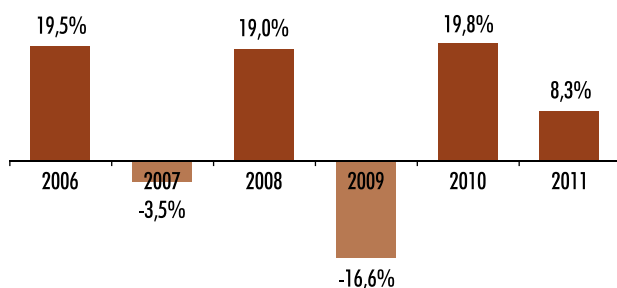
Os municípios capixabas resgataram R\$ 71,2 milhões dos créditos da dívida ativa em 2011. O volume recolhido foi 8,3% maior que o de 2010. A dívida ativa são créditos recebíveis da municipalidade contra terceiros, sendo a maior parte referente a débitos tributários não pagos pelos contribuintes.

Evolução da receita da dívida ativa

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento da receita da dívida ativa em relação ao ano anterior



O acréscimo de R\$ 5,5 milhões em 2011 deveu-se ao desempenho de Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim. Juntos, eles foram responsáveis por 83,6% do crescimento. A alta de 34,4% em Vila Velha resultou num adicional de R\$ 2,6 milhões. Foi o segundo ano seguido de aumento no resgate da dívida ativa da cidade, sendo que no ano anterior foi de 86,2%. Já em Cachoeiro de Itapemirim, o valor adicionado foi de R\$ 1,9 milhão, 34,8% maior que o recolhimento de 2010.

No sentido oposto, em Linhares, a receita da dívida ativa foi reduzida em 51,1% (queda de R\$ 1,9 milhão). Na Serra também houve uma forte retração, de R\$ 1,5 milhão. Nos

dois casos, a forte intensidade da queda se justifica pelo atípico recolhimento ocorrido em 2010.

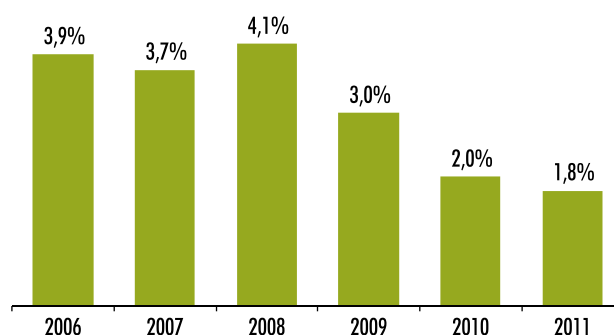
Com R\$ 13,6 milhões arrecadados em 2011, Vitória liderou o ranking de maiores receitas de dívida ativa no Espírito Santo. Na sequência, aparecem Vila Velha (R\$ 10,3 milhões), Serra (R\$ 9,1 milhões), Cariacica (R\$ 9 milhões) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 7,5 milhões). Essas cinco cidades representaram quase 70% do total.

As localidades com menos de 50 mil habitantes juntas recolheram R\$ 14,5 milhões, ou seja, 20,4% do total. Nesse grupo, as maiores receitas foram as de Marataízes (R\$ 1,8 milhão), Anchieta (R\$ 1,5 milhão) e Piúma (R\$ 890 mil).

O esforço dos municípios em recuperar seus créditos junto aos devedores pode ser mensurado através do indicador de resgate, que expressa, em percentual, a razão entre a receita da dívida ativa e o estoque total da dívida inscrita no ano anterior. O valor total inscrito na dívida ativa do conjunto dos municípios capixabas até o final de 2010 era de R\$ 3,92 bilhões. O volume arrecadado em 2011 representou 1,8% desse estoque.

Os municípios que obtiveram os maiores índices de recuperação dos créditos inscritos foram São Roque do Canaã (56,4%), Rio Bananal (39%), São Domingos do Norte (37%), Guaçuí (22,7%) e Mantenópolis (21,7%). Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, o melhor desempenho foi o de Cariacica, com 8,3%, seguido por Viana (7,3%), Cachoeiro de Itapemirim (7,1%), Serra (5,8%) e Colatina (3,8%). Apesar do bom desempenho na receita de dívida ativa nos dois últimos anos, Vila Velha ainda apresenta baixa relação na recuperação dos créditos: 0,8%. Na capital, o indicador foi de 1,5%.

Indicador de resgate da dívida ativa



*Um banco se reinventa para, além de
fazer diferente, fazer a diferença.*



BANESTES

O Banestes está se reinventando, por dentro e por fora. Modernizou a sua marca e a sua forma de atuar. Está evoluindo para deixar o Espírito Santo mais forte e, você, mais satisfeito.

**Banestes. O banco que se reinventa
para estar cada vez mais perto de você.**

► Receita da dívida ativa - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (A)	Variação 2011/ 2010	Estoque da dívida 2010 (B)	A / B	Partic. na rec. corr. ¹ 2011	Receita da dívida ativa per capita 2011 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %	em R\$ mil	em %		
MS Noroeste	3.493,3	3.339,4	3.652,7	2.846,0	3.416,3	3.757,3	10,0	61.807,4	6,1	0,5	9,05
Água Doce do Norte	61,2	28,2	15,9	45,9	96,4	48,7	-49,5	279,6	17,4	0,2	4,16
Águia Branca	20,7	8,5	21,0	8,5	8,0	24,3	202,6	580,8	4,2	0,1	2,56
Alto Rio Novo	8,0	-	-	28,2	14,7	18,9	28,7	1.316,8	1,4	0,1	2,57
Baixo Guandu	362,5	238,0	189,9	280,7	281,2	291,2	3,6	5.415,8	5,4	0,6	9,98
Barra de São Francisco	342,1	760,8	237,3	366,9	517,5	370,6	-28,4	2.526,9	14,7	0,6	9,06
Boa Esperança	178,9	179,8	41,0	43,5	34,8	71,1	104,1	1.680,3	4,2	0,2	4,99
Colatina	1.030,1	1.204,7	1.868,7	956,8	1.248,5	1.462,0	17,1	38.508,6	3,8	0,7	13,00
Ecoporanga	186,4	33,9	24,5	34,7	36,7	56,2	53,0	1.207,6	4,7	0,1	2,43
Governador Lindenberg	5,9	6,7	3,1	4,2	4,2	3,4	-19,6	46,2	7,3	0,0	0,31
Mantenópolis	253,8	129,1	165,8	190,3	208,3	221,0	6,1	1.018,9	21,7	0,8	16,11
Marilândia	19,5	52,8	37,9	25,4	33,3	14,5	-56,6	1.871,9	0,8	0,1	1,29
Nova Venécia	395,6	334,6	472,1	353,7	238,3	400,5	68,1	-	..	0,5	8,66
Pancas	53,5	81,0	62,1	71,9	134,3	84,0	-37,4	1.137,1	7,4	0,2	3,88
São Domingos do Norte	16,0	11,2	21,9	22,8	51,5	118,2	129,3	319,4	37,0	0,6	14,71
São Gabriel da Palha	203,8	188,0	261,8	304,0	400,3	464,6	16,1	4.549,3	10,2	0,8	14,40
Vila Pavão	24,9	32,1	181,3	23,0	22,4	43,0	91,7	264,6	16,3	0,2	4,94
Vila Valério	330,5	50,0	48,2	85,5	85,9	65,2	-24,1	1.083,5	6,0	0,2	4,72
MS Litoral Norte	4.221,2	4.354,1	3.468,0	4.394,2	5.942,9	4.851,7	-18,4	126.569,9	3,8	0,4	8,73
Aracruz	1.040,5	1.199,7	817,3	705,1	744,5	750,2	0,8	-	..	0,3	9,02
Conceição da Barra	1.006,0	358,7	376,9	394,7	746,4	656,3	-12,1	17.816,1	3,7	0,9	22,95
Fundão	73,2	54,3	59,0	61,9	71,9	139,6	94,3	3.154,1	4,4	0,3	8,06
Ibiraçu	153,2	336,1	316,7	315,8	348,7	390,7	12,1	4.034,8	9,7	1,5	34,70
Jaguare	115,4	112,8	88,7	78,0	85,2	183,1	115,0	5.885,5	3,1	0,3	7,30
João Neiva	221,3	240,7	192,2	177,3	140,2	197,5	40,8	1.548,4	12,8	0,6	12,46
Linhares	1.049,0	1.256,1	1.111,9	2.142,7	3.241,6	1.583,5	-51,1	64.240,1	2,5	0,4	11,03
Montanha	31,3	24,0	21,5	19,9	22,9	22,8	-0,6	1.532,8	1,5	0,1	1,27
Mucurici	0,4	4,8	2,5	4,6	-	2,1	..	391,1	0,5	0,0	0,38
Pedro Canário	44,9	62,4	45,2	26,0	32,6	238,2	631,5	1.974,6	12,1	0,6	9,95
Pinheiros	56,0	40,5	28,3	115,9	122,3	115,4	-5,6	1.203,3	9,6	0,2	4,79
Ponto Belo	11,7	12,0	13,3	9,8	17,8	9,0	-49,5	134,8	6,7	0,1	1,28
Rio Bananal	93,7	121,3	73,2	36,9	33,4	125,6	276,3	322,0	39,0	0,3	7,13
São Mateus	277,4	483,7	289,1	276,6	298,0	372,3	24,9	22.085,9	1,7	0,2	3,37
Sooretama	47,2	46,9	32,3	29,0	37,5	65,4	74,4	2.246,4	2,9	0,2	2,69
MS Central	6.612,6	3.953,9	4.006,4	3.883,7	3.879,0	4.229,9	9,0	74.270,7	5,7	0,5	13,29
Afonso Cláudio	170,4	191,1	145,2	229,4	211,9	224,8	6,1	2.537,1	8,9	0,4	7,25
Alfredo Chaves	152,5	191,6	74,7	68,2	63,3	60,2	-4,9	2.141,1	2,8	0,2	4,31
Anchieta	4.496,6	1.375,5	1.228,3	1.106,1	1.288,7	1.580,1	22,6	46.921,3	3,4	0,8	65,12
Brejetuba	2,8	3,5	-	3,7	0,6	8,0	1.294,7	124,8	6,4	0,0	0,67
Conceição do Castelo	56,9	35,0	31,8	42,8	44,6	35,4	-20,7	876,9	4,0	0,1	3,01
Domingos Martins	159,3	187,9	315,3	243,4	169,2	193,0	14,1	1.720,6	11,2	0,3	6,04
Iconha	30,2	352,5	266,4	128,0	181,7	163,5	-10,0	2.681,5	6,1	0,6	12,97
Itaguaçu	97,4	130,8	115,2	105,2	95,8	115,8	20,9	1.303,5	8,9	0,4	8,21
Itarana	26,2	55,8	17,8	53,6	38,2	27,1	-29,1	139,0	19,5	0,1	2,50
Laranja da Terra	27,9	38,7	37,1	22,6	27,8	55,3	98,6	779,0	7,1	0,2	5,11
Marechal Floriano	94,0	138,7	213,8	48,2	97,9	90,3	-7,8	1.616,2	5,6	0,3	6,26
Piúma	739,5	499,0	844,4	374,2	812,3	890,8	9,7	7.849,6	11,3	1,7	48,51
Rio Novo do Sul	71,4	40,3	34,9	62,4	64,4	20,9	-67,5	-	..	0,1	1,85
Santa Leopoldina	4,1	10,1	21,1	16,9	10,3	13,6	32,2	532,7	2,6	0,1	1,11
Santa Maria de Jetibá	98,6	435,7	461,1	930,8	435,0	436,3	0,3	1.771,9	24,6	0,7	12,61
Santa Teresa	156,7	124,4	99,8	195,8	140,4	127,4	-9,3	2.289,4	5,6	0,3	5,81
São Roque do Canaã	47,5	15,4	11,7	11,9	42,5	40,8	-4,0	72,4	56,4	0,2	3,60
Venda Nova do Imigrante	180,6	127,7	87,6	240,5	154,2	146,5	-5,0	913,5	16,0	0,3	7,05
Região Metropolitana	35.385,3	34.506,6	43.647,1	32.383,2	41.845,7	45.009,8	7,6	2.699.040,6	1,7	1,3	26,64
Cariacica	5.328,4	6.578,8	7.027,6	6.983,0	8.009,7	9.005,2	12,4	109.039,9	8,3	2,3	25,68
Guarapari	3.452,2	3.652,8	11.566,2	1.640,2	1.374,7	1.221,5	-11,1	167.135,8	0,7	0,7	11,46
Serra	5.374,5	7.006,0	6.038,9	7.174,8	10.599,1	9.079,5	-14,3	155.424,2	5,8	1,2	21,82
Viana	1.782,1	1.587,1	1.686,6	1.190,5	1.528,9	1.831,4	19,8	25.202,3	7,3	1,7	27,80
Vila Velha	6.685,4	2.545,2	4.571,5	4.123,1	7.678,2	10.318,1	34,4	1.336.081,0	0,8	1,8	24,58
Vitória	12.762,7	13.136,7	12.756,3	11.271,6	12.655,1	13.554,1	7,1	906.157,5	1,5	1,1	41,01
MS Sul	7.543,2	9.088,3	10.984,1	11.320,6	10.606,0	13.305,0	25,4	963.024,0	1,4	1,0	23,40
Alegre	1.203,6	731,5	952,9	2.118,3	572,7	672,0	17,3	10.294,7	6,5	1,2	21,89
Apicá	105,9	73,8	90,7	149,9	83,2	68,8	-17,2	954,2	7,2	0,4	9,17
Atílio Vivacqua	36,4	33,2	25,1	105,5	32,1	11,4	-64,5	326,6	3,5	0,0	1,14
Bom Jesus do Norte	26,8	24,7	9,0	7,1	16,1	37,9	135,1	1.318,3	2,9	0,2	4,00
Cachoeiro de Itapemirim	3.264,6	4.860,8	5.660,7	5.614,2	5.530,5	7.457,6	34,8	105.742,8	7,1	2,8	39,04
Castelo	248,8	328,7	374,4	216,0	368,4	195,3	-47,0	3.212,7	6,1	0,3	5,60
Divino de São Lourenço	73,5	27,5	15,7	49,5	9,7	18,2	87,7	261,7	7,0	0,1	4,05
Dores do Rio Preto	9,8	12,0	6,3	0,1	11,4	6,7	-41,2	411,3	1,6	0,0	1,04
Guaçu	161,3	189,8	103,1	177,6	246,5	533,9	116,6	2.351,0	22,7	1,0	19,05
Ibatiba	74,3	99,7	53,2	20,1	55,9	51,5	-8,0	1.896,5	2,7	0,1	2,28
Ibitirama	29,2	77,9	115,1	46,3	48,1	75,8	57,4	707,7	10,7	0,4	8,48
Irupi	11,9	21,6	34,8	10,7	12,4	29,5	137,5	268,8	11,0	0,1	2,49
Itapemirim	521,5	488,6	464,9	513,1	504,0	857,2	70,1	670.584,4	0,1	0,5	27,47
Ituna	304,4	307,0	155,2	206,5	251,5	196,1	-22,0	1.580,8	12,4	0,4	7,15
Jerônimo Monteiro	29,7	33,4	170,8	194,4	158,1	116,6	-26,3	1.095,1	10,6	0,5	10,66
Marataizes	872,6	921,6	981,0	925,9	1.634,4	1.838,0	12,5	126.898,7	1,4	2,2	53,41
Mimoso do Sul	225,0	224,8	231,6	177,1	301,6	140,0	-53,6	12.810,6	1,1	0,3	5,41
Muniz Freire	69,7	189,0	271,8	282,0	201,1	218,8	8,8	2.326,8	9,4	0,5	11,96
Muqui	42,9	88,0	47,6	47,2	43,7	99,5	127,6	1.740,5	5,7	0,4	6,89
Presidente Kennedy	145,6	142,1	1.117,1	364,1	385,8	501,4	30,0	12.769,2	3,9	0,2	48,34
São José do Calçado	53,5	168,5	54,8	-	19,1	60,8	218,5	4.312,8	1,4	0,3	5,85
Vargem Alta	32,2	44,2	48,6	95,0	119,5	117,9	-1,4	1.158,9	10,2	0,3	6,12
TOTAL	57.255,7	55.242,3	65.758,3	54.827,7	65.690,1	71.153,8	8,3	3.924.712,6	1,8	0,9	20,06

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Receita da dívida ativa

Posição	Município	Receita da dívida ativa em R\$	População 2011
1º	Vitória	13.554.118,42	330.526
2º	Vila Velha	10.318.065,51	419.854
3º	Serra	9.079.476,83	416.029
4º	Cariacica	9.005.228,39	350.615
5º	Cachoeiro de Itapemirim	7.457.609,12	191.042
6º	Marataizes	1.838.020,11	34.412
7º	Viana	1.831.412,92	65.888
8º	Linhares	1.583.508,18	143.509
9º	Anchieta	1.580.135,57	24.265
10º	Colatina	1.462.007,64	112.432
11º	Guarapari	1.221.484,06	106.583
12º	Piúma	890.790,75	18.364
13º	Itapemirim	857.168,37	31.209
14º	Aracruz	750.155,46	83.152
15º	Alegre	672.041,92	30.696
16º	Conceição da Barra	656.278,48	28.600
17º	Guaçuí	533.948,00	28.033
18º	Presidente Kennedy	501.429,92	10.373
19º	São Gabriel da Palha	464.610,00	32.264
20º	Santa Maria de Jetibá	436.335,68	34.591
21º	Nova Venécia	400.503,12	46.263
22º	Ibiraçu	390.700,44	11.258
23º	São Mateus	372.329,91	110.454
24º	Barra de São Francisco	370.577,55	40.884
25º	Baixo Guandu	291.187,11	29.178
26º	Pedro Canário	238.178,56	23.935
27º	Afonso Cláudio	224.816,01	31.004
28º	Mantenópolis	221.040,28	13.721
29º	Muniz Freire	218.835,45	18.298
30º	João Neiva	197.468,95	15.848
31º	Lúna	196.079,73	27.422
32º	Castelo	195.339,26	34.900
33º	Domingos Martins	193.019,90	31.946
34º	Jaguaré	183.081,04	25.073
35º	Iconha	163.467,09	12.603
36º	Venda Nova do Imigrante	146.476,90	20.776
37º	Mimoso do Sul	139.997,80	25.880
38º	Fundão	139.649,14	17.334
39º	Santa Teresa	127.425,96	21.916
40º	Rio Bananal	125.629,22	17.623
41º	São Domingos do Norte	118.179,58	8.036
42º	Vargem Alta	117.865,97	19.265
43º	Jerônimo Monteiro	116.551,97	10.932
44º	Itaguaçu	115.768,27	14.107
45º	Pinheiros	115.426,00	24.093
46º	Muqui	99.522,45	14.452
47º	Marechal Floriano	90.305,85	14.422
48º	Pancas	84.045,45	21.636
49º	Ibitirama	75.765,50	8.938
50º	Boa Esperança	71.067,28	14.239
51º	Apiacá	68.847,42	7.505
52º	Sooretama	65.397,09	24.271
53º	Vila Valério	65.212,51	13.827
54º	São José do Calçado	60.826,57	10.403
55º	Alfredo Chaves	60.204,15	13.982
56º	Ecoporanga	56.191,60	23.154
57º	Laranja da Terra	55.311,32	10.818
58º	Ibatiba	51.472,55	22.609
59º	Água Doce do Norte	48.672,35	11.696
60º	Vila Pavão	42.991,41	8.699
61º	São Roque do Canaã	40.824,15	11.341
62º	Bom Jesus do Norte	37.948,76	9.496
63º	Conceição do Castelo	35.368,36	11.741
64º	Irupi	29.466,50	11.829
65º	Itarana	27.086,00	10.840
66º	Águia Branca	24.313,68	9.513
67º	Montanha	22.803,77	17.894
68º	Rio Novo do Sul	20.928,80	11.330
69º	Alto Rio Novo	18.905,82	7.345
70º	Divino de São Lourenço	18.209,15	4.493
71º	Mariândia	14.459,56	11.198
72º	Santa Leopoldina	13.586,82	12.223
73º	Atílio Vivácqua	11.395,39	9.967
74º	Ponto Belo	9.004,50	7.034
75º	Brejetuba	8.042,43	11.933
76º	Dores do Rio Preto	6.687,60	6.414
77º	Governador Lindenberg	3.365,84	10.990
78º	Mucurici	2.121,62	5.637
TOTAL		71.153.772,79	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Receita da dívida ativa per capita

Posição	Município	A / B	Receita da dívida ativa (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Anchieta	65,12	1.580.135,57	24.265
2º	Marataizes	53,41	1.838.020,11	34.412
3º	Piúma	48,51	890.790,75	18.364
4º	Presidente Kennedy	48,34	501.429,92	10.373
5º	Vitória	41,01	13.554.118,42	330.526
6º	Cachoeiro de Itapemirim	39,04	7.457.609,12	191.042
7º	Ibiraçu	34,70	390.700,44	11.258
8º	Viana	27,80	1.831.412,92	65.888
9º	Itapemirim	27,47	857.168,37	31.209
10º	Cariacica	25,68	9.005.228,39	350.615
11º	Vila Velha	24,58	10.318.065,51	419.854
12º	Conceição da Barra	22,95	656.278,48	28.600
13º	Alegre	21,89	672.041,92	30.696
14º	Serra	21,82	9.079.476,83	416.029
15º	Guaçuí	19,05	533.948,00	28.033
16º	Mantenópolis	16,11	221.040,28	13.721
17º	São Domingos do Norte	14,71	118.179,58	8.036
18º	São Gabriel da Palha	14,40	464.610,00	32.264
19º	Colatina	13,00	1.462.007,64	112.432
20º	Iconha	12,97	163.467,09	12.603
21º	Santa Maria de Jetibá	12,61	436.335,68	34.591
22º	João Neiva	12,46	197.468,95	15.848
23º	Muniz Freire	11,96	218.835,45	18.298
24º	Guarapari	11,46	1.221.484,06	106.583
25º	Linhares	11,03	1.583.508,18	143.509
26º	Jerônimo Monteiro	10,66	116.551,97	10.932
27º	Baixo Guandu	9,98	291.187,11	29.178
28º	Pedro Canário	9,95	238.178,56	23.935
29º	Apiacá	9,17	68.847,42	7.505
30º	Barra de São Francisco	9,06	370.577,55	40.884
31º	Aracruz	9,02	750.155,46	83.152
32º	Nova Venécia	8,66	400.503,12	46.263
33º	Ibitirama	8,48	75.765,50	8.938
34º	Itaguaçu	8,21	115.768,27	14.107
35º	Fundão	8,06	139.649,14	17.334
36º	Jaguaré	7,30	183.081,04	25.073
37º	Afonso Cláudio	7,25	224.816,01	31.004
38º	Lúna	7,15	196.079,73	27.422
39º	Rio Bananal	7,13	125.629,22	17.623
40º	Venda Nova do Imigrante	7,05	146.476,90	20.776
41º	Muqui	6,89	99.522,45	14.452
42º	Marechal Floriano	6,26	90.305,85	14.422
43º	Vargem Alta	6,12	117.865,97	19.265
44º	Domingos Martins	6,04	193.019,90	31.946
45º	São José do Calçado	5,85	60.826,57	10.403
46º	Santa Teresa	5,81	127.425,96	21.916
47º	Castelo	5,60	195.339,26	34.900
48º	Mimoso do Sul	5,41	139.997,80	25.880
49º	Laranja da Terra	5,11	55.311,32	10.818
50º	Boa Esperança	4,99	71.067,28	14.239
51º	Vila Pavão	4,94	42.991,41	8.699
52º	Pinheiros	4,79	115.426,00	24.093
53º	Vila Valério	4,72	65.212,51	13.827
54º	Alfredo Chaves	4,31	60.204,15	13.982
55º	Água Doce do Norte	4,16	48.672,35	11.696
56º	Divino de São Lourenço	4,05	18.209,15	4.493
57º	Bom Jesus do Norte	4,00	37.948,76	9.496
58º	Pancas	3,88	84.045,45	21.636
59º	São Roque do Canaã	3,60	40.824,15	11.341
60º	São Mateus	3,37	372.329,91	110.454
61º	Conceição do Castelo	3,01	35.368,36	11.741
62º	Sooretama	2,69	65.397,09	24.271
63º	Alto Rio Novo	2,57	18.905,82	7.345
64º	Águia Branca	2,56	24.313,68	9.513
65º	Itarana	2,50	27.086,00	10.840
66º	Irupi	2,49	29.466,50	11.829
67º	Ecoporanga	2,43	56.191,60	23.154
68º	Ibatiba	2,28	51.472,55	22.609
69º	Rio Novo do Sul	1,85	20.928,80	11.330
70º	Mariândia	1,29	14.459,56	11.198
71º	Ponto Belo	1,28	9.004,50	7.034
72º	Montanha	1,27	22.803,77	17.894
73º	Atílio Vivácqua	1,14	11.395,39	9.967
74º	Santa Leopoldina	1,11	13.586,82	12.223
75º	Dores do Rio Preto	1,04	6.687,60	6.414
76º	Brejetuba	0,67	8.042,43	11.933
77º	Mucurici	0,38	2.121,62	5.637
78º	Governador Lindenberg	0,31	3.365,84	10.990
TOTAL		20,06	71.153.772,79	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

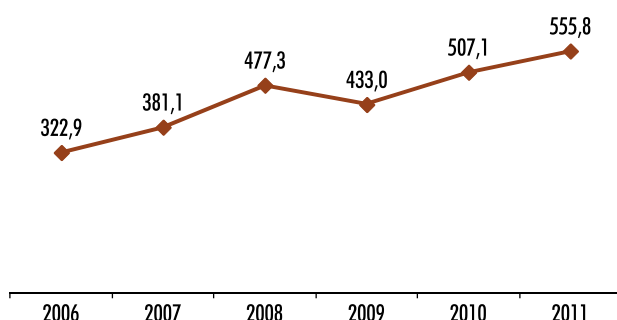
Saldo Fundeb

Desempenho

Em 2011, o conjunto dos municípios capixabas recebeu R\$ 1,25 bilhão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e repassou R\$ 691,3 milhões para a sua formação. A diferença entre os valores recebidos e enviados, ou seja, o saldo Fundeb, foi de R\$ 555,8 milhões, 9,6% a mais do que no ano anterior.

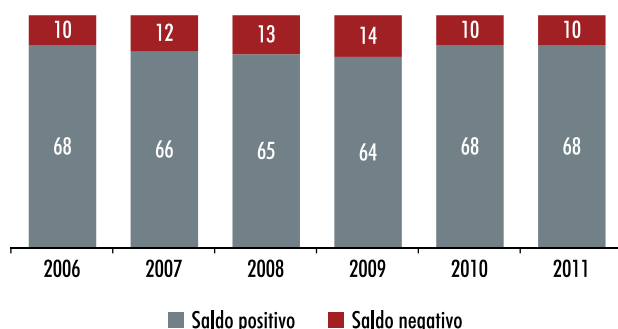
Evolução do saldo Fundef/Fundeb

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Dos 78 municípios do Estado, dez apresentaram saldos negativos, sendo que as maiores perdas foram registradas por Anchieta (R\$ 8,9 milhões) e Governador Lindenberg (R\$ 1,3

Número de municípios com saldos Fundef/Fundeb positivos e negativos

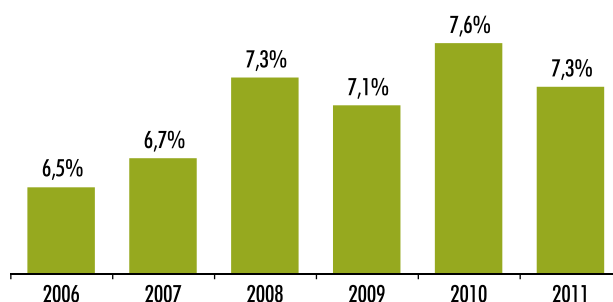


milhão). Entre as cidades que registraram saldos positivos, destacam-se Serra (R\$ 72,5 milhões), Cariacica (R\$ 69,1 milhões), Vila Velha (R\$ 68,3 milhões), São Mateus (R\$ 34 milhões) e Guarapari (R\$ 32,3 milhões).

Vitória, que registrou saldos deficitários de 2007 a 2009, apresentou um superávit de R\$ 2,3 milhões, em 2011, 23,2% a mais que o saldo positivo do ano anterior. Ao contrário dos demais municípios da Região Metropolitana, esse valor possui pouca relevância na composição da receita corrente da capital, respondendo por apenas 0,2% do total.

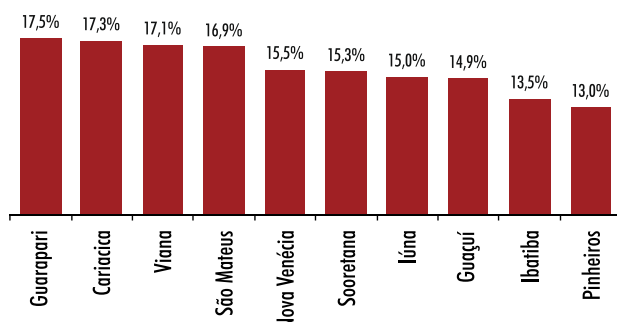
A participação média do saldo Fundeb na receita corrente dos municípios capixabas se elevou paulatinamente desde a sua implementação como Fundef em 1997. Em 1999, ainda durante a vigência do Fundef, o saldo desse fundo representava, em média, 1,4% da receita corrente (veja mais detalhes no *Saiba mais sobre o Fundeb*, na página seguinte). A partir de 2008, esse percentual alcançou um patamar médio acima de 7%, respondendo, em 2011, por 7,3% da receita corrente.

Participação do saldo Fundef/Fundeb na receita corrente



Em algumas cidades do Estado o saldo Fundeb possui uma grande importância orçamentária, chegando a responder por quase um quinto de toda a receita corrente municipal. Dentre essas se destacam Guarapari (17,5%), Cariacica (17,3%), Viana (17,1%) e São Mateus (16,9%) com as maiores dependências dessa fonte de recursos, como mostra o gráfico a seguir.

As dez maiores participações do saldo Fundeb na composição da receita corrente - 2011



Saiba mais sobre o Fundeb

O Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, é uma ampliação do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. Seus recursos, formados por 20% da receita bruta estadual e municipal do ICMS, do IPVA, do IPI-exportação, da compensação pela desoneração do ICMS das exportações (LC nº 87/1996), do ITCD, do ITR, do FPM e do FPE, objetivam promover a universalização, manutenção e melhoria da qualidade do ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e qualificação do magistério de toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos).

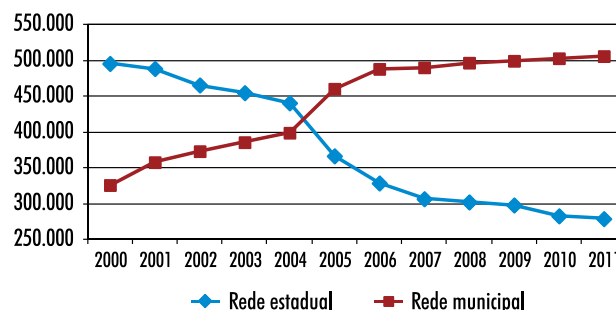
Os recursos destinados à formação do Fundeb formam um fundo de âmbito estadual e são distribuídos aos estados e seus municípios, levando-se em conta o número de matrículas em suas respectivas redes de ensino, considerando-se o nível de ensino de atuação prioritária de cada ente federado, definidos no artigo 211, da Constituição Federal. Para se chegar ao coeficiente anual de participação no Fundeb, o Ministério da Educação também faz uma ponderação para cada modalidade da educação básica, observando-se a localização (urbana

ou rural) e se o ensino ocorre em tempo integral ou parcial. Essa ponderação tem por finalidade captar as diferenças de custo entre as diversas modalidades de ensino. Além disso, o Fundeb também conta com uma complementação da União nos casos em que o valor repassado por aluno não atinja o mínimo estabelecido nacionalmente, atualizado todos os anos por decreto presidencial. Dessa forma, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades existentes entre as várias regiões do país, garantindo um repasse mínimo dos recursos a cada ente governamental.

Esse mecanismo de distribuição acentuou o processo de municipalização na educação desde 1997, uma vez que os municípios passaram a reivindicar para si a tutela dos alunos, principalmente do ensino fundamental, como forma de aumentar o recebimento dos recursos e, por conseguinte, o saldo Fundeb.

Pela legislação vigente, no mínimo, 60% dos recursos recebidos do Fundeb devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério dos ensinos infantil e fundamental e, no máximo, 40% nas ações de manutenção e desenvolvimento do ensino básico. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim.

Número de matrículas nas redes estadual e municipal da educação básica no Estado do Espírito Santo



Matrícula inicial nas redes de ensino estadual e municipal no Espírito Santo 2003-2011

Rede	Modalidade de ensino	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Participação no total de 2011
Estadual	Fundamental	250.129	237.822	175.960	148.015	137.609	133.960	131.457	124.984	121.930	15,5%
	Médio	134.491	132.915	126.362	123.602	116.330	117.101	116.178	109.186	110.468	14,1%
	EJA	69.480	66.425	62.286	55.604	51.525	49.495	49.093	46.495	44.009	5,6%
	Especial	664	3.467	2.126	1.673	1.445	1.887	1.478	2.385	2.676	0,3%
	Subtotal	454.764	440.629	366.734	328.894	306.909	302.443	298.206	283.050	279.083	35,6%
Municipal	Infantil	116.708	119.037	119.176	118.057	119.521	123.256	128.420	126.965	132.763	16,9%
	Fundamental	255.266	263.515	320.928	349.687	351.644	348.172	346.365	345.277	341.016	43,4%
	Médio	919	810	1.156	716	209	99	98	141	127	0,0%
	Especial	117	3.436	4.975	5.093	5.765	9.303	5.661	9.082	9.745	1,2%
	EJA	12.765	12.188	14.095	14.552	13.003	15.878	18.789	21.363	22.190	2,8%
	Subtotal	385.775	398.986	460.330	488.105	490.142	496.708	499.333	502.828	505.841	64,4%
Total		840.539	839.615	827.064	816.999	797.051	799.151	797.539	785.878	784.924	100,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Saldo Fundef / Fundeb¹ - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011		Partic. na rec. corrente ³ 2011 em %
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						Receita Fundeb ²	Despesa Fundeb	
MS Noroeste	48.886,2	47.522,1	57.879,2	47.118,3	54.121,2	58.389,3	143.333,3	84.944,0	7,6
Água Doce do Norte	1.313,3	1.121,5	1.612,1	1.274,2	1.680,8	1.781,8	4.519,5	2.737,7	7,6
Água Branca	1.311,1	1.075,4	1.188,7	929,8	1.192,7	1.384,6	4.030,5	2.645,9	6,0
Alto Rio Novo	561,4	585,4	786,1	584,7	302,1	502,3	2.774,2	2.271,9	2,9
Baixo Guandu	3.286,8	2.705,9	5.525,8	4.284,0	4.197,2	4.051,9	9.935,1	5.883,2	7,9
Barra de São Francisco	6.426,4	6.998,3	7.290,1	5.012,0	5.582,0	6.027,8	13.149,2	7.121,3	9,0
Boa Esperança	1.529,7	1.418,8	2.751,9	1.974,5	2.008,2	1.850,4	5.193,6	3.343,2	6,2
Colatina	16.622,3	17.269,0	19.865,9	18.035,9	20.622,9	22.780,9	39.385,0	16.604,1	11,6
Ecoporanga	214,8	383,1	465,0	179,3	445,3	419,8	6.383,4	5.963,6	0,9
Governador Lindenberg	-1.427,5	-1.593,9	-1.450,0	-1.474,4	-1.393,7	-1.295,6	1.911,2	3.206,7	-5,7
Mantenópolis	2.434,1	1.798,4	2.198,5	1.341,4	2.347,7	1.536,7	4.622,7	3.086,0	5,7
Marilândia	67,8	9,3	-61,2	-202,4	-5,0	200,6	3.402,2	3.201,6	0,8
Nova Venécia	11.016,0	10.522,5	11.754,4	10.137,4	11.228,7	12.529,1	20.944,2	8.415,1	15,5
Pancas	1.371,3	1.582,5	1.787,0	1.477,4	1.238,7	1.473,5	5.729,1	4.255,6	4,2
São Domingos do Norte	-210,6	-260,9	-488,6	-445,6	-429,9	-365,2	2.547,6	2.912,8	-1,8
São Gabriel da Palha	2.661,0	2.235,0	3.065,8	2.809,6	3.518,9	3.860,5	10.039,0	6.178,5	7,1
Vila Pavão	1.179,8	1.257,6	1.399,2	1.300,1	1.407,9	1.503,7	4.132,7	2.629,0	7,4
Vila Valério	528,5	414,0	188,6	-99,3	176,6	146,3	4.634,1	4.487,7	0,5
MS Litoral Norte	60.484,4	81.942,4	107.205,6	101.912,2	115.914,7	125.619,3	242.919,2	117.299,9	9,2
Aracruz	3.791,6	8.385,2	12.242,9	11.519,1	14.585,8	16.765,7	39.450,5	22.684,8	5,9
Conceição da Barra	5.465,9	6.103,8	8.135,0	8.762,0	9.263,5	8.544,8	15.761,3	7.216,5	11,9
Fundão	1.832,2	2.120,0	4.158,8	3.406,5	4.497,3	4.338,1	7.897,5	3.559,4	9,8
Ibiraçu	-117,1	-422,8	-117,5	-108,4	0,9	-129,1	2.836,5	2.965,5	-0,5
Jaguaré	2.870,9	3.600,7	4.795,4	5.081,2	6.775,0	7.749,9	14.141,4	6.391,5	12,2
João Neiva	2.942,9	2.947,7	2.682,5	2.476,7	2.907,9	3.333,0	6.782,7	3.449,7	9,4
Linhares	5.877,8	17.475,5	24.278,9	24.193,7	23.758,0	27.503,1	54.476,6	26.973,5	7,1
Montanha	1.368,5	1.971,7	2.141,9	1.724,8	2.372,2	2.799,2	7.509,7	4.710,6	7,6
Mucurici	303,1	-56,0	168,9	175,2	255,0	-83,8	2.444,0	2.527,9	-0,4
Pedro Canário	2.195,6	2.799,6	3.704,0	2.665,3	3.558,9	4.205,2	8.388,6	4.183,3	10,3
Pinheiros	4.516,8	4.853,8	5.842,0	5.422,9	6.264,4	6.564,1	12.126,8	5.562,7	13,0
Ponto Belo	535,2	351,9	521,3	531,8	619,3	522,0	2.847,4	2.325,3	2,9
Rio Bananal	2.496,6	2.537,8	2.671,0	1.996,6	2.768,5	2.948,8	8.164,6	5.215,8	6,6
São Mateus	21.983,5	23.820,4	29.721,6	28.132,8	32.070,8	34.000,9	48.621,0	14.620,1	16,9
Sooretama	4.420,9	5.453,1	6.258,8	5.932,2	6.217,3	6.557,4	11.470,7	4.913,3	15,3
MS Central	21.943,9	18.741,2	24.248,0	21.066,5	22.934,9	17.619,0	113.938,6	96.319,6	2,1
Afonso Cláudio	4.585,1	4.485,6	4.676,6	4.647,1	5.131,7	4.820,4	10.903,1	6.082,6	9,0
Alfredo Chaves	1.189,4	690,1	994,6	725,1	1.040,0	925,4	4.969,2	4.043,8	2,9
Anchieta	2.328,5	-270,9	1.716,7	-349,3	-5.109,8	-8.916,5	13.970,5	22.887,0	-4,3
Brejetuba	-1,6	41,0	-280,8	98,9	328,5	222,0	3.750,9	3.528,9	0,8
Conceição do Castelo	1.330,6	1.215,4	1.259,2	1.418,4	2.004,7	2.243,1	5.657,5	3.414,3	8,2
Domingos Martins	3.614,0	3.361,5	4.366,1	4.091,3	5.156,8	5.540,2	13.008,9	7.468,7	8,2
Iconha	486,0	534,2	1.048,1	690,5	816,1	884,6	4.242,4	3.357,8	3,0
Itaguaçu	825,7	466,6	516,4	370,5	530,1	438,0	4.045,9	3.607,9	1,5
Itarana	-179,6	-168,6	-204,3	-202,7	-114,8	-415,6	2.476,6	2.892,2	-1,8
Laranja da Terra	439,6	427,3	248,7	140,8	334,2	159,3	3.067,9	2.908,7	0,7
Marechal Floriano	326,5	501,3	1.630,8	1.858,1	2.338,4	1.869,5	6.221,6	4.352,1	5,7
Piúma	4.124,8	4.872,2	5.305,7	4.745,8	4.996,0	5.234,2	8.515,2	3.281,0	10,2
Rio Novo do Sul	345,7	193,5	299,4	267,6	562,4	658,3	3.145,8	2.487,6	3,0
Santa Leopoldina	113,6	-91,5	-23,6	-81,7	810,8	454,7	3.717,0	3.262,3	1,8
Santa Maria de Jetibá	-226,8	246,2	387,4	205,8	933,2	93,3	9.103,8	9.010,5	0,1
Santa Teresa	3.474,3	3.060,5	3.462,0	3.308,5	3.866,3	3.885,0	8.825,6	4.940,5	8,3
São Roque do Canaã	-461,1	-457,0	-523,4	-486,3	-386,1	-327,2	2.596,2	2.923,4	-1,5
Venda Nova do Imigrante	-370,9	-366,2	-631,3	-382,0	-303,5	-149,7	5.720,6	5.870,3	-0,4
Região Metropolitana	144.135,3	173.985,2	206.852,4	187.360,0	226.973,8	263.097,5	548.435,1	285.337,6	7,9
Cariacica	35.987,3	53.421,5	63.369,5	59.591,1	64.888,4	69.081,8	99.986,2	30.904,4	17,3
Guarapari	21.889,2	20.984,6	26.712,3	25.106,1	28.345,1	32.281,3	43.575,7	11.294,4	17,5
Serra	31.220,2	29.551,9	44.186,2	40.802,1	53.285,9	72.477,5	144.747,8	72.270,4	9,2
Viana	17.147,3	16.633,4	17.275,0	15.658,1	17.270,3	18.657,9	28.047,4	9.389,5	17,1
Vila Velha	32.184,7	57.776,7	63.564,2	50.931,4	61.298,7	68.275,9	111.696,1	43.420,2	11,6
Vitória	5.706,7	-4.382,9	-8.254,7	-4.728,8	1.885,4	2.323,1	120.381,8	118.058,7	0,2
MS Sul	47.456,0	58.866,6	81.112,5	75.541,2	87.177,9	91.029,9	198.454,3	107.424,4	6,8
Alegre	-22,8	-49,1	903,2	1.069,0	1.026,6	1.114,2	6.414,1	5.299,9	2,0
Apiaçá	1.601,5	1.482,8	1.720,1	1.296,8	1.536,4	1.482,1	3.572,2	2.090,2	8,3
Atílio Vivacqua	838,3	1.075,1	2.248,4	1.856,7	2.248,1	2.343,8	5.102,9	2.759,1	10,0
Bom Jesus do Norte	454,0	84,8	-76,8	-328,4	-134,5	123,5	2.301,6	2.178,0	0,7
Cachoeiro de Itapemirim	12.843,4	21.822,2	27.707,2	26.173,1	28.257,1	29.440,0	55.114,3	25.674,3	11,0
Castelo	2.451,9	2.274,4	4.820,9	4.376,5	5.450,4	6.834,8	14.072,2	7.237,4	10,8
Divino de São Lourenço	-186,7	-386,6	-643,3	-710,4	-752,1	-888,7	993,0	1.881,7	-6,8
Dores do Rio Preto	309,1	85,3	-74,0	-197,4	-122,9	-221,3	1.784,0	2.005,3	-1,4
Guaçuí	4.720,7	4.770,6	7.769,0	7.313,8	7.628,5	8.039,4	12.618,8	4.579,3	14,9
Ibatiba	3.179,8	3.424,0	4.159,5	4.071,3	4.797,4	4.924,7	8.987,3	4.062,6	13,5
Ibitirama	808,7	988,8	1.085,2	1.325,7	1.751,8	1.766,0	4.062,8	2.296,7	8,4
Irupi	1.226,6	1.318,3	1.188,7	1.142,7	1.352,2	1.399,5	4.604,5	3.205,0	5,7
Itapemirim	842,7	2.076,4	3.544,8	4.906,1	5.153,7	4.190,5	13.195,0	9.004,5	2,3
Iúna	5.792,9	5.436,2	6.592,9	5.722,2	6.649,8	6.894,2	11.920,6	5.026,5	15,0
Jerônimo Monteiro	387,8	400,7	763,1	591,0	783,5	737,8	3.284,7	2.546,9	3,1
Maratáez	3.491,7	4.119,6	7.751,1	7.291,1	9.315,0	9.971,4	14.584,4	4.613,1	11,7
Mimoso do Sul	618,8	1.872,6	2.118,8	1.953,6	2.311,1	2.144,1	7.155,8	5.011,7	4,7
Muniz Freire	3.606,8	3.608,1	3.436,6	2.477,7	2.948,5	3.114,7	7.891,1	4.776,3	7,7
Muqui	89,7	220,5	618,8	744,6	1.183,1	1.128,3	4.212,5	3.084,3	4,3
Presidente Kennedy	1.093,4	1.329,0	1.353,6	833,5	1.266,2	2.455,7	5.527,5	3.071,8	1,1
São José do Calçado	669,0	156,8	985,8	670,4	1.110,7	793,1	3.437,7	2.644,6	3,4
Vargem Alta	2.638,5	2.756,1	3.138,9	2.961,7	3.417,4	3.242,0	7.617,3	4.375,3	7,7
TOTAL	322.905,8	381.057,4	477.297,7	432.998,2	507.122,5	555.755,0	1.247.080,5	691.325,5	7,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹saldo Fundef/Fundeb é a diferença entre a receita do Fundo e a despesa com o Fundo. ²não inclui receitas de complementações nem de convênios. ³receita corrente ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

**Em ARACRUZ é assim:
A saúde é prioridade.
A qualidade de vida
é referência.**

Saúde
+
benefícios
=
Qualidade de vida



Neste ano, estão sendo investidos pela Prefeitura de Aracruz cerca de R\$ 50 milhões na saúde. Entre os diversos setores contemplados no orçamento municipal, é o segundo em recursos. A prioridade da Administração pela saúde, com aquisições de equipamentos e ambulâncias, construção, reforma e ampliação de Unidades de Saúde, qualificação dos profissionais, entre outros investimentos, proporciona mais bem-estar aos moradores e mantém a qualidade de vida em Aracruz como referência no estado. O município é o terceiro em melhor qualidade de vida*.

Aracruz. Saúde priorizada. População beneficiada. Qualidade de vida reconhecida.



**Prefeitura de
Aracruz**

www.aracruz.es.gov.br

*Índice FIPJAN de Desenvolvimento Municipal – ano base 2009 – edição 2011

Royalties



Desempenho e concentração

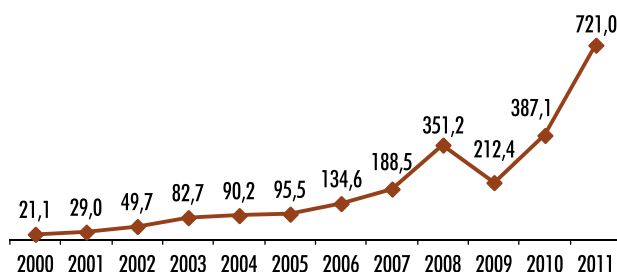
Os royalties de petróleo e gás e as participações especiais pagas pelas empresas exploradoras cresceram de forma espetacular em 2011, totalizando R\$ 721 milhões, valor 86,3% maior em relação ao ano anterior.

Essa performance foi resultado da combinação da alta dos preços e do aumento da exploração de petróleo no Espírito Santo. O petróleo do tipo Brent, referência no setor, encerrou 2011 com o preço médio de US\$ 107,46 o barril, cotação 38,7% maior que a do ano anterior, que foi de US\$ 77,45. Os dados são da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (Opec).

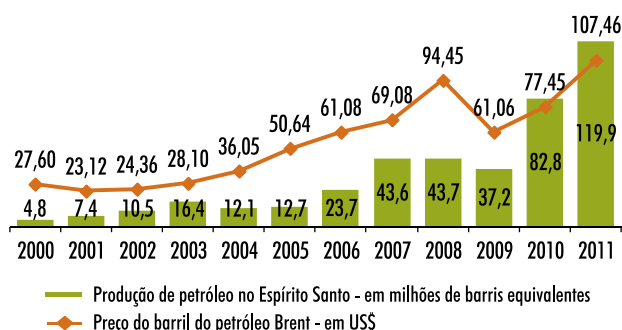
A produção de petróleo, por sua vez, cresceu acentuadamente no Espírito Santo. As explorações em novos campos na plataforma continental no litoral sul capixaba, inclusive na camada do pré-sal, fizeram com que a produção do hidrocarboneto chegasse a 119,9 milhões de barris em 2011, quase 50% maior que o explorado em 2010, de acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em julho de 2010, o FPSO capixaba (sigla em inglês que significa unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo) deu início à produção comercial na camada do pré-sal, no Parque das Baleias. O navio-plataforma está localizado a 85 quilômetros da cidade de Anchieta. Em dezembro do mesmo ano entrou em operação a P-57, plataforma localizada no campo de Jubarte, a 110 quilômetros de Vitória e 75 quilômetros de Anchieta. A base também visa à exploração no pré-sal.

Evolução dos repasses de royalties do petróleo e do gás natural mais participações especiais aos municípios capixabas

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Evolução do preço e da produção de petróleo no Espírito Santo



Os grandes beneficiários desse boom dos royalties foram os municípios de Itapemirim, Presidente Kennedy, Linhares, Anchieta e Marataízes. Em 2011, Itapemirim recebeu R\$ 98,1 milhões a título de royalties contra R\$ 24 milhões do ano anterior, o que representou R\$ 74,1 milhões de recursos adicionais. Assim, o Município passou a ocupar a segunda posição no ranking em volume de royalties recebidos, ultrapassando Aracruz e Linhares. Os royalties de Itapemirim representaram 54,8% de sua receita corrente em 2011.

Líder na recepção de royalties do petróleo e do gás natural, Presidente Kennedy obteve uma receita adicional desses recursos de R\$ 66,4 milhões. O volume transferido atingiu a cifra de R\$ 184,1 milhões, 25,5% do total dos royalties transferidos aos municípios capixabas em 2011 e 82,1% de sua receita corrente.

Em Linhares, os royalties saltaram de R\$ 52,8 milhões para R\$ 97,3 milhões entre 2010 e 2011, com receita adicional de R\$ 44,5 milhões. A cidade possui instalações de embarque e desembarque e participação nas produções ocorridas tanto em terra quanto em mar. Em Anchieta, os R\$ 48,5 milhões recebidos em 2011 foram R\$ 25,3 milhões maior que no ano anterior e, em Marataízes, eles saltaram de R\$ 7,2 milhões para R\$ 31,9 milhões, R\$ 24,7 milhões a mais.

A maior parcela da exploração do petróleo e gás natural no Espírito Santo está concentrada em plataforma continental. Recebem maior volume de royalties os municípios que são confrontantes com os campos de produção ou possuem alguma atividade relacionada à exploração ou ao beneficiamento em seus territórios.

As cidades podem pertencer a três tipos de zonas territoriais, de acordo com as quais recebem percentuais diferentes de royalties: a Zona de Produção Principal (ZPP), a Zona de Produção Secundária (ZPS) e a Zona Limítrofe (ZL). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1986, identifica e classifica as unidades territoriais beneficiadas, e emite um ofício destinado à ANP informando a relação dos municípios beneficiados.

Pertencem a ZPP os municípios confrontantes com os poços produtores e aqueles onde estiverem localizadas três ou mais instalações industriais relacionadas à atividade. No Espírito Santo, 11 são classificados pelo IBGE na ZPP: Anchieta, Aracruz, Fundão, Itapemirim, Linhares, Piúma, Presidente Kennedy, Serra, São Mateus, Vila Velha e Vitória.

Todos os demais 67 pertencem a ZL. Compõe essa zona os que fazem parte da mesma área geoeconômica definida pelo IBGE daqueles da ZPP. Vale destacar que Jaguaré e Conceição da Barra, apesar de estarem situados na ZL, ganham royalties acima da média do grupo devido à ocorrência de exploração em terra nos seus territórios. Não existe nenhum município do Espírito Santo enquadrado na situação de ZPS.

Os municípios capixabas pertencentes à ZL, com exceção de Jaguaré e Conceição da Barra, receberam entre R\$ 1,3 milhão e R\$ 2,7 milhões em 2011, com participação média na receita corrente de 3,3%. Neles, os royalties cresceram entre 86,8% e 92,2% em relação a 2010.

Estado e o FRDR

Assim como os municípios, os estados também recebem recursos provenientes do petróleo e do gás natural. Em 2011, os estados receberam R\$ 8,89 bilhões, sendo R\$ 1,06 bilhão destinado ao Espírito Santo, valor 86,7% maior do que o do ano anterior.

Do total dos royalties do Estado referente à alíquota de 5%, 30% são destinados aos municípios através do Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR), criado pela Lei nº 8.308/2006. De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, foi repassado aos municípios o montante de R\$ 91,3 milhões em 2011.

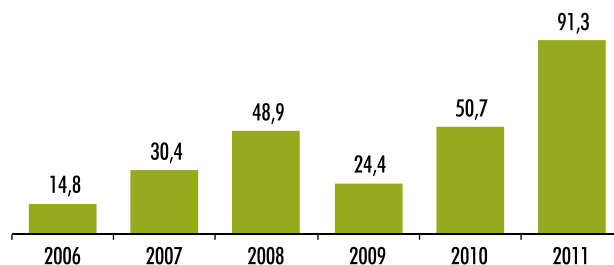
Para efeito de distribuição dos recursos desse Fundo são utilizados como critérios a população e o inverso do Índice

de Participação Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (IPM do ICMS) e ponderados respectivamente por 20% e 80%. Esses critérios beneficiam os municípios com os menores IPM e os de maior população.

Estão excluídos da distribuição os municípios com IPM acima de 10% e aqueles que já tenham recebido, no exercício financeiro imediatamente anterior, mais de 2% do total dos royalties destinados aos municípios do Estado. Dessa forma, o governo estadual procura compensar as cidades que recebem baixo volume ou que não contam com grandes somas advindas do ICMS.

Evolução dos repasses do FRDR

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Saiba mais sobre os royalties

Os royalties do petróleo e do gás natural são compensações financeiras devidas aos governos pelas empresas exploradoras. As participações especiais são compensações, de caráter extraordinário, pagas nos casos de grandes volumes de produção ou rentabilidade em relação a cada campo.

Segundo estabelece a Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo, a alíquota básica dos royalties de petróleo é de 10%, sendo facultado à ANP reduzi-la até um mínimo de 5%, em função de fatores adversos e riscos geológicos do processo de exploração. Essas alíquotas incidem sobre o valor da produção do petróleo e do gás, dando origem às somas financeiras a serem pagas pelas concessionárias. O quadro resumo de distribuição de royalties gerados em plataforma continental (onde se concentra a maior parte da produção no Espírito Santo) pode ser visto na página seguinte.

► Distribuição dos royalties e participações especiais aos governos estaduais

Estados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação no total 2011
	em R\$ milhões - IPCA médio de 2011						em %	
Alagoas	57.028,1	48.244,4	48.684,8	32.025,0	31.671,3	29.640,3	-6,4	0,3
Amazonas	206.547,5	177.927,4	218.565,0	160.024,1	175.453,1	230.238,0	31,2	2,6
Bahia	218.946,8	191.655,3	240.715,9	155.947,2	174.293,8	197.340,8	13,2	2,2
Ceará	18.177,0	16.299,7	19.720,1	12.435,4	12.869,2	-	-100,0	-
Espírito Santo	144.757,2	204.704,8	487.395,7	348.079,1	568.752,5	1.061.935,3	86,7	12,0
Paraná	8.334,9	5.890,1	6.349,3	95,0	-	-	..	0,0
Rio de Janeiro	6.563.286,1	5.415.878,3	7.891.596,1	5.196.164,3	6.832.146,2	6.949.281,8	1,7	78,2
Rio Grande do Norte	259.758,9	215.693,2	276.025,2	167.224,7	178.749,4	216.628,1	21,2	2,4
São Paulo	6.065,0	5.423,4	4.912,3	3.936,2	19.353,8	58.635,2	203,0	0,7
Sergipe	130.181,9	127.532,3	178.226,9	106.050,2	121.903,0	142.226,3	16,7	1,6
Total Estados	7.613.083,4	6.409.249,1	9.372.191,2	6.181.981,0	8.115.192,4	8.885.925,8	9,5	100,0

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nota: não estão excluídas as retenções relativas aos contratos de antecipação ou venda futura de royalties firmados pelo Rio de Janeiro e o Espírito Santo com a União.

► Quadro resumo da distribuição dos royalties gerados na plataforma continental

Parcela da alíquota até 5 %		Parcela da alíquota acima de 5 %	
Beneficiários			
30%	Aos estados confrontantes com os poços	25%	Ministério de Ciência e Tecnologia
30%	Aos municípios confrontantes com os poços e respectivas áreas geoeconômicas	22,5%	Estados confrontantes com campos
20%	Ao Ministério da Marinha	22,5%	Municípios litorâneos confrontantes com campos
10%	Ao Fundo Especial	15%	Ministério da Marinha
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás	7,5%	Fundo Especial (estados e municípios)
		7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás
Critérios de distribuição aos municípios			
30%	Aos municípios confrontantes com os poços, divididos da seguinte forma: 60% aos municípios integrantes da zona de produção principal = municípios litorâneos confrontantes com os poços + municípios que dispõem de instalações industriais para processamento e escoamento de petróleo e gás. 10% aos municípios integrantes da zona de produção secundária = municípios atravessados por oleodutos e gasodutos, destinados exclusivamente ao escoamento da produção petrolífera marítima. 30% aos municípios limitrofes à zona de produção principal, excluídos os integrantes da zona de produção secundária. São considerados municípios limitrofes os que fazem fronteira ou que estejam localizados numa mesma área geoeconômica com algum dos municípios pertencentes à zona de produção principal. Entende-se por área geoeconômica as mesorregiões geográficas, tal como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos três casos acima, o rateio entre os municípios é realizado de acordo com a população, segundo os mesmos coeficientes populacionais que servem de base para a distribuição do FPM, o que beneficia os municípios de menor porte populacional (para mais informações sobre os coeficientes populacionais consulte a seção do FPM na página 50).	22,5%	Municípios litorâneos confrontantes com campos Percentual rateado entre os municípios litorâneos confrontantes com os campos de petróleo e gás proporcionalmente à área do campo localizada em cada um deles. Para efeito de cálculo dessas áreas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza linhas ortogonais e paralelas projetadas a partir do litoral brasileiro.
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual igualmente distribuído entre os municípios em questão.	7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual distribuído segundo os volumes movimentados de petróleo e gás de origem nacional, nas referidas instalações.

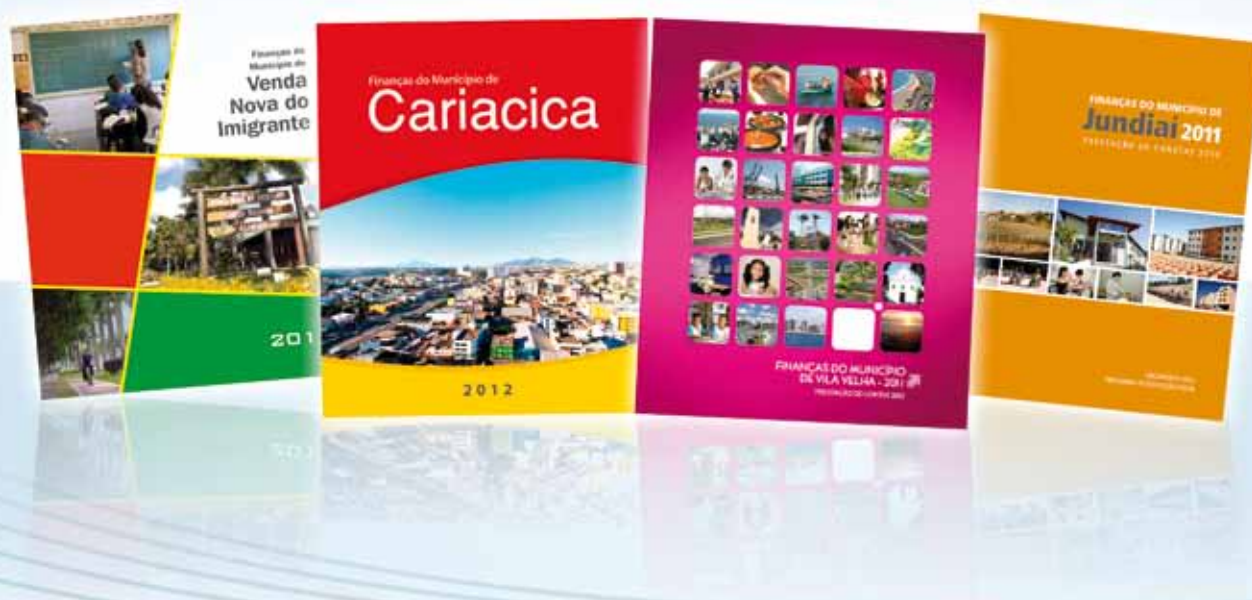
Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

► **Distribuição dos royalties e participação especial - 2008-2011**

População 2011	Municípios	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação no total dos royalties 2011	Participação na receita corrente 2011	Receita de royalties per capita 2011
em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %		em R\$	
10.373	Presidente Kennedy	86.040,9	82.994,3	117.725,9	184.102,1	56,4	25,5	82,1	17.748,20
31.209	Itapemirim	22.003,6	13.517,0	23.952,7	98.052,2	309,4	13,6	54,8	3.141,79
143.509	Linhares	65.844,7	32.564,4	52.782,3	97.321,8	84,4	13,5	25,0	678,16
24.265	Anchieta	4.398,0	2.310,4	23.213,7	48.524,8	109,0	6,7	23,2	1.999,79
83.152	Aracruz	38.633,7	12.844,0	33.504,3	36.520,9	9,0	5,1	12,9	439,21
110.454	São Mateus	23.148,5	14.864,2	19.128,0	34.833,1	82,1	4,8	17,4	315,36
34.412	Marataizes	3.314,5	4.701,1	7.163,1	31.863,8	344,8	4,4	37,5	925,95
416.029	Serra	20.658,1	7.285,1	16.400,4	21.452,1	30,8	3,0	2,7	51,56
330.526	Vitória	8.332,5	3.734,6	8.301,4	14.492,5	74,6	2,0	1,1	43,85
419.854	Vila Velha	7.036,8	3.398,8	7.545,0	13.925,9	84,6	1,9	2,4	33,17
18.364	Piúma	750,9	689,5	5.946,0	12.646,0	112,7	1,8	24,6	688,63
17.334	Fundão	9.730,5	3.481,1	7.798,5	11.034,2	41,5	1,5	25,0	636,56
25.073	Jaguaré	10.075,3	5.572,6	5.995,1	8.498,8	41,8	1,2	13,3	338,96
28.600	Conceição da Barra	2.418,9	1.387,4	2.071,1	3.264,6	57,6	0,5	4,6	114,15
1.853.901	Demais municípios	48.809,5	23.006,6	55.551,1	104.442,5	88,0	14,5	3,3	56,34
3.547.055	Total	351.196,2	212.351,1	387.078,5	720.975,4	86,3	100,0	9,4	203,26

Fonte: dados sobre royalties da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e dados da receita corrente dos balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Divulgar as contas de seu município de forma clara e didática, isso sim é transparência.



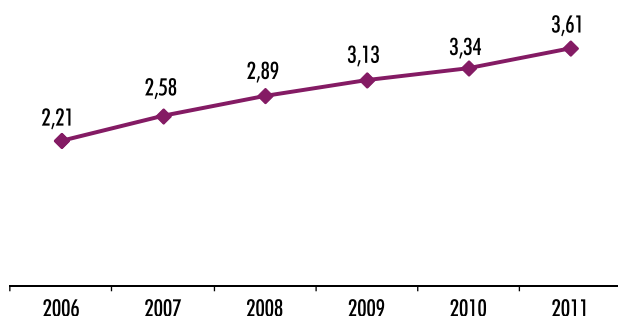
Pessoal

Desempenho

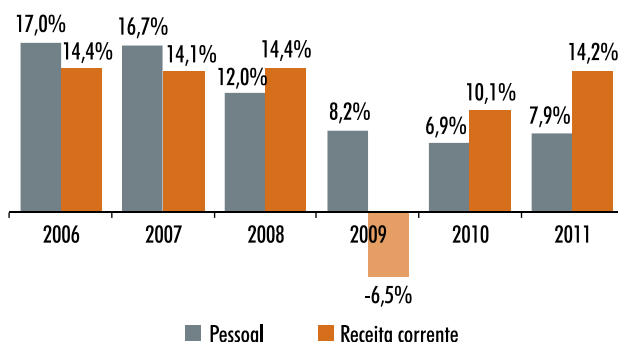
Os municípios capixabas desembolsaram R\$ 3,61 bilhões com pessoal em 2011. Em relação a 2010, houve um crescimento de 7,9%, taxa superior àquela obtida no último ano. No último triênio houve uma redução das taxas de crescimento dos gastos com pessoal sob influência do impacto da crise mundial nas receitas municipais. A queda da receita de 2009 e o ambiente de incerteza quanto ao seu comportamento futuro deixaram os administradores mais cautelosos quanto aos gastos com funcionalismo, em face da exigência do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que define o limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) para as despesas com pessoal.

Evolução do gasto com pessoal

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento do gasto com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



Os gastos com pessoal analisados por **Finanças dos Municípios Capixabas** englobam a despesa de pessoal e encargos sociais, exceto aquelas com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores, e acrescenta os gastos com aposentadorias e reformas, pensões, e salário-família inscritos em outras despesas correntes dos balanços apresentados pelos municípios ao Tribunal de Contas do Estado (TCEES).

Após a retração de 6% em 2010, Divino de São Lourenço foi o município que apresentou a maior alta nos gastos com pessoal em 2011: 27,7%, o que representou o adicional de R\$ 1,5 milhão. Anchieta foi o segundo com maior crescimento (25,2%), seguido por Barra de São Francisco (25,1%), Presidente Kennedy (23,9%), Vila Valério (22%), Itapemirim (22%) e Marataízes (21,4%).

Apenas cinco municípios reduziram os gastos com pessoal em 2011, considerando os valores corrigidos pela inflação: Montanha (-2,2%), Iconha (-3,4%), Santa Leopoldina (-3,5%), Alegre (-4,5%) e Dorcas do Rio Preto (-9,5%).

Todas as cidades com mais de 50 mil habitantes apresentaram variação positiva. Cariacica obteve a maior alta, de 19,5%, com recursos adicionais de R\$ 31,5 milhões. Vila Velha e Viana, com taxas de 15,1% e 12,1%, adicionaram nos gastos com pessoal a importância de R\$ 37,8 milhões e R\$ 6,9 milhões, respectivamente. Aracruz (8,2%), Cachoeiro de Itapemirim (8,1%), Linhares (7,9%), Guarapari (7%), Colatina (5,9%) e São Mateus (5,4%) apresentaram crescimento de forma mais moderada, assim como Vitória (3,3%) e Serra (1,9%).

Participação na receita corrente

Pelo segundo ano consecutivo caiu o nível de comprometimento da receita corrente com pessoal. Em 2009, a queda ocorrida na receita fez com que a participação do gasto com pessoal na receita corrente atingisse o pico de 51,4%. No ano seguinte ela recuou para 49,9% e para 47,2%, em 2011. No entanto, o indicador ainda permanece mais elevado que a média do período 2004-2008, que foi de 44,3%.

Individualmente, 31 municípios comprometeram mais de 50% das receitas correntes com o gasto de pessoal, número bem inferior aos 58 de 2009 e 46 de 2010, porém ainda superior à quantidade média de 18 cidades do período 2006/2008.

**VOCÊ
MOSTRA
ONDE
QUER
CHEGAR**

**A GENTE
FAZ O
CAMINHO**

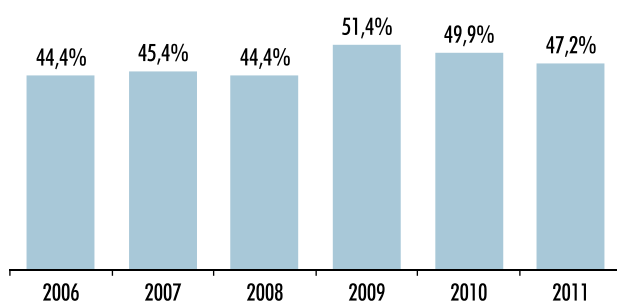
il
comunicação



SINDICOPES

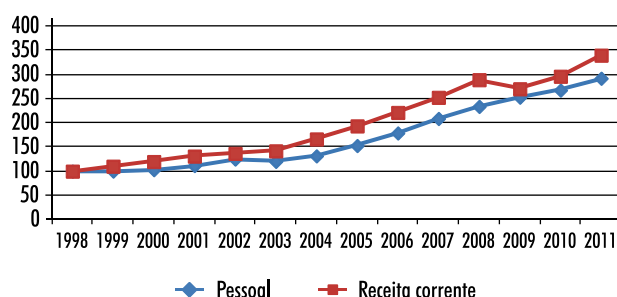
Sindicato da Indústria da Construção
Pesada no Estado do Espírito Santo

Participação do gasto com pessoal na receita corrente



Evolução da despesa com pessoal e da receita corrente

ano base 1998=100

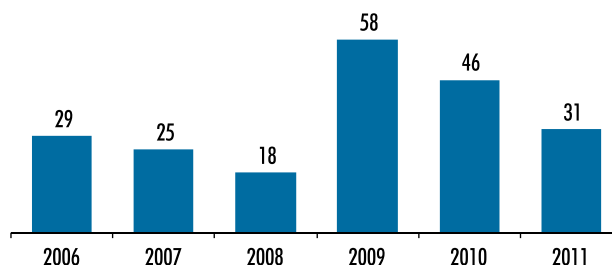


Rio Novo do Sul (58,6%) foi o município com o mais elevado comprometimento da receita corrente com a despesa de pessoal em 2011. Foi seguido por Viana (58,4%), Alegre (57,3%), Barra de São Francisco (56,8%), Guaçuí (56,6%) e Fundão (56,5%). Cabe ressaltar que, apesar de estar entre as primeiras posições, Viana, Alegre e Guaçuí diminuíram o nível de comprometimento em relação ao ano anterior.

Os menores níveis de comprometimento foram os de Presidente Kennedy (15,9%), Itapemirim (26%) e Anchieta (35,7%),

grandes recebedores de royalties do petróleo, que por lei são vedados de aplicar esse tipo de receita em pessoal.

Número de municípios que comprometeram mais de 50% da receita corrente em gastos com pessoal



Ranking e gasto per capita

Vitória lidera os gastos com pessoal entre as cidades capixabas, com R\$ 639,7 milhões despendidos em 2011, bem à frente de Serra e Vila Velha, que ocupam as próximas posições, com respectivas despesas de R\$ 392,5 milhões e R\$ 288,5 milhões. Os dez municípios com as maiores despesas de pessoal respondem por 62% do gasto total com pessoal dos municípios capixabas (veja tabela abaixo).

Com relação ao ranking da despesa com pessoal dividida pelo número de habitantes, Presidente Kennedy ocupou a primeira posição, com R\$ 3.437,15. Na sequência, aparecem Anchieta (R\$ 3.072,71), Vitória (R\$ 1.935,48), Aracruz (R\$ 1.519,26) e Divino de São Lourenço (R\$ 1.513,56). A média dos municípios capixabas foi de R\$ 1.017,26. A maioria das cidades que estão nas primeiras posições também possuem elevadas receitas correntes per capita. Encontram-se nas últimas posições Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 754,81), Vila Velha (R\$ 687,24) e Cariacica (R\$ 550,93).

As dez maiores despesas com pessoal em 2011, participação no total e acumulada

Posição	Municípios	Despesa com pessoal em R\$ milhões	Participação no total	Participação acumulada
			em %	
1º	Vitória	639,7	17,7	17,7
2º	Serra	392,5	10,9	28,6
3º	Vila Velha	288,5	8,0	36,6
4º	Cariacica	193,2	5,4	42,0
5º	Linhares	169,9	4,7	46,7
6º	Cachoeiro de Itapemirim	144,2	4,0	50,7
7º	Aracruz	126,3	3,5	54,2
8º	São Mateus	103,1	2,9	57,0
9º	Colatina	93,1	2,6	59,6
10º	Guarapari	86,7	2,4	62,0
	Total do Estado	3.608,3	100	100

FINANCIAL



*Software de
gerenciamento
**financeiro e
tributário***

Concebido para produzir informações gerenciais na área de finanças públicas, o Financial funciona como uma verdadeira ferramenta de inteligência fiscal. Permite a integração com outros sistemas e a utilização direta pelo usuário. Fornece informações ágeis e seguras no exato momento em que elas são importantes para a tomada de decisões. Solicite uma apresentação.

Tel: (27) 3235-7546
Telefax: (27) 3235-7841



www.financasdosmunicipios.com.br

► Despesa com pessoal¹ - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		Despesa pessoal¹ per capita 2011 em R\$
								no total da desp. pessoal¹	na receita corrente²	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	269.437,4	290.910,1	328.542,2	345.242,1	354.138,3	382.841,4	8,1	10,6	49,8	922,3
Água Doce do Norte	9.474,1	10.092,5	11.875,1	12.234,5	12.299,8	12.660,9	2,9	0,4	54,1	1.082,5
Água Branca	7.643,2	8.375,9	9.146,9	9.517,7	10.700,6	11.675,7	9,1	0,3	50,5	1.227,3
Alto Rio Novo	6.192,4	6.600,1	7.855,2	8.493,0	8.524,7	8.741,9	2,5	0,2	51,0	1.190,2
Baixo Guandu	23.623,9	23.178,3	23.093,6	23.732,3	25.021,4	26.159,2	4,5	0,7	50,7	896,5
Barra de São Francisco	23.348,3	30.704,6	37.479,9	37.131,3	30.458,6	38.105,9	25,1	1,1	56,8	932,1
Boa Esperança	10.183,3	11.329,7	12.595,8	12.882,9	13.422,0	14.601,6	8,8	0,4	48,6	1.025,5
Colatina	66.211,6	71.904,1	81.634,7	83.468,3	87.923,8	93.093,3	5,9	2,6	47,4	828,0
Ecoporanga	15.829,0	17.386,9	20.267,9	20.305,9	22.041,8	23.314,6	5,8	0,6	52,0	1.006,9
Governador Lindenberg	7.204,3	8.141,2	9.372,5	10.087,3	10.430,0	11.878,9	13,9	0,3	52,6	1.080,9
Mantenópolis	9.695,7	9.647,0	10.616,3	10.697,6	11.504,3	12.179,1	5,9	0,3	44,8	887,6
Marilândia	8.332,2	8.899,9	9.817,9	10.580,7	10.754,5	10.971,2	2,0	0,3	46,4	979,8
Nova Venécia	30.654,9	30.574,8	34.345,0	40.894,4	42.432,9	43.566,3	2,7	1,2	53,8	941,7
Pancas	12.751,6	13.343,6	14.778,0	15.877,8	16.338,2	17.347,7	6,2	0,5	49,1	801,8
São Domingos do Norte	5.753,2	6.490,2	7.654,7	8.147,5	9.290,7	9.497,7	2,2	0,3	46,8	1.181,9
São Gabriel da Palha	18.085,3	18.406,3	19.678,4	21.687,7	23.470,7	26.200,7	11,6	0,7	47,8	812,1
Vila Pavão	7.280,0	8.082,8	9.229,1	9.690,0	8.367,5	9.233,9	10,4	0,3	45,6	1.061,5
Vila Valério	7.174,4	7.752,3	9.101,2	9.813,2	11.156,9	13.612,7	22,0	0,4	45,6	984,5
MS Litoral Norte	416.272,5	473.840,2	522.795,8	564.544,2	593.779,6	636.030,7	7,1	17,6	46,6	1.144,5
Aracruz	95.549,7	115.979,1	121.994,2	120.996,4	116.719,9	126.329,7	8,2	3,5	44,8	1.519,3
Conceição da Barra	26.235,3	29.718,9	30.448,0	32.575,4	34.636,7	36.306,0	4,8	1,0	50,8	1.269,4
Fundão	12.430,4	15.302,0	18.226,4	19.760,6	21.269,1	24.945,0	17,3	0,7	56,5	1.439,1
Ibiraçu	8.327,7	9.733,6	10.434,4	11.423,9	12.259,8	13.325,2	8,7	0,4	50,4	1.183,6
Jaguari	15.260,1	18.900,1	20.831,2	20.504,9	26.103,3	27.670,7	6,0	0,8	43,4	1.103,6
João Neiva	12.924,1	14.855,7	14.457,4	13.583,3	13.734,7	14.760,9	7,5	0,4	41,5	931,4
Linhares	97.755,2	110.233,8	125.285,6	146.436,7	157.508,7	169.898,3	7,9	4,7	43,7	1.183,9
Montanha	11.047,0	12.092,6	13.837,9	15.435,7	15.891,1	15.547,4	-2,2	0,4	42,0	868,9
Mucuri	5.872,7	6.462,6	6.189,7	6.522,0	7.392,8	7.589,9	2,7	0,2	40,0	1.346,4
Pedro Canário	11.710,9	13.851,5	16.322,0	17.883,7	18.668,3	20.180,5	8,1	0,6	49,4	843,1
Pinheiros	15.313,9	15.915,2	19.532,2	21.729,1	24.322,1	26.558,6	9,2	0,7	52,5	1.102,3
Ponto Belo	5.499,0	4.715,2	7.104,0	7.305,6	8.068,7	8.120,6	0,6	0,2	45,6	1.154,5
Rio Bananal	13.350,2	14.832,9	17.968,4	19.232,7	19.577,4	21.007,5	7,3	0,6	46,9	1.192,1
São Mateus	72.414,3	76.407,6	83.349,7	93.278,2	97.801,2	103.108,7	5,4	2,9	51,4	933,5
Sooretama	12.582,0	14.839,3	16.814,6	17.876,1	19.825,8	20.681,6	4,3	0,6	48,3	852,1
MS Central	226.103,1	256.075,6	290.089,2	304.757,8	325.545,7	361.007,5	10,9	10,0	43,5	1.134,5
Afonso Cláudio	17.929,6	22.251,6	22.808,1	22.886,1	24.992,0	27.329,5	9,4	0,8	50,8	881,5
Alfredo Chaves	9.001,7	9.208,8	10.501,9	11.085,5	11.134,0	13.028,4	17,0	0,4	41,1	931,8
Anchieta	34.732,5	43.006,1	49.072,4	51.981,0	59.573,9	74.559,4	25,2	2,1	35,7	3.072,7
Brejetuba	7.613,6	9.812,9	10.795,0	12.115,3	10.813,9	12.135,7	12,2	0,3	44,3	1.017,0
Conceição do Castelo	10.657,1	11.679,7	12.819,1	13.243,8	12.725,1	13.649,6	7,3	0,4	49,9	1.162,6
Domingos Martins	21.388,2	23.883,5	26.520,7	27.425,3	27.670,6	28.932,5	4,6	0,8	43,0	905,7
Iconha	8.914,9	10.589,9	11.227,5	12.029,1	14.632,1	14.132,3	-3,4	0,4	48,7	1.121,3
Itaguaçu	8.444,6	8.769,8	11.483,3	12.349,7	13.126,0	14.969,6	14,0	0,4	49,7	1.061,1
Itarana	6.650,9	7.101,3	8.431,4	8.908,3	9.562,9	10.181,3	6,5	0,3	44,1	939,2
Laranja da Terra	5.860,8	8.398,0	9.971,5	10.273,4	10.298,6	10.975,9	6,6	0,3	48,8	1.014,6
Marechal Floriano	11.684,2	12.878,9	13.945,3	15.315,2	15.680,6	15.968,8	1,8	0,4	48,5	1.107,3
Plúmia	11.495,7	14.293,0	15.417,0	16.164,6	17.969,2	19.605,8	9,1	0,5	38,1	1.067,6
Rio Novo do Sul	8.279,9	8.103,4	10.770,4	9.946,4	11.547,4	12.872,9	11,5	0,4	58,6	1.136,2
Santa Leopoldina	10.135,0	11.658,4	13.107,6	12.596,5	13.200,1	12.744,3	-3,5	0,4	51,3	1.042,7
Santa Maria de Jetibá	21.191,7	20.755,6	24.767,1	26.602,7	27.961,0	31.504,6	12,7	0,9	47,9	910,8
Santa Teresa	16.348,3	16.198,6	18.069,2	20.122,7	21.245,3	23.017,2	8,3	0,6	49,1	1.050,2
São Roque do Canaã	5.547,3	6.315,3	7.178,9	7.905,7	8.245,0	9.606,0	16,5	0,3	43,3	847,0
Venda Nova do Imigrante	10.227,0	11.170,8	13.202,7	13.806,6	15.168,2	15.793,7	4,1	0,4	37,5	760,2
Região Metropolitana	935.931,3	1.163.055,1	1.284.775,3	1.429.808,9	1.554.704,0	1.664.431,6	7,1	46,1	49,9	985,2
Caraciaca	99.605,7	127.664,4	134.285,7	151.266,0	161.630,8	193.164,5	19,5	5,4	48,5	550,9
Guarapari	53.735,3	56.471,2	63.950,3	76.011,8	81.054,5	86.699,8	7,0	2,4	47,0	813,4
Serra	221.261,6	215.509,6	269.791,0	329.150,7	385.174,8	392.468,1	1,9	10,9	49,8	943,4
Viana	38.647,4	39.770,6	42.538,9	50.886,2	56.959,8	63.831,9	12,1	1,8	58,4	968,8
Vila Velha	132.574,4	170.300,5	192.788,7	221.354,1	250.691,8	288.541,4	15,1	8,0	49,0	687,2
Vitória	390.106,8	553.338,8	581.420,6	601.140,1	619.192,3	639.725,8	3,3	17,7	50,6	1.935,5
MS Sul	363.152,6	396.799,5	463.373,0	481.886,4	514.417,9	563.970,6	9,6	15,6	41,9	991,9
Alegre	21.042,8	23.177,2	26.979,7	30.021,3	33.712,2	32.198,8	-4,5	0,9	57,3	1.049,0
Apicá	7.006,9	7.137,6	8.117,8	8.313,4	8.235,3	8.760,3	6,4	0,2	49,3	1.167,3
Atílio Vivacqua	7.750,9	7.976,5	9.830,5	9.891,8	10.359,5	11.908,1	14,9	0,3	50,7	1.194,8
Bom Jesus do Norte	6.624,0	6.638,9	7.571,5	7.620,1	8.932,2	9.040,9	1,2	0,3	52,3	952,1
Cachoeiro de Itapemirim	105.882,0	115.008,1	134.425,6	128.151,5	133.400,7	144.200,3	8,1	4,0	53,9	754,8
Castelo	22.101,4	24.811,3	28.519,2	28.517,3	30.353,4	33.926,0	11,8	0,9	53,8	972,1
Divino de São Lourenço	4.759,8	5.273,3	5.559,2	5.662,5	5.324,9	6.800,4	27,7	0,2	52,0	1.513,6
Dores do Rio Preto	5.006,2	5.629,3	6.362,8	6.308,4	6.809,6	6.162,4	-9,5	0,2	38,4	960,8
Guaçu	16.501,5	20.589,7	25.007,2	27.019,6	29.120,4	30.616,5	5,1	0,8	56,6	1.092,2
Ibatiba	13.835,0	14.659,4	14.749,9	16.113,9	17.518,8	18.782,5	7,2	0,5	51,6	830,8
Ibitirama	6.830,2	7.503,6	8.865,9	9.018,8	9.661,0	9.959,1	3,1	0,3	47,3	1.114,2
Irupi	8.490,4	9.414,5	9.980,3	10.453,5	12.086,3	13.445,3	11,2	0,4	54,6	1.136,6
Itapemirim	25.781,3	28.136,7	33.412,6	35.085,7	38.129,4	46.501,1	22,0	1,3	26,0	1.490,0
Lúna	17.257,1	17.893,8	21.412,8	20.407,7	21.743,8	24.478,1	12,6	0,7	53,1	892,6
Jerônimo Monteiro	7.639,5	8.294,8	10.019,9	11.246,2	10.986,7	11.618,1	5,7	0,3	49,2	1.062,8
Marataizes	16.366,6	17.907,4	23.540,6	27.030,2	26.544,9	32.237,1	21,4	0,9	37,9	936,8
Mimoso do Sul	16.183,3	17.073,6	16.519,0	20.527,1	22.299,5	23.024,0	3,2	0,6	50,3	889,6
Muniz Freire	13.007,2	14.478,7	18.246,9	18.327,8	19.146,0	20.283,9	5,9	0,6	50,2	1.108,5
Muqui	7.077,4	7.688,3	8.658,5	10.064,5	11.063,9	11.878,0	7,4	0,3	45,0	821,9
Presidente Kennedy	12.226,1	15.069,1	18.363,6	23.752,9	28.779,6	35.653,6	23,9	1,0	15,9	3.437,2
São José do Calçado	7.734,0	8.972,4	10.129,0	10.288,4	11.086,1	12.361,8	11,5	0,3	52,7	1.188,3
Vargem Alta	14.049,0	13.465,5	17.100,6	18.064,0	19.123,7	20.134,2	5,3	0,6	47,8	1.045,1
TOTAL	2.210.897,0	2.580.680,4	2.889.575,4	3.126.239,4	3.342.585,5	3.608.281,8	7,9	100,0	47,2	1.017,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹inclui encargos sociais, inativos, pensionistas e salário-família; ²receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Despesa com pessoal

Posição	Município	Despesa com pessoal ¹ em R\$	População 2011
1º	Vitória	639.725.822,25	330.526
2º	Serra	392.468.113,77	416.029
3º	Vila Velha	288.541.445,21	419.854
4º	Cariacica	193.164.469,70	350.615
5º	Linhares	169.898.321,02	143.509
6º	Cachoeiro de Itapemirim	144.200.296,04	191.042
7º	Aracruz	126.329.733,11	83.152
8º	São Mateus	103.108.704,06	110.454
9º	Colatina	93.093.329,18	112.432
10º	Guarapari	86.699.827,32	106.583
11º	Anchieta	74.559.421,63	24.265
12º	Viana	63.831.926,13	65.888
13º	Itapemirim	46.501.126,57	31.209
14º	Nova Venécia	43.566.325,84	46.263
15º	Barra de São Francisco	38.105.949,53	40.884
16º	Conceição da Barra	36.305.950,26	28.600
17º	Presidente Kennedy	35.653.576,66	10.373
18º	Castelo	33.925.984,32	34.900
19º	Maratáizes	32.237.106,89	34.412
20º	Alegre	32.198.754,24	30.696
21º	Santa Maria de Jetibá	31.504.585,50	34.591
22º	Guaçuí	30.616.517,30	28.033
23º	Domingos Martins	28.932.532,16	31.946
24º	Jaguaré	27.670.735,39	25.073
25º	Afonso Cláudio	27.329.455,02	31.004
26º	Pinheiros	26.558.633,99	24.093
27º	São Gabriel da Palha	26.200.734,98	32.264
28º	Baixo Guandu	26.159.159,91	29.178
29º	Fundão	24.945.036,33	17.334
30º	Íluna	24.478.103,24	27.422
31º	Ecoporanga	23.314.615,04	23.154
32º	Mimoso do Sul	23.024.032,66	25.880
33º	Santa Teresa	23.017.209,47	21.916
34º	Rio Bananal	21.007.540,03	17.623
35º	Sooretama	20.681.567,35	24.271
36º	Muniz Freire	20.283.920,84	18.298
37º	Pedro Canário	20.180.484,19	23.935
38º	Vargem Alta	20.134.220,87	19.265
39º	Piúma	19.605.752,97	18.364
40º	Ibatiba	18.782.464,86	22.609
41º	Pancas	17.347.722,08	21.636
42º	Marechal Floriano	15.968.794,65	14.422
43º	Venda Nova do Imigrante	15.793.682,64	20.776
44º	Montanha	15.547.396,10	17.894
45º	Itaguaçu	14.969.554,02	14.107
46º	João Neiva	14.760.874,57	15.848
47º	Boa Esperança	14.601.614,20	14.239
48º	Iconha	14.132.340,66	12.603
49º	Conceição do Castelo	13.649.647,46	11.741
50º	Vila Valério	13.612.742,26	13.827
51º	Irupi	13.445.323,08	11.829
52º	Ibiraçu	13.325.226,79	11.258
53º	Alfredo Chaves	13.028.404,65	13.982
54º	Rio Novo do Sul	12.872.939,00	11.330
55º	Santa Leopoldina	12.744.332,98	12.223
56º	Água Doce do Norte	12.660.873,74	11.696
57º	São José do Calçado	12.361.816,59	10.403
58º	Mantenópolis	12.179.053,47	13.721
59º	Brejetuba	12.135.698,52	11.933
60º	Atílio Vivacqua	11.908.096,14	9.967
61º	Governador Lindenberg	11.878.879,38	10.990
62º	Muqui	11.878.015,16	14.452
63º	Água Branca	11.675.651,72	9.513
64º	Jerônimo Monteiro	11.618.140,46	10.932
65º	Laranja da Terra	10.975.880,45	10.818
66º	Marilândia	10.971.247,84	11.198
67º	Itarana	10.181.282,90	10.840
68º	Ibitirama	9.959.122,04	8.938
69º	São Roque do Canaã	9.606.003,29	11.341
70º	São Domingos do Norte	9.497.662,10	8.036
71º	Vila Pavão	9.233.898,15	8.699
72º	Bom Jesus do Norte	9.040.865,85	9.496
73º	Apiacá	8.760.285,39	7.505
74º	Alto Rio Novo	8.741.933,78	7.345
75º	Ponto Belo	8.120.564,51	7.034
76º	Mucurici	7.589.885,55	5.637
77º	Divino de São Lourenço	6.800.416,16	4.493
78º	Dores do Rio Preto	6.162.415,09	6.414
TOTAL		3.608.281.769,25	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹inclui encargos sociais, inativos, pensionistas e salário-família.

► Despesa com pessoal per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com pessoal ¹ (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Presidente Kennedy	3.437,15	35.653.576,66	10.373
2º	Anchieta	3.072,71	74.559.421,63	24.265
3º	Vitória	1.935,48	639.725.822,25	330.526
4º	Aracruz	1.519,26	126.329.733,11	83.152
5º	Divino de São Lourenço	1.513,56	6.800.416,16	4.493
6º	Itapemirim	1.489,99	46.501.126,57	31.209
7º	Fundão	1.439,08	24.945.036,33	17.334
8º	Mucurici	1.346,44	7.589.885,55	5.637
9º	Conceição da Barra	1.269,44	36.305.950,26	28.600
10º	Água Branca	1.227,34	11.675.651,72	9.513
11º	Atílio Vivacqua	1.194,75	11.908.096,14	9.967
12º	Rio Bananal	1.192,05	21.007.540,03	17.623
13º	Alto Rio Novo	1.190,19	8.741.933,78	7.345
14º	São José do Calçado	1.188,29	12.361.816,59	10.403
15º	Linhares	1.183,89	169.898.321,02	143.509
16º	Ibiraçu	1.183,62	13.325.226,79	11.258
17º	São Domingos do Norte	1.181,89	9.497.662,10	8.036
18º	Apiacá	1.167,26	8.760.285,39	7.505
19º	Conceição do Castelo	1.162,56	13.649.647,46	11.741
20º	Ponto Belo	1.154,47	8.120.564,51	7.034
21º	Irupi	1.136,64	13.445.323,08	11.829
22º	Rio Novo do Sul	1.136,18	12.872.939,00	11.330
23º	Iconha	1.121,35	14.132.340,66	12.603
24º	Ibitirama	1.114,25	9.959.122,04	8.938
25º	Muniz Freire	1.108,53	20.283.920,84	18.298
26º	Marechal Floriano	1.107,25	15.968.794,65	14.422
27º	Jaguaré	1.103,61	27.670.735,39	25.073
28º	Pinheiros	1.102,34	26.558.633,99	24.093
29º	Guaçuí	1.092,16	30.616.517,30	28.033
30º	Água Doce do Norte	1.082,50	12.660.873,74	11.696
31º	Governador Lindenberg	1.080,88	11.878.879,38	10.990
32º	Piúma	1.067,62	19.605.752,97	18.364
33º	Jerônimo Monteiro	1.062,76	11.618.140,46	10.932
34º	Vila Pavão	1.061,49	9.233.898,15	8.699
35º	Itaguaçu	1.061,14	14.969.554,02	14.107
36º	Santa Teresa	1.050,25	23.017.209,47	21.916
37º	Alegre	1.048,96	32.198.754,24	30.696
38º	Vargem Alta	1.045,12	20.134.220,87	19.265
39º	Santa Leopoldina	1.042,65	12.744.332,98	12.223
40º	Boa Esperança	1.025,47	14.601.614,20	14.239
41º	Brejetuba	1.016,99	12.135.698,52	11.933
42º	Laranja da Terra	1.014,59	10.975.880,45	10.818
43º	Ecoporanga	1.006,94	23.314.615,04	23.154
44º	Vila Valério	984,50	13.612.742,26	13.827
45º	Marilândia	979,75	10.971.247,84	11.198
46º	Castelo	972,09	33.925.984,32	34.900
47º	Viana	968,79	63.831.926,13	65.888
48º	Dores do Rio Preto	960,78	6.162.415,09	6.414
49º	Bom Jesus do Norte	952,07	9.040.865,85	9.496
50º	Serra	943,37	392.468.113,77	416.029
51º	Nova Venécia	941,71	43.566.325,84	46.263
52º	Itarana	939,23	10.181.282,90	10.840
53º	Maratáizes	936,80	32.237.106,89	34.412
54º	São Mateus	933,50	103.108.704,06	110.454
55º	Barra de São Francisco	932,05	38.105.949,53	40.884
56º	Alfredo Chaves	931,80	13.028.404,65	13.982
57º	João Neiva	931,40	14.760.874,57	15.848
58º	Santa Maria de Jetibá	910,77	31.504.585,50	34.591
59º	Domingos Martins	905,67	28.932.532,16	31.946
60º	Baixo Guandu	896,54	26.159.159,91	29.178
61º	Íluna	892,64	24.478.103,24	27.422
62º	Mimoso do Sul	889,65	23.024.032,66	25.880
63º	Mantenópolis	887,62	12.179.053,47	13.721
64º	Afonso Cláudio	881,48	27.329.455,02	31.004
65º	Montanha	868,86	15.547.396,10	17.894
66º	Sooretama	852,11	20.681.567,35	24.271
67º	São Roque do Canaã	847,02	9.606.003,29	11.341
68º	Pedro Canário	843,14	20.180.484,19	23.935
69º	Ibatiba	830,75	18.782.464,86	22.609
70º	Colatina	828,00	93.093.329,18	112.432
71º	Muqui	821,89	11.878.015,16	14.452
72º	Guarapari	813,45	86.699.827,32	106.583
73º	São Gabriel da Palha	812,07	26.200.734,98	32.264
74º	Pancas	801,80	17.347.722,08	21.636
75º	Venda Nova do Imigrante	760,19	15.793.682,64	20.776
76º	Cachoeiro de Itapemirim	754,81	144.200.296,04	191.042
77º	Vila Velha	687,24	288.541.445,21	419.854
78º	Cariacica	550,93	193.164.469,70	350.615
TOTAL		1.017,26	3.608.281.769,25	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹inclui encargos sociais, inativos, pensionistas e salário-família.

Custeio

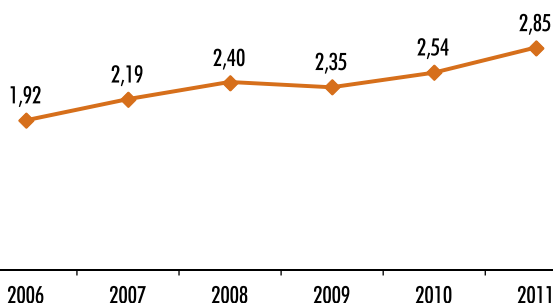
Desempenho

Finanças dos Municípios Capixabas adota como critério para apuração do custeio da administração pública municipal toda a despesa corrente, exceto pessoal e juros e encargos da dívida.

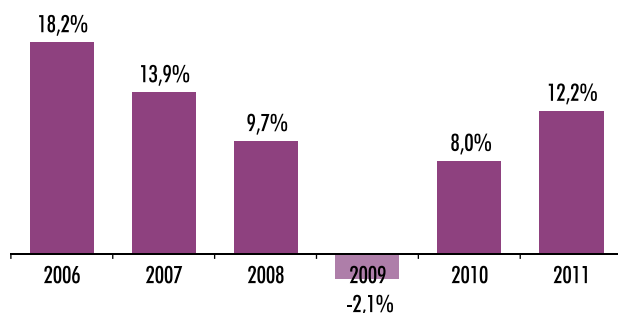
Em 2011, as despesas com custeio dos municípios capixabas tiveram crescimento de 12,2%, totalizando R\$ 2,85 bilhões. Essa expansão foi motivada por dois fatores: primeiro, a retomada do ritmo de crescimento da receita que, em 2011, apresentou um aumento de 12,7%; e segundo, a maturação dos investimentos efetuados em anos anteriores, que pressiona o aumento dos gastos correntes (veja mais detalhes sobre a influência dos investimentos nos gastos com custeio no *Saiba mais sobre os custeios*, na página a seguir).

Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior



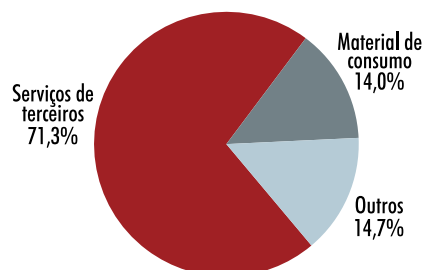
O aumento da despesa com custeio foi praticamente generalizado entre os municípios capixabas. Apenas quatro cidades, Fundão (-11,8%), Pedro Canário (-8,9%), Rio Novo do Sul (-5,2%) e Baixo Guandu (-2,2%), apresentaram recuo em relação aos gastos do ano anterior. Em contrapartida, Apiacá (65,8%), Presidente Kennedy (51,4%), Piúma (41,7%), Boa Esperança (38%), Alto Rio Novo (37,1%), Itapemirim (33,2%) e Ibatiba (30%) se destacaram com os maiores aumentos em termos relativos. Presidente Kennedy também se distinguiu com o segundo maior incremento em termos absolutos no custeio, de R\$ 36,6 milhões, ficando entre os aumentos de Serra (R\$ 43,9 milhões) e Vila Velha (R\$ 28,9 milhões), municípios com população 40 vezes maior.

Analisando-se o comportamento dos municípios por faixas populacionais, nota-se que o grupo dos municípios com menos de 15 mil habitantes apresentou a maior taxa de crescimento, de 22%. Entretanto, esse desempenho é influenciado pelo aumento da despesa de Presidente Kennedy. Desconsiderando-se os gastos desse município, o desempenho médio do grupo se reduz para 14,4%. Nos municípios com população entre 15 mil e 50 mil habitantes, houve um crescimento médio de 11,4%. Já nos maiores, com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, a expansão média dessa despesa foi de 13,8%. Na capital, o aumento foi de 2,1%.

Composição dos custeios e participação orçamentária

A despesa com custeio considerada nesta publicação pode ser subdividida em três grandes categorias: a) materiais de consumo; b) serviços de terceiros; e c) outras.

Composição das despesas com custeio 2011

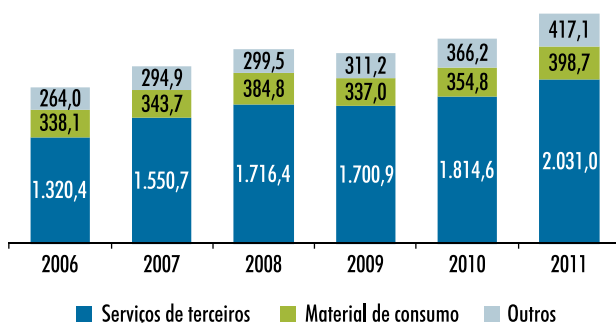


Geralmente, nas administrações municipais, os serviços de terceiros são a maior parcela, pois incluem diversos custos da saúde, educação, iluminação pública, coleta e destinação do lixo. Em 2011, essa categoria consumiu 71,3% do custeio, o que correspondeu a R\$ 2,03 bilhões.

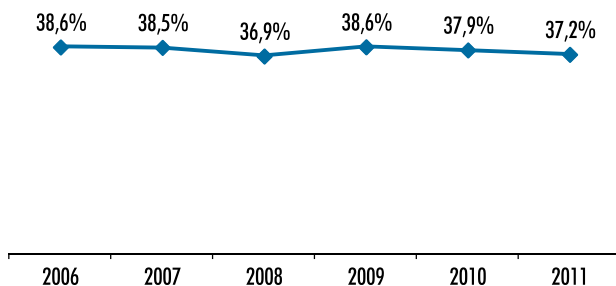
Já com materiais de consumo, os municípios capixabas despenderam R\$ 398,7 milhões, o que equivaleu a 14% do total. Outras despesas menores somadas representaram 14,7%.

Evolução das principais despesas com custeio

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Participação média da despesa com custeio na receita corrente



A participação média das despesas com custeio na receita corrente dos municípios capixabas tem se mantido relativa-

mente estável nos últimos anos, fluando entre 37% e 39%. Em 2011, elas consumiram, em média, 37,2% da receita corrente dos municípios. Apenas João Neiva comprometeu mais da metade de sua receita corrente com o custeio.



Saiba mais sobre custeio municipal

As despesas com custeio compreendem os gastos voltados para a operacionalização dos serviços prestados pela prefeitura, bem como para cobrir os custos inerentes à burocracia estatal e à manutenção e conservação do patrimônio público.

Seus principais itens são os serviços de iluminação pública, telefonia, limpeza urbana, coleta de lixo, aterro sanitário, sinalização, manutenção de equipamentos e áreas públicas, como vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, praças, parques, jardins e teatros. A aquisição de material de consumo, tais como os utilizados nos serviços de saúde, os combustíveis, as peças, o material das escolas, de limpeza, de escritório, entre outros, também são partes importantes do custeio.

Normalmente a despesa com custeio tende a se expandir após a maturação dos investimentos. Por exemplo, após a construção de novos postos de saúde, hospitais, escolas, dentre tantos outros investimentos, são necessários recursos para colocá-los em funcionamento. Além das pessoas que serão contratadas, os serviços que serão prestados nesses locais deverão ser mantidos através do consumo de diversos insumos e serviços.

Também os investimentos em urbanização, como vias públicas, pontes e viadutos, canais, iluminação pública, praças, parques e jardins, necessitam de manutenção periódica realizada através das despesas de custeio. Dessa forma, os investimentos refletem-se no crescimento dos custeios e esse impacto deve ser previsto no planejamento fiscal que, por sua vez, deve ser capaz de avaliar se a receita do ente público terá condições de suportar gastos adicionais nos exercícios futuros.

► Despesa de custeio¹ - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		Despesa de custeio ¹ per capita 2011 em R\$
								no total da desp. de custeio ¹	na rec. corr. ²	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	222.020,8	237.469,3	262.607,3	253.396,0	285.555,0	314.609,2	10,2	11,1	40,9	757,96
Água Doce do Norte	5.961,5	6.863,4	7.106,6	6.387,7	6.720,9	7.618,2	13,4	0,3	32,5	651,35
Água Branca	4.831,7	5.033,9	6.718,7	6.355,9	7.105,9	8.307,2	16,9	0,3	35,9	873,24
Alto Rio Novo	4.151,0	4.771,2	6.115,7	6.116,5	5.595,1	7.670,0	37,1	0,3	44,7	1.044,24
Baixo Guandu	23.005,9	20.506,4	21.509,5	20.948,1	21.278,0	20.803,6	-2,2	0,7	40,3	712,99
Barra de São Francisco	15.280,7	18.021,9	20.466,3	18.796,6	27.186,0	29.816,9	9,7	1,0	44,4	729,31
Boa Esperança	8.523,9	8.639,9	10.130,9	7.858,6	8.432,9	11.635,9	38,0	0,4	38,7	817,19
Colatina	61.025,2	68.383,1	65.242,6	67.226,2	75.257,0	87.173,0	15,8	3,1	44,4	775,34
Ecoporanga	15.070,3	13.454,6	14.658,0	16.424,6	15.201,8	15.539,2	2,2	0,5	34,6	671,13
Governador Lindenberg	7.197,3	7.024,4	8.166,2	7.233,7	8.082,8	8.994,7	11,3	0,3	39,8	818,45
Mantenópolis	7.049,8	8.817,5	11.043,5	8.228,1	9.500,0	10.469,7	10,2	0,4	38,5	763,04
Marilândia	7.082,2	7.612,4	8.315,5	8.404,4	8.818,5	9.887,3	12,1	0,3	41,8	882,95
Nova Venécia	22.471,6	22.452,9	27.700,8	26.237,6	31.271,2	31.523,0	0,8	1,1	38,9	681,39
Pancas	11.060,3	11.411,5	11.492,8	10.286,3	12.596,6	13.438,7	6,7	0,5	38,0	621,13
São Domingos do Norte	5.878,8	7.872,2	7.293,9	6.775,7	7.098,9	7.845,0	10,5	0,3	38,7	976,23
São Gabriel da Palha	9.743,3	10.137,2	14.989,0	16.583,6	19.853,6	20.083,0	1,2	0,7	36,7	622,46
Vila Pavao	6.516,1	7.652,4	7.540,0	6.557,0	7.552,4	9.067,0	20,1	0,3	44,8	1.042,31
Vila Valério	7.171,3	8.814,2	14.117,4	12.975,5	14.003,5	14.736,7	5,2	0,5	49,4	1.065,79
MS Litoral Norte	392.289,4	407.680,0	473.659,1	434.561,1	453.013,6	519.541,4	14,7	18,3	38,0	934,91
Aracruz	92.018,0	86.327,4	93.137,6	96.777,7	92.896,2	104.279,6	12,3	3,7	37,0	1.254,08
Conceição da Barra	12.414,4	16.114,6	20.849,8	16.173,3	18.010,3	21.848,4	21,3	0,8	30,5	763,93
Fundão	11.853,1	15.383,8	16.212,0	14.989,1	14.618,9	12.894,7	-11,8	0,5	29,2	743,90
Ibiraçu	9.248,5	8.148,0	7.665,9	7.815,9	8.952,8	10.582,7	18,2	0,4	40,0	940,02
Jaguaré	31.735,6	29.291,0	33.908,8	25.501,1	24.499,4	31.190,0	27,3	1,1	48,9	1.243,97
João Neiva	11.696,3	12.224,5	16.707,2	15.723,1	16.709,9	19.779,5	18,4	0,7	55,6	1.248,07
Linhares	94.348,9	103.855,5	137.935,6	108.853,4	131.380,6	151.581,6	15,4	5,3	39,0	1.056,25
Montanha	9.544,9	9.831,6	12.969,7	11.591,7	14.601,5	17.925,8	22,8	0,6	48,4	1.001,78
Mucurici	4.573,3	5.266,7	5.678,8	5.668,4	6.750,2	6.754,2	0,1	0,2	35,6	1.198,19
Pedro Canário	10.629,9	12.976,5	12.245,4	12.920,6	11.779,0	10.729,0	-8,9	0,4	26,2	448,26
Pinheiros	10.863,9	13.021,3	14.296,3	13.653,1	17.179,1	17.217,0	0,2	0,6	34,1	714,61
Ponto Belo	5.779,6	5.528,0	6.844,2	5.841,5	6.388,6	7.525,0	17,8	0,3	42,3	1.069,81
Rio Bananal	8.543,6	9.575,4	10.643,9	11.144,6	12.955,9	15.374,8	18,7	0,5	34,3	872,43
São Mateus	66.569,0	66.382,7	66.932,0	73.392,6	62.208,8	76.735,3	23,4	2,7	38,2	694,73
Sooretama	12.470,3	13.753,1	17.631,9	14.515,1	14.082,1	15.123,5	7,4	0,5	35,3	623,11
MS Central	212.192,4	232.978,0	255.697,8	255.607,7	278.925,6	318.052,5	14,0	11,2	38,3	999,53
Afonso Cláudio	14.696,1	13.783,0	16.526,3	18.621,9	20.046,5	23.007,9	14,8	0,8	42,8	742,10
Alfredo Chaves	8.855,4	11.383,3	13.200,2	11.993,6	12.339,5	15.287,4	23,9	0,5	48,2	1.093,36
Anchieta	34.822,9	45.025,4	46.409,0	50.335,7	58.587,6	67.451,3	15,1	2,4	32,3	2.779,78
Brejetuba	8.956,0	9.184,7	10.538,8	10.226,0	11.592,8	12.564,4	8,4	0,4	45,8	1.052,91
Conceição do Castelo	6.848,6	7.880,4	8.369,7	8.235,3	8.972,0	10.511,3	17,2	0,4	38,4	895,26
Domingos Martins	17.203,8	16.363,0	17.832,4	18.961,7	23.631,2	26.155,3	10,7	0,9	38,9	818,74
Iconha	9.031,2	10.905,0	12.991,5	10.408,0	9.463,5	11.144,1	17,8	0,4	38,4	884,24
Itaguaçu	9.929,2	10.560,2	11.320,6	10.861,9	11.534,0	12.394,9	7,5	0,4	41,1	878,64
Itarana	7.592,0	9.272,6	10.822,5	9.683,1	9.112,3	10.690,7	17,3	0,4	46,3	986,22
Laranja da Terra	8.106,3	6.163,9	7.112,4	6.446,8	7.450,4	8.071,8	8,3	0,3	35,9	746,15
Marechal Floriano	10.074,1	11.585,9	11.388,1	10.899,4	9.184,3	11.100,7	20,9	0,4	33,7	769,71
Piúma	11.377,6	8.712,0	9.308,9	9.486,6	14.550,5	20.621,5	41,7	0,7	40,0	1.122,93
Rio Novo do Sul	6.295,7	5.769,7	6.248,6	5.846,8	6.243,6	5.918,2	-5,2	0,2	26,9	522,35
Santa Leopoldina	8.117,3	8.922,6	10.544,3	9.476,6	8.699,3	8.983,3	3,3	0,3	36,1	734,95
Santa Maria de Jetibá	15.805,6	19.398,1	20.724,1	22.248,7	22.960,7	25.065,7	9,2	0,9	38,1	724,63
Santa Teresa	13.444,4	13.593,7	16.736,2	17.863,5	17.255,4	20.445,3	18,5	0,7	43,6	932,89
São Roque do Canaã	7.442,0	7.908,2	8.978,3	8.096,3	8.508,2	9.668,9	13,6	0,3	43,6	852,56
Venda Nova do Imigrante	13.594,2	16.566,4	16.646,0	15.915,6	18.793,8	18.969,9	0,9	0,7	45,1	913,07
Região Metropolitana	826.373,4	1.002.346,2	1.045.099,9	1.053.867,3	1.108.707,8	1.210.849,0	9,2	42,5	36,3	716,69
Caraciaca	68.940,6	85.168,8	80.630,4	80.426,1	120.220,8	131.415,5	9,3	4,6	33,0	374,81
Guarapari	45.492,2	42.078,3	33.085,4	49.652,3	53.173,1	55.090,7	3,6	1,9	29,8	516,88
Serra	168.509,5	243.120,5	248.395,7	254.811,5	226.797,6	270.709,2	19,4	9,5	34,3	650,70
Viana	20.795,8	25.982,8	27.730,0	28.226,1	33.230,5	39.777,2	19,7	1,4	36,4	603,71
Vila Velha	169.443,9	175.887,0	210.539,8	184.946,4	220.110,4	249.047,4	13,1	8,7	42,3	593,18
Vitória	353.191,3	430.108,9	444.718,6	455.804,9	455.175,3	464.809,0	2,1	16,3	36,7	1.406,27
MS Sul	269.634,7	308.854,1	363.600,9	351.691,5	410.106,7	483.718,8	17,9	17,0	35,9	850,77
Alegre	14.032,1	16.705,1	20.086,6	19.652,0	19.888,2	20.936,0	5,3	0,7	37,3	682,04
Apicá	4.923,9	6.052,5	6.020,1	5.195,1	5.162,4	8.559,3	65,8	0,3	48,2	1.140,48
Atílio Vivacqua	6.720,2	7.614,3	7.815,0	7.418,8	7.804,2	7.892,7	1,1	0,3	33,6	791,89
Bom Jesus do Norte	4.118,2	4.664,2	7.157,1	5.921,9	5.911,9	6.790,2	14,9	0,2	39,3	715,06
Cachoeiro de Itapemirim	58.618,9	71.267,4	88.941,6	80.011,5	86.174,6	88.147,4	2,3	3,1	32,9	461,40
Castelo	16.688,8	18.812,0	19.447,0	19.201,6	19.263,7	22.701,3	17,8	0,8	36,0	650,47
Divino de São Lourenço	4.258,4	4.098,8	5.770,3	4.185,8	4.809,6	4.917,5	2,2	0,2	37,6	1.094,48
Dores do Rio Preto	4.804,8	5.309,4	5.617,2	5.285,7	5.013,2	5.804,1	15,8	0,2	36,1	904,91
Guaçu	13.315,9	16.133,5	19.378,2	16.249,8	18.893,8	20.173,2	6,8	0,7	37,3	719,63
Ibatiba	10.239,4	12.079,6	13.547,8	11.778,3	11.108,8	14.437,6	30,0	0,5	39,7	638,58
Ibitirama	4.884,1	5.350,6	5.542,6	6.065,7	6.274,3	8.089,6	28,9	0,3	38,4	905,08
Irupi	6.420,0	7.117,6	7.698,2	7.398,1	8.506,5	8.657,1	1,8	0,3	35,2	731,85
Itapemirim	21.870,7	24.552,7	28.434,8	25.546,8	30.437,5	40.540,7	33,2	1,4	22,7	1.299,01
Lúna	11.761,7	13.867,1	14.499,5	13.720,1	16.250,4	17.228,9	6,0	0,6	37,4	628,29
Jerônimo Monteiro	5.464,0	5.660,9	6.291,1	5.578,2	7.349,9	8.458,1	15,1	0,3	35,8	773,70
Marataizes	10.305,3	12.051,3	12.666,7	14.219,6	18.117,1	19.568,5	8,0	0,7	23,0	568,65
Mimoso do Sul	14.385,1	15.231,8	20.308,6	19.416,8	18.834,2	19.892,9	5,6	0,7	43,5	768,66
Muniz Freire	11.667,8	12.621,0	14.679,4	14.929,2	15.897,3	16.489,1	3,7	0,6	40,8	901,14
Muqui	8.106,8	9.085,7	9.326,9	10.894,0	8.945,7	11.039,5	23,4	0,4	41,8	763,87
Presidente Kennedy	16.622,7	20.134,9	28.169,4	34.810,5	71.130,3	107.688,0	51,4	3,8	48,0	10.381,57
São José do Calçado	8.789,4	8.424,0	9.312,3	8.877,9	9.805,1	10.094,1	2,9	0,4	43,0	970,30
Vargem Alta	11.636,5	12.019,9	12.890,5	15.334,0	14.528,0	15.613,1	7,5	0,5	37,0	810,44
TOTAL	1.92									

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ²receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Despesa com custeio

Posição	Município	Despesa com custeio ¹ em R\$	População 2011
1º	Vitória	464.808.951,81	330.526
2º	Serra	270.709.211,15	416.029
3º	Vila Velha	249.047.426,74	419.854
4º	Linhares	151.581.577,23	143.509
5º	Cariacica	131.415.520,59	350.615
6º	Presidente Kennedy	107.688.001,17	10.373
7º	Aracruz	104.279.636,05	83.152
8º	Cachoeiro de Itapemirim	88.147.367,19	191.042
9º	Colatina	87.173.020,31	112.432
10º	São Mateus	76.735.344,20	110.454
11º	Anchieta	67.451.288,17	24.265
12º	Guarapari	55.090.689,64	106.583
13º	Itapemirim	40.540.657,27	31.209
14º	Viana	39.777.212,21	65.888
15º	Nova Venécia	31.522.959,73	46.263
16º	Jaguaré	31.189.960,19	25.073
17º	Barra de São Francisco	29.816.944,40	40.884
18º	Domingos Martins	26.155.327,59	31.946
19º	Santa Maria de Jetibá	25.065.651,43	34.591
20º	Afonso Cláudio	23.007.914,30	31.004
21º	Castelo	22.701.263,99	34.900
22º	Conceição da Barra	21.848.424,97	28.600
23º	Alegre	20.936.038,86	30.696
24º	Baixo Guandu	20.803.589,58	29.178
25º	Piúma	20.621.465,40	18.364
26º	Santa Teresa	20.445.261,54	21.916
27º	Guacuí	20.173.249,91	28.033
28º	São Gabriel da Palha	20.083.034,74	32.264
29º	Mimoso do Sul	19.892.914,06	25.880
30º	João Neiva	19.779.488,03	15.848
31º	Marataizes	19.568.463,97	34.412
32º	Venda Nova do Imigrante	18.969.946,36	20.776
33º	Montanha	17.925.834,45	17.894
34º	Lúna	17.228.917,08	27.422
35º	Pinheiros	17.217.039,43	24.093
36º	Muniz Freire	16.489.129,83	18.298
37º	Vargem Alta	15.613.091,51	19.265
38º	Ecoporanga	15.539.247,55	23.154
39º	Rio Bananal	15.374.828,01	17.623
40º	Alfredo Chaves	15.287.351,36	13.982
41º	Sooretama	15.123.529,86	24.271
42º	Vila Valério	14.736.714,92	13.827
43º	Ibatiba	14.437.570,87	22.609
44º	Pancas	13.438.701,34	21.636
45º	Fundão	12.894.740,99	17.334
46º	Brejetuba	12.564.426,77	11.933
47º	Itaguaçu	12.394.918,12	14.107
48º	Boa Esperança	11.635.928,79	14.239
49º	Iconha	11.144.130,29	12.603
50º	Marechal Floriano	11.100.690,50	14.422
51º	Muqui	11.039.463,15	14.452
52º	Pedro Canário	10.729.026,50	23.935
53º	Itarana	10.690.662,25	10.840
54º	Ibiraçu	10.582.740,61	11.258
55º	Conceição do Castelo	10.511.276,13	11.741
56º	Mantenópolis	10.469.725,10	13.721
57º	São José do Calçado	10.094.070,10	10.403
58º	Marilândia	9.887.279,35	11.198
59º	São Roque do Canaã	9.668.851,31	11.341
60º	Vila Pavão	9.067.013,14	8.699
61º	Governador Lindenberg	8.994.744,64	10.990
62º	Santa Leopoldina	8.983.289,13	12.223
63º	Irupi	8.657.107,90	11.829
64º	Apiacá	8.559.295,23	7.505
65º	Jerônimo Monteiro	8.458.069,90	10.932
66º	Águia Branca	8.307.159,57	9.513
67º	Ibitirama	8.089.621,18	8.938
68º	Laranja da Terra	8.071.820,50	10.818
69º	Atílio Vivácqua	7.892.727,39	9.967
70º	São Domingos do Norte	7.844.953,29	8.036
71º	Alto Rio Novo	7.669.965,50	7.345
72º	Água Doce do Norte	7.618.201,73	11.696
73º	Ponto Belo	7.525.008,62	7.034
74º	Bom Jesus do Norte	6.790.228,74	9.496
75º	Mucurici	6.754.178,57	5.637
76º	Rio Novo do Sul	5.918.207,02	11.330
77º	Dores do Rio Preto	5.804.068,30	6.414
78º	Divino de São Lourenço	4.917.480,71	4.493
TOTAL		2.846.770.830,01	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

► Despesa com custeio per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio ¹ (A)	População 2011 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	10.381,57	107.688.001,17	10.373
2º	Anchieta	2.779,78	67.451.288,17	24.265
3º	Vitória	1.406,27	464.808.951,81	330.526
4º	Itapemirim	1.299,01	40.540.657,27	31.209
5º	Aracruz	1.254,08	104.279.636,05	83.152
6º	João Neiva	1.248,07	19.779.488,03	15.848
7º	Jaguaré	1.243,97	31.189.960,19	25.073
8º	Mucurici	1.198,19	6.754.178,57	5.637
9º	Apiacá	1.140,48	8.559.295,23	7.505
10º	Piúma	1.122,93	20.621.465,40	18.364
11º	Divino de São Lourenço	1.094,48	4.917.480,71	4.493
12º	Alfredo Chaves	1.093,36	15.287.351,36	13.982
13º	Ponto Belo	1.069,81	7.525.008,62	7.034
14º	Vila Valério	1.065,79	14.736.714,92	13.827
15º	Linhares	1.056,25	151.581.577,23	143.509
16º	Brejetuba	1.052,91	12.564.426,77	11.933
17º	Alto Rio Novo	1.044,24	7.669.965,50	7.345
18º	Vila Pavão	1.042,31	9.067.013,14	8.699
19º	Montanha	1.001,78	17.925.834,45	17.894
20º	Itarana	986,22	10.690.662,25	10.840
21º	São Domingos do Norte	976,23	7.844.953,29	8.036
22º	São José do Calçado	970,30	10.094.070,10	10.403
23º	Ibiraçu	940,02	10.582.740,61	11.258
24º	Santa Teresa	932,89	20.445.261,54	21.916
25º	Venda Nova do Imigrante	913,07	18.969.946,36	20.776
26º	Ibitirama	905,08	8.089.621,18	8.938
27º	Dores do Rio Preto	904,91	5.804.068,30	6.414
28º	Muniz Freire	901,14	16.489.129,83	18.298
29º	Conceição do Castelo	895,26	10.511.276,13	11.741
30º	Iconha	884,24	11.144.130,29	12.603
31º	Marilândia	882,95	9.887.279,35	11.198
32º	Itaguaçu	878,64	12.394.918,12	14.107
33º	Águia Branca	873,24	8.307.159,57	9.513
34º	Rio Bananal	872,43	15.374.828,01	17.623
35º	São Roque do Canaã	852,56	9.668.851,31	11.341
36º	Domingos Martins	818,74	26.155.327,59	31.946
37º	Governador Lindenberg	818,45	8.994.744,64	10.990
38º	Boa Esperança	817,19	11.635.928,79	14.239
39º	Vargem Alta	810,44	15.613.091,51	19.265
40º	Atílio Vivácqua	791,89	7.892.727,39	9.967
41º	Colatina	775,34	87.173.020,31	112.432
42º	Jerônimo Monteiro	773,70	8.458.069,90	10.932
43º	Marechal Floriano	769,71	11.100.690,50	14.422
44º	Mimoso do Sul	768,66	19.892.914,06	25.880
45º	Conceição da Barra	763,93	21.848.424,97	28.600
46º	Muqui	763,87	11.039.463,15	14.452
47º	Mantenópolis	763,04	10.469.725,10	13.721
48º	Laranja da Terra	746,15	8.071.820,50	10.818
49º	Fundão	743,90	12.894.740,99	17.334
50º	Afonso Cláudio	742,10	23.007.914,30	31.004
51º	Santa Leopoldina	734,95	8.983.289,13	12.223
52º	Irupi	731,85	8.657.107,90	11.829
53º	Barra de São Francisco	729,31	29.816.944,40	40.884
54º	Santa Maria de Jetibá	724,63	25.065.651,43	34.591
55º	Guacuí	719,63	20.173.249,91	28.033
56º	Bom Jesus do Norte	715,06	6.790.228,74	9.496
57º	Pinheiros	714,61	17.217.039,43	24.093
58º	Baixo Guandu	712,99	20.803.589,58	29.178
59º	São Mateus	694,73	76.735.344,20	110.454
60º	Alegre	682,04	20.936.038,86	30.696
61º	Nova Venécia	681,39	31.522.959,73	46.263
62º	Ecoporanga	671,13	15.539.247,55	23.154
63º	Água Doce do Norte	651,35	7.618.201,73	11.696
64º	Serra	650,70	270.709.211,15	416.029
65º	Castelo	650,47	22.701.263,99	34.900
66º	Ibatiba	638,58	14.437.570,87	22.609
67º	Lúna	628,29	17.228.917,08	27.422
68º	Sooretama	623,11	15.123.529,86	24.271
69º	São Gabriel da Palha	622,46	20.083.034,74	32.264
70º	Pancas	621,13	13.438.701,34	21.636
71º	Viana	603,71	39.777.212,21	65.888
72º	Vila Velha	593,18	249.047.426,74	419.854
73º	Marataizes	568,65	19.568.463,97	34.412
74º	Rio Novo do Sul	522,35	5.918.207,02	11.330
75º	Guarapari	516,88	55.090.689,64	106.583
76º	Cachoeiro de Itapemirim	461,40	88.147.367,19	191.042
77º	Pedro Canário	448,26	10.729.026,50	23.935
78º	Cariacica	374,81	131.415.520,59	350.615
TOTAL		802,57	2.846.770.830,01	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

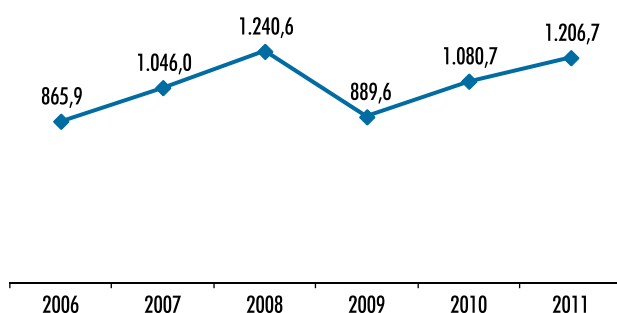
Investimentos

Desempenho

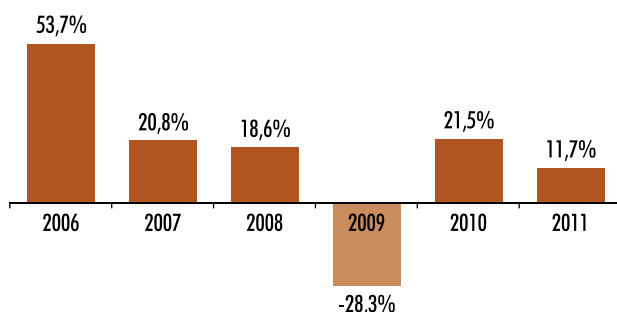
Em 2011, o volume dos investimentos efetuados pelos municípios capixabas totalizou R\$ 1,21 bilhão, praticamente se igualando ao recorde de R\$ 1,24 bilhão aplicado em 2008. Foram R\$ 126 milhões adicionais se comparados ao ano anterior.

Evolução dos investimentos

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento da despesa com investimentos em relação ao ano anterior



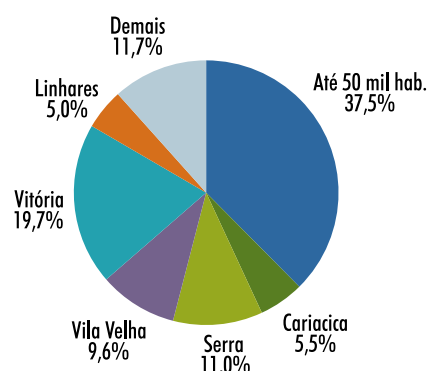
Alavancados pelo vertiginoso aumento dos royalties de petróleo e gás, os municípios de Anchieta e Itapemirim turbinaram os investimentos em 2011. No caso de Anchieta, eles passaram de R\$ 24,2 milhões, em 2010, para R\$ 57,2 milhões, em 2011, fazendo com que o Município passasse da oitava para a sexta posição no ranking dos maiores investimento. Em Itapemirim eles mais do que triplicaram, saltando de R\$ 11,4 milhões para R\$ 35,4 milhões. De 16º Itapemirim pulou para a sétima colocação em 2011.

Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, os aumentos mais significativos aconteceram em São Mateus, cujos investimentos passaram de R\$ 13,6 milhões para R\$ 25,8 milhões, um recorde histórico, e em Cachoeiro de Itapemirim, que subiram de R\$ 20,7 milhões para R\$ 31,2 milhões. As taxas de crescimento foram de 90,1% e 50,9%, respectivamente.

Linhares e Cariacica também apresentaram bom desempenho, com alta de 24,6% e 21,7%, respectivamente, e acréscimo de R\$ 11,9 milhões em cada um. Os bons resultados obtidos por Aracruz (28,6%) e Viana (14,9%) deveram-se, em parte, aos baixos valores investidos no ano anterior. Na capital, os investimentos efetuados em 2011, de R\$ 237,7 milhões, foram 5,1% maior frente a 2010 e corresponderam a 17,4% de toda sua despesa. Tanto Vitória como Cariacica têm mantido seus investimentos em patamares elevados desde 2007.

Em Guarapari, os investimentos recuaram 9,6% em 2011, atingindo R\$ 35,4 milhões. Ainda assim, o Município manteve um nível elevado para seu padrão histórico. Seus investimentos representaram 19,6% da despesa total, o mais elevado percentual entre os municípios com mais de 50 mil habitantes. Também em patamares elevados, os investimentos de Serra recuaram pelo terceiro ano consecutivo. Frente a 2010, eles tiveram uma queda de 6,3%. O impacto da crise econômica em sua receita aliado à maturação das realizações dos anos anteriores vem restringindo paulatinamente a capacidade de investimento do Município de Serra. Pelo segundo ano consecutivo, Vila Velha conseguiu manter seus investimentos elevados. Em 2011 eles somaram R\$ 115,8 milhões, sendo que em 2010 eles haviam sido de R\$ 119,6 milhões.

Participação dos municípios no total dos investimentos - 2011

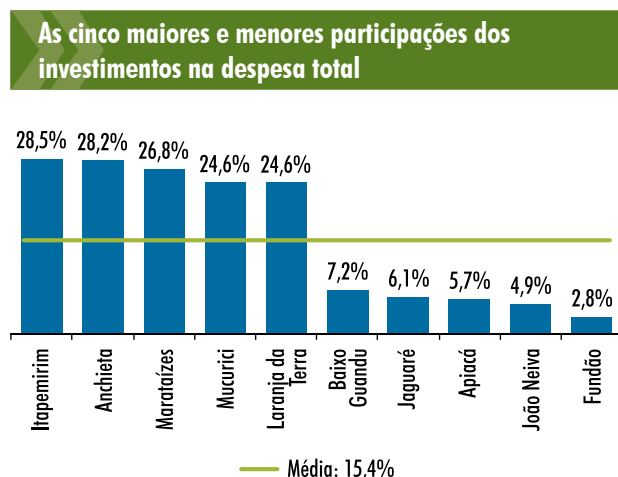


Vitória manteve a liderança no volume de recursos investidos entre os municípios capixabas em 2011, sendo a vice-liderança ocupada por Serra. As posições seguintes são de Vila Velha, Cariacica e Linhares, mantendo assim inalteradas as cinco primeiras colocações de 2010. Juntas, essas cidades foram responsáveis pela metade (50,8%) dos investimentos municipais capixabas.

Participação na despesa total

Em 2011, os investimentos responderam, em média, por 15,4% da despesa total das cidades, mantendo praticamente a mesma proporção do ano anterior, de 15,3%. Repetindo 2010, Fundão voltou a ser em 2011 o município com a menor participação dos investimentos na composição de seus gastos, com taxa de apenas 2,8%. A segunda pior posição foi ocupada por João Neiva, com 4,9%. Apiacá e Jaguaré, que também haviam figurado na lista das cinco menores participações no ano anterior, voltaram a constar na lista em 2011, com 5,7% e 6,1%, respectivamente.

As maiores participações dos investimentos no conjunto das despesas foram verificadas em Itapemirim (28,5%) e Anchieta (28,2%), seguidos de Marataízes (26,8%), Mucurici (24,6%) e Laranja da Terra (24,6%).



Recursos próprios X receitas de capital

Os investimentos municipais são financiados por recursos próprios, pelas transferências federais e estaduais, pelas operações de crédito e outras fontes de menor relevância. A fonte mais importante são os recursos próprios, que em 2011 foram responsáveis por quase três quartos (R\$ 895,6

milhões) do total investido de R\$ 1,21 bilhão. O conceito de investimentos com recursos próprios utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas** é o total da despesa com investimento (que inclui as inversões financeiras) menos o valor das receitas de capital. Com esse procedimento, é possível avaliar quanto os municípios investiram de suas receitas correntes, sem contar com operações de crédito e transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Os balanços dos municípios demonstram que o governo estadual lhes repassou R\$ 154,2 milhões, em 2011, para serem direcionados para investimentos, o que correspondeu a 12,8% do total aplicado. O valor transferido pelo Estado só foi inferior ao efetuado em 2010, de R\$ 196,2 milhões, superando todos os demais anos. A União transferiu R\$ 104,2 milhões (8,6% do total investido), valor muito próximo da média dos dois últimos anos.

Em 2011, 12 municípios capixabas realizaram operações de crédito que somaram R\$ 40,7 milhões. Os recursos alavancados pela capital foram de R\$ 25,4 milhões, que corresponderam a 62,4% dos empréstimos. Esses recursos representaram 10,7% de todo o investimento efetuado pela capital.

Operações de crédito e investimentos efetuados em 2011

Município	Operações de crédito (A)	Investimentos (B)	(A) / (B)
	em R\$ mil		
Vitória	25.378,9	237.731,7	10,7%
Vila Velha	3.494,2	115.848,0	3,0%
Serra	3.103,4	132.719,3	2,3%
Cachoeiro de Itapemirim	2.000,0	31.224,3	6,4%
Itapemirim	1.222,2	35.383,8	3,5%
Vargem Alta	1.206,9	4.236,9	28,5%
Linhares	999,8	60.053,3	1,7%
Iconha	952,9	4.884,8	19,5%
Cariacica	912,9	66.732,4	1,4%
Domingos Martins	635,0	9.532,0	6,7%
Colatina	577,2	19.763,9	2,9%
Venda Nova do Imigrante	194,5	9.216,8	2,1%
Total	40.677,9	727.327,3	5,6%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

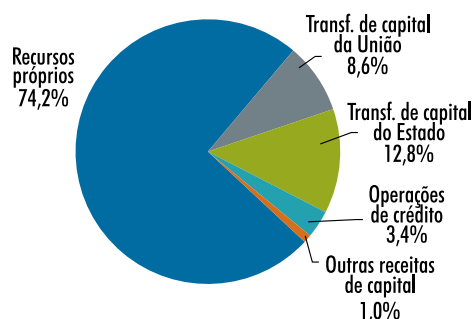
As pequenas cidades, com até 50 mil habitantes, são mais dependentes das transferências voluntárias dos demais níveis de governo para a realização de seus investimentos. Em 2011, esses recursos representaram, em média, 40,4% dos investimentos desse grupo. Nos municípios com mais de 50 mil habitantes (exceto a capital), o percentual cai quase pela metade, para 22%.

Mesmo nas maiores cidades, é possível identificar algumas cujos investimentos em 2011 foram muito dependentes das transferências voluntárias dos demais níveis de governo. Em Colatina, as transferências da União e do Estado somadas representaram 40,5% de todo o investimento realizado em 2011. Em São Mateus elas responderam por 30,5%, Viana por 28,8% e Serra, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim por quase 28%.

Em Colatina, por exemplo, do total dos investimentos efetuados em 2010, menos da metade (47%) foi proveniente de recursos próprios. O Estado entrou com 46,4% e a União com 5,5%. Em Viana e Cachoeiro de Itapemirim, os recursos próprios passaram de 53,3% e 59,7%, respectivamente, e mais uma vez a presença do governo estadual naquele ano se fez sentir de forma marcante, com índices de 31,3% e 28,4%, na mesma ordem. Em Vila Velha, dos R\$ 112,1

milhões investidos em 2010, R\$ 21,2 milhões ou 18,9% foram provenientes do governo estadual.

Origem dos recursos investidos - 2011



► Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2006-2011

Origem do recurso	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2011/2010
em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %
Recursos próprios	614,7	832,7	946,2	603,9	700,5	895,6	27,8
Receita de capital	251,2	213,3	294,4	285,7	380,2	311,2	-18,2
Transferências de capital	218,9	160,7	243,2	198,9	295,7	258,4	-12,6
Transferências da União	67,1	88,2	121,7	105,7	99,5	104,2	4,8
Transferências do Estado	151,8	72,6	121,5	93,2	196,2	154,2	-21,4
Operação de crédito	6,1	8,5	38,2	73,6	65,2	40,7	-37,6
Outras receitas de capital ¹	26,2	44,1	13,0	13,2	19,4	12,1	-37,6
Investimento total	865,9	1.046,0	1.240,6	889,6	1.080,7	1.206,7	11,7

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹inclui alienações de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

► Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2006-2011

Origem do recurso	2006	2007	2008	2009	2010	2011
em %						
Recursos próprios	71,0	79,6	76,3	67,9	64,8	74,2
Receita de capital	29,0	20,4	23,7	32,1	35,2	25,8
Transferências de capital	25,3	15,4	19,6	22,4	27,4	21,4
Transferências da União	7,8	8,4	9,8	11,9	9,2	8,6
Transferências do Estado	17,5	6,9	9,8	10,5	18,2	12,8
Operação de crédito	0,7	0,8	3,1	8,3	6,0	3,4
Outras receitas de capital ¹	3,0	4,2	1,0	1,5	1,8	1,0
Investimento total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹inclui alienações de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

► Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais, por porte populacional - 2011

Faixa populacional e capital	Investimento total ¹ (A)	Invest. com recursos próprios ² (B)	B / A	Invest. com receita de capital ¹ (C)	C / A	Invest. com transferência de capital ¹ (D)	D / A	Invest. com transferência de capital da União ¹ (E)	E / A	Invest. com transferência de capital do Estado ¹ (F)	F / A
Até 50 mil habitantes ²	314,5	180,2	57,3%	134,3	42,7%	126,9	40,4%	69,0	21,9%	57,6	18,3%
Acima de 50 mil hab. ³	516,1	389,8	75,5%	126,3	24,5%	113,4	22,0%	24,0	4,6%	87,9	17,0%
Vitória	237,7	194,9	82,0%	42,8	18,0%	13,9	5,9%	8,4	3,6%	5,5	2,3%
Total^{2,3}	1.068,3	764,9	71,6%	303,5	28,4%	254,2	23,8%	101,4	9,5%	150,9	14,1%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ¹valores em milhões de reais; ²exceto Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy; ³exceto Vitória. Obs.: foi necessário excluir essas cidades devido ao grande peso que seus recursos próprios têm nos investimentos, o que afetaria a composição do conjunto.



// NINGUÉM ACERTA POR ACASO

Desde 1991, a Futura é sinônimo de acerto em estratégias que levam a compreender melhor o ambiente em que as mais diversas instituições estão inseridas. Filiada a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (a ABEP), a Futura oferece produtos sob medida para clientes de todos os portes conhecerem seu mercado com estudos quantitativos e qualitativos aprofundados que permitem propostas, ações e intervenções que solucionem seus problemas e desafios.

O resultado é que ao longo desse tempo a empresa acumulou experiências e informações formando um dos mais importantes banco de dados e conhecimentos estratégicos do Espírito Santo e da Bahia. E a soma desse conhecimento produzido e o conhecimento de uma completa equipe de analistas, tornou a Futura o parceiro ideal de quem precisa tomar decisões estratégicas de mercado, governamentais, políticas, eleitorais e no setor de relacionamento e sustentabilidade.

Depois de tantos anos de trabalho e crescimento para a empresa e seus clientes, a Futura pode afirmar: com informação e formulação de estratégias, não é tão difícil prever o futuro. E acertar.

FUTURA

► Despesa com investimentos¹ - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		Despesa invest. ¹ per capita 2011 em R\$
								no total da desp. com invest. ¹	na desp. total ²	
em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %			
MS Noroeste	91.487,4	71.036,0	100.181,8	70.095,2	98.326,9	101.340,1	3,1	8,4	12,4	244,15
Água Doce do Norte	3.114,1	2.024,0	2.540,7	2.659,8	5.523,5	5.160,4	-6,6	0,4	20,0	441,21
Água Branca	2.962,1	3.381,4	5.536,6	2.080,6	4.980,4	3.881,8	-22,1	0,3	16,1	408,05
Alto Rio Novo	1.851,9	1.818,5	1.819,6	2.139,3	1.659,9	2.986,9	79,9	0,2	15,0	406,66
Baixo Guandu	4.989,9	4.419,5	6.376,8	4.274,2	4.505,6	3.756,3	-16,6	0,3	7,2	128,74
Barra de São Francisco	5.315,6	1.824,4	3.781,0	3.701,0	3.736,4	5.406,5	44,7	0,4	7,4	132,24
Boa Esperança	2.328,5	1.359,6	3.600,7	4.574,4	4.330,8	6.882,9	58,9	0,6	20,4	483,38
Colatina	19.654,2	23.345,8	19.297,1	18.401,0	20.884,5	19.763,9	-5,4	1,6	9,5	175,79
Ecoporanga	3.263,5	1.667,0	5.950,5	3.121,9	5.922,9	4.789,3	-19,1	0,4	10,7	206,84
Governador Lindenberg	5.517,7	4.311,6	6.790,5	3.611,6	4.886,7	5.156,4	5,5	0,4	19,8	469,19
Mantenópolis	1.041,5	1.144,7	1.756,5	1.678,4	3.467,5	3.737,9	7,8	0,3	13,8	272,43
Marilândia	4.361,3	1.433,0	2.191,9	975,2	3.477,8	2.818,4	-19,0	0,2	11,8	251,69
Nova Venécia	6.409,0	5.128,4	9.619,8	7.692,5	6.323,9	10.022,6	58,5	0,8	11,6	216,64
Pancas	5.854,6	2.684,5	4.150,8	3.048,6	5.629,6	7.867,2	39,7	0,7	20,1	363,62
São Domingos do Norte	5.198,8	1.612,8	5.222,7	1.849,6	2.500,3	3.837,4	53,5	0,3	18,1	477,53
São Gabriel da Palha	9.268,3	5.926,5	12.243,0	5.093,0	13.886,8	8.987,8	-35,3	0,7	16,0	278,57
Vila Pavão	3.466,5	2.844,0	2.230,5	1.785,7	2.672,6	3.652,5	36,7	0,3	16,5	419,88
Vila Valério	6.890,0	6.110,5	7.073,1	3.408,4	3.937,7	2.631,9	-33,2	0,2	8,4	190,35
MS Litoral Norte	150.545,3	157.656,2	198.874,3	108.574,9	130.562,7	160.846,6	23,2	13,3	12,0	289,44
Aracruz	49.682,9	46.626,5	40.473,9	19.638,0	14.861,2	19.105,8	28,6	1,6	7,4	229,77
Conceição da Barra	3.258,9	2.702,4	3.971,7	3.736,7	11.664,7	9.246,2	-20,7	0,8	13,5	323,29
Fundão	3.191,4	2.959,2	3.920,8	1.192,3	992,1	1.139,9	14,9	0,1	2,8	65,76
Ibiraçu	2.266,2	4.260,1	5.284,6	3.179,0	3.345,9	2.884,2	-13,8	0,2	10,5	256,19
Jaguaré	6.193,9	6.507,7	4.220,3	6.203,4	2.646,8	3.849,1	45,4	0,3	6,1	153,52
João Neiva	6.677,2	4.712,2	5.870,1	2.692,0	2.560,9	1.788,3	-30,2	0,1	4,9	112,84
Linhares	34.819,9	37.457,9	69.401,2	39.262,4	48.180,9	60.053,3	24,6	5,0	15,5	418,46
Montanha	8.104,3	8.935,8	9.218,5	4.476,2	4.057,0	5.128,8	26,4	0,4	13,1	286,62
Mucurici	3.574,2	4.536,0	4.196,9	2.148,7	4.573,1	4.754,8	4,0	0,4	24,6	843,50
Pedro Canário	1.565,9	5.828,4	3.279,5	2.994,6	7.918,9	5.110,8	-35,5	0,4	13,9	213,53
Pinheiros	6.573,7	15.259,7	18.637,4	4.286,2	3.215,3	6.481,4	101,6	0,5	12,7	269,02
Ponto Belo	3.399,8	3.298,4	3.639,6	2.301,0	3.402,1	4.062,9	19,4	0,3	20,6	577,61
Rio Bananal	3.883,2	3.001,0	7.662,1	4.650,5	5.599,2	6.737,8	20,3	0,6	15,5	382,33
São Mateus	8.215,4	9.164,3	15.579,0	8.062,2	13.590,4	25.839,5	90,1	2,1	12,4	233,94
Sooretama	9.138,4	2.406,6	3.518,4	3.751,8	3.954,0	4.663,7	17,9	0,4	11,5	192,15
MS Central	85.903,0	93.698,3	129.009,3	86.240,1	114.221,8	157.790,8	38,1	13,1	18,6	495,88
Afonso Cláudio	3.467,2	4.012,6	5.595,2	3.330,5	8.949,1	15.127,8	69,0	1,3	23,0	487,93
Alfredo Chaves	2.410,0	3.394,6	5.991,9	6.941,2	3.734,7	5.121,6	37,1	0,4	14,9	366,30
Anchieta	12.772,0	20.054,5	29.642,7	18.016,8	24.351,7	57.189,5	134,8	4,7	28,2	2.356,87
Brejetuba	2.576,9	3.408,6	4.111,9	1.717,6	6.591,5	3.806,3	-42,3	0,3	13,2	318,97
Conceição do Castelo	7.196,2	7.094,9	4.580,1	3.052,7	7.940,4	5.851,3	-26,3	0,5	19,3	498,36
Domingos Martins	9.610,2	5.502,5	9.083,2	10.138,8	9.084,1	9.532,0	4,9	0,8	14,6	298,38
Iconha	3.610,8	2.080,1	5.560,1	1.669,7	2.949,6	4.884,8	65,6	0,4	15,8	387,59
Itaguaçu	4.592,3	6.134,9	5.194,9	2.057,8	6.736,0	2.575,3	-61,8	0,2	8,5	182,56
Itarana	5.584,3	2.252,8	5.815,7	1.891,8	2.207,6	2.145,9	-2,8	0,2	9,3	197,96
Laranja da Terra	2.778,3	3.048,8	4.586,0	3.130,6	2.580,4	6.288,5	143,7	0,5	24,6	581,30
Marechal Floriano	3.886,3	2.837,0	4.565,8	2.696,8	2.879,1	5.429,7	88,6	0,4	16,5	376,49
Piúma	2.416,8	3.072,8	4.007,9	3.745,9	5.120,5	7.694,3	50,3	0,6	15,6	418,99
Rio Novo do Sul	1.568,9	2.119,7	2.049,7	2.267,2	2.648,6	2.982,2	12,6	0,2	13,6	263,21
Santa Leopoldina	2.545,1	1.922,1	5.201,2	3.824,1	2.413,1	2.648,9	9,8	0,2	10,6	216,71
Santa Maria de Jetibá	5.482,9	7.436,1	10.369,2	5.052,1	7.192,4	5.981,6	-16,8	0,5	9,4	172,92
Santa Teresa	5.365,0	8.142,5	9.033,1	6.378,6	4.998,5	5.721,8	14,5	0,5	11,5	261,08
São Roque do Canaã	2.456,3	1.812,9	3.714,9	3.592,1	5.283,3	5.592,5	5,9	0,5	22,5	493,12
Venda Nova do Imigrante	7.583,5	9.371,0	9.905,7	6.736,0	8.561,2	9.216,8	7,7	0,8	20,9	443,63
Região Metropolitana	445.749,3	614.251,8	646.757,7	538.441,3	589.654,4	597.860,2	1,4	49,5	16,8	353,87
Cariacica	31.374,5	66.969,7	63.292,2	58.052,6	54.844,9	66.732,4	21,7	5,5	16,6	190,33
Guarapari	10.342,1	13.438,0	12.322,1	18.710,5	39.120,5	35.355,5	-9,6	2,9	19,6	331,72
Serra	153.012,0	170.573,5	196.543,9	155.726,0	141.745,2	132.719,3	-6,4	11,0	16,1	319,01
Viana	26.149,2	16.605,4	22.499,2	14.824,6	8.245,2	9.473,3	14,9	0,8	8,2	143,78
Vila Velha	66.764,3	64.446,8	120.039,4	62.742,2	119.577,2	115.848,0	-3,1	9,6	17,3	275,92
Vitória	158.107,2	282.218,3	232.061,1	228.385,4	226.121,4	237.731,7	5,1	19,7	17,4	719,25
MS Sul	92.213,6	109.376,3	165.769,0	86.278,5	148.022,7	188.902,3	27,6	15,7	15,0	332,24
Alegre	4.899,0	5.893,6	6.656,8	3.640,9	5.754,2	8.511,3	47,9	0,7	13,5	277,28
Apiaçá	1.060,8	1.376,8	2.874,1	1.379,7	529,3	1.062,2	100,7	0,1	5,7	141,53
Atílio Vivacqua	2.780,3	2.088,5	2.877,0	3.883,2	3.564,5	3.728,5	4,6	0,3	15,6	374,08
Bom Jesus do Norte	1.731,2	1.790,9	3.513,0	1.960,3	2.723,5	3.482,1	27,9	0,3	17,8	366,70
Cachoeiro de Itapemirim	8.761,7	23.401,4	30.772,8	8.704,7	20.692,9	31.224,3	50,9	2,6	11,5	163,44
Castelo	7.265,2	9.861,0	11.144,1	9.016,2	9.595,6	7.617,8	-20,6	0,6	11,8	218,27
Divino de São Lourenço	1.045,2	1.562,2	827,2	749,9	1.327,1	1.263,0	-4,8	0,1	9,7	281,10
Dores do Rio Preto	1.075,3	1.933,3	1.923,4	1.248,1	1.958,8	1.163,3	-40,6	0,1	8,7	181,37
Guaçuí	4.660,1	3.843,1	5.966,6	6.691,4	8.336,3	9.513,8	14,1	0,8	15,6	339,38
Ibatiba	4.396,9	2.635,0	3.797,4	2.297,6	6.447,0	6.261,5	-2,9	0,5	15,5	276,95
Ibitirama	3.360,7	4.214,3	5.952,2	955,3	2.019,5	3.357,0	66,2	0,3	15,6	375,59
Irupi	2.593,4	1.123,9	2.156,9	1.023,2	1.175,2	3.141,8	167,3	0,3	12,3	265,60
Itapemirim	10.041,4	7.241,0	18.147,7	10.181,3	11.360,8	35.383,8	211,5	2,9	28,5	1.133,77
Lúna	4.070,0	4.057,2	4.259,0	3.652,4	7.753,6	7.909,6	2,0	0,7	15,8	288,44
Jerônimo Monteiro	4.128,5	2.576,3	2.876,3	1.062,9	3.014,3	1.663,3	-44,8	0,1	7,5	152,15
Marataizes	4.605,5	8.206,2	12.994,8	3.413,8	12.294,0	19.308,1	57,1	1,6	26,8	561,09
Mimoso do Sul	5.258,3	4.617,1	4.282,5	2.098,4	2.561,2	3.849,4	50,3	0,3	8,1	148,74
Muniz Freire	4.238,7	4.278,4	3.968,7	3.164,1	3.881,4	5.400,2	39,1	0,4	12,8	295,13
Muqui	3.340,8	3.906,1	5.500,4	1.631,1	711,4	2.486,0	249,5	0,2	9,5	172,02
Presidente Kennedy	4.760,9	6.506,7	26.235,1	8.240,3	32.881,1	26.515,3	-19,4	2,2	15,6	2.556,19
São José do Calçado	4.862,2	2.614,0	3.441,5	3.131,6	2.328,3	1.823,0	-21,7	0,2	7,4	175,24
Vargem Alta	3.277,4	5.649,4	5.601,9	8.152,3	7.112,8	4.236,9	-40,4	0,4	10,3	219,93
TOTAL	865.898,6	1.046.018,6	1.240.592,0	889.630,0	1.080.788,6	1.206.740,1	11,7	100,0	15,4	340,21

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. ²receita total ajustada dos efeitos do Fundef/Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Investimentos

Posição	Município	Investimentos ¹ em R\$	População 2011
1º	Vitória	237.731.671,07	330.526
2º	Serra	132.719.312,67	416.029
3º	Vila Velha	115.848.048,19	419.854
4º	Cariacica	66.732.393,99	350.615
5º	Linhares	60.053.338,59	143.509
6º	Anchieta	57.189.517,57	24.265
7º	Itapemirim	35.383.784,11	31.209
8º	Guarapari	35.355.541,78	106.583
9º	Cachoeiro de Itapemirim	31.224.280,38	191.042
10º	Presidente Kennedy	26.515.324,19	10.373
11º	São Mateus	25.839.544,18	110.454
12º	Colatina	19.763.899,86	112.432
13º	Marataizes	19.308.091,00	34.412
14º	Aracruz	19.105.792,00	83.152
15º	Afonso Cláudio	15.127.782,30	31.004
16º	Nova Venécia	10.022.570,79	46.263
17º	Domingos Martins	9.532.040,15	31.946
18º	Guaçu	9.513.771,64	28.033
19º	Viana	9.473.260,03	65.888
20º	Conceição da Barra	9.246.182,37	28.600
21º	Venda Nova do Imigrante	9.216.838,01	20.776
22º	São Gabriel da Palha	8.987.777,59	32.264
23º	Alegre	8.511.303,69	30.696
24º	Lúna	7.909.647,95	27.422
25º	Pancas	7.867.226,35	21.636
26º	Piúma	7.694.262,50	18.364
27º	Castelo	7.617.768,84	34.900
28º	Boa Esperança	6.882.869,47	14.239
29º	Rio Bananal	6.737.845,07	17.623
30º	Pinheiros	6.481.424,55	24.093
31º	Laranja da Terra	6.288.528,54	10.818
32º	Ibatiba	6.261.501,62	22.609
33º	Santa Maria de Jetibá	5.981.559,14	34.591
34º	Conceição do Castelo	5.851.288,81	11.741
35º	Santa Teresa	5.721.815,11	21.916
36º	São Roque do Canaã	5.592.498,14	11.341
37º	Marechal Floriano	5.429.733,75	14.422
38º	Barra de São Francisco	5.406.484,10	40.884
39º	Muniz Freire	5.400.200,64	18.298
40º	Água Doce do Norte	5.160.441,14	11.696
41º	Governador Lindenberg	5.156.366,45	10.990
42º	Montanha	5.128.772,57	17.894
43º	Alfredo Chaves	5.121.595,42	13.982
44º	Pedro Canário	5.110.779,57	23.935
45º	Iconha	4.884.764,75	12.603
46º	Ecoporanga	4.789.286,75	23.154
47º	Mucurici	4.754.829,04	5.637
48º	Sooretama	4.663.686,25	24.271
49º	Vargem Alta	4.236.904,06	19.265
50º	Ponto Belo	4.062.914,83	7.034
51º	Água Branca	3.881.779,71	9.513
52º	Mimoso do Sul	3.849.413,91	25.880
53º	Jaguaré	3.849.111,40	25.073
54º	São Domingos do Norte	3.837.402,67	8.036
55º	Brejetuba	3.806.312,11	11.933
56º	Baixo Guandu	3.756.346,30	29.178
57º	Mantenópolis	3.737.945,78	13.721
58º	Atílio Vivacqua	3.728.487,88	9.967
59º	Vila Pavão	3.652.501,81	8.699
60º	Bom Jesus do Norte	3.482.147,36	9.496
61º	Ibitirama	3.357.007,07	8.938
62º	Irupi	3.141.820,38	11.829
63º	Alto Rio Novo	2.986.904,49	7.345
64º	Rio Novo do Sul	2.982.193,74	11.330
65º	Ibiraçu	2.884.223,60	11.258
66º	Mariândia	2.818.371,33	11.198
67º	Santa Leopoldina	2.648.898,55	12.223
68º	Vila Valério	2.631.924,96	13.827
69º	Itaguaçu	2.575.335,57	14.107
70º	Muqui	2.486.036,79	14.452
71º	Itarana	2.145.853,72	10.840
72º	São José do Calçado	1.822.974,44	10.403
73º	João Neiva	1.788.257,74	15.848
74º	Jerônimo Monteiro	1.663.327,24	10.932
75º	Divino de São Lourenço	1.262.961,46	4.493
76º	Dores do Rio Preto	1.163.328,22	6.414
77º	Fundão	1.139.943,67	17.334
78º	Apiacá	1.062.209,45	7.505
TOTAL		1.206.740.082,91	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

► Investimentos per capita

Posição	Município	A / B	Investimentos ¹ (A)	População 2011 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	2.556,19	26.515.324,19	10.373
2º	Anchieta	2.356,87	57.189.517,57	24.265
3º	Itapemirim	1.133,77	35.383.784,11	31.209
4º	Mucurici	843,50	4.754.829,04	5.637
5º	Vitória	719,25	237.731.671,07	330.526
6º	Laranja da Terra	581,30	6.288.528,54	10.818
7º	Ponto Belo	577,61	4.062.914,83	7.034
8º	Marataizes	561,09	19.308.091,00	34.412
9º	Conceição do Castelo	498,36	5.851.288,81	11.741
10º	São Roque do Canaã	493,12	5.592.498,14	11.341
11º	Afonso Cláudio	487,93	15.127.782,30	31.004
12º	Boa Esperança	483,38	6.882.869,47	14.239
13º	São Domingos do Norte	477,53	3.837.402,67	8.036
14º	Governador Lindenberg	469,19	5.156.366,45	10.990
15º	Venda Nova do Imigrante	443,63	9.216.838,01	20.776
16º	Água Doce do Norte	441,21	5.160.441,14	11.696
17º	Vila Pavão	419,88	3.652.501,81	8.699
18º	Piúma	418,99	7.694.262,50	18.364
19º	Linhares	418,46	60.053.338,59	143.509
20º	Água Branca	408,05	3.881.779,71	9.513
21º	Alto Rio Novo	406,66	2.986.904,49	7.345
22º	Iconha	387,59	4.884.764,75	12.603
23º	Rio Bananal	382,33	6.737.845,07	17.623
24º	Marechal Floriano	376,49	5.429.733,75	14.422
25º	Ibitirama	375,59	3.357.007,07	8.938
26º	Atílio Vivacqua	374,08	3.728.487,88	9.967
27º	Bom Jesus do Norte	366,70	3.482.147,36	9.496
28º	Alfredo Chaves	366,30	5.121.595,42	13.982
29º	Pancas	363,62	7.867.226,35	21.636
30º	Guaçu	339,38	9.513.771,64	28.033
31º	Guarapari	331,72	35.355.541,78	106.583
32º	Conceição da Barra	323,29	9.246.182,37	28.600
33º	Serra	319,01	132.719.312,67	416.029
34º	Brejetuba	318,97	3.806.312,11	11.933
35º	Domingos Martins	298,38	9.532.040,15	31.946
36º	Muniz Freire	295,13	5.400.200,64	18.298
37º	Lúna	288,44	7.909.647,95	27.422
38º	Montanha	286,62	5.128.772,57	17.894
39º	Divino de São Lourenço	281,10	1.262.961,46	4.493
40º	São Gabriel da Palha	278,57	8.987.777,59	32.264
41º	Alegre	277,28	8.511.303,69	30.696
42º	Ibatiba	276,95	6.261.501,62	22.609
43º	Vila Velha	275,92	115.848.048,19	419.854
44º	Mantenópolis	272,43	3.737.945,78	13.721
45º	Pinheiros	269,02	6.481.424,55	24.093
46º	Irupi	265,60	3.141.820,38	11.829
47º	Rio Novo do Sul	263,21	2.982.193,74	11.330
48º	Santa Teresa	261,08	5.721.815,11	21.916
49º	Ibiraçu	256,19	2.884.223,60	11.258
50º	Mariândia	251,69	2.818.371,33	11.198
51º	São Mateus	233,94	25.839.544,18	110.454
52º	Aracruz	229,77	19.105.792,00	83.152
53º	Vargem Alta	219,93	4.236.904,06	19.265
54º	Castelo	218,27	7.617.768,84	34.900
55º	Santa Leopoldina	216,71	2.648.898,55	12.223
56º	Nova Venécia	216,64	10.022.570,79	46.263
57º	Pedro Canário	213,53	5.110.779,57	23.935
58º	Ecoporanga	206,84	4.789.286,75	23.154
59º	Itarana	197,96	2.145.853,72	10.840
60º	Sooretama	192,15	4.663.686,25	24.271
61º	Vila Valério	190,35	2.631.924,96	13.827
62º	Cariacica	190,33	66.732.393,99	350.615
63º	Itaguaçu	182,56	2.575.335,57	14.107
64º	Dores do Rio Preto	181,37	1.163.328,22	6.414
65º	Colatina	175,79	19.763.899,86	112.432
66º	São José do Calçado	175,24	1.822.974,44	10.403
67º	Santa Maria de Jetibá	172,92	5.981.559,14	34.591
68º	Muqui	172,02	2.486.036,79	14.452
69º	Cachoeiro de Itapemirim	163,44	31.224.280,38	191.042
70º	Jaguaré	153,52	3.849.111,40	25.073
71º	Jerônimo Monteiro	152,15	1.663.327,24	10.932
72º	Mimoso do Sul	148,74	3.849.413,91	25.880
73º	Viana	143,78	9.473.260,03	65.888
74º	Apiacá	141,53	1.062.209,45	7.505
75º	Barra de São Francisco	132,24	5.406.484,10	40.884
76º	Baixo Guandu	128,74	3.756.346,30	29.178
77º	João Neiva	112,84	1.788.257,74	15.848
78º	Fundão	65,76	1.139.943,67	17.334
TOTAL		340,21	1.206.740.082,91	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Encargos e amortizações da dívida

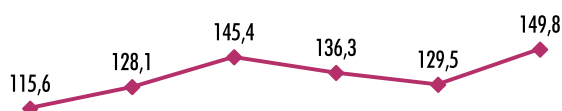
Desempenho e concentração

Em 2011, os municípios capixabas desembolsaram R\$ 149,8 milhões com juros e amortizações da dívida, valor 15,7% maior frente ao ano anterior, o que representou recursos adicionais da ordem de R\$ 20,3 milhões. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo comportamento do Município de Serra, cuja despesa foi acrescida de R\$ 10,7 milhões. Além dele, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz despenderam, cada um, R\$ 2,2 milhões a mais em 2011.

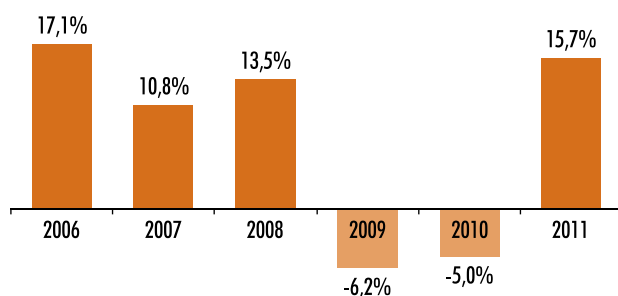
Esse aumento interrompeu as duas quedas seguidas que houve em 2009 e 2010 e fez com que o gasto com a dívida superasse o até então maior patamar já despendido pelas administrações municipais no Estado, que em 2008 comprometeram R\$ 145,4 milhões com esse fim.

Evolução dos gastos com encargos e amortizações da dívida

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



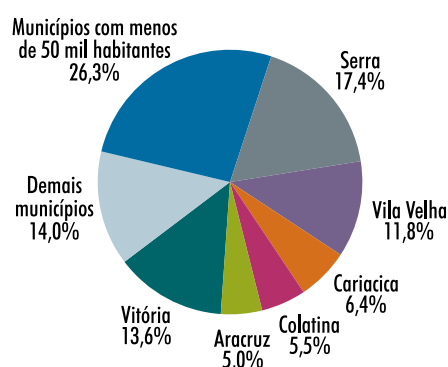
Taxa de crescimento dos encargos e das amortizações da dívida em relação ao ano anterior



A maior parte dessa despesa está concentrada nos municípios com mais de 50 mil habitantes, principalmente

em Serra (17,4%), Vitória (13,6%), Vila Velha (11,8%) e Cariacica (6,4%) que, juntos absorveram quase a metade do total gasto em 2011. Acrescentando-se os demais municípios com mais de 50 mil habitantes, esse percentual sobe para 73,7%.

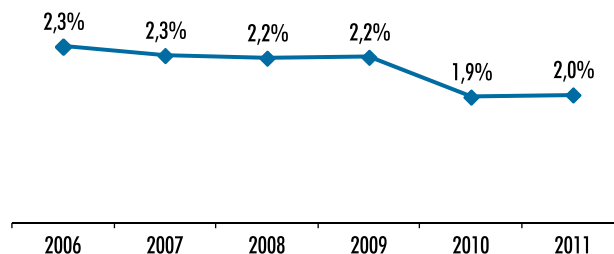
Participação dos municípios nos gastos com a dívida 2011



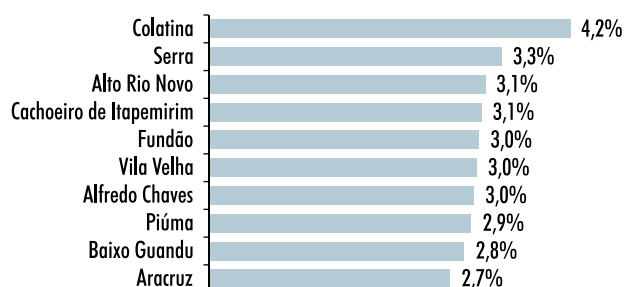
Participação na receita corrente

O comprometimento médio da receita corrente com os serviços da dívida foi de 2% em 2011, situação bastante confortável se considerado o patamar de 11,5% estabelecido pela Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. O índice mais elevado foi observado em Colatina, de 4,2%, seguido por Serra (3,3%), Alto Rio Novo, Cachoeiro de Itapemirim (3,1% cada um), Alfredo Chaves, Fundão e Vila Velha (3% cada um).

Participação dos gastos com encargos e amortizações da dívida na receita corrente



Os dez municípios com o maior peso dos encargos e amortizações da dívida na receita corrente - 2011



Do total dos gastos com a dívida, a remuneração dos juros e demais encargos somou R\$ 33,7 milhões, ficando responsável por 22,5% do valor despendido. Os outros R\$ 116,1 milhões, ou 77,5%, foram empregados no pagamento efetivo do valor devido, amortizando a dívida fundada dos municípios.



Saiba mais sobre encargos e amortizações da dívida

Os juros, os demais encargos e as amortizações da dívida são despesas geradas pela dívida consolidada, ou seja, aquelas cujos vencimentos para sua liquidação ultrapassam um ano. São passivos de longo prazo, intitulados também de dívida fundada. Sobre ela são realizados, periodicamente, pagamentos de juros e amortizações. Os juros e demais encargos são classificados como despesas correntes e as amortizações são despesas de capital.

A principal dívida fundada dos municípios brasileiros refere-se a débitos previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Algumas cidades possuem dívidas relativas a operações de crédito que contrataram junto a instituições financeiras de fomento para a realização de investimentos de maior porte.

Compare, analise e entenda as finanças dos municípios. Consulte os anuários da Aequus Consultoria.



► Despesa com encargos e amortizações da dívida - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Participação 2011		Encargos e amort. per capita 2011 em R\$
								no total dos encargos e amort.	na rec. corr. ¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	12.041,1	11.396,0	13.599,5	11.777,6	14.153,4	16.751,8	18,4	11,2	2,2	40,36
Água Doce do Norte	337,3	350,1	395,8	328,2	251,3	358,4	42,6	0,2	1,5	30,65
Água Branca	231,7	253,9	289,5	201,6	232,1	281,0	21,1	0,2	1,2	29,54
Alto Rio Novo	408,8	409,7	457,9	222,2	430,0	532,6	23,9	0,4	3,1	72,51
Baixo Guandu	657,9	668,6	662,0	742,8	749,6	1.467,7	95,8	1,0	2,8	50,30
Barra de São Francisco	1.576,6	1.654,4	2.166,8	1.747,9	479,4	109,4	-77,2	0,1	0,2	2,68
Boa Esperança	620,6	790,9	978,9	720,7	510,8	608,2	19,1	0,4	2,0	42,72
Colatina	3.484,0	3.061,2	3.851,3	3.617,2	6.639,1	8.192,6	23,4	5,5	4,2	72,87
Ecoporanga	813,0	558,4	686,2	694,3	847,1	1.162,2	37,2	0,8	2,6	50,20
Governador Lindenberg	15,5	13,2	20,1	21,2	21,6	21,9	1,4	0,0	0,1	2,00
Mantenópolis	525,5	272,6	326,5	433,8	419,6	713,7	70,1	0,5	2,6	52,02
Marilândia	381,9	136,2	152,7	130,1	68,6	123,8	80,5	0,1	0,5	11,05
Nova Venécia	1.232,5	1.199,0	1.247,9	927,1	1.324,1	1.179,8	-10,9	0,8	1,5	25,50
Pancas	472,3	602,7	642,9	679,0	858,3	472,1	-45,0	0,3	1,3	21,82
São Domingos do Norte	173,7	230,4	267,7	220,2	15,1	79,2	426,0	0,1	0,4	9,86
São Gabriel da Palha	193,6	280,8	372,9	316,5	720,7	934,4	29,6	0,6	1,7	28,96
Vila Pavão	545,0	574,7	720,3	500,7	248,2	214,2	-13,7	0,1	1,1	24,62
Vila Valério	371,3	339,1	360,0	274,4	337,8	300,6	-11,0	0,2	1,0	21,74
MS Litoral Norte	14.272,5	21.112,7	23.134,9	22.729,4	18.560,1	22.100,8	19,1	14,8	1,6	39,77
Aracruz	5.995,4	7.979,2	7.237,0	8.000,0	5.299,7	7.516,7	41,8	5,0	2,7	90,40
Conceição da Barra	893,3	1.035,3	1.327,6	940,2	758,3	1.164,0	53,5	0,8	1,6	40,70
Fundão	760,4	766,4	833,5	656,4	728,6	1.338,3	83,7	0,9	3,0	77,21
Ibiraçu	307,8	591,5	634,5	565,7	520,0	575,8	10,7	0,4	2,2	51,14
Jaguaré	399,2	446,6	382,4	281,4	987,7	771,9	-21,9	0,5	1,2	30,79
João Neiva	632,8	610,7	627,4	415,6	278,2	172,1	-38,1	0,1	0,5	10,86
Linhares	1.562,5	4.875,7	4.772,3	5.665,1	4.747,0	5.335,1	12,4	3,6	1,4	37,18
Montanha	-	379,5	663,2	513,0	468,0	567,9	21,3	0,4	1,5	31,74
Mucuri	201,3	414,6	399,9	321,4	173,6	206,3	18,8	0,1	1,1	36,60
Pedro Canário	802,8	856,1	1.212,4	918,2	738,2	759,0	2,8	0,5	1,9	31,71
Pinheiros	1.094,2	805,2	885,3	625,0	472,9	581,9	23,0	0,4	1,2	24,15
Ponto Belo	0,0	272,5	388,9	375,2	17,9	16,3	-8,8	0,0	0,1	2,32
Rio Bananal	981,5	1.078,4	796,8	579,7	331,4	392,2	18,3	0,3	0,9	22,25
São Mateus	336,2	676,8	2.684,6	2.331,1	2.797,7	2.472,8	-11,6	1,7	1,2	22,39
Sooretama	304,8	324,0	289,2	541,6	241,1	230,7	-4,3	0,2	0,5	9,50
MS Central	9.651,1	11.433,1	12.836,4	11.077,5	12.168,2	12.294,0	1,0	8,2	1,5	38,64
Afonso Cláudio	979,8	932,4	1.147,0	278,0	615,8	365,2	-40,7	0,2	0,7	11,78
Alfredo Chaves	415,1	784,8	869,3	727,7	843,5	940,4	11,5	0,6	3,0	67,26
Anchieta	2.109,8	1.780,4	2.046,5	1.747,0	2.980,7	3.671,7	23,2	2,5	1,8	151,32
Brejetuba	-	-	338,8	244,0	285,8	307,8	7,7	0,2	1,1	25,79
Conceição do Castelo	348,7	364,9	376,4	274,1	427,3	376,7	-11,8	0,3	1,4	32,08
Domingos Martins	1.028,5	1.080,7	1.098,1	991,2	1.075,3	692,6	-35,6	0,5	1,0	21,68
Iconha	457,7	984,3	984,2	918,3	537,5	670,3	24,7	0,4	2,3	53,18
Itaguaçu	321,8	384,2	436,4	343,0	351,7	386,7	9,9	0,3	1,3	27,41
Itarana	53,9	69,2	71,7	74,4	75,3	12,2	-83,8	0,0	0,1	1,13
Laranja da Terra	487,3	934,0	1.031,4	577,0	264,4	275,0	4,0	0,2	1,2	25,42
Marechal Floriano	358,4	417,8	369,1	421,2	345,2	358,5	3,8	0,2	1,1	24,86
Piúma	886,1	907,2	1.025,9	1.383,9	1.318,3	1.509,3	14,5	1,0	2,9	82,19
Rio Novo do Sul	511,4	375,1	267,4	214,8	181,8	212,0	16,6	0,1	1,0	18,72
Santa Leopoldina	500,2	523,2	577,2	617,0	665,3	600,7	-9,7	0,4	2,4	49,14
Santa Maria de Jetibá	707,3	1.147,0	1.132,5	1.199,0	1.152,6	1.256,0	9,0	0,8	1,9	36,31
Santa Teresa	311,0	561,5	753,6	728,5	765,9	502,0	-34,5	0,3	1,1	22,91
São Roque do Canaã	174,2	186,4	220,6	212,7	153,0	-	-100,0	-	-	-
Venda Nova do Imigrante	-	-	90,3	125,9	128,8	156,8	21,8	0,1	0,4	7,55
Região Metropolitana	62.127,3	66.308,3	72.953,3	71.305,1	67.750,6	78.679,1	16,1	52,5	2,4	46,57
Cariacica	5.512,0	8.105,2	10.198,3	9.997,6	9.508,3	9.540,9	0,3	6,4	2,4	27,21
Guarapari	3.082,6	3.949,2	3.337,5	2.172,0	2.042,4	3.104,5	52,0	2,1	1,7	29,13
Serra	18.087,3	18.243,9	19.118,5	19.140,7	15.465,6	26.116,3	68,9	17,4	3,3	62,78
Viana	1.967,2	1.830,2	2.056,7	2.491,0	1.589,6	1.918,9	20,7	1,3	1,8	29,12
Vila Velha	8.675,7	9.484,9	12.989,4	14.948,2	18.085,1	17.646,8	-2,4	11,8	3,0	42,03
Vitória	24.802,4	24.695,0	25.253,0	22.555,6	21.059,6	20.351,7	-3,4	13,6	1,6	61,57
MS Sul	17.556,7	17.877,0	22.838,3	19.435,6	16.848,2	19.970,2	18,5	13,3	1,5	35,12
Alegre	893,5	1.159,5	1.118,7	1.201,7	1.257,0	1.375,1	9,4	0,9	2,4	44,80
Apiaçá	120,6	149,7	236,5	220,6	240,8	252,8	5,0	0,2	1,4	33,69
Atílio Vivacqua	102,0	183,5	247,4	161,2	400,2	411,1	2,7	0,3	1,7	41,24
Bom Jesus do Norte	396,0	427,7	522,2	363,9	207,8	227,1	9,3	0,2	1,3	23,91
Cachoeiro de Itapemirim	7.981,0	6.818,4	9.390,4	8.469,7	5.945,7	8.186,6	37,7	5,5	3,1	42,85
Castelo	71,9	137,9	110,9	142,3	271,3	508,6	87,5	0,3	0,8	14,57
Divino de São Lourenço	189,7	195,5	231,8	223,2	160,4	0,8	-99,5	0,0	0,0	0,19
Dores do Rio Preto	133,8	139,8	155,8	142,7	256,3	318,3	24,2	0,2	2,0	49,63
Guaçuí	763,0	688,1	644,5	670,3	293,3	600,0	104,6	0,4	1,1	21,40
Ibatiba	551,9	597,9	828,9	742,5	725,2	843,4	16,3	0,6	2,3	37,30
Ibitirama	121,4	145,1	142,4	129,6	128,2	164,3	28,2	0,1	0,8	18,38
Irupi	406,3	585,2	546,6	440,7	322,4	304,5	-5,5	0,2	1,2	25,75
Itapemirim	679,4	768,6	1.394,6	1.492,6	1.368,5	1.618,2	18,2	1,1	0,9	51,85
Júna	1.122,7	1.158,5	1.069,7	486,2	647,1	589,0	-9,0	0,4	1,3	21,48
Jerônimo Monteiro	399,9	443,9	458,5	454,8	412,1	501,3	21,7	0,3	2,1	45,86
Marataízes	740,7	624,9	942,9	764,2	971,2	878,2	-9,6	0,6	1,0	25,52
Mimoso do Sul	785,4	744,0	1.095,8	474,2	971,2	953,4	-1,8	0,6	2,1	36,84
Muniz Freire	403,3	468,9	547,6	531,6	634,1	68,3	-89,2	0,0	0,2	3,73
Muqui	551,1	1.286,7	1.626,5	1.165,0	466,0	691,0	48,3	0,5	2,6	47,81
Presidente Kennedy	155,3	168,3	249,3	242,2	194,2	220,9	13,7	0,1	0,1	21,29
São José do Calçado	241,1	212,9	368,4	238,0	269,6	304,1	12,8	0,2	1,3	29,24
Vargem Alta	746,7	772,4	908,8	678,5	705,9	953,1	35,0	0,6	2,3	49,47
TOTAL	115.648,8	128.127,1	145.362,4	136.325,2	129.480,5	149.795,9	15,7	100,0	2,0	42,23

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Despesas com encargos e amortizações da dívida

Posição	Município	Encargos e amortizações da dívida em R\$	População 2011
1º	Serra	26.116.265,44	416.029
2º	Vitória	20.351.715,32	330.526
3º	Vila Velha	17.646.818,33	419.854
4º	Cariacica	9.540.942,99	350.615
5º	Colatina	8.192.598,58	112.432
6º	Cachoeiro de Itapemirim	8.186.569,91	191.042
7º	Aracruz	7.516.688,07	83.152
8º	Linhares	5.335.050,35	143.509
9º	Anchieta	3.671.692,25	24.265
10º	Guarapari	3.104.455,96	106.583
11º	São Mateus	2.472.825,73	110.454
12º	Viana	1.918.868,63	65.888
13º	Itapemirim	1.618.180,60	31.209
14º	Piúma	1.509.294,46	18.364
15º	Baixo Guandu	1.467.655,04	29.178
16º	Alegre	1.375.113,61	30.696
17º	Fundão	1.338.275,64	17.334
18º	Santa Maria de Jetibá	1.256.027,75	34.591
19º	Nova Venécia	1.179.761,80	46.263
20º	Conceição da Barra	1.163.970,69	28.600
21º	Ecoporanga	1.162.220,46	23.154
22º	Mimoso do Sul	953.417,49	25.880
23º	Vargem Alta	953.095,48	19.265
24º	Alfredo Chaves	940.445,97	13.982
25º	São Gabriel da Palha	934.412,25	32.264
26º	Marataízes	878.230,78	34.412
27º	Ibatiba	843.356,01	22.609
28º	Jaguaré	771.889,62	25.073
29º	Pedro Canário	759.037,88	23.935
30º	Mantenópolis	713.730,34	13.721
31º	Domingos Martins	692.568,77	31.946
32º	Mucuri	691.005,52	14.452
33º	Iconha	670.270,07	12.603
34º	Boa Esperança	608.230,78	14.239
35º	Santa Leopoldina	600.686,38	12.223
36º	Guaçuí	600.000,00	28.033
37º	Lúna	588.960,30	27.422
38º	Pinheiros	581.854,76	24.093
39º	Ibiraçu	575.769,47	11.258
40º	Montanha	567.885,71	17.894
41º	Alto Rio Novo	532.564,90	7.345
42º	Castelo	508.597,00	34.900
43º	Santa Teresa	502.013,10	21.916
44º	Jerônimo Monteiro	501.340,05	10.932
45º	Pancas	472.130,18	21.636
46º	Atílio Vivacqua	411.061,29	9.967
47º	Rio Bananal	392.188,32	17.623
48º	Itaguaçu	386.694,43	14.107
49º	Conceição do Castelo	376.707,72	11.741
50º	Afonso Cláudio	365.243,01	31.004
51º	Marechal Floriano	358.508,70	14.422
52º	Água Doce do Norte	358.441,58	11.696
53º	Dores do Rio Preto	318.331,21	6.414
54º	Brejetuba	307.758,60	11.933
55º	Irupi	304.547,88	11.829
56º	São José do Calçado	304.142,85	10.403
57º	Vila Valério	300.586,61	13.827
58º	Águia Branca	280.972,32	9.513
59º	Laranja da Terra	274.997,04	10.818
60º	Apiacá	252.821,31	7.505
61º	Sooretama	230.658,79	24.271
62º	Bom Jesus do Norte	227.088,60	9.496
63º	Presidente Kennedy	220.868,13	10.373
64º	Vila Pavão	214.207,29	8.699
65º	Rio Novo do Sul	212.044,95	11.330
66º	Mucurici	206.327,04	5.637
67º	João Neiva	172.050,13	15.848
68º	Ibitirama	164.315,93	8.938
69º	Venda Nova do Imigrante	156.842,27	20.776
70º	Mariilândia	123.754,89	11.198
71º	Barra de São Francisco	109.424,47	40.884
72º	São Domingos do Norte	79.212,43	8.036
73º	Muniz Freire	68.275,94	18.298
74º	Governador Lindenberg	21.939,35	10.990
75º	Ponto Belo	16.303,70	7.034
76º	Itarana	12.217,87	10.840
77º	Divino de São Lourenço	839,70	4.493
78º	São Roque do Canaã	-	11.341
TOTAL		149.795.858,77	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Despesas com encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Município	A / B	Encargos e amortizações da dívida (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Anchieta	151,32	3.671.692,25	24.265
2º	Aracruz	90,40	7.516.688,07	83.152
3º	Piúma	82,19	1.509.294,46	18.364
4º	Fundão	77,21	1.338.275,64	17.334
5º	Colatina	72,87	8.192.598,58	112.432
6º	Alto Rio Novo	72,51	532.564,90	7.345
7º	Alfredo Chaves	67,26	940.445,97	13.982
8º	Serra	62,78	26.116.265,44	416.029
9º	Vitória	61,57	20.351.715,32	330.526
10º	Iconha	53,18	670.270,07	12.603
11º	Mantenópolis	52,02	713.730,34	13.721
12º	Itapemirim	51,85	1.618.180,60	31.209
13º	Ibiraçu	51,14	575.769,47	11.258
14º	Baixo Guandu	50,30	1.467.655,04	29.178
15º	Ecoporanga	50,20	1.162.220,46	23.154
16º	Dores do Rio Preto	49,63	318.331,21	6.414
17º	Vargem Alta	49,47	953.095,48	19.265
18º	Santa Leopoldina	49,14	600.686,38	12.223
19º	Mucuri	47,81	691.005,52	14.452
20º	Jerônimo Monteiro	45,86	501.340,05	10.932
21º	Alegre	44,80	1.375.113,61	30.696
22º	Cachoeiro de Itapemirim	42,85	8.186.569,91	191.042
23º	Boa Esperança	42,72	608.230,78	14.239
24º	Vila Velha	42,03	17.646.818,33	419.854
25º	Atílio Vivacqua	41,24	411.061,29	9.967
26º	Conceição da Barra	40,70	1.163.970,69	28.600
27º	Ibatiba	37,30	843.356,01	22.609
28º	Linhares	37,18	5.335.050,35	143.509
29º	Mimoso do Sul	36,84	953.417,49	25.880
30º	Mucurici	36,60	206.327,04	5.637
31º	Santa Maria de Jetibá	36,31	1.256.027,75	34.591
32º	Apiacá	33,69	252.821,31	7.505
33º	Conceição do Castelo	32,08	376.707,72	11.741
34º	Montanha	31,74	567.885,71	17.894
35º	Pedro Canário	31,71	759.037,88	23.935
36º	Jaguaré	30,79	771.889,62	25.073
37º	Água Doce do Norte	30,65	358.441,58	11.696
38º	Águia Branca	29,54	280.972,32	9.513
39º	São José do Calçado	29,24	304.142,85	10.403
40º	Guarapari	29,13	3.104.455,96	106.583
41º	Viana	29,12	1.918.868,63	65.888
42º	São Gabriel da Palha	28,96	934.412,25	32.264
43º	Itaguaçu	27,41	386.694,43	14.107
44º	Cariacica	27,21	9.540.942,99	350.615
45º	Brejetuba	25,79	307.758,60	11.933
46º	Irupi	25,75	304.547,88	11.829
47º	Marataízes	25,52	878.230,78	34.412
48º	Nova Venécia	25,50	1.179.761,80	46.263
49º	Laranja da Terra	25,42	274.997,04	10.818
50º	Marechal Floriano	24,86	358.508,70	14.422
51º	Vila Pavão	24,62	214.207,29	8.699
52º	Pinheiros	24,15	581.854,76	24.093
53º	Bom Jesus do Norte	23,91	227.088,60	9.496
54º	Santa Teresa	22,91	502.013,10	21.916
55º	São Mateus	22,39	2.472.825,73	110.454
56º	Rio Bananal	22,25	392.188,32	17.623
57º	Pancas	21,82	472.130,18	21.636
58º	Vila Valério	21,74	300.586,61	13.827
59º	Domingos Martins	21,68	692.568,77	31.946
60º	Lúna	21,48	588.960,30	27.422
61º	Guaçuí	21,40	600.000,00	28.033
62º	Presidente Kennedy	21,29	220.868,13	10.373
63º	Rio Novo do Sul	18,72	212.044,95	11.330
64º	Ibitirama	18,38	164.315,93	8.938
65º	Castelo	14,57	508.597,00	34.900
66º	Afonso Cláudio	11,78	365.243,01	31.004
67º	Mariilândia	11,05	123.754,89	11.198
68º	João Neiva	10,86	172.050,13	15.848
69º	São Domingos do Norte	9,86	79.212,43	8.036
70º	Sooretama	9,50	230.658,79	24.271
71º	Venda Nova do Imigrante	7,55	156.842,27	20.776
72º	Muniz Freire	3,73	68.275,94	18.298
73º	Barra de São Francisco	2,68	109.424,47	40.884
74º	Ponto Belo	2,32	16.303,70	7.034
75º	Governador Lindenberg	2,00	21.939,35	10.990
76º	Itarana	1,13	12.217,87	10.840
77º	Divino de São Lourenço	0,19	839,70	4.493
78º	São Roque do Canaã	-	-	11.341
TOTAL		42,23	149.795.858,77	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Câmaras municipais

Desempenho

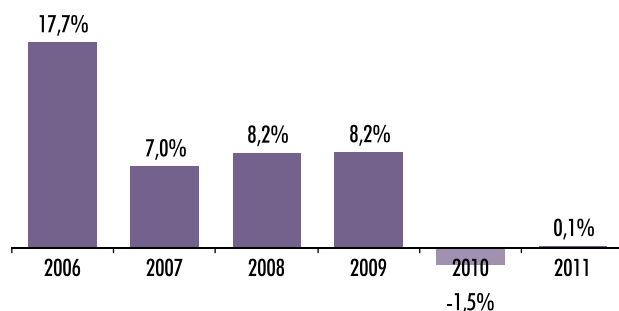
A despesa das câmaras municipais totalizou R\$ 211,3 milhões em 2011, praticamente repetindo o valor do ano passado. Essa estabilidade, num cenário de aumento da receitas, deve-se ao fato de os recursos a serem transferidos pelo Poder Executivo ao Legislativo estarem atrelados ao montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso. Ou seja, o desempenho dos gastos das câmaras em 2011 esteve associado às receitas municipais de 2010.

Evolução do gasto com câmaras

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento da despesa com câmaras em relação ao ano anterior



Além disso, não é toda a receita municipal que entra na base de cálculo para os repasses. São computados apenas os impostos municipais, a Quota-parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), entre outras receitas de menor expressão. Foi o desempenho mais brando desses itens da receita que culminou com a estagnação dos gastos das câmaras entre 2010 e 2011. O ICMS e o FPM, principais itens, por exemplo, acusaram crescimento de apenas 3,9% e 2,6%, respectivamente.

Em Anchieta ocorreu o maior aumento dos gastos das câmaras, tanto em termos absolutos como relativos, que passaram de R\$ 6,4 milhões, em 2010, para R\$ 8,8 milhões, em 2011, com um aumento de R\$ 2,4 milhões, ou seja, 37,6%.

Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, o maior aumento foi registrado em Vitória, cujos gastos passaram de R\$ 19,9 milhões para R\$ 22 milhões. Em Cariacica e Linhares eles aumentaram 7,7% e 6,3%, respectivamente. Por outro lado, em São Mateus e Serra houve queda de pouco mais de 11%.

Entre as cidades de menor porte populacional, além de Anchieta, os aumentos foram mais intensos em Vila Valério (28,3%), Barra de São Francisco (24,5%), Iúna (21,9%) e Muniz Freire (17,5%). Foi verificada queda nos gastos de 35 cidades. As mais expressivas foram observadas em Boa Esperança (-38,6%), Montanha (-29,6%), Itaguaçu (-28,6%), Mimoso do Sul (-26,6%), Ibatiba (-23,9%) e Baixo Guandu (-16%). No caso de Boa Esperança, a forte queda deveu-se, em parte, aos altos valores despendidos em 2010.

Apesar do recuo, a Câmara da Serra continuou liderando o ranking de gastos, com R\$ 26,2 milhões, seguida por Vitória (R\$ 22 milhões), Vila Velha (R\$ 19,1 milhões), Linhares (R\$ 10,6 milhões), Cariacica (R\$ 9,9 milhões) e Anchieta (R\$ 8,8 milhões).

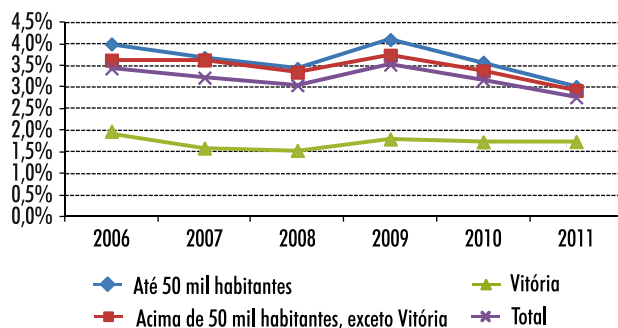
Peso na receita corrente

A estabilidade dos gastos dos legislativos e o aumento da receita corrente fizeram que a participação dos gastos com as câmaras na receita corrente recuasse de 3,2%, em 2010, para 2,8%, em 2011.

As localidades que tiveram a maior participação do legislativo em seus orçamentos foram Vila Valério e Muniz Freire, com 4,9% em cada, seguidas por Governador Lindenberg, Divino de São Lourenço e Bom Jesus do Norte, com 4,6% em cada. Por outro lado, em Presidente Kennedy e Itapemirim, por contarem com elevada receita de royalties do petróleo (que não entra na base de repasse), o peso do legislativo na receita corrente foi bem menor, de 0,6% e 1,4%, respectivamente.

Vitória também possui uma receita muito maior quando comparada a outros municípios do Estado com o mesmo contingente populacional, o que faz com que esse percentual fique em 1,7%.

Participação média da despesa com câmara na receita corrente municipal



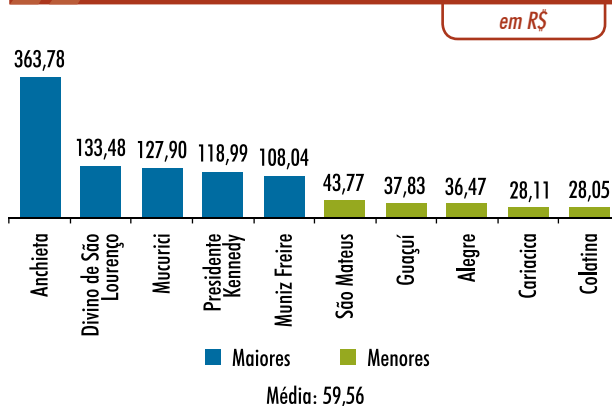
Gasto por habitante

O legislativo municipal custou, em média, R\$ 59,56 por pessoa no Espírito Santo, valor pouco menor que o apurado em 2010, quando essa média foi de R\$ 60,04. No topo do ranking aparece Anchieta, que, com apenas 24.265 habitantes, gastou R\$ 8,8 milhões, perfazendo uma despesa per capita de R\$ 363,78. Na segunda e terceira posições, bem distante do líder, aparecem Divino de São Lourenço, com R\$ 133,48, e Mucurici, com R\$ 127,90. Na capital esse valor foi de R\$ 66,62.

A necessidade de uma estrutura mínima de funcionamento e o número de vereadores proporcionalmente maior nas cidades

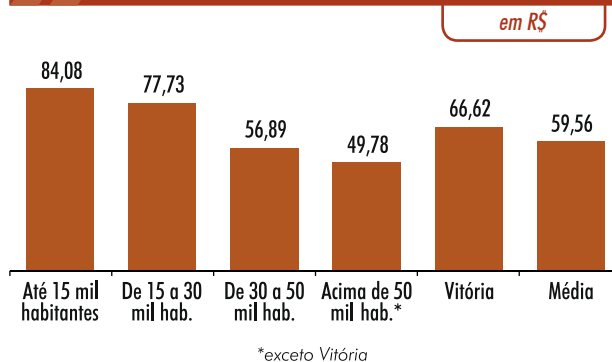
menores, aliados a uma receita per capita também maior, explicam o maior gasto por habitante nas cidades pequenas.

Os cinco maiores e menores gastos com câmaras per capita



Por isso, nas localidades com até 15 mil moradores a média do gasto per capita foi de R\$ 84,08, a maior entre todas as faixas populacionais. Na faixa seguinte, onde o porte populacional é acima de 15 mil e abaixo de 30 mil habitantes, o gasto foi de R\$ 77,73 por pessoa. Esse valor cai substancialmente para os municípios com população entre 30 mil e 50 mil residentes, onde a média foi de R\$ 56,89. Já nos maiores municípios do Estado, exceto a capital, esse valor foi de R\$ 49,78.

Despesa média com câmaras per capita por faixa populacional - 2011



Saiba mais sobre as câmaras municipais

O valor que deve ser repassado do Poder Executivo ao Legislativo deve ficar entre 3,5% e 7% da receita tributária (ISS, IPTU, ITBI e taxas) e de algumas transferências constitucionais (ICMS, IPVA, ITR, IRRF, FPM, IPI-Exportação e IOF-Ouro).

O percentual a ser utilizado depende do porte populacional do município e, desde 2010, primeiro ano de vigência da

Emenda Constitucional (EC) nº 58/2009, obedece a um valor máximo de 7%, aplicado nas localidades com até 100 mil habitantes, e decai até 3,5%, nos municípios com contingente populacional acima de 8 milhões. Segundo o disposto no artigo 29-A, alterado pela EC nº 25/2000, o total a ser transferido às câmaras municipais tem como parâmetro o montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso.

► Limites do gasto com câmaras municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	EC nº 58
Até 100 mil habitantes	7,0%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6,0%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5,0%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4,0%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58/2009.

► Número de vereadores por faixa populacional do município - EC nº 58/2009

Número de habitantes do município	Número de vereadores
até 15.000	9
de 15.000 até 30.000	11
de 30.000 até 50.000	13
de 50.000 até 80.000	15
de 80.000 até 120.000	17
de 120.000 até 160.000	19
de 160.000 até 300.000	21
de 300.000 até 450.000	23
de 450.000 até 600.000	25
de 600.000 até 750.000	27
de 750.000 até 900.000	29
de 900.000 até 1.050.000	31
de 1.050.000 até 1.200.000	33
de 1.200.000 até 1.350.000	35
de 1.350.000 até 1.500.000	37
de 1.500.000 até 1.800.000	39
de 1.800.000 até 2.400.000	41
de 2.400.000 até 3.000.000	43
de 3.000.000 até 4.000.000	45
de 4.000.000 até 5.000.000	47
de 5.000.000 até 6.000.000	49
de 6.000.000 até 7.000.000	51
de 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58/2009.

A EC nº 58/2009 também aumentou o número de vereadores em relação ao que determinava a Resolução nº 21.702/2004, reduzindo a quantidade de faixas populacionais de 36 para 24 e determinando para cada uma delas um número ímpar de vereadores, com o objetivo de facilitar o processo de deliberação local. A nova regra em relação ao número de vereadores entrará em vigor para as eleições municipais de 2012.

► Número de vereadores por faixa populacional do município - Resolução nº 21.702/2004

Número de habitantes do município	Número de vereadores
até 47.619	9
de 47.620 até 95.238	10
de 95.239 até 142.857	11
de 142.858 até 190.476	12
de 190.477 até 238.095	13
de 238.096 até 285.714	14
de 285.715 até 333.333	15
de 333.334 até 380.952	16
de 380.953 até 428.571	17
de 428.572 até 476.190	18
de 476.191 até 523.809	19
de 523.810 até 571.428	20
de 571.429 até 1.000.000	21
de 1.000.001 até 1.121.952	33
de 1.121.953 até 1.243.903	34
de 1.243.904 até 1.365.854	35
de 1.365.855 até 1.487.805	36
de 1.487.806 até 1.609.756	37
de 1.609.757 até 1.731.707	38
de 1.731.708 até 1.853.658	39
de 1.853.659 até 1.975.609	40
de 1.975.610 até 4.999.999	41
de 5.000.000 até 5.119.047	42
de 5.119.048 até 5.238.094	43
de 5.238.095 até 5.357.141	44
de 5.357.142 até 5.476.188	45
de 5.476.189 até 5.595.235	46
de 5.595.236 até 5.714.282	47
de 5.714.283 até 5.833.329	48
de 5.833.330 até 5.952.376	49
de 5.952.377 até 6.071.423	50
de 6.071.424 até 6.190.470	51
de 6.190.471 até 6.309.517	52
de 6.309.518 até 6.428.564	53
de 6.428.565 até 6.547.611	54
Acima de 6.547.612	55

Fonte: Resolução nº 21.702/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

CACHOEIRO

CRESCER É COMPROMISSO DE TODOS OS DIAS



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

Cachoeiro gerou um saldo de **2.812**
empregos formais em 2011, melhor resultado
desde 2006. Em 2012, até maio, foram

gerados **598** empregos.

O número de novas empresas em Cachoeiro

cresceu **25,15%** entre 2009
e 2011, de acordo com dados do Cadastro
Mobiliário do município.

Em maio de 2012, o Nossocrédito de
Cachoeiro alcançou o melhor resultado
mensal de sua história.
As agências do programa no município

registraram **88** financiamentos para
empreendedores formais e informais, um

crescimento de **41%** em relação
ao mesmo período de 2011.



► Despesa com as câmaras municipais - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2010/2009	Participação 2011		Desp. câmaras per capita 2011 em R\$
								no total da desp. com câmaras	na rec. corr. ¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		
MS Noroeste	19.499,3	20.816,3	22.467,6	24.973,0	23.650,7	23.309,8	-1,4	11,0	3,0	56,16
Água Doce do Norte	819,9	862,1	927,9	1.129,7	911,9	950,7	4,3	0,4	4,1	81,28
Água Branca	771,7	786,1	878,1	998,4	967,8	971,3	0,4	0,5	4,2	102,11
Alto Rio Novo	490,2	530,9	591,8	718,5	650,0	685,3	5,4	0,3	4,0	93,30
Baixo Guandu	1.105,7	1.529,3	1.443,6	1.787,7	1.817,0	1.526,5	-16,0	0,7	3,0	52,32
Barra de São Francisco	1.690,6	1.901,2	1.806,4	2.168,3	2.083,5	2.594,3	24,5	1,2	3,9	63,46
Boa Esperança	882,4	858,8	941,3	909,2	1.280,8	786,3	-38,6	0,4	2,6	55,22
Colatina	3.117,1	3.551,2	3.964,6	3.878,7	3.038,6	3.153,3	3,8	1,5	1,6	28,05
Ecoporanga	1.881,9	1.876,8	1.929,2	2.305,1	1.846,6	1.611,5	-12,7	0,8	3,6	69,60
Governador Lindenberg	698,9	683,9	804,8	897,5	1.047,0	1.045,9	-0,1	0,5	4,6	95,17
Mantenópolis	716,5	869,3	861,4	945,3	818,9	844,9	3,2	0,4	3,1	61,57
Marilândia	879,7	900,0	872,1	1.086,5	1.084,7	1.036,1	-4,5	0,5	4,4	92,53
Nova Venécia	1.984,8	1.857,1	2.050,5	2.387,9	2.533,7	2.317,4	-8,5	1,1	2,9	50,09
Pancas	1.049,7	1.019,5	1.027,1	1.006,4	998,4	1.008,5	1,0	0,5	2,9	46,61
São Domingos do Norte	460,4	545,1	1.126,5	868,7	798,1	865,9	8,5	0,4	4,3	107,76
São Gabriel da Palha	1.241,3	1.239,7	1.414,0	1.596,6	1.785,8	1.587,2	-11,1	0,8	2,9	49,19
Vila Pavão	729,2	849,8	909,5	1.065,2	847,0	861,6	1,7	0,4	4,3	99,04
Vila Valério	979,2	955,5	918,7	1.223,3	1.140,8	1.463,2	28,3	0,7	4,9	105,82
MS Litoral Norte	33.425,7	34.870,9	38.590,6	40.999,1	39.499,2	38.981,5	-1,3	18,5	2,9	70,15
Aracruz	7.404,4	7.821,2	9.897,5	8.278,0	7.979,9	7.776,2	-2,6	3,7	2,8	93,52
Conceição da Barra	2.232,6	1.892,0	2.186,5	2.398,9	2.105,3	2.297,9	9,1	1,1	3,2	80,35
Fundão	1.215,3	1.283,2	1.387,9	1.524,8	1.307,3	1.350,4	3,3	0,6	3,1	77,90
Ibiraçu	814,5	752,1	686,8	1.111,9	1.025,4	998,0	-2,7	0,5	3,8	88,65
Jaguaré	1.787,2	1.914,0	1.821,3	2.165,1	2.221,5	1.981,4	-10,8	0,9	3,1	79,02
João Neiva	705,0	834,4	789,2	922,8	949,9	883,0	-7,0	0,4	2,5	55,72
Linhares	7.781,8	8.394,8	9.616,7	9.604,0	10.002,4	10.632,0	6,3	5,0	2,7	74,09
Montanha	682,5	812,6	794,1	1.055,2	1.258,2	886,3	-29,6	0,4	2,4	49,53
Mucurici	522,6	548,0	654,9	658,8	735,8	721,0	-2,0	0,3	3,8	127,90
Pedro Canário	1.289,2	1.453,2	1.586,4	1.664,0	1.398,7	1.441,6	3,1	0,7	3,5	60,23
Pinheiros	1.344,2	1.222,8	1.334,9	1.884,0	1.567,4	1.647,7	5,1	0,8	3,3	68,39
Ponto Belo	592,3	706,1	730,9	648,3	623,0	699,6	12,3	0,3	3,9	99,46
Rio Bananal	1.133,4	1.353,2	1.447,6	1.321,7	1.407,1	1.364,1	-3,1	0,6	3,0	77,40
São Mateus	4.815,3	4.799,3	4.486,6	6.042,6	5.448,6	4.834,8	-11,3	2,3	2,4	43,77
Sooretama	1.105,3	1.083,8	1.169,4	1.719,1	1.468,8	1.467,6	-0,1	0,7	3,4	60,47
MS Central	20.329,4	19.600,3	25.159,0	26.223,6	27.869,4	29.480,5	5,8	14,0	3,6	92,65
Afonso Cláudio	1.153,7	1.002,3	1.762,0	1.639,4	1.903,5	1.994,1	4,8	0,9	3,7	64,32
Alfredo Chaves	528,3	446,1	1.368,7	1.074,2	952,5	826,6	-13,2	0,4	2,6	59,12
Anchieta	3.717,5	4.088,4	6.300,1	5.872,2	6.413,1	8.827,1	37,6	4,2	4,2	363,78
Brejetuba	612,8	502,6	554,7	718,8	715,4	771,2	7,8	0,4	2,8	64,63
Conceição do Castelo	630,7	693,3	1.107,4	797,5	804,1	845,4	5,1	0,4	3,1	72,00
Domingos Martins	2.304,9	2.112,4	2.309,5	2.257,7	2.164,9	2.149,9	-0,7	1,0	3,2	67,30
Iconha	856,8	1.012,8	1.198,5	1.309,4	1.128,4	1.001,6	-11,2	0,5	3,5	79,47
Itaguaçu	565,2	582,1	576,6	839,3	1.811,2	1.293,6	-28,6	0,6	4,3	91,70
Itarana	597,3	664,8	705,3	917,8	814,0	855,0	5,0	0,4	3,7	78,87
Laranja da Terra	510,7	400,4	436,3	648,0	676,9	733,0	8,3	0,3	3,3	67,76
Marechal Floriano	1.067,5	1.103,7	990,3	1.440,5	1.262,9	1.291,6	2,3	0,6	3,9	89,56
Piúma	882,7	911,0	888,2	1.362,0	1.485,5	1.328,6	-10,6	0,6	2,6	72,35
Rio Novo do Sul	713,8	781,7	807,5	0,0	867,6	907,6	4,6	0,4	4,1	80,11
Santa Leopoldina	748,6	766,5	885,7	1.110,9	1.006,5	1.067,0	6,0	0,5	4,3	87,29
Santa Maria de Jetibá	1.944,0	1.424,5	1.977,1	1.970,1	1.849,9	1.814,4	-1,9	0,9	2,8	52,45
Santa Teresa	1.415,9	1.454,2	1.587,0	1.824,3	1.622,8	1.625,4	0,2	0,8	3,5	74,16
São Roque do Canaã	608,6	692,5	665,7	916,6	912,3	871,9	-4,4	0,4	3,9	76,88
Venda Nova do Imigrante	1.470,5	961,1	1.038,5	1.524,6	1.477,8	1.276,6	-13,6	0,6	3,0	61,45
Região Metropolitana	70.113,2	78.554,4	81.158,3	87.277,7	87.214,8	86.517,0	-0,8	41,0	2,6	51,21
Caracica	8.302,9	9.121,8	10.440,1	11.492,8	9.153,8	9.855,5	7,7	4,7	2,5	28,11
Guarapari	3.815,5	4.434,9	5.239,9	6.258,1	5.586,6	5.787,0	3,6	2,7	3,1	54,30
Serra	18.275,7	24.955,4	26.105,0	26.231,6	29.498,8	26.214,3	-11,1	12,4	3,3	63,01
Viana	2.925,6	3.063,8	3.360,3	3.502,4	3.522,9	3.583,4	1,7	1,7	3,3	54,39
Vila Velha	19.035,3	17.981,3	17.588,2	20.124,7	19.525,0	19.057,5	-2,4	9,0	3,2	45,39
Vitória	17.758,2	18.997,2	18.424,8	19.668,1	19.927,7	22.019,3	10,5	10,4	1,7	66,62
MS Sul	27.720,0	29.171,2	30.554,5	34.675,9	32.809,3	32.980,0	0,5	15,6	2,4	58,01
Alegre	1.262,0	1.044,7	1.079,1	1.083,9	1.087,8	1.119,4	2,9	0,5	2,0	36,47
Apiaçá	568,5	548,4	533,2	511,5	548,7	485,5	-11,5	0,2	2,7	64,70
Atílio Vivacqua	0,0	865,1	1.010,2	1.054,8	903,8	858,2	-5,1	0,4	3,7	86,10
Bom Jesus do Norte	578,6	680,5	635,8	780,3	722,2	791,6	9,6	0,4	4,6	83,36
Cachoeiro de Itapemirim	8.109,9	7.439,5	8.256,1	9.085,5	8.506,5	8.646,9	1,7	4,1	3,2	45,26
Castelo	1.709,8	1.717,0	1.651,3	1.990,0	2.027,5	1.841,9	-9,2	0,9	2,9	52,78
Divino de São Lourenço	464,7	452,0	482,0	669,3	584,3	599,7	2,6	0,3	4,6	133,48
Dores do Rio Preto	429,3	487,8	469,1	556,5	615,3	584,3	-5,0	0,3	3,6	91,10
Guaçuí	937,0	1.121,3	905,3	1.215,5	1.172,9	1.060,4	-9,6	0,5	2,0	37,83
Ibatiba	876,5	1.271,5	1.277,4	1.115,4	1.353,5	1.029,8	-23,9	0,5	2,8	45,55
Ibitirama	615,0	721,8	887,2	881,5	704,4	711,4	1,0	0,3	3,4	79,59
Irupi	741,3	818,4	874,3	1.096,5	937,0	1.010,9	7,9	0,5	4,1	85,46
Itapemirim	1.934,2	1.669,2	1.737,9	2.331,5	2.219,5	2.466,6	11,1	1,2	1,4	79,03
Lúna	977,2	1.161,6	1.495,8	1.298,7	1.382,5	1.685,9	21,9	0,8	3,7	61,48
Jerônimo Monteiro	710,2	813,2	912,4	1.011,7	813,6	856,7	5,3	0,4	3,6	78,37
Marataizes	1.465,2	1.640,7	1.969,1	2.002,9	1.907,7	1.921,6	0,7	0,9	2,3	55,84
Mimoso do Sul	1.330,6	1.335,3	1.459,7	1.719,0	1.612,4	1.182,8	-26,6	0,6	2,6	45,71
Muniz Freire	1.049,9	1.669,8	1.463,1	1.705,2	1.683,0	1.977,0	17,5	0,9	4,9	108,04
Muqui	894,4	912,9	926,4	1.085,5	955,8	945,8	-1,1	0,4	3,6	65,44
Presidente Kennedy	848,8	893,0	982,1	1.327,9	1.156,1	1.234,3	6,8	0,6	0,6	118,99
São José do Calçado	684,3	524,5	692,3	1.085,5	916,5	915,7	-0,1	0,4	3,9	88,02
Vargem Alta	1.532,6	1.382,9	854,9	1.067,4	998,4	1.053,6	5,5	0,5	2,5	54,69
TOTAL	171.087,6	183.013,1	197.930,0	214.149,3	211.043,5	211.268,9	0,1	100,0	2,8	59,56

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

► Despesa com câmara

Posição	Município	Despesa com câmara em R\$	População 2011
1º	Serra	26.214.347,99	416.029
2º	Vitória	22.019.300,67	330.526
3º	Vila Velha	19.057.543,73	419.854
4º	Linhares	10.631.965,33	143.509
5º	Cariacica	9.855.473,13	350.615
6º	Anchieta	8.827.062,92	24.265
7º	Cachoeiro de Itapemirim	8.646.899,72	191.042
8º	Aracruz	7.776.210,57	83.152
9º	Guarapari	5.786.955,66	106.583
10º	São Mateus	4.834.834,39	110.454
11º	Viana	3.583.376,94	65.888
12º	Colatina	3.153.316,38	112.432
13º	Barra de São Francisco	2.594.296,73	40.884
14º	Itapemirim	2.466.593,94	31.209
15º	Nova Venécia	2.317.382,41	46.263
16º	Conceição da Barra	2.297.913,08	28.600
17º	Domingos Martins	2.149.909,89	31.946
18º	Afonso Cláudio	1.994.057,93	31.004
19º	Jaguaré	1.981.388,16	25.073
20º	Muniz Freire	1.976.957,73	18.298
21º	Marataizes	1.921.565,00	34.412
22º	Castelo	1.841.936,99	34.900
23º	Santa Maria de Jetibá	1.814.425,80	34.591
24º	Lúna	1.685.891,30	27.422
25º	Pinheiros	1.647.665,89	24.093
26º	Santa Teresa	1.625.356,60	21.916
27º	Ecoporanga	1.611.519,52	23.154
28º	São Gabriel da Palha	1.587.174,69	32.264
29º	Baixo Guandu	1.526.461,44	29.178
30º	Sooretama	1.467.600,20	24.271
31º	Vila Valério	1.463.160,12	13.827
32º	Pedro Canário	1.441.642,31	23.935
33º	Rio Bananal	1.364.084,91	17.623
34º	Fundão	1.350.354,88	17.334
35º	Piúma	1.328.623,21	18.364
36º	Itaguaçu	1.293.599,63	14.107
37º	Marechal Floriano	1.291.604,17	14.422
38º	Venda Nova do Imigrante	1.276.590,74	20.776
39º	Presidente Kennedy	1.234.320,17	10.373
40º	Mimoso do Sul	1.182.848,13	25.880
41º	Alegre	1.119.446,39	30.696
42º	Santa Leopoldina	1.066.983,16	12.223
43º	Guaçuí	1.060.368,26	28.033
44º	Vargem Alta	1.053.588,01	19.265
45º	Governador Lindenberg	1.045.901,26	10.990
46º	Marilândia	1.036.100,97	11.198
47º	Ibatiba	1.029.817,28	22.609
48º	Irupi	1.010.880,00	11.829
49º	Pancas	1.008.500,56	21.636
50º	Iconha	1.001.576,14	12.603
51º	Ibiraçu	997.972,81	11.258
52º	Águia Branca	971.349,63	9.513
53º	Água Doce do Norte	950.708,44	11.696
54º	Muqui	945.750,69	14.452
55º	São José do Calçado	915.719,24	10.403
56º	Rio Novo do Sul	907.604,37	11.330
57º	Montanha	886.311,36	17.894
58º	João Neiva	882.976,65	15.848
59º	São Roque do Canaã	871.900,82	11.341
60º	São Domingos do Norte	865.936,90	8.036
61º	Vila Pavão	861.572,18	8.699
62º	Atílio Vivácqua	858.155,34	9.967
63º	Jerônimo Monteiro	856.713,99	10.932
64º	Itarana	854.978,25	10.840
65º	Conceição do Castelo	845.400,53	11.741
66º	Mantenópolis	844.867,47	13.721
67º	Alfredo Chaves	826.618,63	13.982
68º	Bom Jesus do Norte	791.575,25	9.496
69º	Boa Esperança	786.281,61	14.239
70º	Brejetuba	771.179,55	11.933
71º	Laranja da Terra	733.015,52	10.818
72º	Mucurici	721.000,00	5.637
73º	Ibitirama	711.404,55	8.938
74º	Ponto Belo	699.600,00	7.034
75º	Alto Rio Novo	685.296,70	7.345
76º	Divino de São Lourenço	599.729,92	4.493
77º	Dores do Rio Preto	584.338,39	6.414
78º	Apiacá	485.537,35	7.505
TOTAL		211.268.871,17	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Despesa com câmara per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Anchieta	363,78	8.827.062,92	24.265
2º	Divino de São Lourenço	133,48	599.729,92	4.493
3º	Mucurici	127,90	721.000,00	5.637
4º	Presidente Kennedy	118,99	1.234.320,17	10.373
5º	Muniz Freire	108,04	1.976.957,73	18.298
6º	São Domingos do Norte	107,76	865.936,90	8.036
7º	Vila Valério	105,82	1.463.160,12	13.827
8º	Águia Branca	102,11	971.349,63	9.513
9º	Ponto Belo	99,46	699.600,00	7.034
10º	Vila Pavão	99,04	861.572,18	8.699
11º	Governador Lindenberg	95,17	1.045.901,26	10.990
12º	Aracruz	93,52	7.776.210,57	83.152
13º	Alto Rio Novo	93,30	685.296,70	7.345
14º	Marilândia	92,53	1.036.100,97	11.198
15º	Itaguaçu	91,70	1.293.599,63	14.107
16º	Dores do Rio Preto	91,10	584.338,39	6.414
17º	Marechal Floriano	89,56	1.291.604,17	14.422
18º	Ibiraçu	88,65	997.972,81	11.258
19º	São José do Calçado	88,02	915.719,24	10.403
20º	Santa Leopoldina	87,29	1.066.983,16	12.223
21º	Atílio Vivácqua	86,10	858.155,34	9.967
22º	Irupi	85,46	1.010.880,00	11.829
23º	Bom Jesus do Norte	83,36	791.575,25	9.496
24º	Água Doce do Norte	81,28	950.708,44	11.696
25º	Conceição da Barra	80,35	2.297.913,08	28.600
26º	Rio Novo do Sul	80,11	907.604,37	11.330
27º	Ibitirama	79,59	711.404,55	8.938
28º	Iconha	79,47	1.001.576,14	12.603
29º	Itapemirim	79,03	2.466.593,94	31.209
30º	Jaguaré	79,02	1.981.388,16	25.073
31º	Itarana	78,87	854.978,25	10.840
32º	Jerônimo Monteiro	78,37	856.713,99	10.932
33º	Fundão	77,90	1.350.354,88	17.334
34º	Rio Bananal	77,40	1.364.084,91	17.623
35º	São Roque do Canaã	76,88	871.900,82	11.341
36º	Santa Teresa	74,16	1.625.356,60	21.916
37º	Linhares	74,09	10.631.965,33	143.509
38º	Piúma	72,35	1.328.623,21	18.364
39º	Conceição do Castelo	72,00	845.400,53	11.741
40º	Ecoporanga	69,60	1.611.519,52	23.154
41º	Pinheiros	68,39	1.647.665,89	24.093
42º	Laranja da Terra	67,76	733.015,52	10.818
43º	Domingos Martins	67,30	2.149.909,89	31.946
44º	Vitória	66,62	22.019.300,67	330.526
45º	Muqui	65,44	945.750,69	14.452
46º	Apiacá	64,70	485.537,35	7.505
47º	Brejetuba	64,63	771.179,55	11.933
48º	Afonso Cláudio	64,32	1.994.057,93	31.004
49º	Barra de São Francisco	63,46	2.594.296,73	40.884
50º	Serra	63,01	26.214.347,99	416.029
51º	Mantenópolis	61,57	844.867,47	13.721
52º	Lúna	61,48	1.685.891,30	27.422
53º	Venda Nova do Imigrante	61,45	1.276.590,74	20.776
54º	Sooretama	60,47	1.467.600,20	24.271
55º	Pedro Canário	60,23	1.441.642,31	23.935
56º	Alfredo Chaves	59,12	826.618,63	13.982
57º	Marataizes	55,84	1.921.565,00	34.412
58º	João Neiva	55,72	882.976,65	15.848
59º	Boa Esperança	55,22	786.281,61	14.239
60º	Vargem Alta	54,69	1.053.588,01	19.265
61º	Viana	54,39	3.583.376,94	65.888
62º	Guarapari	54,30	5.786.955,66	106.583
63º	Castelo	52,78	1.841.936,99	34.900
64º	Santa Maria de Jetibá	52,45	1.814.425,80	34.591
65º	Baixo Guandu	52,32	1.526.461,44	29.178
66º	Nova Venécia	50,09	2.317.382,41	46.263
67º	Montanha	49,53	886.311,36	17.894
68º	São Gabriel da Palha	49,19	1.587.174,69	32.264
69º	Pancas	46,61	1.008.500,56	21.636
70º	Mimoso do Sul	45,71	1.182.848,13	25.880
71º	Ibatiba	45,55	1.029.817,28	22.609
72º	Vila Velha	45,39	19.057.543,73	419.854
73º	Cachoeiro de Itapemirim	45,26	8.646.899,72	191.042
74º	São Mateus	43,77	4.834.834,39	110.454
75º	Guaçuí	37,83	1.060.368,26	28.033
76º	Alegre	36,47	1.119.446,39	30.696
77º	Cariacica	28,11	9.855.473,13	350.615
78º	Colatina	28,05	3.153.316,38	112.432
TOTAL		59,56	211.268.871,17	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

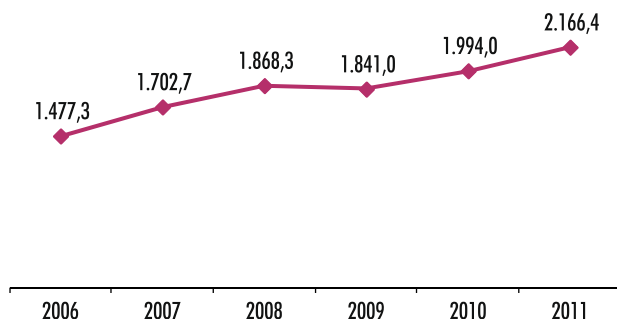
Educação

Desempenho

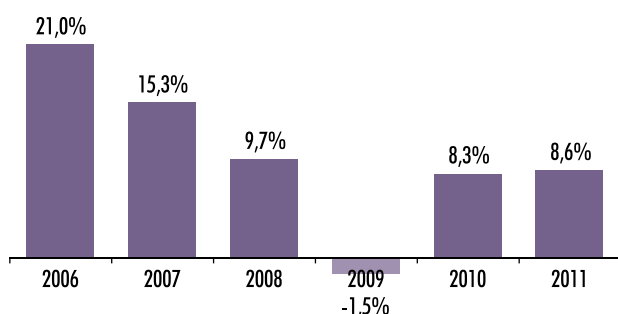
Em 2011, os gastos com educação dos municípios capixabas apresentaram um aumento de 8,6% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 1,99 bilhão para R\$ 2,17 bilhões. Foi o segundo ano de aumento da aplicação de recursos na área, após o encolhimento de 2009, devido ao impacto da crise financeira internacional nas receitas municipais.

Evolução dos gastos com educação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento dos gastos com educação em relação ao ano anterior



Presidente Kennedy foi o município que apresentou a maior variação na despesa com educação, tanto em termos absolutos (R\$ 20,6 milhões) quanto relativos (88,3%). Esse aumento expressivo deveu-se ao excepcional crescimento das receitas provenientes dos royalties do petróleo (ver página 64). Cariacica (R\$ 13,8 milhões), Anchieta (R\$ 12,4 milhões), Vitória (R\$ 12,3 milhões) e Aracruz (R\$ 10,5 milhões) também tiveram incrementos expressivos na

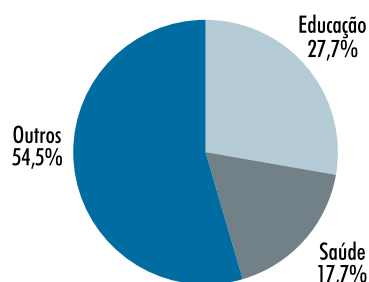
despesa com educação no Estado. Outros municípios como Apiacá (30,9%), Ecoporanga (28,3%), Itapemirim (27,7%), Ibitirama (27,6%) e Afonso Cláudio (26,1%) se destacaram com as maiores expansões, em termos relativos.

Apenas oito municípios diminuíram seus gastos com educação, em relação a 2010. São eles: Alegre (-12%), Conceição da Barra (-7,1%), Mucurici (-4,9%), Ponto Belo (-2,6%), Serra (-2,5%), Itarana (-1,9%), São Gabriel da Palha (-1,5%) e Jerônimo Monteiro (-0,6%), cujas reduções variaram de R\$ 6,1 milhões a R\$ 29,5 mil.

Participação orçamentária e limite constitucional

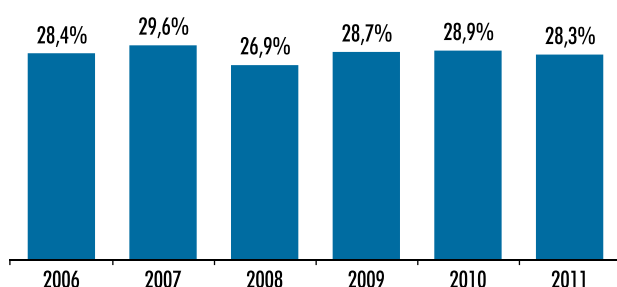
A educação é a área de atuação governamental que mais consome recursos municipais entre as cidades do Espírito Santo. Em 2011, em média, 27,7% da despesa total dos municípios foram direcionados à educação. Dentre os municípios com as maiores participações destacaram-se Sooretama (37,6%), Iúna (37,1%), Montanha (35,8%), Jaguaré (35,7%) e Cariacica (35,3%).

Participação do gasto com educação e saúde no gasto total dos municípios - 2011



Um dos fatores principais que influencia essa grande participação é a obrigatoriedade constitucional de aplicação mínima de 25% da receita de impostos e de algumas transferências na área (veja mais detalhes no *Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na educação*, na página seguinte). De acordo com os dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Orçamento Público na Educação (Siope), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a aplicação média de recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino dos municípios capixabas foi de 28,3% em 2011.

Despesa com a educação sobre a receita vinculada dos municípios



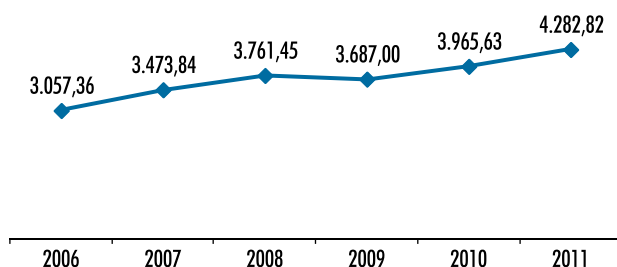
Dentre os 60 municípios com dados disponíveis no Siope, 15 aplicaram acima de 30% dos recursos vinculados em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Desses, destacam-se Afonso Cláudio (35,8%), Ponto Belo (35,6%), Montanha (35,5%), Pancas (35,4%) e Águia Branca (32,7%). Nenhum município do Estado aplicou abaixo do mínimo exigido pela Constituição, sendo que, até o fechamento desta edição, 14 ainda não haviam apresentado os dados junto ao Siope. Vale lembrar que, caso haja algum descumprimento da exigência constitucional, o município pode apresentar recursos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) até o mês de setembro de 2012, quando se encerra o prazo para a análise das prestações de contas do ano de 2011.

Gasto com educação por aluno

Em 2011, o gasto médio com educação por aluno foi de R\$ 4.282,82, valor 8% maior que o do ano anterior. Os municípios com os maiores gastos com aluno foram Presidente Kennedy (R\$ 19.712,10), Anchieta (R\$ 9.462,35), Alegre (R\$ 6.802,88), Divino de São Lourenço (R\$ 6.738,62) e São Domingos do Norte (R\$ 6.713,13). No outro extremo, Sooretama (R\$ 3.164,62), Guarapari (R\$ 3.168,80), Viana (R\$ 3.318,11), Cariacica (R\$ 3.405,79) e Ibatiba (R\$ 3.447,24) ocupam as últimas posições do ranking.

Gasto médio anual por aluno dos municípios capixabas

em R\$ - IPCA médio de 2011



A despesa com educação por aluno está ligada a dois fatores: receita corrente per capita e número de matrículas na rede municipal de ensino. Dessa forma, cidades com níveis de receita corrente per capita mais elevados ou com reduzido número de alunos matriculados na rede municipal tendem a ter maiores despesas com estudante, em função da exigência constitucional de vinculação de receitas à educação.

Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na educação

O artigo 211, § 2º, da Constituição Federal estabelece que a atuação dos municípios na educação pública deve se concentrar, prioritariamente, nos ensinos infantil e fundamental. Para custear essas despesas, o artigo 212 da mesma Constituição estabelece que deve haver uma aplicação anual mínima de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, compensação pela desoneração do ICMS das exportações, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

As ações de MDE estão detalhadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, dentre as quais se destacam: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; entre outras.

De acordo com a legislação atual, o município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de 25% de recursos em ações de MDE estará sujeito a diversas punições, cujas principais são: parecer desfavorável à prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Federal Complementar nº 64/1990, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios, subvenções e/ou contribuições da União e do Estado (Lei 9.394/1996, artigo 87, § 6º); impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/1998, artigo 13, VIII); intervenção no município pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 5º, § 4º); impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de saúde, educação e assistência social (Lei Federal Complementar nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b); entre outras.

► Educação - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/ 2010	Partic. na desp. total 2011	Part. das rec. de imp. na MDE (CF art. 212) ¹ 2011	Gasto com educação por aluno da rede munic- pal 2011	Nº de matrí- culas na rede mun. 2011
em R\$ mil - IPCA médio de 2011							em %		em R\$		
MS Noroeste	190.323,5	195.434,1	213.000,8	202.751,0	215.601,4	242.201,6	12,3	29,7	29,3	4.307,87	56.223
Água Doce do Norte	5.859,1	6.507,3	6.721,5	6.807,4	7.015,0	7.966,2	13,6	30,9	26,7	4.379,42	1.819
Água Branca	5.542,0	6.960,9	7.415,4	6.341,4	6.294,1	7.515,1	19,4	31,1	32,7	4.619,01	1.627
Alto Rio Novo	3.655,5	3.739,4	4.355,9	4.483,7	4.362,5	5.099,9	16,9	25,6	...	4.485,40	1.137
Baixo Guandu	15.741,4	16.591,0	17.888,7	15.153,4	16.161,4	16.722,1	3,5	32,0	26,7	3.962,59	4.220
Barra de São Francisco	17.996,3	18.951,8	21.335,8	18.665,2	20.902,4	25.709,2	23,0	35,0	...	4.751,29	5.411
Boa Esperança	6.363,8	7.108,2	7.971,0	8.181,9	7.375,3	9.172,0	24,4	27,2	28,9	4.529,37	2.025
Colatina	42.515,0	50.168,0	50.812,1	52.043,5	55.070,7	60.086,3	9,1	28,9	31,6	4.008,96	14.988
Ecoporanga	9.827,4	10.223,1	11.798,3	11.602,8	10.306,2	13.225,8	28,3	29,5	30,8	5.192,72	2.547
Governador Lindenberg	5.102,2	3.572,4	3.894,3	3.961,6	4.268,4	4.764,7	11,6	18,3	27,3	5.540,32	860
Mantenópolis	5.908,4	6.069,1	6.915,6	6.050,2	6.934,7	7.782,7	12,2	28,7	26,4	4.594,26	1.694
Marilândia	4.699,8	4.825,4	5.240,6	4.869,1	5.396,7	5.962,2	10,5	25,1	27,5	4.499,81	1.325
Nova Venécia	26.162,8	25.269,2	27.652,5	25.159,5	26.783,7	28.846,8	7,7	33,4	25,0	3.623,52	7.961
Pancas	9.131,8	8.447,4	9.909,9	9.485,5	10.205,4	11.799,5	15,6	30,2	35,4	5.237,25	2.293
São Domingos do Norte	7.284,0	4.433,8	5.308,1	5.181,2	5.758,2	6.746,7	17,2	31,7	...	6.713,13	1.005
São Gabriel da Palha	12.226,0	9.551,0	12.277,7	11.605,5	15.147,6	14.918,3	-1,5	26,5	27,5	3.791,19	3.935
Vila Pavao	5.978,1	6.043,5	6.293,7	5.914,8	6.012,2	7.399,5	23,1	33,4	...	4.913,35	1.506
Vila Valério	6.329,9	6.972,6	7.209,8	7.244,2	7.606,9	8.484,4	11,5	27,1	30,4	4.442,12	1.910
MS Litoral Norte	281.671,7	317.582,9	336.794,3	342.767,0	363.599,0	391.285,0	7,6	29,2	29,0	4.000,87	97.800
Aracruz	58.754,8	68.758,3	63.588,9	58.640,8	62.998,0	73.516,2	16,7	28,6	...	4.601,38	15.977
Conceição da Barra	14.175,1	15.182,1	17.531,4	18.726,7	22.487,0	20.881,8	-7,1	30,5	...	3.462,42	6.031
Fundão	9.227,8	9.412,4	10.951,4	10.760,4	11.768,9	12.613,9	7,2	31,3	32,2	3.705,61	3.404
Ibiraçu	5.205,9	6.105,8	5.423,3	4.858,7	5.132,4	5.367,6	4,6	19,6	26,7	4.897,46	1.096
Jaguare	16.621,6	15.288,1	18.344,2	18.458,1	19.955,2	22.674,5	13,6	35,7	28,1	4.119,65	5.504
João Neiva	12.076,4	9.970,2	9.629,1	8.633,3	9.601,3	10.774,0	12,2	29,5	29,4	3.922,11	2.747
Linhares	50.413,7	66.931,6	77.017,9	83.819,1	90.876,2	93.648,4	3,1	24,2	27,3	4.110,27	22.784
Montanha	10.924,1	11.983,0	14.191,3	11.602,3	12.348,4	14.007,1	13,4	35,8	35,5	4.826,71	2.902
Mucurici	4.278,7	3.680,2	3.865,3	3.682,3	4.584,0	4.358,0	-4,9	22,6	32,2	4.371,16	997
Pedro Canário	7.017,9	9.812,9	9.754,3	9.918,6	10.964,9	11.141,7	1,6	30,3	25,1	3.492,70	3.190
Pinheiros	12.261,1	14.144,6	15.434,3	14.773,1	15.979,2	17.115,4	7,1	33,7	27,0	3.840,12	4.457
Ponto Belo	4.365,9	3.995,5	4.985,7	4.613,3	5.627,8	5.483,3	-2,6	27,8	35,6	4.513,00	1.215
Rio Bananal	9.226,1	9.846,4	11.397,1	11.414,0	11.838,5	13.280,4	12,2	30,5	...	4.237,51	3.134
São Mateus	56.570,1	59.802,3	59.213,4	69.152,0	65.507,9	71.115,2	8,6	34,2	30,1	3.642,27	19.525
Sooretama	10.552,6	12.669,4	15.466,6	13.714,4	13.929,4	15.307,3	9,9	37,6	32,2	3.164,62	4.837
MS Central	162.905,1	177.448,2	196.420,2	191.556,2	200.803,0	232.447,6	15,8	27,4	28,8	5.138,89	45.233
Afonso Cláudio	13.615,3	15.624,3	15.433,2	16.518,9	17.241,3	21.739,9	26,1	33,0	35,8	5.172,46	4.203
Alfredo Chaves	6.005,0	7.506,6	7.640,0	9.650,2	7.277,2	8.251,4	13,4	24,0	28,7	4.290,89	1.923
Anchieta	25.016,8	31.267,9	37.188,9	35.101,6	37.925,4	50.292,4	32,6	24,8	30,4	9.462,35	5.315
Brejetuba	5.655,1	7.271,1	7.651,3	7.550,1	7.669,3	8.732,5	13,9	30,3	25,6	5.940,51	1.470
Conceição do Castelo	9.712,2	9.006,7	8.553,0	8.196,1	8.486,2	8.732,3	2,9	28,7	27,5	3.962,04	2.204
Domingos Martins	14.873,7	14.794,1	18.482,2	17.903,7	20.172,9	21.780,1	8,0	33,3	27,0	3.983,19	5.468
Iconha	6.387,2	5.945,4	6.443,9	5.998,5	6.505,8	6.755,9	3,8	21,9	27,1	3.799,74	1.778
Itaguaçu	7.348,1	6.951,9	7.752,6	7.453,3	8.102,9	8.254,4	1,9	27,2	27,6	5.260,94	1.569
Itarana	4.458,8	4.695,6	7.026,7	4.845,6	5.497,8	5.394,6	-1,9	23,4	27,5	5.515,97	978
Laranja da Terra	5.611,1	5.767,0	5.592,4	4.823,5	5.115,9	5.907,4	15,5	23,1	...	4.935,19	1.197
Marechal Floriano	7.143,8	8.031,0	8.670,8	7.824,8	8.996,1	9.796,5	8,9	29,8	27,9	3.641,82	2.690
Piúma	9.052,5	9.670,9	10.567,6	11.647,0	11.877,1	14.492,1	22,0	29,3	26,6	4.139,42	3.501
Rio Novo do Sul	4.620,7	4.929,9	5.377,4	5.215,1	5.392,4	6.591,8	22,2	30,0	29,6	5.043,43	1.307
Santa Leopoldina	5.857,6	6.112,9	7.842,6	6.737,3	6.081,4	6.892,9	13,3	27,6	27,6	5.448,93	1.265
Santa Maria de Jetibá	11.394,8	12.819,4	14.792,6	14.384,1	16.237,2	16.277,7	0,2	25,5	27,4	4.751,22	3.426
Santa Teresa	13.087,6	13.883,6	13.499,1	13.720,6	13.193,8	15.247,5	15,6	30,7	...	4.198,11	3.632
São Roque do Canaã	3.786,8	4.252,8	4.234,6	4.924,9	5.249,9	5.889,5	12,2	23,7	27,8	5.690,30	1.035
Venda Nova do Imigrante	9.278,1	8.916,9	9.671,4	9.060,7	9.780,5	11.418,7	16,8	25,9	26,5	5.025,85	2.272
Região Metropolitana	612.732,0	764.008,3	825.666,3	823.804,6	909.000,1	945.058,9	4,0	26,6	28,2	4.134,79	228.563
Cariacica	86.072,6	113.502,0	113.859,1	112.153,0	127.630,8	141.473,0	10,8	35,3	28,0	3.405,79	41.539
Guarapari	37.129,4	39.873,7	46.328,2	49.286,2	52.731,6	55.970,5	6,1	31,1	26,4	3.168,80	17.663
Serra	132.893,6	157.277,9	201.581,9	225.187,8	245.118,3	239.036,2	-2,5	29,1	28,4	3.928,35	60.849
Viana	31.492,6	31.302,2	34.913,3	36.766,7	36.212,8	39.419,1	8,9	34,3	...	3.318,11	11.880
Vila Velha	119.300,3	135.313,3	154.185,2	143.942,1	175.696,6	185.299,0	5,5	27,6	26,8	3.957,86	46.818
Vitória	205.843,5	286.739,4	274.798,7	256.468,8	271.609,9	283.861,2	4,5	20,8	28,7	5.698,42	49.814
MS Sul	229.640,0	248.201,9	296.460,7	280.160,5	305.028,6	355.433,5	16,5	28,3	27,3	4.555,55	78.022
Alegre	13.519,5	14.407,8	15.202,4	15.464,3	17.573,8	15.462,9	-12,0	24,5	25,5	6.802,88	2.273
Apiaçu	4.389,4	4.691,6	4.911,0	4.352,9	4.256,6	5.572,4	30,9	29,9	...	4.319,72	1.290
Atílio Vivacqua	6.123,1	6.091,6	7.171,1	5.828,1	7.514,9	7.844,1	4,4	32,8	26,6	3.780,30	2.075
Bom Jesus do Norte	3.070,5	3.605,3	4.778,0	4.051,4	4.519,1	5.414,3	19,8	27,7	31,8	5.759,85	940
Cachoeiro de Itapemirim	53.026,2	65.807,6	77.757,6	70.974,7	74.687,1	82.674,4	10,7	30,4	25,3	3.708,20	22.295
Castelo	14.031,4	16.086,0	19.557,2	18.465,5	19.219,3	21.035,7	9,5	32,5	26,4	3.841,44	5.476
Divino de São Lourenço	2.601,9	2.200,0	2.489,9	1.775,5	2.091,4	2.452,9	17,3	18,9	26,8	6.738,62	364
Dores do Rio Preto	3.060,8	4.006,8	3.898,2	3.268,5	3.068,1	3.191,8	4,0	23,7	...	4.520,89	706
Guaçu	11.790,1	11.903,1	18.056,9	15.800,7	16.458,1	17.767,5	8,0	29,2	...	4.328,25	4.105
Ibatiba	11.157,4	11.047,1	10.572,7	11.365,8	11.823,1	12.958,2	9,6	32,1	26,8	3.447,24	3.759
Ibitirama	4.168,5	5.057,2	6.222,1	4.899,2	5.751,0	7.336,2	27,6	34,0	29,1	4.826,45	1.520
Irupi	5.770,0	5.629,0	6.067,9	6.233,6	7.182,2	7.809,2	8,7	30,6	30,2	4.202,99	1.858
Itapemirim	12.168,4	13.608,4	17.456,2	17.648,6	18.772,3	23.970,7	27,7	19,3	29,6	4.454,69	5.381
Ituna	13.706,8	15.105,0	16.299,7	16.034,4	16.444,0	18.625,3	13,3	37,1	28,3	3.926,91	4.743
Jerônimo Monteiro	5.618,2	4.566,8	5.395,2	4.475,8	5.293,5	5.264,0	-0,6	23,7	25,2	4.197,76	1.254
Marataiz	11.760,0	12.153,4	17.767,5	16.593,6	19.231,3	22.394,6	16,4	31,1	30,5	3.775,86	5.931
Mimoso do Sul	9.498,9	10.091,8	11.226,7	10.762,9	10.551,9	11.430,3	8,3	24,0	28,1	4.253,93	2.687
Muniz Freire	12.022,0	11.816,3	14.324,8	13.388,0	13.060,8	14.254,3	9,1	33,7	28,3	4.596,67	3.101
Muqui	5.737,8	4.801,0	6.041,1	6.579,4	6.313,8	7.814,5	23,8	29,9	27,7	5.084,26	1.537
Presidente Kennedy	9.652,0	9.843,8	13.528,7	14.101,4	23.293,8	43.859,4	88,3	25,8	31,7	19.712,10	2.225
São José do Calçado	7.111,1	5.057,7	5.313,9	5.401,4	5.853,6	5.905,9	0,9	24,0	...	4.224,52	1.398
Vargem Alta	9.656,0	10.624,4	12.421,9	12.694,9	12.068,7	12.395,0	2,7	30,3	25,9	3.993,23	3.104
TOTAL	1.477.272,3	1.702.675,3	1.868.342,4	1.841.039,2	1.994.032,0	2.166.426,7	8,6	27,7	28		

► Despesa com educação

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2011
1º	Vitória	283.861.172,42	49.814
2º	Serra	239.036.162,94	60.849
3º	Vila Velha	185.298.951,49	46.818
4º	Cariacica	141.473.027,87	41.539
5º	Linhães	93.648.439,67	22.784
6º	Cachoeiro de Itapemirim	82.674.398,77	22.295
7º	Aracruz	73.516.196,53	15.977
8º	São Mateus	71.115.247,61	19.525
9º	Colatina	60.086.331,89	14.988
10º	Guarapari	55.970.494,14	17.663
11º	Anchieta	50.292.369,24	5.315
12º	Presidente Kennedy	43.859.417,48	2.225
13º	Viana	39.419.126,78	11.880
14º	Nova Venécia	28.846.804,18	7.961
15º	Barra de São Francisco	25.709.234,95	5.411
16º	Itapemirim	23.970.694,10	5.381
17º	Jaguaré	22.674.540,35	5.504
18º	Marataizes	22.394.641,76	5.931
19º	Domingos Martins	21.780.056,12	5.468
20º	Afonso Cláudio	21.739.853,15	4.203
21º	Castelo	21.035.707,15	5.476
22º	Conceição da Barra	20.881.829,33	6.031
23º	Lúna	18.625.329,91	4.743
24º	Guaçuí	17.767.468,85	4.105
25º	Pinheiros	17.115.393,36	4.457
26º	Baixo Guandu	16.722.125,15	4.220
27º	Santa Maria de Jetibá	16.277.689,77	3.426
28º	Alegre	15.462.943,76	2.273
29º	Sooretama	15.307.278,39	4.837
30º	Santa Teresa	15.247.548,74	3.632
31º	São Gabriel da Palha	14.918.336,37	3.935
32º	Piúma	14.492.109,67	3.501
33º	Muniz Freire	14.254.277,00	3.101
34º	Montanha	14.007.121,58	2.902
35º	Rio Bananal	13.280.351,74	3.134
36º	Ecoporanga	13.225.845,42	2.547
37º	Ibatiba	12.958.174,44	3.759
38º	Fundão	12.613.885,71	3.404
39º	Vargem Alta	12.394.992,72	3.104
40º	Pancas	11.799.532,62	2.253
41º	Mimoso do Sul	11.430.308,65	2.687
42º	Venda Nova do Imigrante	11.418.739,68	2.272
43º	Pedro Canário	11.141.714,31	3.190
44º	João Neiva	10.774.046,04	2.747
45º	Marechal Floriano	9.796.482,36	2.690
46º	Boa Esperança	9.171.967,69	2.025
47º	Brejetuba	8.732.545,29	1.470
48º	Conceição do Castelo	8.732.340,18	2.204
49º	Vila Valério	8.484.449,20	1.910
50º	Itaguaçu	8.254.415,24	1.569
51º	Alfredo Chaves	8.251.390,31	1.923
52º	Água Doce do Norte	7.966.159,64	1.819
53º	Atílio Vivácqua	7.844.125,62	2.075
54º	Muqui	7.814.503,64	1.537
55º	Irupi	7.809.155,82	1.858
56º	Mantenópolis	7.782.672,92	1.694
57º	Água Branca	7.515.136,66	1.627
58º	Vila Pavão	7.399.502,45	1.506
59º	Ibitirama	7.336.211,15	1.520
60º	Santa Leopoldina	6.892.896,69	1.265
61º	Iconha	6.755.936,96	1.778
62º	São Domingos do Norte	6.746.700,59	1.005
63º	Rio Novo do Sul	6.591.763,90	1.307
64º	Marilândia	5.962.249,87	1.325
65º	Laranja da Terra	5.907.422,98	1.197
66º	São José do Calçado	5.905.872,15	1.398
67º	São Roque do Canaã	5.889.458,44	1.035
68º	Apicá	5.572.436,17	1.290
69º	Ponto Belo	5.483.300,55	1.215
70º	Bom Jesus do Norte	5.414.259,31	940
71º	Itarana	5.394.616,86	978
72º	Ibiraçu	5.367.615,17	1.096
73º	Jerônimo Monteiro	5.263.985,10	1.254
74º	Alto Rio Novo	5.099.899,98	1.137
75º	Governador Lindenberg	4.764.677,27	860
76º	Mucurici	4.358.042,99	997
77º	Dores do Rio Preto	3.191.751,61	706
78º	Divino de São Lourenço	2.452.856,82	364
TOTAL		2.166.426.713,38	505.841

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Matrículas para 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

► Despesa com educação por aluno

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A)	Matrículas 2011 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	19.712,10	43.859.417,48	2.225
2º	Anchieta	9.462,35	50.292.369,24	5.315
3º	Alegre	6.802,88	15.462.943,76	2.273
4º	Divino de São Lourenço	6.738,62	2.452.856,82	364
5º	São Domingos do Norte	6.713,13	6.746.700,59	1.005
6º	Brejetuba	5.940,51	8.732.545,29	1.470
7º	Bom Jesus do Norte	5.759,85	5.414.259,31	940
8º	Vitória	5.698,42	283.861.172,42	49.814
9º	São Roque do Canaã	5.690,30	5.889.458,44	1.035
10º	Governador Lindenberg	5.540,32	4.764.677,27	860
11º	Itarana	5.515,97	5.394.616,86	978
12º	Santa Leopoldina	5.448,93	6.892.896,69	1.265
13º	Itaguaçu	5.260,94	8.254.415,24	1.569
14º	Pancas	5.237,25	11.799.532,62	2.253
15º	Ecoporanga	5.192,72	13.225.845,42	2.547
16º	Afonso Cláudio	5.172,46	21.739.853,15	4.203
17º	Muqui	5.084,26	7.814.503,64	1.537
18º	Rio Novo do Sul	5.043,43	6.591.763,90	1.307
19º	Venda Nova do Imigrante	5.025,85	11.418.739,68	2.272
20º	Laranja da Terra	4.935,19	5.907.422,98	1.197
21º	Vila Pavão	4.913,35	7.399.502,45	1.506
22º	Ibiraçu	4.897,46	5.367.615,17	1.096
23º	Montanha	4.826,71	14.007.121,58	2.902
24º	Ibitirama	4.826,45	7.336.211,15	1.520
25º	Barra de São Francisco	4.751,29	25.709.234,95	5.411
26º	Santa Maria de Jetibá	4.751,22	16.277.689,77	3.426
27º	Água Branca	4.619,01	7.515.136,66	1.627
28º	Aracruz	4.601,38	73.516.196,53	15.977
29º	Muniz Freire	4.596,67	14.254.277,00	3.101
30º	Mantenópolis	4.594,26	7.782.672,92	1.694
31º	Boa Esperança	4.529,37	9.171.967,69	2.025
32º	Dores do Rio Preto	4.520,89	3.191.751,61	706
33º	Ponto Belo	4.513,00	5.483.300,55	1.215
34º	Marilândia	4.499,81	5.962.249,87	1.325
35º	Alto Rio Novo	4.485,40	5.099.899,98	1.137
36º	Itapemirim	4.454,69	23.970.694,10	5.381
37º	Vila Valério	4.442,12	8.484.449,20	1.910
38º	Água Doce do Norte	4.379,42	7.966.159,64	1.819
39º	Mucurici	4.371,16	4.358.042,99	997
40º	Guaçuí	4.328,25	17.767.468,85	4.105
41º	Apicá	4.319,72	5.572.436,17	1.290
42º	Alfredo Chaves	4.290,89	8.251.390,31	1.923
43º	Mimoso do Sul	4.253,93	11.430.308,65	2.687
44º	Rio Bananal	4.237,51	13.280.351,74	3.134
45º	São José do Calçado	4.224,52	5.905.872,15	1.398
46º	Irupi	4.202,99	7.809.155,82	1.858
47º	Santa Teresa	4.198,11	15.247.548,74	3.632
48º	Jerônimo Monteiro	4.197,76	5.263.985,10	1.254
49º	Piúma	4.139,42	14.492.109,67	3.501
50º	Jaguaré	4.119,65	22.674.540,35	5.504
51º	Linhães	4.110,27	93.648.439,67	22.784
52º	Colatina	4.008,96	60.086.331,89	14.988
53º	Vargem Alta	3.993,23	12.394.992,72	3.104
54º	Domingos Martins	3.983,19	21.780.056,12	5.468
55º	Baixo Guandu	3.962,59	16.722.125,15	4.220
56º	Conceição do Castelo	3.962,04	8.732.340,18	2.204
57º	Vila Velha	3.957,86	185.298.951,49	46.818
58º	Serra	3.928,35	239.036.162,94	60.849
59º	Lúna	3.926,91	18.625.329,91	4.743
60º	João Neiva	3.922,11	10.774.046,04	2.747
61º	Castelo	3.841,44	21.035.707,15	5.476
62º	Pinheiros	3.840,12	17.115.393,36	4.457
63º	Iconha	3.799,74	6.755.936,96	1.778
64º	São Gabriel da Palha	3.791,19	14.918.336,37	3.935
65º	Atílio Vivácqua	3.780,30	7.844.125,62	2.075
66º	Marataizes	3.775,86	22.394.641,76	5.931
67º	Cachoeiro de Itapemirim	3.708,20	82.674.398,77	22.295
68º	Fundão	3.705,61	12.613.885,71	3.404
69º	São Mateus	3.642,27	71.115.247,61	19.525
70º	Marechal Floriano	3.641,82	9.796.482,36	2.690
71º	Nova Venécia	3.623,52	28.846.804,18	7.961
72º	Pedro Canário	3.492,70	11.141.714,31	3.190
73º	Conceição da Barra	3.462,42	20.881.829,33	6.031
74º	Ibatiba	3.447,24	12.958.174,44	3.759
75º	Cariacica	3.405,79	141.473.027,87	41.539
76º	Viana	3.318,11	39.419.126,78	11.880
77º	Guarapari	3.168,80	55.970.494,14	17.663
78º	Sooretama	3.164,62	15.307.278,39	4.837
TOTAL		4.282,82	2.166.426.713,38	505.841

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Matrículas para 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

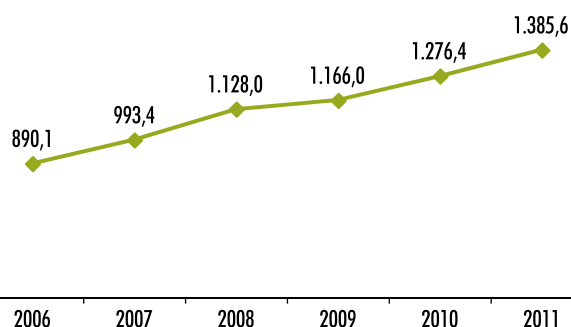


Desempenho

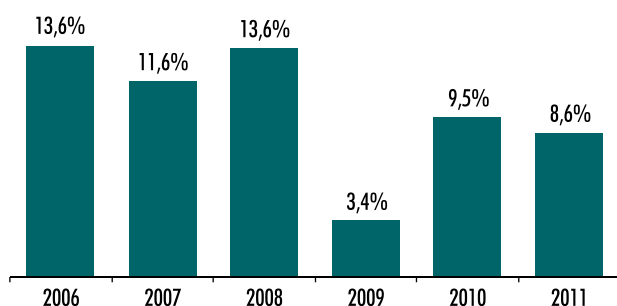
Em 2011, os gastos dos municípios capixabas com saúde apresentaram um crescimento de 8,6%, em relação a 2010, totalizando R\$ 1,39 bilhão, o que representou, 17,7% da despesa total.

Evolução dos gastos com saúde

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Taxa de crescimento do gasto municipal com saúde em relação ao ano anterior



Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelo desempenho dos municípios com mais de 50 mil habitantes (exceto Vitória), que responderam por 56,6% de toda a expansão dessa despesa, em 2011. Todas as dez cidades que compõem esse grupo apresentaram aumentos reais, em relação a 2010. Entre essas se destacam os registrados por Cariacica (21,6%), Vila Velha (20,4%) e Viana (16,2%). Vila Velha, Cariacica e Serra foram as cidades desse grupo com os maiores adicionais de recursos à saúde em 2011, de R\$ 16,8 milhões, R\$ 10,7 milhões e R\$ 10,3 milhões, respectivamente.

Com um aumento de R\$ 12,3 milhões, Vitória respondeu por 11,3% de todo o crescimento dos gastos com saúde no Estado, passando de R\$ 184,5 milhões, em 2010, para R\$ 196,9 milhões, em 2011.

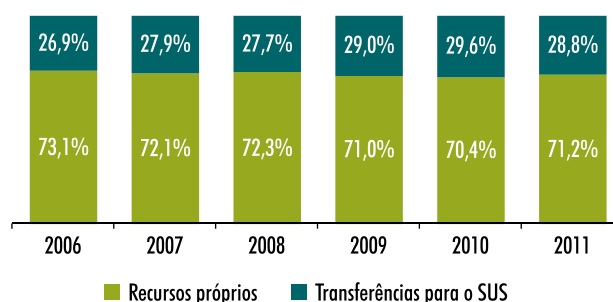
As cidades com até 50 mil habitantes responderam por 32,1% do crescimento da saúde. Nesse grupo, os maiores aumentos foram registrados por Apiacá (34,6%), Mucurici (28,5%), Vila Pavão (24,4%), Vila Valério (24%) e Castelo (23,3%). Em contrapartida, as maiores quedas ocorreram em Pedro Canário (-30%), Águia Branca (-21,4%), Dolores do Rio Preto (-16,3%), Ibirapu (-15,4%) e Alto Rio Novo (-9,8%).

Os gastos com saúde foram mais expressivos nos municípios de Marilândia (28,8%), Santa Teresa (27,4%), São Roque do Canaã (26,6%), São José do Calçado (26,1%), Governador Lindenberg (25,5%) e Muqui (25,3%), consumindo mais de um quarto do total da despesa.

Composição dos recursos destinados à saúde

O total dos recursos próprios dos municípios destinados à saúde cobrem a maior parte de toda a despesa nessa área das cidades brasileiras. No Espírito Santo, essa participação chegou a 71,2%, em 2011, enquanto que as transferências que os municípios recebem da União e do Estado para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) representaram 28,8% do total despendido.

Participação média dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde



Presidente Kennedy se destacou, mais uma vez, com a maior participação dos recursos próprios no financiamento da saúde

municipal, de 90,4%. Em seguida, com aplicação de mais de 80% de recursos próprios, aparecem as cidades de Anchieta (86,8%), Vitória (83,1%), Vila Pavão (81,7%), Serra (81,2%), Vila Valério (80,9%), Mucurici (80,4%) e Itapemirim (80,2%).

Recursos próprios vinculados à saúde

O sistema público municipal de saúde é financiado através de receitas próprias dos governos locais e recursos provenientes da União, via Fundo Nacional de Saúde, e dos estados, via Fundo Estadual de Saúde (veja mais sobre o financiamento da saúde na página 41).

De acordo com a legislação em vigor, os municípios devem destinar, no mínimo, 15% de suas receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-exportação aos gastos com a saúde (veja mais detalhes no item *Saiba mais sobre a aplicação dos recursos na saúde, nesta página*).

As cidades capixabas têm aplicado, em média, mais de 18% de seus recursos vinculados na saúde, chegando a 18,8%, em 2011. Linhares (34,3%), Fundão (31,2%), Atílio Vivácqua (28,7%), Laranja da Terra e São Roque do Canaã (26,1% cada um) se destacaram com os maiores percentuais de aplicação. Até o fechamento desta edição apenas quatro municípios não haviam apresentado os dados de aplicação de recursos à saúde junto ao Siops: Barra de São Francisco, Rio Bananal, Rio Novo do Sul e Viana.

Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Gasto per capita

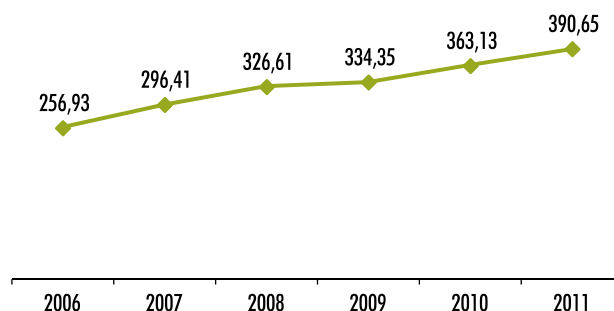
O gasto médio per capita com saúde dos municípios capixabas aumentou 7,6%, em 2011, alcançando R\$ 390,65. A despesa com saúde por habitante está ligada à capacidade de financiamento dos municípios, uma vez que parte de

suas receitas correntes está vinculada constitucionalmente a esses gastos. Ou seja, municípios com receitas correntes per capita maiores tendem a apresentar os maiores gastos com saúde por habitante.

Os maiores gastos com educação per capita foram registrados em Presidente Kennedy (R\$ 1.769,87) e Anchieta (R\$ 1.268,36). Em seguida, com uma diferença significativa em relação aos dois líderes do ranking, mas com aplicações acima de R\$ 600,00, aparecem Mucurici (R\$ 762,40), Linhares (R\$ 655,69), Santa Teresa (R\$ 620,87), São José do Calçado (R\$ 616,17), Marilândia (R\$ 611,55) e Governador Lindenberg (R\$ 604,18). No outro extremo, com aplicações inferiores a R\$ 300,00, encontram-se Cariacica (R\$ 172,47), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 224,63), Vila Velha (R\$ 263,34), Guarapari (R\$ 258,36), Pedro Canário (R\$ 282,94), Barra de São Francisco (R\$ 295,24) e Viana (R\$ 295,56).

Gasto médio com saúde per capita

em R\$ - IPCA médio de 2011



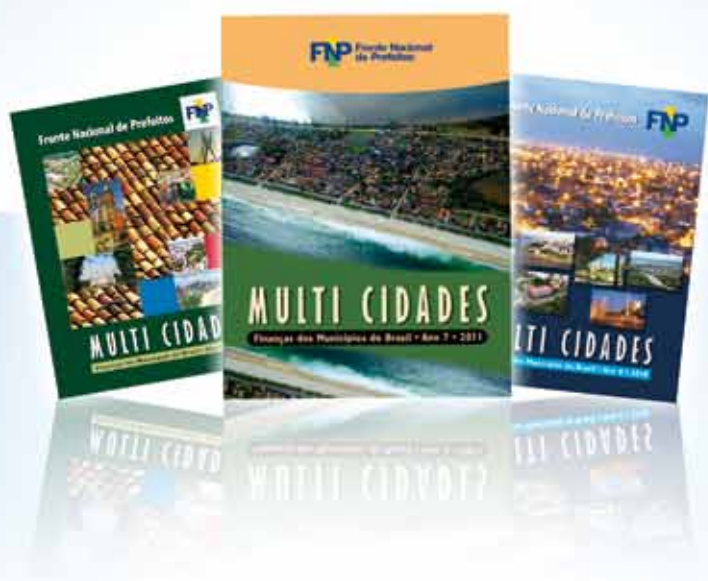
Saiba mais sobre a aplicação dos recursos na saúde

O SUS foi instituído pela Constituição Federal de 1988, quando a saúde passou a ser um direito constitucional de todo cidadão. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a Previdência Social é que podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

O SUS se caracteriza por ser descentralizado, ou seja, é realizado e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), por meio dos fundos de saúde. A aplicação de recursos é determinada pelo artigo 198 da Constituição Federal, pelo artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e pela recém-aprovada Lei Federal Complementar nº 141/2012.

De acordo com a legislação, a União deverá aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o valor

Multi Cidades, uma publicação da Frente Nacional de Prefeitos realizada em parceria com a Aequus Consultoria.



www.aequus.com.br
(27) 3235-7841

empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido de, no mínimo, a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano precedente. No caso dos estados e do Distrito Federal, serão, no mínimo, 12% do conjunto das receitas do ITCD, ICMS, IPVA, IRRF, FPE e IPI-exportação, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos municípios. Esses, por sua vez, deverão aplicar, no mínimo, 15% do conjunto das receitas do IPTU, ITBI, ISS, IRRF, ITR, IPVA, ICMS, FPM e IPI-exportação.

Serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas referentes à vigilância epidemiológica, sanitária e em saúde; atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade; capacitação do pessoal de saúde do SUS; desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS; produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos; saneamento básico de domicílios ou pequenas comunidades, incluindo os distritos indígenas e remanescentes de quilombas; manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças; investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde; remuneração do pessoal ativo da área de saúde; ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS; e gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

Não serão considerados o pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde; a assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal; merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS; a limpeza urbana e a remoção de resíduos; a preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente ou por entidades não governamentais; e ações de assistência social e obras de infraestrutura.

No caso de descumprimento dos percentuais mínimos de aplicação de recursos na saúde, a União e os estados poderão restringir o repasse de suas respectivas transferências constitucionais aos entes infratores, até o montante correspondente à parcela do mínimo que deixou de ser aplicada em exercícios anteriores, transferindo essa diferença diretamente à conta corrente do Fundo de Saúde do ente, até que seja eliminada a pendência. Além disso, enquanto perdurar esse descumprimento o ente ficará impossibilitado de receber qualquer tipo de transferências voluntárias.

Tenha as **finanças das cidades** em **suas mãos** de maneira **ágil e confiável** com o conteúdo do **Multicidades Online.**

O Multicidades Online é um site de fácil navegação, com acesso rápido a informações sobre as finanças públicas de qualquer cidade brasileira. Com ele é possível comparar o desempenho entre municípios, fazer pesquisas, relatórios, montar rankings e gráficos.

VANTAGENS E UTILIDADES DO MULTICIDADES ONLINE

- ▶ Ter acesso fácil, rápido e seguro às finanças de cada uma das cidades brasileiras.
- ▶ Comparar as finanças das cidades.
- ▶ Elaborar rankings.
- ▶ Gerar planilhas e gráficos.
- ▶ Ter acesso às informações em qualquer lugar, por meio da internet.
- ▶ Exportar e salvar relatórios em Excel.
- ▶ Incrementar suas pesquisas, relatórios ou reportagens com dados confiáveis de fonte oficial.
- ▶ Basear e otimizar as tomadas de decisões ou a formulação de políticas públicas em dados seguros.
- ▶ Direcionar estratégias de marketing público e privado com base em informações selecionadas.
- ▶ Auxiliar organizações que acompanham as contas públicas.



Todo o conteúdo deste anuário e muito mais
está disponível no Multicidades Online!

www.multicidadesonline.com.br

Experimente e assine!

DESENVOLVIDO POR



► Saúde - 2006-2011

Regiões e municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2011/ 2010	Partic. na desp. total 2011	Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada¹ 2011	Gasto com saúde per capita 2011 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011						em %			
MS Noroeste	121.120,9	123.381,5	134.832,3	141.610,7	158.444,4	167.614,2	5,8	20,6	19,0	403,82
Água Doce do Norte	3.740,7	3.921,2	4.115,4	3.936,0	3.956,2	4.719,2	19,3	18,3	15,2	403,49
Água Branca	2.861,2	2.654,8	3.703,8	3.415,7	5.852,5	4.598,1	-21,4	19,0	18,2	483,35
Alto Rio Novo	2.634,3	2.531,8	2.848,4	3.834,9	3.829,0	3.454,9	-9,8	17,3	18,9	470,37
Baixo Guandu	10.076,3	9.115,3	9.323,1	9.599,2	9.426,1	9.649,9	2,4	18,5	17,1	330,72
Barra de São Francisco	8.126,4	8.618,5	10.638,9	10.385,1	11.423,4	12.070,8	5,7	16,4	...	295,24
Boa Esperança	4.627,4	4.675,2	4.850,0	5.359,0	6.016,8	7.174,5	19,2	21,3	18,5	503,86
Colatina	32.959,2	35.852,7	33.572,9	35.272,3	41.989,8	46.178,2	10,0	22,2	20,6	410,72
Ecoporanga	8.839,2	8.290,6	10.591,3	10.090,0	10.687,5	10.927,1	2,2	24,4	20,2	471,93
Governador Lindenberg	4.524,8	4.406,8	4.844,7	4.721,1	5.564,2	6.639,9	19,3	25,5	22,7	604,18
Mantenópolis	3.986,2	4.248,7	4.714,9	4.495,4	4.833,2	5.214,4	7,9	19,2	15,2	380,03
Mariândia	4.493,6	4.307,9	4.938,1	5.869,1	5.735,1	6.848,2	19,4	28,8	25,6	611,55
Nova Venécia	11.673,2	11.781,3	14.248,7	17.349,5	18.131,8	17.436,3	-3,8	20,2	17,6	376,89
Pancas	7.138,1	7.053,2	7.232,1	6.861,4	8.183,7	7.934,5	-3,0	20,3	17,1	366,72
São Domingos do Norte	2.430,9	2.926,2	3.231,8	3.508,2	3.686,0	4.086,5	10,9	19,2	18,3	508,53
São Gabriel da Palha	6.612,7	6.499,0	7.431,9	9.332,8	10.991,0	10.581,0	-3,7	18,8	15,8	327,95
Vila Pavão	2.885,1	2.601,0	2.874,1	2.801,2	2.525,2	3.141,8	24,4	14,2	18,0	361,17
Vila Valério	3.511,8	3.897,2	5.672,1	4.779,7	5.612,9	6.959,1	24,0	22,2	22,8	503,30
MS Litoral Norte	177.282,7	190.543,8	221.168,4	224.307,2	257.617,2	271.596,8	5,4	20,3	23,7	488,73
Aracruz	38.079,3	40.411,4	47.632,3	47.317,6	44.986,4	49.077,4	9,1	19,1	19,3	590,21
Conceição da Barra	8.612,3	8.227,9	9.890,7	10.028,3	11.734,1	10.852,2	-7,5	15,8	17,1	379,45
Fundão	5.728,6	6.749,4	7.327,8	8.228,6	7.508,4	8.617,1	14,8	21,4	31,2	497,12
Ibiraçu	4.232,1	4.289,3	3.811,2	4.140,5	5.511,5	4.663,4	-15,4	17,0	20,0	414,23
Jaguaré	9.543,4	9.102,7	10.034,8	8.792,9	10.118,8	11.748,7	16,1	18,5	20,9	468,58
João Neiva	6.812,5	5.919,6	6.415,1	7.180,2	6.612,4	8.065,5	22,0	22,1	24,1	508,93
Linhares	51.071,7	60.528,5	70.079,1	69.547,6	89.124,7	94.097,0	5,6	24,3	34,3	655,69
Montanha	5.534,5	6.002,7	7.069,5	6.479,6	6.749,8	7.482,6	10,9	19,1	20,7	418,16
Mucurici	2.663,8	2.640,5	2.921,1	2.716,1	3.345,4	4.297,7	28,5	22,3	18,9	762,40
Pedro Canário	4.946,9	6.189,2	7.564,4	6.779,0	9.668,6	6.772,2	-30,0	18,4	16,7	282,94
Pinheiros	5.873,6	6.725,6	8.291,7	8.696,0	9.732,8	10.940,8	12,4	21,5	24,9	454,11
Ponto Belo	3.247,0	2.970,6	3.186,0	3.222,3	3.524,3	3.713,0	5,4	18,8	20,5	527,86
Rio Bananal	5.555,6	5.921,2	7.339,3	8.034,1	9.668,6	9.486,1	-1,9	21,8	...	538,28
São Mateus	20.555,1	19.644,7	23.132,5	26.589,5	31.339,1	34.405,8	9,8	16,5	20,0	311,49
Sooretama	4.826,2	5.220,5	6.472,9	6.554,9	7.992,3	7.377,4	-7,7	18,1	17,2	303,96
MS Central	108.611,1	122.787,4	136.264,4	142.924,3	158.161,3	170.485,1	7,8	20,1	19,8	535,78
Afonso Cláudio	8.638,7	8.094,9	10.454,4	8.702,3	9.569,0	11.647,9	21,7	17,7	17,7	375,69
Alfredo Chaves	4.984,7	4.988,4	6.280,7	6.741,5	6.891,0	8.004,8	16,2	23,3	19,9	572,51
Anchieta	15.359,9	21.001,5	20.140,6	24.239,4	27.681,9	30.776,7	11,2	15,2	18,5	1.268,36
Brejetuba	4.544,0	4.759,5	5.377,8	5.719,4	5.815,9	7.133,6	22,7	24,8	23,7	597,81
Conceição do Castelo	4.384,1	4.981,2	4.983,5	5.301,6	5.384,0	5.338,0	-0,9	17,6	20,1	454,64
Domingos Martins	8.469,7	9.260,1	10.434,1	12.237,4	13.950,4	13.275,1	-4,8	20,3	20,5	415,55
Iconha	4.648,2	5.111,1	5.230,0	4.947,7	5.474,2	6.302,6	15,1	20,4	18,1	500,09
Itaguaçu	4.457,8	5.890,7	5.700,5	5.626,8	6.378,2	6.394,4	0,3	21,1	19,0	453,28
Itarana	3.159,3	3.438,8	4.384,2	4.136,3	4.840,7	4.908,8	1,4	21,3	20,7	452,84
Laranja da Terra	3.958,2	4.323,7	4.756,7	4.892,0	5.051,6	5.693,7	12,7	22,2	26,1	526,32
Marechal Floriano	5.236,8	5.979,7	5.715,8	5.778,6	5.865,8	6.579,3	12,2	20,0	18,9	456,20
Piúma	5.470,1	5.623,7	6.032,9	6.534,7	9.389,8	8.963,6	-4,5	18,1	25,0	488,11
Rio Novo do Sul	2.262,0	3.471,9	4.448,1	4.474,9	4.646,2	4.880,0	5,0	22,2	...	430,71
Santa Leopoldina	3.564,4	4.495,9	5.205,0	4.488,6	4.867,8	4.576,9	-6,0	18,3	19,0	374,45
Santa Maria de Jetibá	10.810,2	10.966,2	12.843,2	12.881,4	13.627,3	15.715,6	15,3	24,6	20,3	454,33
Santa Teresa	7.400,9	8.394,7	10.108,9	11.601,3	11.819,4	13.607,0	15,1	27,4	16,5	620,87
São Roque do Canaã	4.187,8	4.335,5	5.408,1	5.179,2	6.453,5	6.626,6	2,7	26,6	26,1	584,30
Venda Nova do Imigrante	7.074,4	7.670,1	8.759,8	9.441,2	10.454,7	10.060,6	-3,8	22,8	18,0	484,24
Região Metropolitana	346.373,1	402.948,8	453.521,6	476.403,7	501.861,3	555.091,9	10,6	15,6	16,8	328,55
Cariacica	30.690,2	37.838,0	41.623,2	41.356,1	49.743,0	60.472,0	21,6	15,1	15,2	172,47
Guarapari	18.556,8	17.695,6	20.291,1	20.726,9	27.266,1	27.536,9	1,0	15,3	17,3	258,36
Serra	85.092,6	91.316,3	118.873,4	136.875,5	141.192,2	151.521,4	7,3	18,4	19,6	364,21
Viana	13.795,3	12.567,5	13.822,4	15.105,1	16.762,5	19.473,8	16,2	16,9	...	295,56
Vila Velha	55.292,4	59.683,0	70.160,9	72.919,4	82.386,8	99.227,7	20,4	14,8	16,5	236,34
Vitória	142.945,8	183.848,4	188.750,5	189.420,8	184.510,7	196.860,2	6,7	14,4	15,8	595,60
MS Sul	136.703,3	153.721,7	182.213,5	180.709,2	200.311,0	220.853,7	10,3	17,6	19,6	388,44
Alegre	9.131,5	11.212,5	11.004,8	12.333,3	13.881,3	13.201,8	-4,9	20,9	21,7	430,08
Apiacá	3.335,0	3.217,4	3.467,7	3.218,9	2.941,5	3.958,4	34,6	21,2	22,0	527,44
Atílio Vivacqua	4.396,1	4.635,3	4.960,5	5.170,3	5.271,4	5.766,5	9,4	24,1	28,7	578,56
Bom Jesus do Norte	3.273,4	2.970,4	4.690,3	3.643,4	4.605,0	4.560,3	-1,0	23,3	20,8	480,23
Cachoeiro de Itapemirim	29.944,5	35.288,1	41.323,7	35.836,5	38.301,7	42.914,0	12,0	15,8	16,3	224,63
Castelo	9.494,4	10.956,6	11.469,2	12.263,3	13.021,8	16.055,5	23,3	24,8	21,8	460,04
Divino de São Lourenço	2.323,5	1.932,1	2.517,7	2.327,3	2.241,6	2.619,6	16,9	20,2	19,8	583,04
Dores do Rio Preto	2.558,7	2.843,5	3.185,9	2.784,4	3.207,7	2.684,4	-16,3	20,0	18,1	418,53
Guaçuí	6.410,4	8.424,6	9.228,6	9.139,4	11.936,5	11.568,0	-3,1	19,0	19,0	412,66
Ibatiba	6.270,0	6.943,1	8.146,2	7.630,3	8.000,5	8.569,8	7,1	21,3	23,3	379,04
Itirama	1.795,1	1.950,2	4.417,1	3.575,9	3.811,2	4.578,3	20,1	21,2	21,7	512,22
Irupi	3.366,2	3.635,2	4.489,3	4.366,2	4.488,5	5.379,7	19,9	21,1	25,1	454,79
Itapemirim	7.574,8	7.937,1	10.407,6	10.186,9	12.763,4	14.836,3	16,2	12,0	17,2	475,39
Iúna	5.529,8	5.877,4	7.149,0	6.370,1	8.352,2	8.788,7	5,2	17,5	17,8	320,50
Jerônimo Monteiro	2.798,1	2.981,7	3.320,6	3.505,6	3.497,9	3.607,1	3,1	16,2	15,5	329,96
Marataizes	6.074,1	7.424,4	8.723,6	10.108,4	10.869,8	11.812,4	8,7	16,4	25,1	343,26
Mimoso do Sul	8.017,7	7.842,9	8.520,2	10.445,3	10.280,7	11.095,6	7,9	23,3	20,3	428,73
Muniz Freire	4.851,0	5.654,9	6.485,9	6.553,9	7.280,1	8.546,4	17,4	20,2	20,3	467,06
Muqui	4.298,2	4.737,9	4.901,0	6.371,2	5.975,0	6.609,1	10,6	25,3	23,1	457,31
Presidente Kennedy	5.293,4	6.230,7	11.341,4	12.472,3	15.351,5	18.358,9	19,6	10,8	25,2	1.769,87
São José do Calçado	3.572,4	4.259,7	4.450,1	4.283,0	5.287,9	6.410,0	21,2	26,1	15,4	616,17
Vargem Alta	6.394,7	6.765,9	8.013,1	8.123,3	8.943,9	8.932,9	-0,1	21,8	20,2	463,69
TOTAL	890.091,1	993.383,2	1.128.000,2	1.165.955,0	1.276.395,3	1.385.641,7	8,6	17,7	18,8	390,65

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops). Nota: ¹valores para atender à Emenda Constitucional nº 29, dados do Siops.

► Despesa com saúde

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População 2011
1º	Vitória	196.860.211,10	330.526
2º	Serra	151.521.386,32	416.029
3º	Vila Velha	99.227.668,59	419.854
4º	Linhares	94.096.972,03	143.509
5º	Cariacica	60.471.960,68	350.615
6º	Aracruz	49.077.433,22	83.152
7º	Colatina	46.178.215,59	112.432
8º	Cachoeiro de Itapemirim	42.914.021,54	191.042
9º	São Mateus	34.405.774,73	110.454
10º	Anchieta	30.776.651,15	24.265
11º	Guarapari	27.536.917,03	106.583
12º	Viana	19.473.765,56	65.888
13º	Presidente Kennedy	18.358.852,38	10.373
14º	Nova Venécia	17.436.284,88	46.263
15º	Castelo	16.055.528,25	34.900
16º	Santa Maria de Jetibá	15.715.558,30	34.591
17º	Itapemirim	14.836.303,46	31.209
18º	Santa Teresa	13.606.974,52	21.916
19º	Domingos Martins	13.275.101,76	31.946
20º	Alegre	13.201.805,91	30.696
21º	Barra de São Francisco	12.070.758,37	40.884
22º	Marataizes	11.812.404,69	34.412
23º	Jaguaré	11.748.669,75	25.073
24º	Afonso Cláudio	11.647.894,42	31.004
25º	Guaçuí	11.567.967,44	28.033
26º	Mimoso do Sul	11.095.566,89	25.880
27º	Pinheiros	10.940.805,58	24.093
28º	Ecoporanga	10.927.053,88	23.154
29º	Conceição da Barra	10.852.180,44	28.600
30º	São Gabriel da Palha	10.580.958,26	32.264
31º	Venda Nova do Imigrante	10.060.606,70	20.776
32º	Baixo Guandu	9.649.880,07	29.178
33º	Rio Bananal	9.486.110,03	17.623
34º	Piúma	8.963.642,13	18.364
35º	Vargem Alta	8.932.931,02	19.265
36º	Iúna	8.788.685,00	27.422
37º	Fundão	8.617.096,56	17.334
38º	Ibatiba	8.569.825,53	22.609
39º	Muniz Freire	8.546.350,71	18.298
40º	João Neiva	8.065.478,07	15.848
41º	Alfredo Chaves	8.004.768,18	13.982
42º	Pancas	7.934.452,11	21.636
43º	Montanha	7.482.634,41	17.894
44º	Sooretama	7.377.447,14	24.271
45º	Boa Esperança	7.174.494,26	14.239
46º	Brejetuba	7.133.620,58	11.933
47º	Vila Valério	6.959.084,72	13.827
48º	Marilândia	6.848.192,86	11.198
49º	Pedro Canário	6.772.241,74	23.935
50º	Governador Lindenberg	6.639.886,07	10.990
51º	São Roque do Canaã	6.626.601,23	11.341
52º	Muqui	6.609.082,62	14.452
53º	Marechal Floriano	6.579.261,04	14.422
54º	São José do Calçado	6.410.019,33	10.403
55º	Itaguaçu	6.394.352,86	14.107
56º	Iconha	6.302.646,53	12.603
57º	Atílio Vivacqua	5.766.501,34	9.967
58º	Laranja da Terra	5.693.740,24	10.818
59º	Irupi	5.379.741,65	11.829
60º	Conceição do Castelo	5.337.966,74	11.741
61º	Mantenópolis	5.214.421,29	13.721
62º	Itarana	4.908.788,88	10.840
63º	Rio Novo do Sul	4.879.969,57	11.330
64º	Água Doce do Norte	4.719.177,78	11.696
65º	Ibiraçu	4.663.357,40	11.258
66º	Águia Branca	4.598.138,42	9.513
67º	Ibitirama	4.578.266,52	8.938
68º	Santa Leopoldina	4.576.941,88	12.223
69º	Bom Jesus do Norte	4.560.255,12	9.496
70º	Mucurici	4.297.675,04	5.637
71º	São Domingos do Norte	4.086.528,50	8.036
72º	Apiaçá	3.958.422,41	7.505
73º	Ponto Belo	3.712.962,70	7.034
74º	Jerônimo Monteiro	3.607.125,54	10.932
75º	Alto Rio Novo	3.454.895,44	7.345
76º	Vila Pavão	3.141.775,58	8.699
77º	Dores do Rio Preto	2.684.425,60	6.414
78º	Divino de São Lourenço	2.619.593,43	4.493
TOTAL		1.385.641.709,29	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Despesa com saúde per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A) em R\$	População 2011 (B)
1º	Presidente Kennedy	1.769,87	18.358.852,38	10.373
2º	Anchieta	1.268,36	30.776.651,15	24.265
3º	Mucurici	762,40	4.297.675,04	5.637
4º	Linhares	655,69	94.096.972,03	143.509
5º	Santa Teresa	620,87	13.606.974,52	21.916
6º	São José do Calçado	616,17	6.410.019,33	10.403
7º	Marilândia	611,55	6.848.192,86	11.198
8º	Governador Lindenberg	604,18	6.639.886,07	10.990
9º	Brejetuba	597,81	7.133.620,58	11.933
10º	Vitória	595,60	196.860.211,10	330.526
11º	Aracruz	590,21	49.077.433,22	83.152
12º	São Roque do Canaã	584,30	6.626.601,23	11.341
13º	Divino de São Lourenço	583,04	2.619.593,43	4.493
14º	Atílio Vivacqua	578,56	5.766.501,34	9.967
15º	Alfredo Chaves	572,51	8.004.768,18	13.982
16º	Rio Bananal	538,28	9.486.110,03	17.623
17º	Ponto Belo	527,86	3.712.962,70	7.034
18º	Apiaçá	527,44	3.958.422,41	7.505
19º	Laranja da Terra	526,32	5.693.740,24	10.818
20º	Ibitirama	512,22	4.578.266,52	8.938
21º	João Neiva	508,93	8.065.478,07	15.848
22º	São Domingos do Norte	508,53	4.086.528,50	8.036
23º	Boa Esperança	503,86	7.174.494,26	14.239
24º	Vila Valério	503,30	6.959.084,72	13.827
25º	Iconha	500,09	6.302.646,53	12.603
26º	Fundão	497,12	8.617.096,56	17.334
27º	Piúma	488,11	8.963.642,13	18.364
28º	Venda Nova do Imigrante	484,24	10.060.606,70	20.776
29º	Águia Branca	483,35	4.598.138,42	9.513
30º	Bom Jesus do Norte	480,23	4.560.255,12	9.496
31º	Itapemirim	475,39	14.836.303,46	31.209
32º	Ecoporanga	471,93	10.927.053,88	23.154
33º	Alto Rio Novo	470,37	3.454.895,44	7.345
34º	Jaguaré	468,58	11.748.669,75	25.073
35º	Muniz Freire	467,06	8.546.350,71	18.298
36º	Vargem Alta	463,69	8.932.931,02	19.265
37º	Castelo	460,04	16.055.528,25	34.900
38º	Muqui	457,31	6.609.082,62	14.452
39º	Marechal Floriano	456,20	6.579.261,04	14.422
40º	Irupi	454,79	5.379.741,65	11.829
41º	Conceição do Castelo	454,64	5.337.966,74	11.741
42º	Santa Maria de Jetibá	454,33	15.715.558,30	34.591
43º	Pinheiros	454,11	10.940.805,58	24.093
44º	Itaguaçu	453,28	6.394.352,86	14.107
45º	Itarana	452,84	4.908.788,88	10.840
46º	Rio Novo do Sul	430,71	4.879.969,57	11.330
47º	Alegre	430,08	13.201.805,91	30.696
48º	Mimoso do Sul	428,73	11.095.566,89	25.880
49º	Dores do Rio Preto	418,53	2.684.425,60	6.414
50º	Montanha	418,16	7.482.634,41	17.894
51º	Domingos Martins	415,55	13.275.101,76	31.946
52º	Ibiraçu	414,23	4.663.357,40	11.258
53º	Guaçuí	412,66	11.567.967,44	28.033
54º	Colatina	410,72	46.178.215,59	112.432
55º	Água Doce do Norte	403,49	4.719.177,78	11.696
56º	Mantenópolis	380,03	5.214.421,29	13.721
57º	Conceição da Barra	379,45	10.852.180,44	28.600
58º	Ibatiba	379,04	8.569.825,53	22.609
59º	Nova Venécia	376,89	17.436.284,88	46.263
60º	Afonso Cláudio	375,69	11.647.894,42	31.004
61º	Santa Leopoldina	374,45	4.576.941,88	12.223
62º	Pancas	366,72	7.934.452,11	21.636
63º	Serra	364,21	151.521.386,32	416.029
64º	Vila Pavão	361,17	3.141.775,58	8.699
65º	Marataizes	343,26	11.812.404,69	34.412
66º	Baixo Guandu	330,72	9.649.880,07	29.178
67º	Jerônimo Monteiro	329,96	3.607.125,54	10.932
68º	São Gabriel da Palha	327,95	10.580.958,26	32.264
69º	Iúna	320,50	8.788.685,00	27.422
70º	São Mateus	311,49	34.405.774,73	110.454
71º	Sooretama	303,96	7.377.447,14	24.271
72º	Viana	295,56	19.473.765,56	65.888
73º	Barra de São Francisco	295,24	12.070.758,37	40.884
74º	Pedro Canário	282,94	6.772.241,74	23.935
75º	Guarapari	258,36	27.536.917,03	106.583
76º	Vila Velha	236,34	99.227.668,59	419.854
77º	Cachoeiro de Itapemirim	224,63	42.914.021,54	191.042
78º	Cariacica	172,47	60.471.960,68	350.615
TOTAL		390,65	1.385.641.709,29	3.547.055

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► Gasto com saúde - 2011

Regiões e municípios	Gastos com saúde A	Receita SUS B	Gasto com recursos próprios C = A - B	Receita SUS / Desp. total com saúde B / A	Rec. próprios / Desp. total com saúde C / A	Gasto com saúde per capita em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011			em %		
MS Noroeste	167.614,2	68.131,8	99.482,4	40,6	59,4	403,82
Água Doce do Norte	4.719,2	1.733,6	2.985,6	36,7	63,3	403,49
Água Branca	4.598,1	1.958,8	2.639,4	42,6	57,4	483,35
Alto Rio Novo	3.454,9	1.084,5	2.370,4	31,4	68,6	470,37
Baixo Guandu	9.649,9	2.621,8	7.028,0	27,2	72,8	330,72
Barra de São Francisco	12.070,8	5.006,2	7.064,5	41,5	58,5	295,24
Boa Esperança	7.174,5	2.628,9	4.545,6	36,6	63,4	503,86
Colatina	46.178,2	24.849,6	21.328,6	53,8	46,2	410,72
Ecoporanga	10.927,1	3.850,7	7.076,4	35,2	64,8	471,93
Governador Lindenberg	6.639,9	1.953,9	4.686,0	29,4	70,6	604,18
Mantenópolis	5.214,4	2.270,4	2.944,1	43,5	56,5	380,03
Marilândia	6.848,2	2.120,6	4.727,6	31,0	69,0	611,55
Nova Venécia	17.436,3	7.498,7	9.937,5	43,0	57,0	376,89
Pancas	7.934,5	3.506,8	4.427,7	44,2	55,8	366,72
São Domingos do Norte	4.086,5	925,8	3.160,8	22,7	77,3	508,53
São Gabriel da Palha	10.581,0	4.218,8	6.362,2	39,9	60,1	327,95
Vila Pavão	3.141,8	574,8	2.567,0	18,3	81,7	361,17
Vila Valério	6.959,1	1.328,1	5.630,9	19,1	80,9	503,30
MS Litoral Norte	271.596,8	83.072,3	188.524,5	30,6	69,4	488,73
Aracruz	49.077,4	14.657,5	34.419,9	29,9	70,1	590,21
Conceição da Barra	10.852,2	4.755,2	6.097,0	43,8	56,2	379,45
Fundão	8.617,1	1.927,2	6.689,9	22,4	77,6	497,12
Ibiraçu	4.663,4	1.738,5	2.924,8	37,3	62,7	414,23
Jaguaré	11.748,7	2.975,0	8.773,7	25,3	74,7	468,58
João Neiva	8.065,5	2.695,2	5.370,2	33,4	66,6	508,93
Linhares	94.097,0	25.929,6	68.167,3	27,6	72,4	655,69
Montanha	7.482,6	2.110,1	5.372,5	28,2	71,8	418,16
Mucuri	4.297,7	843,6	3.454,1	19,6	80,4	762,40
Pedro Canário	6.772,2	4.522,7	2.249,5	66,8	33,2	282,94
Pinheiros	10.940,8	3.251,5	7.689,3	29,7	70,3	454,11
Ponto Belo	3.713,0	1.145,0	2.567,9	30,8	69,2	527,86
Rio Bananal	9.486,1	2.260,5	7.225,6	23,8	76,2	538,28
São Mateus	34.405,8	12.278,3	22.127,5	35,7	64,3	311,49
Sooretama	7.377,4	1.982,3	5.395,1	26,9	73,1	303,96
MS Central	170.485,1	49.114,1	121.371,0	28,8	71,2	535,78
Afonso Cláudio	11.647,9	5.046,5	6.601,4	43,3	56,7	375,69
Alfredo Chaves	8.004,8	1.867,3	6.137,5	23,3	76,7	572,51
Anchieta	30.776,7	4.052,9	26.723,7	13,2	86,8	1.268,36
Brejetuba	7.133,6	2.605,1	4.528,5	36,5	63,5	597,81
Conceição do Castelo	5.338,0	1.510,9	3.827,0	28,3	71,7	454,64
Domingos Martins	13.275,1	5.681,2	7.593,9	42,8	57,2	415,55
Iconha	6.302,6	1.366,2	4.936,4	21,7	78,3	500,09
Itaguaçu	6.394,4	2.591,8	3.802,6	40,5	59,5	453,28
Itarana	4.908,8	1.578,0	3.330,8	32,1	67,9	452,84
Laranja da Terra	5.693,7	1.192,2	4.501,6	20,9	79,1	526,32
Marechal Floriano	6.579,3	2.030,5	4.548,7	30,9	69,1	456,20
Piuma	8.963,6	2.333,9	6.629,8	26,0	74,0	488,11
Rio Novo do Sul	4.880,0	1.234,4	3.645,6	25,3	74,7	430,71
Santa Leopoldina	4.576,9	1.149,1	3.427,8	25,1	74,9	374,45
Santa Maria de Jetibá	15.715,6	4.957,5	10.758,0	31,5	68,5	454,33
Santa Teresa	13.607,0	5.149,6	8.457,4	37,8	62,2	620,87
São Roque do Canaã	6.626,6	1.699,1	4.927,5	25,6	74,4	584,30
Venda Nova do Imigrante	10.060,6	3.067,9	6.992,7	30,5	69,5	484,24
Região Metropolitana	555.091,9	127.298,6	427.793,3	22,9	77,1	328,55
Cariacica	60.472,0	18.934,7	41.537,3	31,3	68,7	172,47
Guarapari	27.536,9	9.003,2	18.533,8	32,7	67,3	258,36
Serra	151.521,4	28.434,2	123.087,2	18,8	81,2	364,21
Viana	19.473,8	7.286,7	12.187,1	37,4	62,6	295,56
Vila Velha	99.227,7	30.340,4	68.887,3	30,6	69,4	236,34
Vitória	196.860,2	33.299,5	163.560,7	16,9	83,1	595,60
MS Sul	220.853,7	71.369,4	149.484,3	32,3	67,7	388,44
Alegre	13.201,8	5.132,5	8.069,3	38,9	61,1	430,08
Apiacá	3.958,4	1.264,9	2.693,6	32,0	68,0	527,44
Atílio Vivacqua	5.766,5	1.542,7	4.223,8	26,8	73,2	578,56
Bom Jesus do Norte	4.560,3	1.566,5	2.993,8	34,4	65,6	480,23
Cachoeiro de Itapemirim	42.914,0	14.442,2	28.471,8	33,7	66,3	224,63
Castelo	16.055,5	5.808,3	10.247,3	36,2	63,8	460,04
Divino de São Lourenço	2.619,6	718,8	1.900,8	27,4	72,6	583,04
Dores do Rio Preto	2.684,4	728,5	1.955,9	27,1	72,9	418,53
Guaçu	11.568,0	4.759,0	6.809,0	41,1	58,9	412,66
Ibatiba	8.569,8	2.928,8	5.641,0	34,2	65,8	379,04
Ibitirama	4.578,3	1.595,9	2.982,4	34,9	65,1	512,22
Irupi	5.379,7	1.497,1	3.882,6	27,8	72,2	454,79
Itapemirim	14.836,3	2.936,6	11.899,7	19,8	80,2	475,39
Iúna	8.788,7	3.064,5	5.724,1	34,9	65,1	320,50
Jerônimo Monteiro	3.607,1	1.228,5	2.378,7	34,1	65,9	329,96
Marataizes	11.812,4	3.613,3	8.199,1	30,6	69,4	343,26
Mimoso do Sul	11.095,6	5.110,3	5.985,3	46,1	53,9	428,73
Muniz Freire	8.546,4	3.476,7	5.069,6	40,7	59,3	467,06
Muqui	6.609,1	2.271,5	4.337,6	34,4	65,6	457,31
Presidente Kennedy	18.358,9	1.759,7	16.599,1	9,6	90,4	1.769,87
São José do Calçado	6.410,0	2.661,7	3.748,3	41,5	58,5	616,17
Vargem Alta	8.932,9	3.261,2	5.671,7	36,5	63,5	463,69
TOTAL	1.385.641,7	398.986,3	986.655,4	28,8	71,2	390,65

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

O progresso e a transparência da Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo muito se orgulha do trabalho sério e transparente que vem realizando nos últimos anos. Prova disso foi a Reforma Administrativa, desafio inédito assumido e executado em 2011 com o apoio unânime dos deputados. Foram extintos 51% (272) dos cargos comissionados, uma vitória para a população capixaba e um marco para a história do legislativo, pois nenhuma Assembleia do país havia conseguido concretizar tais mudanças.

O concurso público para o preenchimento de 141 vagas é outro fato importante, marcado pela credibilidade e seriedade, que não gerou custo para a Casa e teve mais de 16 mil inscritos. Todas as etapas foram cumpridas com sucesso e mais de 90% dos aprovados já tomaram posse.

Atualmente, a Assembleia do Espírito Santo é considerada a segunda mais econômica do país. De acordo com levantamento feito pela diretoria da Casa, entre 2002 e 2010, o seu gasto aumentou 36,5%, a preços correntes, sendo que no mesmo período a inflação acumulou 108%.

A Casa recebeu 1,01% do orçamento do governo do Estado em 2010, o segundo menor do Brasil e a metade da média brasileira. No ano de 2012, novamente apresentou um índice abaixo das demais assembleias do país: 1,19%, sendo que a média nos outros estados é de 2%.

Diferente do que acontece no parlamento de outros estados, no Espírito Santo não existe voto secreto e reeleição para cargos da Mesa Diretora e os deputados não recebem benefícios como auxílios alimentação, paletó e moradia, 14º e 15º salários e verbas indenizatórias.

A verba de gabinete, uma das mais baixas do Brasil, é controlada pelos parlamentares e executada pela administração da Casa, com divulgação detalhada dos gastos no Portal da Transparência, que também disponibiliza todas as informações sobre orçamento fiscal, contratos, entre outros dados importantes que são de interesse do cidadão que deseja acompanhar ou fiscalizar as ações.

Para diminuir as despesas, a Mesa Diretora reduziu os valores de alguns contratos e suspendeu outros, além de realizar todas as contratações por pregão eletrônico, modalidade que permite maior economia e eficiência. Com essas ações a Casa economizou mais de R\$ 4 milhões dos cofres públicos no ano de 2011.

Em 2012, a Ales mudou a presidência, mas continuou realizando um trabalho de comprometimento e transparência. Como resultado da economia gerada foi possível oferecer auxílio-saúde aos servidores, uma reivindicação antiga. A Mesa Diretora também cortou diárias e passagens para o exterior e não renovou contrato de flores e coquetel, entre outras ações que vão gerar ainda mais economia.

Além disso, a Casa está promovendo debates com temas importantes e de interesse da sociedade, tornando a Assembleia uma referência em discussões de políticas públicas.

É sabido que o parlamento do Espírito Santo tem muito mais para conquistar e avançar. O compromisso é continuar realizando esse trabalho lícito e sério que vem sendo executado pelos 30 deputados em prol dos interesses da sociedade e do desenvolvimento do Estado.

Fachada da Assembleia Legislativa do Espírito Santo





»»» Ricardo Ferraço*

Os novos desafios do **federalismo** e do desenvolvimento regional no Brasil

A lógica de um sistema federativo passa pela construção da solidariedade entre seus entes. O Estado é o responsável por proporcionar oportunidades iguais a todos os cidadãos, e cabe ao federalismo assegurar o necessário equilíbrio entre

as demandas da população e a correspondente capacidade de provisão dos governos. A base para isso é o acesso a serviços essenciais de qualidade, da forma mais equânime possível, entre todas as regiões e os pontos do território.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico para o Brasil, ao instituir a redemocratização e o Estado de Direito, e a descentralização administrativa. Firmou um novo pacto federativo, em que as transferências fiscais deveriam exercer papel distributivo e dar conta de reduzir as disparidades regionais. Assim, estados e municípios adquiriram competências para arrecadar tributos; e as transferências obrigatórias, como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM), foram ampliadas.

Do lado das despesas, foram estabelecidas competências – concorrentes ou complementares – entre União, estados e municípios. Criou-se, dentro desse novo arranjo, o Sistema Único de Saúde (SUS), com financiamento e gestão compartilhados entre os entes da federação.

Desde então, a própria dinâmica diferenciada entre estados e municípios exerceu o papel de reposicioná-los no contexto nacional. Isso é natural para um país com dimensões continentais como o Brasil. O Distrito Federal e o Mato Grosso mais do que dobraram a sua participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; Acre, Amapá, Maranhão e Roraima aumentaram suas participações em mais de 60%; Tocantins, por sua vez, sequer havia sido criado.

Mudanças nos marcos legais das políticas públicas também contribuíram para esse reposicionamento e afirmaram mudanças na direção do financiamento e da gestão compartilhados entre União, estados e municípios. Para exemplificar, tivemos a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e do Fundo para Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF), posteriormente ampliado com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Outras ações tiveram impacto no desenho federativo: a renegociação das dívidas de estados e grandes municípios com a União e a aprovação da Lei Kandir, que desonerou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações de semimanufaturados.

Mas ainda sustentamos um modelo federativo perverso e pouco efetivo na redução das desigualdades regionais – marca histórica da formação do Brasil. Segundo especialistas, o federalismo fiscal brasileiro concorre para acentuar as disparidades ao invés de promover a coesão e o equilíbrio entre as unidades federadas.

São patentes os desafios postos ao equilíbrio e à coesão da federação brasileira. Dificuldades políticas de abordar esse tema e as mudanças isoladas adotadas nos últimos 30 anos acumularam distorções, o que, por vezes, é agravado pelo modelo de presidencialismo de coalizão que vigora no Brasil e compete com a representação política regional. A

principal manifestação dessas distorções é a disparidade na capacidade de financiamento dos estados e municípios vis-à-vis o tamanho e as características de suas populações, as quais se agravam à medida que esses assumem crescente responsabilidade pela gestão do gasto social.

O Professor Fernando Rezende, um dos mais notáveis especialistas em finanças públicas no Brasil, traz exemplos flagrantes dessas distorções: o maior orçamento per capita do Nordeste (Sergipe = R\$ 2.383) supera em quase duas vezes o menor (Maranhão = R\$ 1.204). Não há grandes diferenças entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos dois estados (SE = 0,682 e MA = 0,636), mas sua capacidade de gastar em educação e saúde é bem distinta (SE = R\$ 347 e R\$ 299; MA = R\$ 192 e R\$ 126).

Do total das receitas tributárias arrecadadas no Brasil, 49% permanecem na Região Sudeste, 21% no Nordeste, 14% no Sul, 8% no Norte e 8% no Centro Oeste. O caso do Espírito Santo merece ser destacado. O Estado encontra-se situado na Região Sudeste, a mais rica do país. Mas o tamanho da nossa economia e população é muito menor que o dos demais estados da Região. Temos, assim, claras dificuldades de posicionamento nas disputas por repartições e transferências públicas, assim como nas instâncias de representação política.

Não seria exagero afirmar que a reforma do sistema de representação política é parte integrante desse processo de aperfeiçoamento do sistema federativo no Brasil. Contudo, na abordagem das questões fiscais, algumas diretrizes deveriam nortear a modernização do sistema federativo: assegurar maior dinamismo e sustentação à base tributária utilizada para financiar as políticas sociais de estados e municípios; adotar um princípio de equalização das receitas a partir da repartição das transferências federais a estados e municípios; e aplicar a vinculação de receitas estaduais e municipais à educação e à saúde somente após a equalização fiscal das transferências constitucionais, a fim de melhorar a equidade do gasto social.

Num esforço de analisar a revisão do pacto federativo de forma integrada, o Senado Federal aprovou, no início de 2012, a criação de um colegiado para elaborar estudos e apresentar proposições legislativas. Mas o esforço do governo federal caminha na direção contrária e diversas medidas vêm sendo discutidas e aprovadas pela base do governo de forma isolada, o que oferece riscos concretos para o equilíbrio e a coesão da federação. Temos na pauta de discussões o novo rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE); a reforma do ICMS e a mudança na tributação do ICMS sobre o comércio eletrônico; a redistribuição dos royalties; e a mudança de indexador da dívida renegociada dos estados.

Tenho participado com ênfase nesse tema da revisão do pacto federativo. Primeiro, pela percepção de que as distorções acumuladas ao longo do tempo restringem a capacidade do Brasil de crescer e melhorar. Mas também para cumprir meu papel de defender, incondicionalmente, os interesses do Espírito Santo no jogo federativo.

Foi grande a luta travada na defesa da autonomia dos estados, a qual foi flagrantemente atacada quando da aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 13/2012 - **que reduz e uniformiza as alíquotas interestaduais do ICMS na importação** que, ademais, encontra-se assentado em flagrantes inconstitucionalidades. Como consequência, o Espírito Santo incorrerá na perda da viabilidade do sistema Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUN-DAP), o qual, durante 40 anos, contribuiu para compensar as desvantagens logísticas do Estado e assegurar o nosso desenvolvimento. A perda de receitas entre o Estado e municípios poderá superar R\$ 1 bilhão por ano.

Numa outra linha de ação, apresentei, no final do ano passado, Projeto de Lei visando a estabelecer **critérios para a repartição dos recursos do FPE**, o principal instrumento de transferência financeira não voluntária do regime federativo brasileiro que tem como propósito promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes da Federação. No entanto, isso não foi levado em consideração na definição de coeficientes fixos atribuídos a cada Estado pela Lei Complementar nº 62, de 1989. Em face do disso, o Supremo Tribunal Federal declarou-os inconstitucionais, estabelecendo que a sua vigência manter-se-á somente até 31 de dezembro de 2012.

A proposição de minha iniciativa considera que o tamanho relativo de cada Estado, tanto territorial quanto populacional, modifica a escala da demanda por serviços públicos, sociais ou na forma de infraestrutura, devendo, portanto, influenciar a configuração do FPE. Como critério socioeconômico, adota a renda domiciliar per capita por expressar a renda média apropriada pelas famílias, e tratar-se de indicador de fácil atualização anual e apto a captar alterações no desenho tributário e na dinâmica de atração de investimentos. Além disso, melhoramos a equalização distributiva ao dividir parte do FPE (35%) igualmente entre os 27 entes, o que evita distorções contábeis ou estatísticas. Como inovação, propusemos a criação de um fundo de estabilização do FPE, o que viabiliza uma vertente contracíclica da distribuição e contribui para a disciplina fiscal dos estados.

O Senado Federal tem como desafio aprovar uma proposta para o rateio desses recursos, mas o consenso será dificultado pela natural existência de ganhadores e perdedores. Para a grande maioria dos estados, as

receitas do FPE constituem parcela importante das suas arrecadações, fazendo com que eventuais perdas na mudança dos critérios de rateio acarretem desequilíbrios fiscais para esses entes.

Por essa razão, tratei de uma segunda iniciativa: o **aumento dos recursos destinados ao FPE**, proposto na forma de Emenda Constitucional. A elevação das receitas previstas para o FPE, por meio da inclusão de mais um ponto percentual da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda – que constituem o Fundo – poderá contribuir para mitigar perdas, desequilíbrios fiscais e, conseqüentemente, encontrar o consenso.

Para a União, que abrirá mão de um ponto percentual de receitas desses impostos, o ônus da perda fiscal poderá ser diluído mais facilmente por meio do redimensionamento de despesas, haja vista que a base tributária da União é substancialmente maior e mais diversificada que aquela dos estados: do total das receitas disponíveis após transferências constitucionais, 57% do total (20% do PIB) ficam com a União, 25% (8,7% do PIB) com os 27 estados, e 18% (6,4% do PIB) com os municípios. Desde 1988, foram criados e majorados tributos, especialmente contribuições sociais, cuja arrecadação não é repartida com estados e municípios, e permanecem na esfera federal.

Ademais, em fases de queda na atividade econômica, o Governo Federal costuma lançar mão de desonerações tributárias que recaem sobre a base do FPE, contraindo ainda mais as receitas dos entes subnacionais. Não bastasse isso, a aprovação do regime de partilha para exploração do petróleo e gás no Brasil retirou da base tributária dessa atividade o Imposto sobre a Renda. Na prática, mais uma grande perda para o FPE imposta pelo governo federal. Com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 761/2011, de minha autoria, seria assegurada uma arrecadação maior, próxima a R\$ 600 milhões por ano para o Espírito Santo.

Além dessas propostas apresentadas, acompanho com atenção a tramitação da matéria que altera o sistema de cobrança do ICMS nas vendas interestaduais diretas ao consumidor final no **Comércio Eletrônico**, a proposta de Emenda Constitucional 113/2011, do senador Lobão Filho.

O comércio eletrônico vem crescendo de forma vertiginosa no Brasil. Nada menos que 32 milhões de brasileiros já descobriram as compras pela internet e, sem sair de casa, aproveitam preços competitivos e facilidades de pagamento. Como resultado, o faturamento com vendas on-line saltou de R\$ 2 bilhões em 2006 e deverá convergir para R\$ 23 bilhões em 2012.

É uma realidade que não existia quando a Constituição de 88 foi promulgada, com a previsão de que toda a receita do ICMS de não contribuintes (com exceção do imposto cobrado sobre energia, gás e petróleo) fosse destinada ao Estado de origem e não ao de destino. Como as principais sedes das empresas “pontocom” estão em São Paulo e Rio de Janeiro, é lá que fica concentrado quase todo o ICMS gerado pelo comércio eletrônico.

A proposta é adotar alíquotas interestaduais de ICMS nessas transações. O Estado de localização do destinatário ficaria com a diferença entre as alíquotas interna e interestadual. Uma divisão justa, equilibrada. O novo desenho tributário do país, tão necessário para o avanço das nossas instituições e o desenvolvimento brasileiro, precisa necessariamente levar em conta as novas tecnologias, de forma a potencializar a sua adoção e inseri-las no ambiente produtivo e contributivo. Uma vez aprovada a medida, renderia R\$ 170 milhões aos cofres do governo do Estado.

Outro assunto de grande importância para o Espírito Santo refere-se à **mudança na distribuição dos royalties** – compensações financeiras à exploração de petróleo e gás, a fim de distribuir recursos também para os estados produtores. Nesse caso, nosso posicionamento na questão é a defesa do acordo fechado entre o governo federal e os dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (os maiores produtores), em 2010. Ou seja, defendemos a sustentação das regras dos contratos já firmados dentro do regime de concessão. Para os novos contratos, defenderemos o rateio proposto no Projeto de Lei 8.051, de 2010, fruto do acordo.

Mas na questão das compensações financeiras, royalties do petróleo, em especial, vão mais além. **A agenda prioritária passa a ser a correta aplicação dessas compensações, para que o ciclo do petróleo possa ser revertido em mais desenvolvimento para os brasileiros.** Parece pouco intuitivo, mas a maioria dos países grandes produtores de petróleo ou de recursos naturais não conseguiu alcançar elevado estágio de desenvolvimento e de bem-estar. Esse fato é reconhecido na literatura como “maldição dos recursos naturais”.



O Brasil precisa aprofundar esse debate, que passa pela solidariedade geracional, federativa, mas também pela cultura da poupança pública e da avaliação de impacto do gasto público.

Por fim, o equilíbrio federativo não pode prescindir da autonomia dos entes no cumprimento do seu papel na gestão pública. E essa discussão presente não poderá passar ao largo da preservação da capacidade fiscal dos estados e municípios. Essa é uma agenda que se enquadra nas funções do Senado Federal, que é a casa dos estados, onde cada uma das unidades da federação possui igual peso político, com três assentos.

Precisamos fazer prevalecer o bom senso e construir um novo pacto federativo para substituir o atual, já tão esgarçado. Temos, assim, uma agenda árdua a enfrentar, com grande impacto para o modelo de desenvolvimento que almejamos para o Brasil e o Espírito Santo.

O impacto da **Resolução nº 13 do Senado** sobre as finanças dos municípios capixabas

1. O FUNDAP

O Sistema Fundap - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - foi criado em 1970. O Fundap é um incentivo financeiro direcionado para as empresas que realizam operações de comércio exterior. As empresas optantes pelo sistema podem adiar o recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da entrada da importação para o momento em que ocorrer sua saída, com a alíquota que normalmente é de 12% sobre o faturamento. No mês subsequente ao recolhimento a empresa poderá receber um financiamento de 8% sobre a mesma base de cálculo.

O valor financiado é contratado em 25 anos, sendo cinco de carência e 20 de amortização, com juros de 1% ao ano. A empresa tem a opção de liquidar o financiamento através dos leilões realizados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), com 90% de desconto sobre o valor contratado.

Do valor global financiado, 9% devem ser aplicados em projetos da própria empresa ou de terceiros a ser implantado no

Espírito Santo. Caso não opte por uma dessas alternativas, metade desses 9% do valor do financiamento são aplicados no Fundapsocial, cujos recursos são direcionados para o programa Nossocrédito. O programa é administrado pelo Bandes com o objetivo de conceder empréstimos de pequeno valor para empreendedores de micronegócios formais e informais.

Segundo cálculos realizados pelo Bandes, o retorno para a empresa optante pelo Fundap fica entre 6,48% e 7,20% do valor que fatura. Esse benefício mais que compensa os custos com armazenagem e logística de produtos importados pelos portos do Espírito Santo e destinados a outros estados, atraindo empresas para se instalarem no Estado.



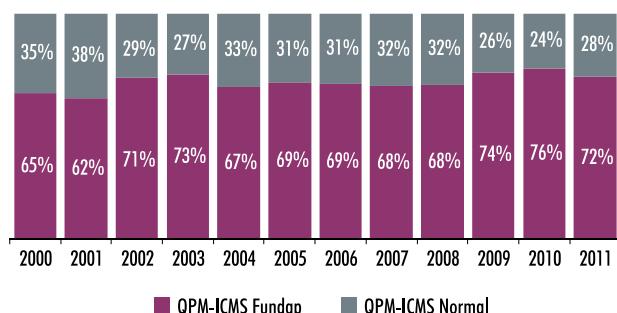
2. O ICMS FUNDAP MUNICIPAL

Sobre o recolhimento global de ICMS das empresas fundapianas, a parcela de 25% é repassada integralmente aos municípios do Espírito Santo, de acordo com o Inciso IV, do artigo 158 da Constituição Federal.

Nos últimos anos, essa parcela do ICMS municipal vem respondendo por cerca de 30% de todo o ICMS transferido pelo governo estadual, a chamada Quota-parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS). Em 2011, o ICMS Fundap transferido aos municípios capixabas somou R\$ 597,3 milhões.

No biênio 2009 e 2010, dois fatores influenciaram o fraco desempenho do ICMS-Fundap. A crise financeira internacional que eclodiu no final de 2008, travando os mercados de crédito e derrubando a economia mundial, e o protocolo firmado entre os estados do Espírito Santo e de São Paulo, em junho de 2009, que estabeleceu que o ICMS incidente sobre importações passasse a ser tributado no Estado de destino nas categorias “Por conta e ordem de terceiros” e “Importação por encomenda.”

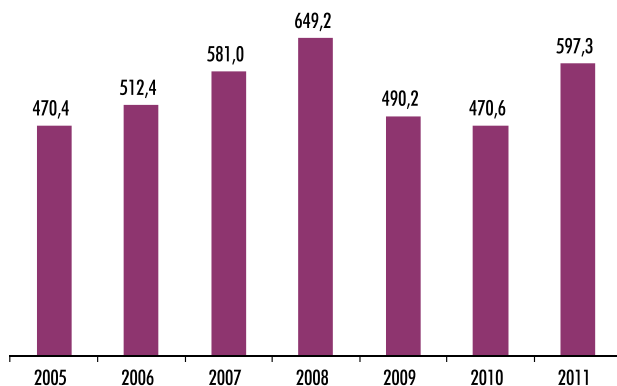
Gráfico 1: Participações da QPM-ICMS Normal e Fundap na QPM-ICMS total 2000-2011



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo

Gráfico 2: Evolução do ICMS Fundap transferido aos municípios

em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA médio de 2011



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo

3. A RESOLUÇÃO Nº 13 DO SENADO FEDERAL

Em dezembro de 2010, o senador Romero Jucá apresentou o Projeto de Resolução de número 72. Inicialmente, a proposta era zerar a alíquota nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior e cobrar a alíquota cheia no Estado de destino.

Entretanto, foi aprovada pelas comissões de Justiça e Assuntos Econômicos do Senado a Resolução nº 13, em 25 de abril de 2012, que unifica em 4% a alíquota de ICMS sobre produtos importados em todo território nacional, a ser cobrada nos estados por onde entram os produtos. Com essa mudança, os estados por onde entram as mercadorias importadas têm as alíquotas reduzidas de 12% para 4%, com o diferencial de alíquota cobrado no Estado de destino. A Resolução nº 13 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

O objetivo explicitado da medida é o de proteger a indústria nacional e os postos de trabalho, retirando dos estados importadores a margem que eles possuíam para conceder incentivos à importação através da redução da alíquota do ICMS na origem.

No caso do Espírito Santo, com a alíquota de 4% perde-se a capacidade de criar benefícios financeiros suficientes para compensar o maior custo que as empresas têm para destinar a outros estados produtos importados pelos portos capixabas. Por isso, muitas empresas do sistema Fundap devem deixar de operar no Espírito Santo. Até o presente momento não existe nenhum estudo disponível que indique a taxa de evasão das empresas fundapianas.

4. PREMISSAS

Para efeito de análise do impacto da Resolução nº 13 do Senado Federal nas finanças dos municípios do Espírito Santo, adotaram-se as seguintes premissas:

- Como não está disponível a informação da possível taxa de evasão das empresas fundapianas, foram utilizados três cenários de queda de faturamento dessas empresas: 85%, 75% e 50%.
- A queda de faturamento das empresas fundapianas vai ter influência no conjunto da economia, com impacto negativo no Produto Interno Bruto (PIB) estadual e na arrecadação do ICMS Normal, ou seja, excluída a parcela referente ao recolhimento do Fundap. Foram utilizados três cenários de queda na arrecadação do ICMS Normal: 4%, 3% e 2%.

- c) As perdas totais de ICMS combinam os cenários mencionados nos itens “a” e “b” acima: (85% com 4%), (75% com 3%) e (50% com 2%).
- d) Foi utilizada a premissa de que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) recolhido sobre a cadeia de serviços gerados pelos negócios das empresas fundapianas tem os seguintes pesos no ISS total recolhido dos seguintes municípios:
- ▶ Vitória (10%)
 - ▶ Vila Velha (12%)
 - ▶ Cariacica (6%)
 - ▶ Serra (3%)

Essas hipóteses são relativamente frágeis e provavelmente subestimam o peso da cadeia de serviços ligados aos negócios fundapianos na arrecadação de ISS. No entanto, elas são de extrema importância na medida em que explicitam a importância desses municípios realizarem um levantamento apurado da importância dessa cadeia.

5. IMPACTO NAS FINANÇAS

A previsão de perdas totais varia entre R\$ 550 milhões e R\$ 660 milhões, conforme o melhor e o pior cenários, respectivamente. Desses valores, entre R\$ 530 milhões e R\$ 620 milhões serão referentes ao ICMS. As perdas restantes referem-se ao ISS.

No cenário mais crítico, com a fuga de 85% das empresas fundapianas, o ICMS transferido aos municípios será reduzido em 32%. Mesmo que a fuga das empresas fundapianas seja de 50%, o ICMS ainda sofrerá forte queda devido à redução da alíquota sobre produtos importados de 12% para 4%. Nesse cenário, o ICMS transferido aos municípios será reduzido em R\$ 530 milhões, com queda relativa de 27%.

As perdas de ICMS foram calculadas com base nos valores transferidos de ICMS em 2011 e nos Índices de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS de 2012.

A seguir, será comentado, separadamente, o impacto proveniente da alteração nas alíquotas do ICMS, os efeitos indiretos no ICMS Normal, o impacto na arrecadação de ISS dos municípios capixabas mais afetados, o efeito no IPM, além das implicações sobre as principais despesas e sobre a capacidade de investimento.

a) EFEITO ALÍQUOTAS

Apenas a unificação das alíquotas interestaduais de produtos importados em 4% vai reduzir em dois terços os valores transferidos de ICMS Fundap. Isso porque, no regime atual, os municípios ficam com a arrecadação correspondente a

três pontos percentuais da alíquota de 12% incidente sobre o faturamento das empresas. Com a alíquota reduzida a 4%, os municípios passarão a deter apenas 1% do ICMS Fundap, que corresponde a 25% do que lhes pertence da arrecadação de ICMS, conforme estabelece a Constituição Federal.

Assim, considerando um mesmo nível de faturamento das empresas certificadas para operar o sistema Fundap em 2011, apenas a unificação das alíquotas em 4% provocará perda da ordem de R\$ 400 milhões para os municípios capixabas.

b) PERDAS INDIRETAS

Os municípios do Espírito Santo serão afetados também pela redução do ICMS proveniente das demais transações sobre as quais o imposto incide. Vale dizer, a saída de empresas fundapianas terá efeito negativo sobre o nível de emprego e renda da economia capixaba, com consequente queda de arrecadação do ICMS.

Foram utilizados três cenários de queda na arrecadação do ICMS Normal: 4%, 3% e 2%. No cenário mais pessimista a perdas nas transferências aos municípios podem chegar a R\$ 52 milhões, contra R\$ 30 milhões no cenário mais otimista. Qualquer que seja o cenário das perdas de ICMS, cerca de 90% serão provenientes do ICMS Fundap e 10% do ICMS Normal.

c) IMPACTO NO ISS

A saída de empresas fundapianas também causará impacto na cadeia de serviços prestados para importação dos produtos. As perdas de ISS poderão se situar entre R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões, concentradas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

d) EFEITO NO IPM

A saída de empresas fundapianas diminuirá o Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios em que elas estão instaladas e, consequentemente, afetará o Índice de Participação (IPM) de todos os municípios do Estado. Para efeito do cálculo desse impacto, os IPMs para 2012 foram recalculados com base no VAF das empresas fundapianas, por município, fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz-ES).

Assim, tomando como base o IPM de 2012, sofrerão queda nos índices os municípios de Vitória (entre 6% e 11%), Vila Velha (entre 2% e 4%) e Serra (entre 0,5% e 1,5%). Nos



demaís municípios haverá aumento do IPM. Entretanto, esse aumento não compensará a queda na arrecadação de ICMS. Cita-se como exemplo o caso de Anchieta. O Município deverá ter o maior aumento de IPM, de até 7,5%. Mesmo assim, incorrerá em perda de ICMS da ordem de R\$ 29 milhões.

e) DESPESA COM PESSOAL

Segundo dados fiscais de 2011 dos municípios, coletados dos balanços municipais no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o conjunto dos municípios capixabas destinou 49,2% da receita corrente para a despesa com pessoal. Com o impacto da Resolução nº 13, esse percentual deve ficar próximo a 55%. Foram desconsiderados os municípios de Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy devido aos expressivos valores recebidos de royalties do petróleo em 2011.

Em 2011, apenas três municípios ultrapassaram o limite prudencial, sem alcançar o teto máximo da despesa com pessoal. Entre os cenários mais otimistas e o mais pessimista, esse número poderá saltar para algo entre 13 e 20 municípios. É importante ressaltar que a participação do gasto com pessoal na receita corrente constante deste trabalho não é o mesmo conceito do utilizado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas é muito próximo.

f) DESPESA CORRENTE

O confronto entre a receita corrente e a despesa corrente, incluída nessa última os gastos com as amortizações da dívida, permite avaliar se um ente apresenta déficit ou superávit em suas transações correntes. Ou seja, a comparação possibilita analisar se o município é capaz de financiar seus gastos correntes com suas receitas correntes. Caso o ente apresente déficit, deverá promover corte de pessoal e demais custeios, visando equilibrar suas contas. Para efeito de análise, foram utilizados os dados fiscais dos municípios de 2011, coletados dos balanços municipais no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Em 2011, apenas um município apresentou a receita corrente menor que a despesa corrente (incluída as amortizações da dívida). No cenário mais pessimista, esse número passará para 30 municípios. Ou seja, cerca de 40% dos municípios terão que cortar gastos correntes com pessoal e custeio. No cenário mais otimista, com redução de 50% do faturamento das empresas fundapianas, 20 municípios enfrentarão problemas para financiar seus gastos correntes.

g) CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Em 2011, a capacidade total de investimento dos municípios

foi de R\$ 774 milhões, correspondendo a 11,1% da receita corrente, percentual que deverá ser reduzido para algo próximo a 3%, com a entrada em vigor da Resolução nº 13. Também nesse caso foram excluídos os municípios já citados acima.

Na média, os municípios perderão entre 65% e 80% de sua capacidade de investimento. No cenário mais pessimista, 30 municípios terão capacidade de investimento negativa contra 20 municípios no cenário mais otimista. Capacidade de investimento é igual à receita corrente, deduzida da despesa corrente e amortizações da dívida.

h) APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Segundo o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% de toda sua receita bruta proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE).

Em 2011, os municípios capixabas aplicaram em educação a quantia de R\$ 2,03 bilhões. Tendo por base esses valores, as perdas de ICMS provocadas pela Resolução nº 13 do Senado Federal devem reduzir os recursos destinados ao setor entre R\$ 130 milhões e R\$ 155 milhões, ou seja, a diminuição será de 6% a 8%.

i) APLICAÇÃO EM SAÚDE

Desde 2004, os municípios devem aplicar em gastos com a saúde, no mínimo, 15% das receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRRF, da receita da dívida ativa e dos valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-Exportação e da compensação pela desoneração das exportações (Lei Kandir – Lei nº 87/1996).

Em 2011, os municípios capixabas aplicaram em saúde a quantia de R\$ 1,31 bilhão. Tendo por base esses valores, as perdas de ICMS provocadas pela Resolução nº 13 do Senado Federal devem reduzir os recursos destinados ao setor entre R\$ 80 milhões e R\$ 100 milhões, ou seja, a queda será de 6,5% a 8%.

Diante desses cenários, é evidente que os prefeitos que irão assumir em janeiro de 2012 devem estar preparados para planejar e executarem fortes medidas de ajustes em suas administrações. Apesar de deverem procurar por medidas compensatórias junto aos governos estadual e federal, os primeiros anos do próximo mandato serão caracterizados por cortes de despesas e pela busca do aumento na eficiência da aplicação dos recursos.

* Prefeito de Vargem Alta e presidente da Amunes (Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo).

** Economista e sócio-diretor da Aequus Consultoria.

Royalties: para que e para quem?

Falar de royalties no Brasil virou sinônimo de riqueza e fartura, ilusão criada após a expectativa gerada pela repartição mais igualitária. O projeto de lei relatado pelo senador Vital do Rego criou fantasias na cabeça dos pouco mais de 5.000 prefeitos de cidades brasileiras que recebem royalties somente através do fundo social já existente na legislação atual.

Ninguém discute a necessidade, cada vez mais urgente, de se repartir melhor as receitas geradas pela tributação. Mas, da forma como vamos caminhando, avizinha-se uma concentração ainda maior do bolo tributário nas mãos da União e dos estados, ficando os prefeitos com a dura tarefa de administrar os municípios, dependendo dos favores

das chamadas transferências voluntárias de recursos. O Brasil não ousou promover uma reforma tributária ampla, que reorganizasse verdadeiramente os direitos e deveres de cada ente federado. Nesse vácuo, surgem aberrações baseadas na capacidade criativa e, porque não dizer, no oportunismo de alguns iluminados legisladores. A chamada Emenda Ibsen e a nova proposta para divisão dos royalties são alguns desses exemplos.

O texto que está para ser votado pelo Congresso possui vícios que afrontam a nossa Carta Magna e que certamente serão contestados pelos estados e municípios beneficiários dos royalties, caso venha a ser aprovado. São inaceitáveis, principalmente, a quebra de contrato nos campos que já foram



licitados pelo regime de concessão e a violação do parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição Federal, que garante aos estados e municípios produtores a participação no resultado da produção de petróleo e gás natural ou compensação financeira por essa exploração. A judicialização da questão pode acarretar, em última análise, que nenhuma das partes venha a se beneficiar dos royalties até que ela seja solucionada definitivamente, o que pode se arrastar por anos.

Não bastasse o imbróglia jurídico, o senador Vital supe-restima o incremento da produção de petróleo e, através desse artifício, cria a falsa ideia de que seria possível a manutenção dos valores recebidos pelos atuais beneficiários e um ganho significativo para os estados e municípios não produtores.

Espanto ainda maior causa um breve exercício matemático simulando o que municípios não produtores receberiam quando sua participação nos royalties atingir seu nível máximo em 2018, com a alíquota dos royalties destinada ao Fundo atingindo 27%. Para 5.353 municípios, ou seja, excluindo as capitais e os municípios beneficiários do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) Reserva, os royalties em seu nível máximo corresponderão a 1,28% da receita orçamentária, ou cerca de R\$ 54.600,00 em média. Não creio que essa diferença justifique a derrocada financeira imediata de pelo menos 70 municípios e um Estado da federação e o estremecimento do pacto federativo.

Somente para os municípios capixabas e fluminenses que recebem royalties, as perdas previstas, caso a proposta seja aprovada, significam cerca de R\$ 800.000.000 no primeiro ano de vigência, podendo chegar a R\$ 1.400.000.000,00 a partir do oitavo ano.

Devo ressaltar que não sou contrário à participação de todos os municípios na renda oriunda do petróleo, desde que se preserve a condição diferenciada de quem abriga os potenciais perigos ambientais e sociais da extração e beneficiamento e que a discussão seja ampliada de modo a se enxergar a arrecadação e repartição de tributos, compensações ou qualquer outra modalidade de receita como um todo.

Junto da discussão da repartição dos royalties e na esteira de maus exemplos de seu uso, têm brotado ideias de criar uma nova legislação para normatizar a aplicação desses recursos. Sinceramente, creio que a regulamentação existente é suficiente para tratar do assunto.

O Brasil conta com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que vem sendo cobrada exemplarmente pelos Tribunais de Contas e criou uma disciplina fiscal onde antes prevalecia

o descontrole. Temos a própria regulamentação dos recursos dos royalties, o Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que não permite a utilização desses recursos para pagamento de pessoal e precatórios judiciais.

A participação da população talvez seja uma das principais transformações positivas que vem ocorrendo no Brasil para um melhor aproveitamento dos recursos, tanto na definição da escolha dos investimentos a serem realizados, quanto na fiscalização de sua execução. Trazer a população para discutir um projeto de gestão participativa é um trabalho árduo, mas dá início a uma nova realidade para a sociedade, que pode, dentro de certos limites, escolher democraticamente quais investimentos devem ser realizados na sua região. Ressalvada a dificuldade da população quando se inicia um processo de gestão participativa (geralmente por falta de uma visão de planejamento mais abrangente, há uma fixação em investimentos locais), a proximidade cada vez maior do poder público local aumenta tanto a responsabilidade do gestor quanto a sensação de pertencimento da população em relação aos investimentos realizados. Dessa forma, ela passa a estar presente durante o período de implementação do investimento e ajuda a “tomar conta” dele depois de pronto, o que certamente traz benefícios em termos de controle e economia. Acredito, sim, ser esse mecanismo de controle social muito mais eficiente do que qualquer nova regulamentação porventura criada.

Outro ponto a ser discutido é quem deve ser beneficiado com os recursos de royalties. Refiro-me aqui não à questão geográfica, mas sim aos efeitos desses investimentos ao longo do tempo. Em se tratando de petróleo, sabemos que os campos de produção têm uma duração limitada, o que gerará um fluxo de renda durante um período determinado. Não podemos negar às futuras gerações o direito de usufruir os benefícios gerados por essa renda, desproporcional frente àquela possibilitada pelos demais recursos naturais, dada sua intensa utilização e importância no mundo contemporâneo.

Existem várias formas de se efetivar tal situação. Na maior parte dos países mais desenvolvidos e com reservas significativas do mineral, parte da arrecadação presente auferida na sua exploração é investida na prospecção e no desenvolvimento de novos negócios, o que garantiria, pelo menos em tese, alternativas na geração de renda para os futuros cidadãos. Em outros casos, se sobressai o cuidado com o meio ambiente que, conservado, constitui fator fundamental para o incremento da qualidade de vida futura. Alguns exemplos, como o Estado americano do Alaska e a Noruega, principalmente, já começam a colher os frutos semeados lá atrás. O país escandinavo é hoje um grande produtor de tecnologia em áreas não só ligadas

à extração mineral, mas também nas telecomunicações, para citarmos uma.

Em Linhares, houve um levantamento inicial para a criação de uma organização que funcionasse nesses moldes. As consequências da crise que se abateu sobre a economia mundial no segundo semestre de 2008 e a necessidade de estudos técnicos mais elaborados e dispendiosos fizeram com que a iniciativa fosse adiada, já que uma forte queda ocorrida na receita de todos os entes federativos, sobretudo daqueles com economia ligada ao comércio internacional, precipitou uma realocação de recursos orçamentários e financeiros voltados à continuidade de atendimento dos serviços essenciais.

Alternativamente, o município criou um fundo para auxiliar na conservação do meio ambiente em seu território. Em junho de 2009, através da Lei nº 2.846/2009, foi instituído o FUNDEMA – Fundo Municipal de Conservação Ambiental, que tem, dentre suas atribuições, o financiamento de ações visando à educação ambiental e ao desenvolvimento de projetos específicos que cuidem de partes sensíveis do ecossistema local, como as regiões de restinga e alagados

do nosso extenso litoral. Com a destinação de 1% dos valores arrecadados a título de royalties, já atingimos, em abril de 2012, uma disponibilidade de recursos da ordem de R\$ 2.000.000,00. Embora administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, todo projeto que pretenda ser financiado pelo Fundo deve passar previamente pela triagem do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a quem compete aprovar ou não a demanda, possibilitando um maior controle social sobre a utilização dos recursos. A iniciativa é inovadora e altera a sistemática usual e conhecida de financiamento da conservação ambiental.

Tentar fazer prevalecer a vontade da maioria sem observar os direitos da minoria (não custa lembrar que os royalties são uma compensação pela exploração de uma riqueza e seus perigos potenciais) pode levar a um estremecimento do pacto federativo que em nada beneficia o país. Não há como evitar um forte efeito negativo nas contas e nos serviços prestados à população dos municípios que recebem royalties, sem que esses possam recorrer aos estados a que pertencem, também fragilizados pela queda da sua parcela de receita. É necessário que enxerguemos um pouco mais adiante.

* Prefeito de Linhares



Dos rios às estradas o progresso chega a Viana

No início do século XVII os portugueses, na procura por ouro, saíram de Vila Velha e seguiram pelo Rio Jucu, até Araçatiba, onde se instalaram os primeiros colonizadores. Na continuação da viagem, seguiram pelas águas do Rio Santo Agostinho e chegaram ao local onde hoje está situada a sede do município de Viana.

Os caminhos de águas que cruzaram Viana também trouxeram um porto fluvial bastante movimentado. Era o Porto da Igreja, localizado às margens do Rio Santo Agostinho e com grande movimento de mercadorias. Nessa época é construído o primeiro canal artificial no Brasil, o Canal de Camboapina, que ligava Araçatiba ao mar.

Há 200 anos, Viana inaugurou o ciclo da imigração européia para o Estado com a vinda de 53 famílias das Ilhas dos Açores, em Portugal. Os açorianos ocuparam a região entre os Rios Formate e Santo Agostinho, afluentes do Rio Jucu.

Portanto, desde o início o município se expandiu usando como rota as águas dos rios que serpenteiam na região. Duzentos anos depois da chegada dos açorianos e dos 150 anos de emancipação política do município, os caminhos que trazem o progresso à região vêm por duas das principais estradas federais, as Br's 101 e 262.

A produção de Viana sempre esteve ligada à agricultura e à pecuária, com destaques para a produção de banana, café e gado. Entretanto, o crescimento do município trouxe para a região empresas de transporte e logística, tendo como atrativo o escoamento de mercadorias pelas duas estradas e a proximidade dos portos de Vitória e Vila Velha.

Não se pode deixar de lado a ferrovia, inaugurada em 1895, e que hoje passam trens de cargas e também é o ponto inicial do passeio turístico Trem das Montanhas Capixabas.



Com essa nova identidade do município Viana se torna um dos principais pólos logísticos do Estado. O Produto Interno Bruto (PIB) tem no setor industrial o percentual de 42% e isso significa uma revitalização econômica, pois novas empresas são atraídas pelas facilidades de deslocamento e proximidades dos pontos de escoamentos de produtos.

Viana é o que possui a maior extensão territorial dos sete municípios da Grande Vitória. Sua área rural representa 60% de todo o município. Entre as 150 maiores empresas brasileiras, Viana abriga cinco delas. Tem também uma termoeletrônica instalada e mais uma subestação elétrica que está sendo construída próxima à sede do município, além de um gasoduto da Petrobrás.

A sinalização do Ministério dos Transportes sobre estudos das condições da rodovia, bem como a expectativa sobre a possibilidade de concessão da BR 262 amplia o horizonte de mais crescimento em Viana. O Governo Estadual, diante das intenções federais, ressalta que a duplicação da estrada, entre os municípios de Viana e a comunidade de Victor Hugo, em Domingos Martins, seria mais um grande passo no desenvolvimento da região.



A instituição **Tesouro Estadual** em tempo de ameaças às finanças capixabas

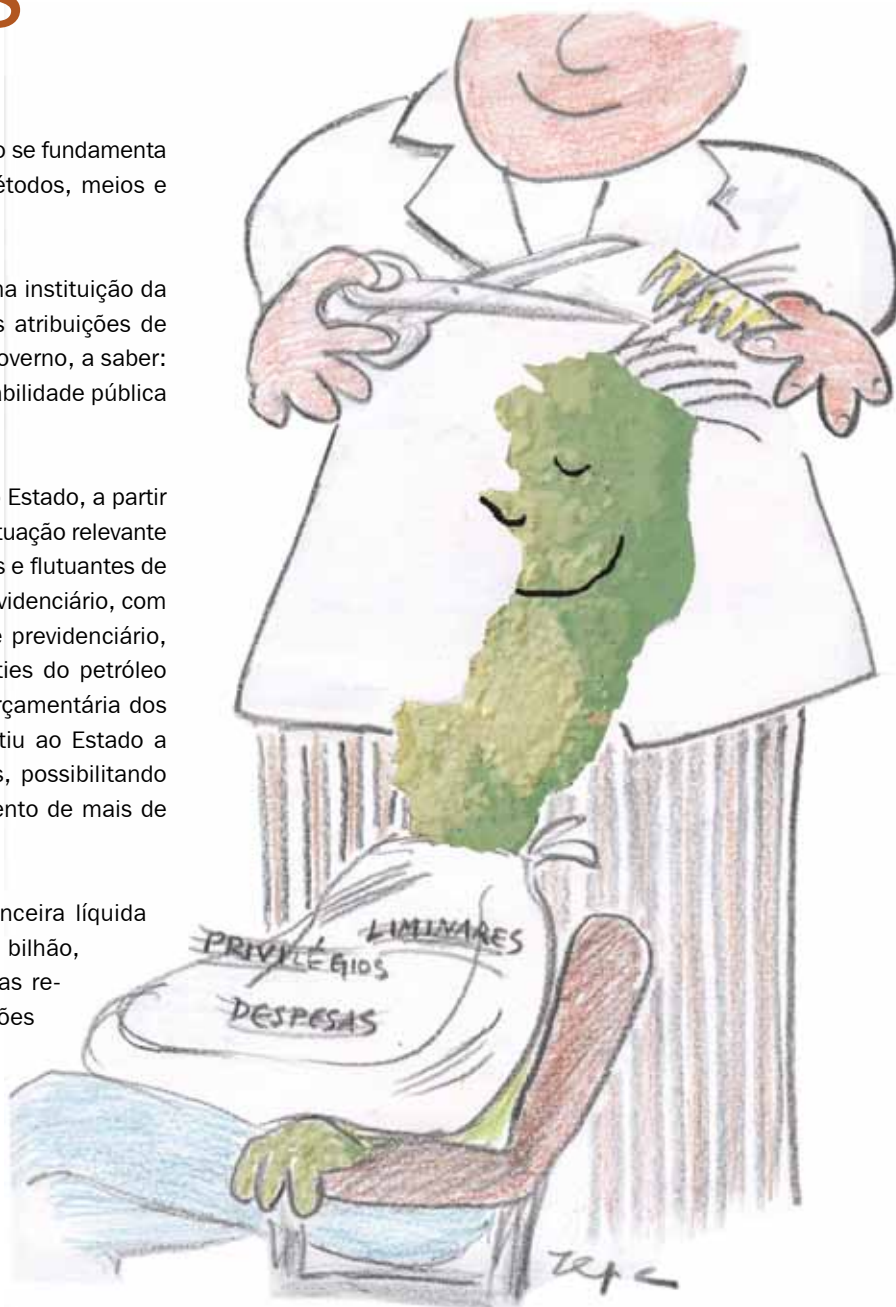
O sucesso da gestão de qualquer instituição se fundamenta na eficiência do desempenho do tripé métodos, meios e recursos.

O Tesouro Estadual do Espírito Santo é uma instituição da Secretaria da Fazenda, responsável pelas atribuições de gerir três importantes funções típicas de governo, a saber: as gestões das finanças públicas, da contabilidade pública e do endividamento público.

No processo de reconstrução financeira do Estado, a partir do ano de 2003, o Tesouro Estadual teve atuação relevante no equacionamento das dívidas contratuais e flutuantes de curto prazo, na equalização do sistema previdenciário, com a implementação dos fundos financeiro e previdenciário, na negociação da antecipação dos royalties do petróleo e no controle da execução financeira e orçamentária dos recursos de caixa do tesouro, que permitiu ao Estado a obtenção de sucessivos superávits fiscais, possibilitando a formação de uma margem de investimento de mais de R\$ 1 bilhão por ano.

A dívida flutuante, ou seja, a dívida financeira líquida em 31/12/2002, era da ordem de R\$ 1,2 bilhão, composta de R\$ 300 milhões de despesas realizadas sem empenho e de R\$ 900 milhões de restos a pagar, sem disponibilidade financeira para cobertura, dentre esses R\$ 483 milhões de folhas de pagamento de pessoal vencidas.

O momento era dramático visto que o montante dessa dívida representava cerca de 60% da receita líquida disponível



do ano de 2002, cujo total foi de R\$ 2,0 bilhões. Essa situação foi decorrente de sucessivos déficits orçamentários anuais nos montantes de R\$ 234 milhões em 2000, R\$ 108 milhões em 2001 e R\$ 331 milhões em 2002.

Nota-se, portanto, conforme balanço de 2002, o comprometimento do percentual de 57,3% da despesa de pessoal de todos os poderes sobre a receita corrente líquida. Entretanto, quando comparada à receita de caixa do tesouro, isto é, à receita efetivamente disponível, que não inclui a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (ICMS Fundap) e dos convênios, verifica-se que somente essa despesa consumiu 74,7% da receita, muito acima do referencial de 60% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Atualmente, o Estado do Espírito Santo enquadra-se em todos os limites estabelecidos nos Relatórios de Gestão Fiscal da LRF e apresenta resultados orçamentários superavitários, conforme relatórios do exercício de 2011, a saber:

► **Despesa com Pessoal – Poder Executivo:**

Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) = 36,5%
Limite Prudencial = 46,5%

► **Dívida Consolidada Líquida:**

Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) = 13,68%
Limite Definido por Resolução do Senado = 200%

► **Garantia de Valores:**

Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) = 0,09%
Limite Definido por Resolução do Senado = 22%

► **Operações de Crédito:**

Percentual sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) = 1,07%
Limite Definido por Resolução do Senado = 16%

► **Gasto com Educação sobre Receita:** 29,6%

► **Gasto com Saúde sobre Receita:** 15%

► **Superávit Orçamentário:** R\$ 150,6 milhões

Uma das principais contribuições da transição da posição de insuficiência para a de suficiência financeira do Espírito Santo consistiu em aplicar plenamente os critérios estabelecidos pela LRF. Com base nos princípios da LRF, o Estado elaborou em 2003 a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004, contendo, entre outros objetivos, o de sanear o Estado econômica e financeiramente.

Paralelo a isso, o governo do Espírito Santo adotou as seguintes medidas no primeiro semestre de 2003 em busca do saneamento fiscal: revisão do orçamento previsto para

2003, com a aprovação de substitutivo pela Assembleia Legislativa, reduzindo em R\$ 286 milhões as despesas de todos os poderes; ações tributárias por meio da extinção de privilégios fiscais e da revogação pela Justiça de liminares que permitiam a evasão do ICMS; e o apoio do Governo Federal, em especial quando da negociação da venda de receita de royalties do petróleo para o Tesouro Nacional, no valor de R\$ 350 milhões, para quitação dos salários atrasados dos servidores e capitalização do Fundo de Previdência.

No campo da despesa, a redução dos gastos de custeio administrativo em aproximadamente 20%, na administração direta e indireta, derivou do trabalho de auditoria na renegociação de contratos e de controle e gerenciamento das despesas. Para tanto, contribuíram também a implementação pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Sistema de Pregão Eletrônico, para aquisição, com menor custo, de produtos e serviços por todos os órgãos do Estado e a implantação do Sistema de Controle de Custo, instrumento de gestão destinado a acompanhar todas as despesas de custeio e sua evolução em tempo real.

Com tudo isso, e ancorada numa rígida programação financeira de desembolso controlada pela Secretaria de Fazenda, por meio da Subsecretaria do Tesouro Estadual, as contas passaram a ser limitadas à arrecadação. Depois de longos anos, o Estado teve um orçamento equilibrado, sem déficit orçamentário.

Outra medida significativa para o equilíbrio fiscal de curto, médio e longo prazos foi a reorganização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Espírito Santo. Por intermédio da Lei Complementar nº 282, de abril de 2004, o Estado equacionou a dívida previdenciária e o passivo atuarial. Foram criados dois fundos: o Financeiro e o Previdenciário. O primeiro destina-se ao pagamento das aposentadorias dos servidores contratados até a data de publicação da lei. Trata-se de fundo sob o regime de caixa. O segundo é composto igualmente das contribuições do Estado e dos servidores que ingressaram após a lei.

Fato é que, conjugando a aplicação dos princípios, indicadores e limites definidos pela LRF com a adoção do planejamento estratégico, a execução orçamentária evoluiu significativamente no decorrer dos anos de 2003 a 2011, no tocante aos indicadores de resultados primário, nominal e orçamentário.

No momento, a instituição Tesouro Estadual vivencia um processo de modernização e profissionalização, iniciado no governo Paulo Hartung, a partir da gestão da secretária da Fazenda Cristiane Mendonça, e continuado no atual governo

Renato Casagrande, na gestão do secretário da Fazenda Maurício Duque. O projeto foi concebido com metodologia para diagnosticar e propor soluções no tocante aos seus instrumentos e procedimentos, sob a ótica do tripé: métodos, meios e recursos, esse último, em especial sobre o seu capital humano.

No tocante aos meios e métodos, isto é, aos equipamentos, sistemas informatizados e procedimentos de trabalho, encontram-se em fase final a contratação do novo Sistema Integrado de Execução Financeira, Orçamentária e Contábil e o estudo da nova legislação do marco regulatório do regime financeiro e contábil do Estado, com ênfase na relação entre os Grupos Financeiros dos órgãos estaduais e o Tesouro Estadual.

Quanto ao novo Sistema, o objetivo é a substituição dos atuais sistemas, em uso pelo Estado desde 1997, por outro integrado com todas as atividades do planejamento à execução contábil e financeira, e que ainda contemple a implantação das diretrizes estabelecidas no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em consonância com as normas internacionais de contabilidade, dentro dos prazos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A base de sustentação mais importante do tripé da gestão eficiente refere-se aos recursos humanos. Vale ressaltar aqui a importância da continuidade de uma boa política de governo, amparada nos princípios da manutenção do equilíbrio e da responsabilidade fiscal. A profissionalização do Tesouro Estadual que se desenvolve no atual governo teve início com o processo de implantação do plano de carreira dos consultores do Tesouro Estadual, que permitiu, via concurso público, o ingresso de novos profissionais a partir do final do ano de 2009, complementado até o mês de fevereiro deste ano com mais dez consultores, totalizando 54 novos servidores com formações e especializações nas áreas de economia, administração e contabilidade.

A profissionalização da instituição já rende dividendos para o Estado, proveniente da atuação dos consultores do Tesouro Estadual na renegociação de contratos de dívida, com a redução de cerca de R\$ 200 milhões no saldo devedor da dívida com o INSS, na análise do reequilíbrio econômico do aditivo do contrato de antecipação dos royalties do petróleo e do gás natural, na revisão do Programa de Ajuste Fiscal, ampliando a capacidade de endividamento do Estado, e na maximização da aplicação financeira dos recursos disponíveis. Já produz também informações sobre

indicadores fiscais, de série histórica anual, disponibilizadas no site da Secretaria da Fazenda, e de análises mensais, contidas na publicação Resultados do Tesouro Estadual.

O Estado do Espírito Santo passa por fortes ameaças às suas finanças. Diante disso, quanto mais sólida e instrumentada a instituição Tesouro Estadual, mais argumentos técnicos terá o governo estadual nas negociações em curso, vide os royalties do petróleo e o ICMS Fundap, assim como em outra batalha que se aproxima, isto é, a dos novos índices de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), incidentes sobre os impostos federais que deverão entrar em vigor em janeiro de 2013.

Nesse sentido, foi de vital importância a iniciativa do governador do Estado, que sancionou, no mês de fevereiro, projeto de lei complementar aprovado pela Assembleia Legislativa que instituiu a Gerência de Controle do Endividamento Público e das Metas Fiscais na estrutura do Tesouro Estadual, fundamental para o processo de otimização e sustentabilidade da dívida pública do Espírito Santo, agregando conhecimento e inteligência ao objeto de sua atuação.

À gerência de Controle do Endividamento Público e das Metas Fiscais competirá: planejar, controlar e conduzir o processo de endividamento do setor público estadual e o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Espírito Santo junto à União; analisar e manter o controle da capacidade de endividamento do Estado; gerenciar as operações de créditos realizadas pela administração direta e indireta; elaborar a previsão dos pagamentos mensais da dívida pública e o desembolso anual; acompanhar, controlar e realizar análises sobre as operações de crédito realizadas pelo Estado; apoiar negociações para captação de recursos no Estado; otimizar resultados da gestão de haveres sob responsabilidade do Tesouro Estadual, gerindo-os de forma coordenada com a administração de passivos; minimizar os custos da dívida pública estadual e, ao mesmo tempo, manter seus riscos em níveis prudentes; estruturar processo de identificação, avaliação e mitigação de riscos fiscais; e elaborar, acompanhar e avaliar as metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado.

Em tempo de ameaças às finanças, o Tesouro Estadual elabora seu plano de ações ancorado em métodos, meios e recursos humanos para dar suporte ao governo, com dados, informações e análises econômico-fiscais.

** Economista, especialista em Gestão de Finanças Públicas, integrante da carreira de consultor do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda.*



se liga na rede

A LIGAÇÃO DA SUA CASA À REDE PÚBLICA DE ESGOTO PRESERVA O MEIO AMBIENTE E GARANTE O SORRISO DAS FUTURAS GERAÇÕES.

Ligar a sua casa à rede coletora de esgoto é essencial para preservar o meio ambiente e garantir mais saúde e desenvolvimento aos capixabas. **Fazendo a ligação**, o esgoto será afastado e levado para uma estação, onde será tratado até que a água volte limpa para a natureza. Assim que as obras de esgotamento da região onde você mora forem liberadas, **aguarde a visita de um técnico da companhia e faça a ligação do seu imóvel à rede da Cesan.** Para mais informações ligue 115.



»» Sebastião Carlos Ranna de Macedo*

Reinventando o **Tribunal de Contas**. Um pacto por resultados

“Um pouco de audácia é uma forma importante de prudência. A tolice não pode ser atrevida, nem a virtude temerosa. Se a audácia é útil aos tolos, será ainda mais aos sábios e corajosos.”

Baltasar Gracián (1601-1658)

Os paradigmas mundiais estão mudando; velhas verdades foram postas em xeque. A humanidade passa por acelerado processo de transformação – tão forte que padrões de comportamento que levaram décadas para se consolidar são hoje remodelados em fração de segundo. Descobertas científicas dos últimos 50 anos são extraordinariamente maiores do que as dos últimos 500 anos.

Quanto vale tamanho desenvolvimento científico se moralmente a humanidade ainda rasteja na Idade da Pedra;

se ainda estamos no período neolítico moral? Muito se tem cobrado desta geração, o que me leva a perguntar: que mundo entregaremos às gerações futuras? E que geração futura estamos preparando para lhe entregar o mundo?

Há muita esperança à vista. Hoje, as redes sociais expõem livremente as mobilizações mundiais, como a Primavera Árabe, que derrubou governos ditadores consolidados havia décadas. É nos permitido sentir, em toda a sua força, a

democracia ateniense, clássica e helênica, nos aparelhos smartphones e tablets.

O Brasil não está a reboque dessa verdadeira revolução tecnológica. Só para citar dois exemplos, seu sistema eletrônico de votação é um dos mais rápidos e confiáveis do mundo; e, há anos, nossa declaração do Imposto de Renda se processa na rede de computadores, tal como ocorre em todo o mundo com as transações bancárias que movimentam bilhões diariamente num clicar do mouse.

Ou seja, estamos muito bem inseridos nesta aldeia universal. Como sociedade competente, dispomos do instrumental tecnológico indispensável para superar desafios e fazer cada vez melhor, com os olhos postos no horizonte no afã de suprir as necessidades, contemporâneas e já devidas às gerações que não de vir.

Apesar dessas vantagens, não podemos perder de vista que em nosso país, de modo genérico, os recursos públicos são insuficientes, apesar da alta carga tributária que nos é imposta. Por essa razão, com certeza, mais hoje do que em qualquer outro tempo, tal carência aumenta nossa responsabilidade com as receitas e a efetividade das despesas públicas.

Refiro-me à eficiência do sistema de controle externo. Por seu exercício será possível prevenir e combater fome e miséria; garantir hospitais de qualidade e o consequente tratamento humanizado; as alternativas para desafogar filas para consultas e cirurgias eletivas; garantir que os profissionais da saúde estejam a postos – com o perdão do trocadilho – nos postos de saúde.

Defender o controle externo é construir educação de qualidade, dotada, entre outros instrumentos, de boa merenda para as crianças e de profissionais capacitados e motivados a vencer o desafio de atrair os jovens para o inimaginável mundo do conhecimento.

Por intermédio do controle externo priorizamos as auditorias operacionais e ambientais, valorizamos os resultados da gestão pública e damos a devida importância ao desempenho sem perder de vista o equilíbrio à vista da legalidade.

Conhecer o trabalho diário do auditor é ter a confiança de que contratos terão cláusulas justas e factíveis; é estimular a competição saudável entre licitantes para que vença o que seja melhor para a administração pública, o que seja mais adequado ao interesse da sociedade, repudiando-se tudo que for doloso, fruto quase sempre de inconfessáveis interesses pessoais.

Discutir matriz de responsabilização é dar segurança ao gestor honrado, de que ele não pagará pelos atos dolosos de



terceiros; é igualmente alertar o gestor que, se for distraído e imprudente, seus atos terão equivalente consequência.

Falar do controle exercido pelos Tribunais de Contas é falar de controle social – e não pode haver controle social se a sociedade sequer entende o emaranhado dos números do orçamento público. É necessário que lhe expliquemos a “pedra roseta” da sopa de letras, como PPA, LDO, LOA, RREO, RGF, LRF, SISAUD, LRFWEB e outras da linguagem hermética e vetusta não sintonizada com o linguajar do povo que, embora legítimo titular do poder, é, paradoxalmente, o mais aliado dele.

A transparência no setor público ganhou especial importância com a edição da lei federal de acesso à informação. Todos os órgãos públicos, em seus diversos níveis, devem estar preparados para seu cumprimento. Em razão disso, o Estado brasileiro figura em novo patamar na comunhão internacional. Junta-se a mais de 80 países que já possuem legislação semelhante.

Nossa Corte de Contas já está adotando mecanismos que permitam intensificar a mudança de cultura na organização pública. Estamos saindo da cultura do sigilo para a da transparência. Agora, os documentos públicos deverão ser disponibilizados, efetivamente, para amplo acesso. A posse da informação passa, efetivamente, da guarda particular do “funcionário público” para o domínio da sociedade.

Para atuar mais próximo dos jurisdicionados e da sociedade, a gestão do Tribunal de Contas (biênio 2012-2013) propôs um pacto por resultados que reúne conselheiros, servidores, sociedade civil e imprensa. Há um plano estratégico a ser cumprido. E está claro nele que precisamos dotar a Corte de ferramentas que sustentem suas ações de controle. Dentre

elas, a de garantir que os seus auditores tenham amplo acesso a quaisquer documentos e a todos os procedimentos administrativos, circularizando as informações e atestando, com fidedignidade, os achados de sua ação.

A independência funcional é condição *sine qua non* para uma atuação imparcial e efetiva. A produção de provas documentais já está sendo valorizada. Não faz sentido algum hoje que, após anos de processo, ainda se busquem indícios e provas de um possível ilícito relacionado à pintura de uma escola, à reforma em edificação pública.

Somente por meio de atuação concomitante, com inspeções in loco na presença do auditado, com uso intensivo de tecnologia da informação, em parceria com outros órgãos de controle (como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público e as forças policiais) e com base em registros aferíveis, vamos utilizar, se preciso for, produção antecipada de provas não perecíveis por meio das quais será possível alcançar os autores de desfalques e desvios, dentre outras irregularidades graves.

Uma gestão empreendedora deve estar em constante reinvenção. Deve ter consciência de que serviço público implica em dar máxima prioridade aos interesses e direitos dos cidadãos; expressa combater aqueles que são, sejamos enfáticos, os grandes inimigos do bom uso dos recursos públicos: agentes políticos e servidores descomprometidos, praticantes da corrupção, da ineficiência e da burocratização.

Qualquer organização pode ser empreendedora desde que estruturada para encorajar a inovação. Inversamente, porém, quase todo o empreendedor pode se transformar num burocrata caso sua organização esteja estruturada de modo a estimular a conduta burocrática.

Uma gestão empreendedora, orientada para resultados, exige observação atenta da política. Essa deve estar voltada para as expectativas e os anseios da sociedade e os arranjos e movimentos políticos internos do órgão e nas “contratualizações”. Trata-se de um pacto por resultados, permeando a atenção da alta administração e dos gabinetes, das áreas fim e meio da Corte. Esse gerenciamento político é muito importante uma vez que o alcance dos resultados e a construção da legitimidade do poder dependerão da mobilização de diversos atores, internos (conselheiros, chefias, efetivos, comissionados) e externos (diferentes agentes políticos, jurisdicionados, sociedade e imprensa).

Para ter legitimidade, a construção de consensos deve estar atenta a processos decisórios bem determinados e

organizados formalmente, tais como seminários, encontros de planejamento, reuniões administrativas, gerenciais e setoriais, notas técnicas, portarias e resoluções, entre outros.

Essa legitimidade depende de fatores estratégicos, tais como respeito pela administração (presidente, seus auxiliares diretos e chefias), definição e clareza das decisões, transparência de seus atos, implementação de ações estruturantes de modernização do controle externo, entre outros. Quanto mais tais fatores estiverem presentes no processo decisório, maior a legitimidade da decisão. Inevitavelmente, algumas tensões aparecerão na tomada da melhor decisão.

Os interesses, as demandas e as expectativas depositadas sobre a liderança maior do Tribunal de Contas constituem o *modus operandi* essencial para que as demais lideranças internas modelem suas ações, orientem e liderem os demais servidores.

Reafirmo os compromissos assumidos em janeiro, o pacto por resultados proposto com o apoio dos conselheiros e corpo técnico e a participação de toda sociedade capixaba. Como instrumento para alcançar as metas do Plano Estratégico, buscamos construir um sistema de integridade dos Tribunais de Contas, como o conjunto de instituições internas e externas que contribuem para a transparência, integridade e responsabilidade na gestão do órgão perante a sociedade.

Esse seria composto pelas seguintes instituições: no âmbito externo, pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público de Contas; e, no âmbito interno, por órgãos como corregedorias, ouvidorias, controles internos, comissões de ética dos membros e servidores, unidades de estratégia e inteligência e comissão de transparência e controle social.

Não há fórmulas ou esquemas totalmente racionais no exercício do poder e na implementação de uma gestão inovadora. Arte e ciência, intuição e razão devem combinar-se sistematicamente em doses variáveis e imprevisíveis. Administrar implica, às vezes, em lidar com o imponderável, o desconhecido, o conhecimento parcial das coisas. Alguns processos decisórios podem envolver cenários de dúvida e incerteza. Em tais ocasiões, pior do que não ter certeza da melhor decisão é não decidir. Por fim, uma organização que se pretenda democrática, transparente e orientada para resultados tem na pactuação de consensos, na construção de legitimidade e na participação coletiva suas principais características. Num ambiente assim, os servidores fazem do trabalho um prazer, comprometidos com o dever público e a realização do bem comum. Como efeito, os resultados se expressarão na satisfação da sociedade com o nosso trabalho.

* Conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Comércio exterior e o desenvolvimento do Espírito Santo



Importância do Comércio Exterior

O comércio exterior constitui-se como um dos mais marcantes traços da economia do Espírito Santo. O papel central que exerce na dinâmica da economia do Estado torna-o vital para qualquer projeto de futuro que se queira promover para a melhora das condições econômicas que afetam os agentes (famílias, empresas e poder público) que operam em nosso território.

Na última década, o comércio exterior capixaba tem demonstrado bastante vigor e versatilidade, apresentando crescimento exponencial ao longo desse período. Entre os anos de 2000 e 2010, as exportações e importações do Estado cresceram, respectivamente, a uma taxa de 15,9% e 16,1% ao ano. Esse crescimento é muito superior ao desempenho da economia estadual como um todo, que foi de 4,6% ao ano - considerados os dados do indicador

antecedente de Produto Interno Bruto (PIB) trimestral de 2010 divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Em termos de valores absolutos, as exportações atingiram uma média de US\$ 5,7 bilhões e as importações US\$ 4,4 bilhões ao ano, o que gerou um saldo comercial de US\$ 14,8 bilhões ao longo desse período, sendo que quase a metade desse valor foi registrada no ano 2010.

Esses valores demonstram a relevância do setor para a economia do Espírito Santo, especialmente ao compará-los aos resultados alcançados pelo PIB, com o Estado sendo a economia mais aberta ao comércio exterior no Brasil. Mais especificamente, se comparadas as estimativas de PIB trimestral do Espírito Santo, em 2010 e 2011, o grau de abertura do Estado foi de 47,3% e 51,8%, respectivamente, o que significa que grande parcela das transações comerciais ocorridas durante esses anos estava relacionada ao comércio internacional.

Para detalhar esses resultados atingidos recentemente, deve-se levar em conta a diferença dos determinantes das exportações e importações em certa localidade. Em linhas gerais, as exportações dependem da situação econômica mundial, pois são reflexo da atividade econômica internacional. Por outro lado, as importações dependem das condições econômicas internas e dos preços relativos frente aos produtos importados e aos produzidos no país.

Características das Exportações

As exportações ao longo da década passada foram impulsionadas principalmente por dois fatores primordiais: i) aumento da demanda externa em relação aos produtos locais; e ii) aceleração dos preços das *commodities* cotadas internacionalmente, principalmente no caso de minerais metálicos e combustíveis.

Em relação à demanda internacional, o PIB mundial quase dobrou entre 2000 e 2010 (de US\$ 42 trilhões para US\$ 74 trilhões), elevando a demanda por produtos essenciais. Em termos reais (descontando a influência dos preços), esse crescimento chegou a quase de 4% ao ano. Juntamente com o aumento da demanda internacional, os produtos exportados pelo Estado ganharam um maior destaque e passaram de um valor exportado de US\$ 2,5 bilhões em 2000 para US\$ 12,2 bilhões em 2010. Nesse período, os mercados asiáticos despontaram como principais destinos das exportações capixabas, passando de US\$ 509 milhões para US\$ 4,1 bilhões. Outros mercados compradores mantiveram sua participação nas exportações locais, como é o caso da União Europeia, cujos países adquirem aproximadamente 20% das exportações do Espírito Santo.

Os produtos mais vendidos nesse período foram minério de ferro (*pellets*), siderúrgicos, celulose, café, rochas ornamentais e, mais recentemente, petróleo bruto. Nesse cenário, o aumento da demanda externa desencadeou um crescimento também do nível dos preços desses produtos, que atingiram, durante a década, variações superiores a 5% ao ano. O destaque é a exportação de minério de ferro, cujo crescimento médio foi de 25,4% ao ano. Esse movimento de alta nos preços das *commodities* ampliou a participação dos produtos básicos na pauta de exportação (de 33% em 2000 para 73% em 2010). Por exemplo, o volume de minério de ferro exportado pelo Estado passou de 67 mil toneladas (2000) para 140 mil toneladas por dia (2010), um salto de 109%, decorrente das melhorias das condições dos mercados internacionais. Ao longo desse período também se pode observar a maturação e a ampliação de diversas plantas produtivas, que impulsionaram as exportações como um todo.

Apesar da expansão do comércio internacional, esse fenômeno se desenvolveu de forma bastante concentrada. Ao longo dessa década, apenas sete produtos responderam por cerca de 90% das exportações capixabas. Essa característica torna o comércio exterior mais suscetível às oscilações externas.

Nesse sentido, na passagem de 2008 para 2009, quando os preços das *commodities* reduziram consideravelmente em função da crise financeira mundial, nosso fluxo comercial caiu quase pela metade. De acordo com o índice de preço de *commodities*, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os preços gerais caíram 15% durante a crise, ao passo que o valor das exportações locais caiu 35,5% no mesmo período.

Adicionalmente, cabe destacar a intensificação das exportações de óleos brutos de petróleo, produto cuja participação era esporádica nos períodos anteriores a 2010. A partir daquele ano, a exportação de petróleo bruto já superava a de produtos tradicionais como a celulose, ocupando a posição estadual de terceiro item mais exportado, atrás apenas do minério de ferro (*pellets*) e de produtos de ferro e aço.

Características das Importações

Conforme mencionado anteriormente, o aumento das importações, por sua vez, reflete as condições econômicas domésticas. A principal delas é o aumento da renda no país e no Estado, uma vez que o Brasil e o Espírito Santo têm apresentado taxas de crescimento do PIB consideráveis (da ordem 3,6% e 4,6% ao ano, respectivamente), fator que estimula a importação de bens.

Contrariamente às exportações, o pacote de produtos importados é, em quase sua totalidade, composto por bens manufaturados ou industrializados. Ao longo desses anos (2000 a 2010), cerca de 80% das importações capixabas eram desses produtos. Além disso, houve uma diversificação da pauta de importações, uma vez que as compras não abastecem somente o mercado local, mas são também destinadas a outras Unidades da Federação, o que reforça a característica de entreposto comercial do Espírito Santo.

Analisando os produtos importados, entre 2000 e 2010, o segmento que apresentou maior crescimento foi o de bens de consumo duráveis, passando de uma participação de 10% das importações para 21%. Isso é reflexo, principalmente, do aumento das compras de carros importados, produto que, individualmente, é o principal componente das importações locais.

Durante esse período, os países asiáticos tomaram a dianteira no ranking de parceiros comerciais que mais vendem para o Estado. Em 2000, o principal país vendedor era os Estados Unidos, que respondiam por quase 20% da pauta de importações capixabas. Já em 2010, a China assumiu o posto de principal vendedor, sendo responsável por 23% das importações efetuadas naquele ano (principalmente veículos em geral, partes e peças de equipamentos eletrônicos, que juntos equivalem a aproximadamente 40% das importações vindas da China).

O segundo fator preponderante foi a valorização do real frente ao dólar. Se mantivermos os preços internos e externos constantes, uma valorização cambial torna as importações mais acessíveis ao consumidor final, dado que os produtos importados ficam mais baratos em termos da moeda nacional.

Além disso, esses fatores barateiam os preços de insumos e matérias-primas importados pela indústria, bem como as máquinas e equipamentos importados pelas fábricas, o que contribui para o aumento da produtividade das empresas. Cerca de 70% do valor das importações efetuadas pelo Espírito Santo são de bens destinados à indústria nacional, sejam de capital ou intermediários.

No caso do Estado, pode-se incluir mais um elemento nessa equação: os incentivos econômicos oferecidos pelo Fundo de Apoio às Atividades Portuárias (Fundap) representam uma medida que, ao mesmo tempo, desonera o empresário que importa através do Espírito Santo e aumenta a base tributária do Estado. Isso porque, dos 12% recolhidos na forma de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o valor de saída da mercadoria, a

empresa pode financiar até 8%. O prazo de pagamento abarca um período de 25 anos, sendo cinco de carência e 20 para amortizar o valor financiado. Além disso, existe a opção de quitar o financiamento através do leilão Fundap por até 10% do valor total.

A Resolução 13/2012 do Senado Federal uniformizou em 4% as alíquotas de ICMS cobradas nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior, dificultando a permanência de um fundo nos moldes do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). A mesma alíquota será aplicada sobre produtos oriundos do exterior que, submetidos a processo de industrialização, resultem em mercadorias ou bens com conteúdo de importação superior a 40%, criando, assim, um novo desafio, o de promover a agregação de valor em território capixaba dos produtos importados.

O que o futuro nos reserva

Essas medidas aprovadas no Senado, inexoravelmente, terão impactos sobre a economia do Espírito Santo. No entanto, é necessário melhor qualificar a natureza desses impactos. Primeiramente, as exportações continuarão a desempenhar um papel importante na dinâmica econômica do Estado, provavelmente não sendo afetadas pelas medidas tomadas no Senado. Em segundo lugar, as importações efetuadas em terminais privados, provavelmente, deverão manter o fluxo atual, uma vez que a maior parte dessas importações é destinada a abastecer as grandes empresas locais. Os demais produtos importados estão sujeitos a alterações provocadas pela resolução, no entanto, o período de ajuste envolverá as decisões empresariais ligadas à logística de transporte de produtos, a proximidade do mercado consumidor das mercadorias e, principalmente, os custos incorridos ao escolher outro porto para receber as mercadorias. Além disso, deve-se acompanhar as mudanças decorrentes das regras de identificação de produtos importados a serem definidas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), nos quais incidem as políticas de incentivo financeiro.

Independentemente do anúncio da Resolução 13/2012, durante o início deste ano, os fluxos comerciais do Espírito Santo já demonstraram desaceleração. Tanto exportações quanto importações apresentaram valores negociados menores do que os registrados no mesmo período do ano anterior. No lado das exportações, o preço é o principal responsável por esse movimento, uma vez que os valores dos nossos principais produtos apresentaram uma redução na passagem do ano. O exemplo claro é o minério de ferro, cuja quantia paga pela China (um dos principais compradores do produto no mundo) caiu de US\$ 177,23 a tonelada



em setembro de 2011 para US\$ 136,46 em dezembro do mesmo ano (-23%). Essa queda é repassada com certa defasagem, uma vez que há contratos que vigoram em relação ao preço anterior.

Sob outro aspecto, esse movimento pode ser explicado pela conjuntura econômica internacional, a qual impõe obstáculos fortes às transações com o resto do mundo. Projeções divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento econômico mundial no ano de 2012 apontam para uma variação de 3,5% para o PIB do mundo em comparação ao resultado de 3,9% atingido em 2011. As economias avançadas, por sua vez, apresentam perspectiva de estagnação, crescendo 1,6% em 2011 e com uma projeção de 1,3% em 2012. O pior cenário diz respeito aos países europeus, epicentro dos problemas financeiros atuais. Se considerarmos apenas os que possuem o euro como moeda, nota-se uma projeção de queda de 0,3% na produção em 2012, contra um crescimento de 1,4% registrado em 2011. Nesse sentido, a expectativa é que as compras advindas desses países diminuam e, conseqüentemente, afetem as exportações do Espírito Santo. Mais precisamente, alguns movimentos já podem ser sentidos nas exportações locais, uma vez que o valor exportado durante o primeiro trimestre foi menor que o do mesmo período do ano passado (-9,74%).

Já as importações, por sua vez, apresentaram uma queda menor do primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior (-2,4%). Para analisar esse desempenho, deve-se primeiro levar em consideração quais agentes demandam bens importados. Em relação ao primeiro trimestre de 2011, as importações de bens intermediários recuaram 7,8%, reflexo do desaquecimento da atividade industrial, em particular, a indústria de transformação. Por outro lado, os bens de consumo em geral apresentaram ligeiro aumento no mesmo período de comparação (1,6%).

Possibilidades perante a nova situação

Diante desse cenário, quais são as possibilidades de atuação e resposta da economia do Espírito Santo? Vale

lembrar que a posição geográfica do Estado favorece o comércio internacional, uma vez que se encontra próximo de centros consumidores importantes no país. Para aproveitar ao máximo essa vantagem, um caminho importante é a integração logística, a fim de minimizar os custos de transporte de mercadorias, bem como agilizar o processo de desembarque das mercadorias aqui desembarcadas. Sinais para melhoria dessa estrutura logística já são apresentados atualmente. Dentre eles podemos citar a concessão da BR 101 no trecho que interliga o Espírito Santo e a Bahia, o aumento do calado do Porto de Vitória, a construção de aeroportos regionais de cargas integrando o interior do Estado e a ampliação do aeroporto de Vitória (Eurico de Aguiar Salles), e a atração de um investimento em um porto de águas profundas em parceria com o porto de Rotterdam. Importante mencionar que esses investimentos – a maior parte deles de responsabilidade do Governo Federal – são condições necessárias, mas não suficientes, para desenvolver toda a potencialidade econômica do Espírito Santo.

Nesse sentido, tanto a iniciativa privada quanto o poder público possuem papel chave no processo. Se por um lado, esperam-se investimentos privados no sentido de adensar as cadeias produtivas locais e prospectar novos mercados dentro e fora do país, por outro, o poder público atua facilitando o relacionamento e as parcerias público-privadas que estejam alinhadas às estratégias de desenvolvimento. Alguns setores já foram beneficiados com incentivos estaduais, como o moveleiro, de rochas ornamentais e, mais recentemente, o têxtil e de confecções.

No âmbito público, outro foco importante são os investimentos em conhecimento e capital humano, visando a uma melhoria da produtividade da mão de obra, a fim de sustentar o crescimento econômico do Estado como um todo, em especial de regiões localizadas a oeste da BR 101. Apostar num esforço de desenvolvimento do interior do Estado tornará a economia capixaba mais robusta e sólida frente às intempéries externas, reduzindo o impacto social e econômico advindos desses problemas, bem como mantendo um crescimento econômico sustentável e com oportunidades para todas as regiões.

* Diretor Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves.

** Economista, Assessor da Presidência do Instituto Jones dos Santos Neves.

*** Economista, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves.

Projeto Águas Limpas

- ◆ melhoria da qualidade de vida dos capixabas
- ◆ redução da taxa de mortalidade infantil
- ◆ aumento da expectativa de vida
- ◆ redução dos gastos com saúde
- ◆ garantia de abastecimento em quantidade e qualidade

Estes são os principais benefícios deste importante empreendimento do Governo do Estado do Espírito Santo.

É por essas razões que o Consórcio Enger Etep sente orgulho em fazer parte dessa história.



CONSÓRCIO
enger  **Etep**

Av. Anísio Fernandes Coelho, 1527 - Jardim da Penha - CEP 29060-670 - Vitória - ES - (27) 3235-9444
consorcioengeretep@consorcioengeretep.com.br

enger
engenharia

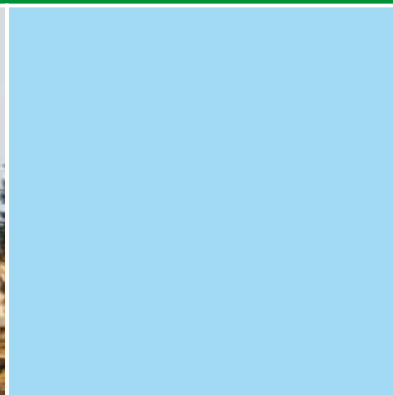
(11) 4133-6951 • comercial@enger.com.br

 **Etep**

(27) 3315-0316 - etep.sp@etep.com.br



Associe-se à
Frente Nacional de Prefeitos
e promova os interesses
da sua cidade



Uma entidade municipalista suprapartidária, dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em pleno exercício dos seus mandatos, e que representa especialmente os municípios das regiões metropolitanas, as médias e grandes cidades.
Seja bem vindo!

SRTVS Quadra 701, bloco H, Edifício Record, Sala 603
Brasília/DF - Tel.: (61) 3322-0228 / 3044-9800

www.fnp.org.br



**Frente Nacional
de Prefeitos**